

Dilemas e Diálogos Platinos Relações e Práticas Socioculturais

(Orgs.)

Ângel Núñez

Maria Medianeira Padoin

Tito Carlos Machado de Oliveira



Editora e Gráfica Universitária
PREC - UFPel



Universidade Federal da Grande Dourados
Editora UFGD
Rua Benjamin Constant, 685 | Centro | Dourados | MS
CEP: 79803-040
Fone: (67) 3410.2461
e-mail: editora@ufgd.edu.br

Editora e Gráfica Universitária
R Lobo da Costa, 447 – Pelotas, RS – CEP 96010-150
Fone/fax: (53) 3227 8411
e-mail: editora@ufpel.edu.br
Diretor da Editora e Gráfica Universitária: Carlos Gilberto Costa da Silva
Gerência Operacional: João Henrique Bordin

Impressão: Triunfal Grafica e Editora

Impresso no Brasil
Edição: 2010

Tiragem: 1000 exemplares

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central - UFGD

980

D576 Dilemas e diálogos platinos. / Orgs: Angel Nuñez, Maria Medianeira Padoin, Tito Carlos Machado de Oliveira. – Dourados, MS : Ed.UFGD, 2010.
2v.

Conteúdo: v.1 – Fronteiras. v.2 – Relações e práticas socioculturais.

ISBN 978-85-61228-70-5 (v.1). - ISBN 978-85-61228-71-2 (v.2) .

1. América Latina, Bacia do Prata – Aspectos socioeconômicos. 2. Fronteiras. 3. Brasil – Fronteiras – Disparidades regionais. 4. Brasil – Relações exteriores. 5. Geopolítica – América do Sul, Bacia do Prata. I. Nuñez, Angel. II. Padoin, Maria Medianeira. III. Oliveira, Tito Carlos Machado.

Sumário

Dilemas e Diálogos Platinos *Relações e Práticas Socioculturais*

1. El frente extractivo de yerba mate y madera.
Una actividad socioeconómica
transnacional de la triple frontera.
Roberto Carlos Abínzano 09
2. Linguagem, identidade nacional
e a importância da perspectiva geopolítica
Kanavillil Rajagopalan 77
3. Naturaleza, economía y territorio:
consideraciones contra el colapso
Jorge Rodrigo Yaitul Stormansan 91
4. El yaciyateré de Horacio Quiroga e o saci-pererê
brasileiro: um diálogo entre mitos latino-americanos
Alice Signorini Feldens 127
5. Complejidad, ecología política y filosofía intercultural.
Aproximaciones al problema de los dilemas ambientales
en pensamientos socioculturales
latinoamericanos contemporáneos
Nelson Vergara Muñoz 145
6. Índio e “identidade cultural” em Mato Grosso do Sul: o
discurso do Movimento Guaicuru.
Gilberto Luiz Alves 169
7. Desafios epistemológicos emergentes
na relação intercultural
Reinaldo Matias Fleuri 201

- 8.** Políticas de lenguaje en el mercosur: una contraposición
entre la ley federal brasileña y las disposiciones del bloque.
Suzana Mancilla Barreda 215
- 9.** Crisis y transformación de la identidad-acción
colectiva en México
José G. Vargas-Hernández 247
- 10.** Gaspar Silveira Martins, a fronteira platina
e o federalismo
Maria Medianeira Padoin 279
- 11.** Extrañamiento y transtierro
de los misioneros argentinos en 1817
Ángel Núñez 289
- 12.** La gobernabilidad de los sistemas metropolitanos.
Una propuesta de indicadores
Mabel Causarano 317
- 13.** Ilusões, duras realidades e espírito de iniciativa
na constituição do oeste platino
Tito Carlos Machado de Oliveira
e Paulo Marcos Esselim 343
- 14.** Desarrollo local, cotidiano y participación popular
en una perspectiva territorial
Sérgio Ricardo Oliveira Martins 365
- 15.** Campo Grande na Rota da Marcha para Oeste
Carlos Martins Junior
e Carlos Alexandre Barros Trubiliano 389
- Uma avaliação
Paul Claval 413

Apresentação

Os estudos aqui apresentados são resultados de investigações científicas realizadas por pesquisadores pertencentes à instituições de ensino superior e de pesquisa que dedicam-se em pensar, refletir e produzir sobre a América Platina.

A América Platina é um recorte regional que tem na sua espacialidade e territorialidade a dimensão do histórico, em que a macro e a micro-história, o nacional e o internacional, o local e o global se encontram nas relações e práticas socioculturais ali vivenciadas e produzidas ao longo dos tempos, e que irão ser aqui apresentadas em sua diversidade temática e de olhares.

Assim, o entendimento do termo América Platina está relacionado ao território do sudoeste do Brasil, Bolívia, Uruguai, Argentina e Chile, região que com a colonização europeia pertenceu ao Vice-Reino do Peru e posteriormente, em grande parte, ao Vice-Reino do Prata, e que possui como um de suas marcas a questão fronteiriça.

Nesse sentido, é mister lembrar que a história nacional dos países platinos não pode ser entendida e estudada sem levar em consideração a sua inserção no processo de conquista territorial e formação dos novos estados nacionais no século XIX, decorrentes das colonizações das Coroas portuguesa e espanhola, ainda mais, no momento atual em que se “comemora” o bicentenário do início dos processos de independência.

Assim, ao priorizar as temáticas sobre a América Platina, é imprescindível perceber a história (construídas, produzidas, vivenciadas) das relações de poder presentes em uma região marcada pelas disputas fronteiriças, que foi mesclada não só por divergências e disputas governamentais, mas pela integração e intercâmbio de idéias e interesses regionais/locais, pela mobilidade de pessoas, pelo mercado e comércio, no qual os benefícios da instabilidade e indeterminação dos limites políticos

estiveram presentes na mentalidade e cultura regional, e que na construção dos estados modernos nacionais levarão a adoção de políticas centralizadoras e nacionalistas, onde o extermínio ou o enfraquecimento do poder local fronteiriço foi determinante. Estas políticas nacionalistas serão percebidas também na forma da produção do conhecimento, no qual a historiografia vem ser um dos exemplos e testemunha, em que predominará na literatura oficial a temática das diferenças entre os Estados, em que o limite político também representava a divisão enquanto diferenças cultural, histórica e identitária.

Com a consolidação dos estados nacionais, tanto interna como externamente, e com o processo de globalização, o tema da integração regional se coloca em pauta e o conceito de fronteira é retomado com um olhar para além do limite político enquanto divisão e relações de conflitos. Passa a ser compreendido como área de possibilidades, de aproximações, de diferenças, de identidades e de diálogos. Também a rivalidade passou a ser entendida enquanto instrumento de estabelecimento e afirmação das soberanias nacionais e não mais como uma diferença intrínseca, original e cultural. Ou seja, a partir do estudo do regional, percebeu-se a complexidade, a multiplicidade e multipolaridade que pertence à definição do regional, do espaço fronteiriço, da pesquisa sobre a América Platina.

Nesse sentido, a inter, a multidisciplinaridade se impõe neste universo investigativo, não apenas como um desafio, mas como uma metodologia e imperativo de visão do mundo, da sociedade, da produção do conhecimento.

Com esta perspectiva, apresentamos, com muita alegria este livro, vinculado a elogiável iniciativa dos Programas de Pós Graduação do Mato Grosso do Sul que promoveram o II Seminário Internacional América Platina, e que, entre outros, tiveram como mentor e grande incentivador desta proposta teórica, metodológica e política o Prof. Tito Carlos Machado de Oliveira. A Universidade Federal do Mato Grosso do

Sul está de parabéns por esta iniciativa e por possibilitar tanto o diálogo e debate acadêmico como a sua divulgação. E neste sentido, agradecemos a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul e a Universidade Federal de Pelotas que publicaram estes trabalhos.

Assim, especialmente a companhia do Prof. Tito Carlos Machado de Oliveira e do Prof. Angel Nuñez na organização desta publicação, como das demais autores muito nos honra e vem fortalecer a crença e a importância do diálogo, da liberdade acadêmica, do trabalho integrado e da necessidade do investimento na produção e divulgação do conhecimento.

Maria Medianeira Padoin

EL FRENTE EXTRACTIVO DE YERBA MATE Y MADERA. UNA ACTIVIDAD SOCIOECONÓMICA TRANSNACIONAL DE LA TRIPLE FRONTERA

Roberto Carlos Abínzano

En muchas oportunidades hemos sostenido que la construcción de una consciencia *sui generis* en la región de fronteras, que dé sustento a los proyectos futuros pasa, entre otras cosas, por la comprensión de las secuencias históricas que nos condujeron al presente. Dicha secuencia es una sucesión de formaciones sociales o socioeconómicas que no se refieren a un país sino a un conjunto extremadamente complejo de aspectos infraestructurales y superestructurales combinados de manera específica y durante lapsos también acotados en el tiempo en la región de fronteras. Región que se define precisamente por la existencia de estas relaciones transfronterizas.

El presente artículo es una versión algo modificada de un capítulo de nuestra tesis doctoral (ABÍNZANO, 1985). Debemos aclarar que el punto a partir del cual se elabora esta breve historia es la provincia de Misiones en Argentina, cuya realidad presente y pasada, son incompresibles sin el conocimiento de procesos similares y simultáneos ocurridos en Brasil y Paraguay.

En este texto analizaremos el surgimiento histórico y las características estructurales del denominado *frente extractivo*, entendiendo por tal un modelo de ocupación y utilización del espacio y, simultáneamente, un sistema productivo particular cuyas características fundamentales fueron y aún siguen siendo las siguientes:

La baja inversión; las relaciones de producción precapitalistas; la destrucción de recursos no renovables a corto plazo y su inserción absoluta

en un sistema de mercado regulado desde fuera de la propia región por un capitalismo desarrollado.

Los empresarios -contratistas, propietarios, permisionarios, etcétera- sólo buscaban extraer el máximo de materia bruta y transformarla *in situ* en materia prima destinada a los centros extra-provinciales donde recibían un tratamiento industrial.

Los dos productos principales implicados en este proceso fueron la yerba mate y la madera de ley. Los yerbales naturales fueron explotados con tanta irracionalidad que terminaron extinguiéndose y, por otra parte, los yerbales cultivados crearon una nueva era en la utilización de este producto. La explotación de los bosques naturales, en cambio, agotó las reservas de las especies más valiosas cuyo ciclo de crecimiento supera largamente la vida de varias generaciones. Cuando se inició un programa de reforestación y silvicultura las especies implantadas artificialmente estaban destinadas a las fábricas de celulosa y papel, y se redujeron a unas pocas variedades de coníferas, algunas de ellas exóticas desde el punto de vista del ecosistema.

El frente extractivo impulsó el surgimiento de una serie de epifenómenos complementarios como el trazado de algunas vías de comunicación, el desarrollo de la navegación fluvial y la construcción de infraestructuras portuarias, el auge comercial de algunos puntos del territorio y, desde el punto de vista sociológico, la aparición de una clase social encargada de dar basamento a una elite local capaz de desempeñar roles económicos, políticos, sociales y culturales como ocurre en las sociedades pioneras donde los actores se ven compelidos a una multiplicidad de tareas que abarcan un espectro muy amplio de *locus* sociales.

También se desarrolló un conjunto de industrias ligadas a la extracción de estos productos: molinos, obrajes, aserraderos, etcétera, que no llegaron a poner en peligro el esquema fundamental orientado a incorporar valor añadido a las materias primas fuera de la provincia. Las verdaderas agroindustrias locales que procuraron competir con las instaladas en Buenos Aires y Rosario, surgieron como fruto de la colonización agrícola y,

a su vez, también generaron el desarrollo de una nueva clase cuyos intereses respondieran en mayor medida a la región.

Es muy difícil determinar en qué época se inició este frente extractivo misionero, ya que en alguna medida, mientras Misiones estuvo en poder de Paraguay, sus yerbales fueron explotados y su madera talada. Sin embargo, fue sólo después de la Guerra de la Triple Alianza (1865-1870) cuando estas actividades adquirieron una escala significativa. De manera que podemos situar los comienzos de la ocupación espacial de Misiones por parte de grupos humanos permanentes, aunque no sedentarios, a partir de los comienzos del conflicto y la recuperación de los territorios al sur del Paraná.

Pero, como en las sociedades complejas es prácticamente imposible hallar sistemas en estado de pureza y aislamiento, junto al frente extractivo se hicieron presentes agricultores de subsistencia, colonos espontáneos definibles como *farmers* o granjeros, especialistas artesanos y también los primeros funcionarios. Pero las actividades extractivas constituyeron el fundamento del sistema claramente dominante.

Pioneros en tierras fiscales y privadas

Desde el comienzo de la guerra (1865) hasta la federalización de Misiones (1881) las tierras eran en su casi totalidad fiscales. Un poco antes de la federalización Corrientes decidió la venta de las tierras a unos pocos latifundistas. Este hecho produjo algunas variaciones dentro del frente -ya importante en volumen de operaciones- consistente en la vinculación entre los empresarios y pioneros y las nuevas personas jurídicas propietarias de las tierras que básicamente eran propietarios absentistas que habían invertido en esas tierras especulativamente.

Muchos de los pioneros iniciales se adaptaron a la nueva situación porque habían desplegado una serie de tareas diferentes que abarcaban

casi todos los campos de la economía como el transporte, el comercio y la industria; otros, en cambio, buscaron la obtención de nuevas concesiones bajo el régimen de los latifundios privados y, por último, aparecieron grandes empresas organizadas en el sur (Buenos Aires o Rosario) que se instalan en Misiones “desde fuera” inaugurando una modalidad que nosotros hemos asimilado -por falta de un desarrollo teórico específico- al tipo de las plantaciones modernas o, como dirían Wagley y Harris: “plantaciones usinas”. (1)

El concepto de **frente pionero** que algunos autores utilizan, incluye la totalidad de fenómenos propios del avance de la sociedad nacional y, por lo tanto, el frente extractivo supone un nivel menor de abstracción ya que, como vimos, otras formas de ocupación del espacio lo acompañaron en su surgimiento y a lo largo de todas sus etapas.

Como sistema productivo dominante, el frente extractivo mantuvo su predominio desde fines de la guerra hasta, aproximadamente, la década de los años treinta. A partir de allí fueron otros los sectores que comenzaron a adquirir poder político económico y social. No obstante, en sus modalidades menos extremas el frente extractivo aún existe como tal, es decir, manteniendo las características distintivas señaladas.

Poco antes de sancionarse la ley de federalización de Misiones y al ver ya perdidas sus aspiraciones, Corrientes decidió entregar a la Nación la jurisdicción de esas tierras, pero no su propiedad.

En vista de esta situación -dicen Ziman y Scherer- y de la pronta y segura salida de Misiones de la jurisdicción correntina para pasar a la nacional como territorio nacional, el Gobernador de Corrientes Antonio Gallino, con el propósito de entregar al Gobierno Nacional solamente la jurisdicción del territorio de Misiones pero sin la propiedad, logró que la legislación de Corrientes ya el día 12 de junio de 1881 sancionara la Ley de Tierras por la cual se autorizó a la Gobernación de Corrientes a enajenar todas las tierras de Misiones a razón de lotes de 25 leguas cuadradas, o sea a razón de **lotes de 67.500 hectáreas**. (2)

Mientras en el Congreso Nacional se llevaban a cabo las calurosas discusiones sobre la federalización de Misiones, Corrientes vendió 2.025.000 hectáreas sobre la base de mapas rudimentarios e inexactos y sin mensura de tierras. Esta falta de medidas verdaderas salvó de la venta a 300 leguas cuadradas. Más tarde, también el gobierno territorial rescató tierras que no habían cumplido el requisito de realizar las mensuras obligatorias en el plazo estipulado.

Esta venta de tierras escondió además una maniobra destinada a concentrar su posesión en unas pocas manos por medio de testaferros y más tarde se revendieron a compradores poderosos de la Pampa Húmeda. Casi la totalidad de Misiones cayó en manos de treinta y ocho propietarios (3). La estrategia del gobierno provincial fue recuperar las tierras que se pudiera y colonizarlas. Se veía enfrentado a un vasto territorio vacío, privado e inexplorado por el que sin embargo debía desplegar toda su responsabilidad colectiva. (4)

Cuando en diciembre de 1881 se creó el Territorio Nacional de Misiones, las nuevas autoridades se encontraron con que gran parte del territorio había pasado a manos privadas, y para peor, de propietarios ausentistas. Empero, el mismo apresuramiento del gobierno correntino al realizar las ventas permitió recuperar un buen porcentaje de esas tierras. Algunas pasaron nuevamente al fisco por no haber cumplido los adquirientes con la estipulación de practicar la mensura dentro de un plazo de diez años a partir de la venta. Pero el principal factor que permitió recuperar grandes extensiones fue la errónea mensura de las tierras vendidas; error que devolvió al fisco una ancha faja de tierras a lo largo del dorsal central del territorio. De esta manera, pudo encararse un plan de colonización en tierras públicas, que comenzó por la zona de campo y posteriormente se extendió a las Sierras Centrales. (5)

La federalización de misiones y sus consecuencias inmediatas

Luego de las polémicas descritas y del despliegue de la argumentación presentada por Corrientes y por la Nación, y de las diligencias del poder legislativo, se sancionó el día 22 de diciembre de 1881 la ley de federalización del territorio de Misiones. Esta ley reparaba una injusticia histórica que se completaría 72 años más tarde con la reinstauración de la provincia de Misiones como un estado autónomo dentro del régimen federal.

La Ley fijaba los límites del nuevo Territorio Nacional en los arroyos Pindapoy y Chirimay que lo separaban de Corrientes. Pero el artículo primero que se refiere a los límites fija en realidad los límites de Corrientes y no de Misiones ya que estos últimos estaban en litigio con Brasil y, por lo tanto, la norma legal separaba a Misiones de la soberanía correntina lo que sí se conseguía estableciendo las fronteras entre ambas jurisdicciones.

El poder ejecutivo debía elevar al Congreso un organigrama para ejercer la autoridad nacional en Misiones y de su organización interna. Luego la ley se refiere a algunos aspectos administrativos, impuestos, etcétera.

Lo cierto es que estos nuevos límites dejaban en poder de Corrientes a varios pueblos integrantes de las antiguas Misiones, que ya no volverían a reunirse con sus antiguas “hermanas”. Estos eran Yapeyú, Santo Tomé, La Cruz y numerosas estancias jesuíticas. La antigua provincia quedaba así dividida para siempre. En marzo de 1882 el Poder Ejecutivo dictó un decreto por el cual se fijaba la residencia del nuevo gobernador designado por este mismo poder y, además, se dividía el territorio en cinco departamentos: San Martín, Piray, San Javier, Monteagudo e Iguazú. La capital y asiento de las autoridades quedaba localizada en Corpus.

Pero esta decisión estaba fuera de toda realidad. Sólo una ciudad cumplía los requisitos para ser capital del Territorio: Posadas, pero había

quedado en jurisdicción correntina. Por esa razón el nuevo y primer gobernador del Territorio solicitó al Poder Ejecutivo Nacional su gestión para lograr que la provincia vecina cediera aquella ciudad.

Corrientes fue presionada y “cedió” la ciudad solicitada mediante una ley provincial del 26 de agosto de 1882. El 28 de julio de 1884 Posadas se incorporó a Misiones como su capital por ley del Poder Legislativo Nacional. En cumplimiento de las nuevas normas y al aplicarse en el terreno de común acuerdo lo dispuesto, el pueblo de San Carlos pasó a Corrientes, aunque culturalmente haya girado como otras poblaciones correntinas a partir de allí en la órbita misionera.

Los límites con Paraguay habían sido definitivamente resueltos al finalizar la guerra. Además no presentaban dificultades: la frontera era el río Paraná y dentro de éste la línea de aguas más profundas. Sólo algunas islas presentaron algunos inconvenientes.

El problema que quedaba pendiente era la frontera con Brasil, que contaba en su favor, ante cualquier tribunal arbitral internacional, el hecho de que la mayoría de la población que ocupaba la zona en litigio era de origen brasileño. Ambos países firmaron un tratado para someter la cuestión a un tribunal y eligieron al presidente de Estados Unidos, Cleveland, quien el 5 de febrero de 1895 adjudicó a Brasil los 30.000 km. cuadrados en disputa con lo cual quedó cerrado definitivamente este capítulo. El límite quedó fijado en los ríos Iguazú, San Antonio, Pepirí-Guazú y Uruguay.

Así, con una capital, cinco jurisdicciones políticas, inmensos latifundios privados que ocupaban casi toda la provincia, una población mayoritariamente extranjera y un conjunto de actividades económicas fuera de control, Misiones comenzó su nueva vida de Territorio Nacional.

La penetración del frente extractivo en Misiones es anterior a toda colonización efectiva, aunque sus inicios coinciden con las primeras planificaciones colonizadoras. Su extraordinario empuje se tradujo en el surgimiento de una infraestructura conformada por un conjunto mínimo

de medios de transporte y comunicación, establecimientos comerciales, sistemas de seguridad, etcétera. Pero, y esto es fundamental, si bien las actividades centrales eran extractivas, se crearon desde los primeros momentos auténticas fábricas y sistemas de producción de energía ingeniosos aunque precarios.

Sería simplificar demasiado nuestro enfoque intentar una caracterización de esta etapa adscribiendo toda la población a las actividades extractivas en sus diversos roles, pero, sin duda, ésta fue la actividad dominante y central en torno a la cual todas las demás tenían un carácter satelitario.

Tampoco sería riguroso pensar que todos los yerbateros desplegaban sus faenas en forma absolutamente trashumante. Muchos de ellos combinaron la cosecha de yerba natural por medios tradicionales con la puesta en marcha de establecimientos sedentarios, dedicados a una producción diversificada que implicaba una inversión mayor y radicaba en torno suyo un número variable de población.

Muchos de los pioneros que iniciaron la producción en gran escala y que luego vieron peligrar su base de sustentación al federalizarse la provincia y cambiar las reglas de juego, pudieron adaptarse a la situación cambiante por haber diversificado sus actividades económicas canalizando sus intereses en las ramas del comercio, el tabaco, la hotelería, los molinos, los secaderos y muchos otras, como veremos en detalle más adelante.

En los primeros años de este siglo, y cuando el proceso de colonización ya estaba en marcha existían en la provincia seis o siete grandes firmas cuyas incumbencias alcanzaban la casi totalidad de las ocupaciones existentes. Estas a su vez fueron con el tiempo asociándose a intereses extraprovinciales que les permitieron crecer aún más. Lo cierto es que la infraestructura provincial creció en función de estas grandes empresas.

Ahora veremos cómo era la provincia de Misiones desde este punto de vista, es decir desde el ángulo de su equipamiento, infraestructura y tareas

dominantes entre el fin de la guerra, o poco antes, y los primeros años del siglo. No analizaremos el tema de la colonización, salvo algunas alusiones necesarias, ya que ese punto lo estudiaremos aparte, específicamente y en una síntesis posterior de ambos temas.

Las estrategias desplegadas por Corrientes para consolidar su posición en Misiones con miras a enfrentar los derechos de la propia interesada y las decisiones nacionales, no incluyeron inversiones en infraestructura que puedan calificarse de significativas.

Misiones estaba unida al resto del país por un hilo débil y frágil que era la ruta que recorría el norte de Corrientes en forma paralela al río Paraná. Es la actual ruta nacional número 12. Por el río se podía llegar navegando sólo hasta los saltos de Apipé con barcos de calado medio y grande. Allí, estas “restingas” sólo permitían el paso cuando había crecientes o con barcos dotados de un motor muy poderoso para enfrentar a los rápidos y guiados por alguno de los pocos prácticos que se animaban a pasar por allí y que conocían los escasos pasos existentes.

Durante la guerra (1865-1870), la flota brasileña aprovechando una creciente recorrió el río Paraná hasta más arriba del Iguazú. Actualmente, a partir de 1983, la represa de Itaipú ha cortado toda navegación aguas arriba ya que no posee esclusas de navegación, pero el lago formado por la misma represa permite una navegación de gran calado por más de 80 km. aguas arriba. Antes de esta valla inmensa la navegación era posible hasta los saltos del Guayrá, hoy desaparecidos bajo las aguas.

Lo cierto es que el escollo de los saltos de Apipé y Yacyretá se convirtieron en la principal dificultad para el desarrollo de Misiones ya que a fines del siglo pasado el transporte terrestre era una verdadera odisea por la escasez de caminos y su estado calamitoso. El transporte fluvial era, en cambio, muy eficaz y barato. Aguas arriba del Apipé la actividad de los puertos renacía y éstos fueron durante mucho tiempo el centro de la vida sociocultural y económica. Los puertos fueron los puntos de penetración

hacia el interior; la base de reclutamiento de mano de obra, la base de operaciones del comercio, el asiento de las autoridades, la puerta de entrada de las mercancías y de salida de la producción local, etcétera.

Pero, para poder llegar por tierra era necesario cruzar caminos peligrosos y carentes de puentes, postas, etcétera. Existen muchas descripciones sobre el tramo entre Ituzaingó y Posadas que datan de aquella época en la región. Y como una idea que desarrollaremos más adelante digamos aquí que éste fue un factor fundamental en el proceso de colonización ya que aumentó el grado de aislamiento que las colonias tenían naturalmente por sus barreras culturales.

Hacia fines de la década de los setenta del siglo pasado y comienzos de la siguiente, existía sólo una diligencia para realizar por tierra la travesía entre Ituzaingó-Posadas. El viaje por la ruta del río Uruguay era tan peligroso y precario que lo más rápido y seguro, a pesar de la mayor distancia, era la navegación por el Paraná hasta Ituzaingó. La diligencia, que pertenecía a un particular -Colmeiro- realizaba tres viajes mensuales si las condiciones generales de tiempo y el camino eran normales. Pero generalmente no lo eran y esos escasos 80 km. se cruzaban frecuentemente a un promedio de 10 km. por día. Cuando las condiciones permitían la llegada del barco hasta el puerto de Posadas, el viaje terrestre se suspendía.

Por aquel entonces, la que sería capital de la futura provincia carecía hasta de telégrafo y por lo tanto dependía de los inseguros y esporádicos viajes descriptos, como única forma de comunicación con el exterior. La diligencia de la zona del río Uruguay se había suspendido y sólo circulaban algunas embarcaciones entre los puertos de ese río y Santo Tomé. En una carta publicada en 1881, Alejo Peyret afirma que esas regiones eran frecuentadas por “matreros” y otros aventureros contra los que se estaba combatiendo con firmeza para limpiar el área de bandidos. (6)

Volviendo a la diligencia de Colmeiro digamos que en algunas situaciones excepcionales sus servicios fueran reforzados con ayuda oficial.

Eso ocurrió con la llegada a Misiones del sabio ítalo-suizo Moisés Bertoni, uno de los más grandes estudiosos de temas regionales y pionero de la agricultura local. Bertoni envió una carta al diario “La Voce de Ticino” y éste la publicó en su edición del 18 de Junio de 1884 (en esta fecha el Territorio de Misiones ya había sido federalizado, pero las condiciones generales eran todavía similares al período anterior). Por este documento nos enteramos de algunos detalles de la travesía.

Luego de quejarse de las durezas del camino y los sacrificios de los viajeros y además de agradecer al gobernador de Misiones, Don Rudecindo Roca, los recursos puestos a su disposición para el viaje, dice:

[...] Cuando es bueno, el camino es una serie de cursos paralelos, profundos hasta un metro, interrumpidos por piedras más o menos grandes y de un copete de una graminácea que os sacude hasta lo imposible. Después de trecho en trecho se entre en los pantanos, en los cuales los bueyes apenas muestran la cabeza fuera del agua, o en las riveras cuyo pasaje es por demás peligroso. De caminos artificiales no hay trazos, de puentes ni hablar. A cada paso los carros se hunden en el pantano, es necesario quedarse y perder horas de tiempo. Es así que se marcha lentamente y a menudo no se hace más de diez kilómetros en el día. (7)

La caravana que acompañó a Bertoni era excepcional e imponente. Estaba compuesta por ocho carros, ocho carruajes, sesenta personas, nueve caballos y sesenta bueyes. Como la zona no estaba libre de posibles bandidos o de la presencia de algún tigre, se montaba guardia permanentemente. Los hombres dormían a la intemperie con las armas siempre junto a ellos. Las mujeres o los viajeros especiales dormían en los carros.

Nuestros carreteros son indios guaraníes, bravísima y honesta gente, obsequiosos y gentiles, siempre vivaces y alegres. Siempre se ríen de todo; no así en las más fatigosas y peligrosas ocasiones, ellos pierden su filosófica alegría para adoptar en cambio una admirable sangre fría, aman el juego y la vida alegre, pero en el momento de necesidad ninguno deja su puesto, siempre listo a afrontar y reírse de todas las adversidades. (8)

El cruce de los ríos y arroyos era quizás el momento más crítico, situación reiterada durante décadas en todos los caminos misioneros.

Interrumpiendo la dulce ilusión encontramos el Itaembé, rápido afluente del Paraná. Atravesarlo es difícil. En Europa se lo juzgaría absolutamente imposible, pero para nuestros bravos indígenas no hubo obstáculos. Las carretas descienden hasta el río a lo largo de una pendiente vertiginosa. Todos los pasajeros deben tenderse en las carretas para no sentirse sacudidos unos contra otros. Todas las carretas arriesgan de volcar pese a los ocho bueyes atados a cada una, se mantienen en pie mediante su mismo volumen y de la extraordinaria altura de sus ruedas. Finalmente en medio de una bulla infernal, de la cual tienen en secreto arribamos sanos y salvos a la otra orilla. (9)

El frente extractivo y los comienzos de la colonización

Queda dicho, y lo reiteramos a modo de recapitulación, que al comenzar la guerra de la Triple Alianza, y no bien los ejércitos paraguayos abandonaron las zonas al sur del río Paraná, la provincia de Corrientes se dispuso a hacer efectiva su soberanía territorial sobre Misiones, siguiendo dos estrategias complementarias y simultáneas: comenzar la colonización y el asentamiento de población y regular la actividad extractiva de la yerba mate y la madera cuya iniciación se efectuó en forma inmediata y espontánea por parte de la iniciativa privada.

Esta etapa, que se extendió hasta la venta por parte de Corrientes de la totalidad de las tierras misioneras o, por lo menos, de lo que se creía que era la totalidad de su extensión, se caracterizó por la presencia de dos tipos humanos culturalmente diferentes: a) los pioneros individuales, generalmente extranjeros o hijos de extranjeros movidos por ambiciones económicas claras; vinculados al comercio; originarios de los países triunfantes y; b) los colonos agrupados en familias o conjuntos de familias,

fundamentalmente agricultores; en su mayoría de origen brasileño; con un alto porcentaje de europeos, que luego de una primera inmigración a Brasil pasaban a Argentina, etcétera.

Tanto el frente extractivo como esa colonización más o menos espontánea se continuaron y, en cierto sentido continúan, sumándose a otras formas posteriores de ocupación del espacio. También en este período que precede la federalización o nacionalización de Misiones aparecen dos fenómenos fundamentales para la futura estructura regional: la presencia de un estado; un conjunto de controles e instituciones, y el surgimiento de un centro urbano cuya preponderancia económica, política, ideológica y cultural no cesará desde entonces: Posadas. En este período se gesta también el perfil de una clase social que, al igual que la poderosa capital provincial, nunca abandonaría cierta forma de hegemonía.

Analizaremos en primer lugar el frente extractivo como sistema de producción. Estudiaremos las características de sus actividades y, fundamentalmente, sus relaciones de producción y la explotación de indios, mestizos y criollos que llegó a niveles desconocidos en la región. Cabría agregar, antes de comenzar el desarrollo de estos puntos, que las actividades extractivas que se intensificaron más tarde con Misiones y convertida en territorio, tanto en sus grandes latifundios privados como en las tierras fiscales, fueron características de una sociedad nacional en expansión que acababa de recuperar inmensos territorios y, por lo tanto, sus riquezas inexploradas.

Desde la época jesuítica se explotaban las selvas misioneras. De ellas se obtenían valiosos productos, no sólo para consumo directo sino para su venta al exterior de la región. Eran fundamentalmente dos: la yerba mate y la madera. A la riqueza arbórea ya nos hemos referido anteriormente. En cambio, sobre la yerba mate es necesario explicar una serie importante de circunstancias que hacen a su consumo.

La yerba mate puede ser empleada de varias maneras pero fundamentalmente de dos: a) como un té o infusión común y; b) colocándola en una pequeña calabacita (que también se denomina mate) y vertiendo en ella agua caliente o fría. En este último caso se denomina “tereré”. La primera de estas formas se denomina mate cocido o simplemente cocido. La segunda mate o mate cebado, cebar significa servir. El mate servido o cebado se consume generalmente en grupo. Una persona pone el agua en la calabaza que contiene la yerba y se la entrega a otra, generalmente la más próxima. Esta sorbe el líquido por medio de una “bombilla” o cánula, generalmente de metal, hasta que la yerba queda seca. Devuelve el mate a quien está cebando y éste vuelve a llenarlo y se lo entrega al que sigue. Una vez elegido el sentido de la distribución se respeta en las entregas siguientes. Antiguamente el acto de cebar mate estaba rodeado de un complejo ritual que incluía un verdadero lenguaje cargado de sentido.

El consumo de la yerba mate se generalizó durante la colonia y en la zona de las misiones, los jesuitas tuvieron prácticamente el monopolio de su producción. Ellos fueron los que inventaron los primeros procedimientos para elaborar la hoja silvestre hasta convertirla en la yerba seca y molida que se utiliza en las dos formas de infusión descriptas. Los indios elaboraban la yerba de una manera rudimentaria y en pequeña escala para su consumo local y cotidiano. Los jesuitas construyeron mecanismos para que la elaboración fuera de una magnitud muy superior.

El uso de yerba mate tiene una difusión amplísima en Sudamérica. Se consume en Argentina, Uruguay, Paraguay, Brasil, Bolivia, Perú y Chile. En estos países existen muchas variantes en las formas de preparación. Por ejemplo, en el altiplano argentino-boliviano se toma el mate cocido con alcohol puro en el desayuno. Esta se llama “yerbada”. En Brasil se lo toma helado en el verano y se lo ha industrializado en botellas. Actualmente en estos países se produce el mate en “saquitos” o “bolsitas” al igual que un té común.

Un tomador de mate mediante el procedimiento de la calabacita y la bombilla puede consumir varios litros de infusión por día. En un clima subtropical, donde la mayor parte del año se transpira copiosamente, esto supone una extraordinaria hidratación. Por otra parte, su alto contenido de cafeína y mateína la convierten en un estimulante. También posee una importante proporción de vitamina C (ácido ascórbico).

Para poder ser consumida, la yerba mate natural debe pasar, como dijimos, por una serie de pasos denominados corte, primer secado o sapecado, secado, canchado o molienda gruesa y molido definitivo o fino. Desde los comienzos de la elaboración de la yerba mate en la época colonial los pasos industriales y las tecnologías sólo cambiaron, y esto bastante poco, en cuestiones de grado. Todavía existen numerosas empresas de nivel artesanal en la industrialización yerbatera.

Bien, lo que nos interesa señalar es que la demanda de yerba desde su implantación hasta ahora siempre ha sido económicamente significativa e importante. Por esa razón, los comerciantes que llegaron a Misiones acompañando los ejércitos aliados, al descubrir las inmensas riquezas inexploradas no tardaron en radicarse allí y comenzar la empresa comercial e industrial que inauguró el proceso que denominamos en este trabajo “frente extractivo”. Quiénes eran estos pioneros iniciales y cuáles fueron sus actividades es lo que veremos a continuación.

Fundamentalmente, los protagonistas del frente fueron individuos que acompañaron a los ejércitos, especialmente al de Brasil, que se asentó en las cercanías de la actual Posadas. Muchos provenían de Uruguay; otros de provincias argentinas. Había españoles, italianos y franceses. A la manera de una “fiebre del oro” -a la yerba se la llama “oro verde”-, estos empresarios abrieron caminos en la selva, levantaron puertos, crearon formas de transporte, montaron las primeras industrias, los primeros silos y contribuyeron al crecimiento del comercio de Posadas.

Simultáneamente, en este período aparecen los viajeros y científicos cuyo interés consistió en explorar y conocer la provincia misteriosa.

Algunos combinaban estos objetivos con intereses económicos como Bertoni, Bosseti, Luchessi, etcétera. Otros sólo se interesaron por cumplir sus tareas profesionales (creación de colonias o mensura de tierras) como Queirel o Peyret y, por último, también llegaron a Misiones visitantes con un exclusivo interés científico como Ambrosetti, Lista, etcétera.

Al igual que en otros territorios argentinos, la exploración científica y la ocupación económica avanzaron al unísono, junto a la presencia de las primeras instituciones estatales nacionales. Los jesuitas habían descubierto un mecanismo para cultivar yerba mate con lo cual implantaron grandes bosques de yerba junto a los pueblos. En la época que estamos reseñando, aquellas plantaciones estaban en estado de ser explotadas, pero las que tenían realmente valor eran las grandes “manchas” o “manchones” de las selvas profundas en manos de los indios tupíes quienes impedían el ingreso de toda comitiva yerbatera. (10)

Las primeras explotaciones del frente extractivo fueron en territorio paraguayo y especialmente las del lugar conocido como “Tacurú-Pucú” (hormiguero-gigante), a la altura del puerto actualmente llamado “Presidente Franco”, frente a la desembocadura del río Iguazú. De manera que al referirnos al frente extractivo no podemos restringirnos a los límites actuales de la provincia de Misiones. Tal como hemos expresado, nos interesa la región como espacio-objeto de nuestra investigación. Y esto se debe a que la actividad extractiva no conocía límites internacionales. Individuos de varias nacionalidades y orígenes pasaban las fronteras nacionales en cualquier sentido ya que prácticamente no existían, en ninguno de los tres países, controles aduaneros o de otra naturaleza. De allí que en un primer momento los esfuerzos de estos pioneros se centraran en las costas boreales del Paraná.

Debemos tener en cuenta que la guerra significó para Paraguay su destrucción completa. Su economía, que había llegado a ser gracias al proteccionismo una de las más florecientes -había llegado a tener fundiciones de acero y el primer ferrocarril de Sudamérica- quedó destruida y “atada al carro” de los vencedores, especialmente de los sectores

ultraliberales de Buenos Aires. Es merced a esta relación asimétrica y a las alianzas económicas entre los sectores liberales de ambos países como se reestructuró la sociedad paraguaya de la posguerra adquiriendo un carácter subordinado.

Los inmensos yerbales paraguayos habían sido tradicionalmente, desde la época del dictador Francia, y más adelante con los López, un monopolio del Estado. Después de la guerra, los yerbales quedan expeditos para las comitivas privadas. Los yerbateros debían adecuarse a legislaciones de los tres países según donde estuvieran los “manchones”, pero generalmente no cumplían escrupulosamente con ninguna de ellas. Aquel era un mundo aislado, sin controles, donde muy pronto comenzaron a regir unas leyes *sui generis* a pesar de los esfuerzos de los respectivos gobiernos.

Hacia el espacio vacío o semivacío de Misiones comenzaron a fluir paralelamente algunos colonos que llegaban desde Brasil a la zona de campo y se iban estableciendo en las antiguas poblaciones jesuíticas en ruinas.

El gobierno de Corrientes decidió regular las actividades extractivas mediante una legislación específica. Para ello sancionó en 1876 una ley que reglamentaba las actividades en tierras fiscales. Esta ley llegaba tardíamente ya que, a casi una década de recuperados los espacios misioneros, las actividades eran ya muy intensas y se regían por leyes y reglamentos totalmente inadecuados y arcaicos, aunque como acabamos de decir los yerbateros y obrajeros fundaron un mundo casi autónomo.

La Ley citada contiene valiosos elementos para conocer el carácter de las actividades que se intentaba regular y, al mismo tiempo, significó el último gran esfuerzo correntino para integrar la economía misionera a sus arcas. En sus aspectos fundamentales decide lo siguiente:

En el artículo primero se refiere a los yerbales que eran conocidos entonces aunque se suponía también que otros serían descubiertos. Así se mencionan los yerbales de Santa Ana, San Javier, Corpus y los del otro lado del Campo Grande. No se mencionan los grandes yerbales del interior como San Pedro que ya eran conocidos.

Para repartir los yerbales a los explotadores o permisionarios se establecía una división de todos los yerbales en cuatro secciones. Para delimitar cada una de ellas se debería integrar una Comisión especial con un comisario general, un fiscal de yerbales y dos vecinos prácticos entre los yerbateros designados por el propio gobernador.

Las secciones deberían ser numeradas y comenzar por San Javier, Santa Ana, etcétera. Esta distribución tendía a evitar la depredación de las plantas ya que cada año se permitiría la explotación de una sección mientras las demás descansarían tres años. Esta preocupación estaba ya claramente expresada en el reglamento de Belgrano de 1811.

Para poder hacerse acreedor al usufructo de un manchón -así llamado oficialmente- había que acreditar su descubrimiento dentro de la sección y luego atenerse al reglamento. Este derecho de descubrimiento duraba un año.

Los empresarios debían reunir una partida y luego inscribirla en un registro de la Receptoría territorial de Santa Ana, para la zona del Paraná; y en San Javier para la del Uruguay, consignando en un formulario especial el nombre de cada integrante de la comitiva.

Para aludir a la actividad de explotación de yerba se utilizaba el término “beneficiar”. Los cortes estaban permitidos entre el 1º de marzo y el 31 de julio. Fuera de estas fechas estaba prohibido y se sancionaban con multas. Si los trabajos no se iniciaban en el tiempo establecido el beneficiario tenía una prórroga de dos meses. Luego de ese plazo perdía sus derechos.

Las dimensiones de las concesiones se establecían de la siguiente manera: ninguna de ellas podía superar las sesenta cuerdas cuadradas en total y se calculaba la dimensión por número de empleados, a razón de seis cuerdas cuadradas por cada peón. Una cuerda cuadrada es aproximadamente una superficie de 10.000 metros cuadrados. Además se establecía que la ranchada -conjunto de habitaciones precarias- debía situarse en el centro de la zona otorgada. El fiscal, a solicitud del capataz o patrón, debía en

término de dos días de la solicitud, determinar los límites del predio. Una vez establecidos éstos, los capataces debían ordenar la limpieza del terreno y el armado de los ranchos. Entre los diferentes grupos se producían frecuentes conflictos cuando peones de una concesión cortaban yerba en tierras de otra. En ese caso debían pagar una multa de 25 pesos y devolver la yerba cortada.

También se aplicaba una multa de igual valor a quien cortaba incorrectamente la planta destruyendo el gajo principal del árbol llamado “banderola”. Esta multa se aplicaba por cada gajo cortado con la obligación de entregar la yerba. También se aplicaban multas a quienes destruían, de cualquier otra forma, un ejemplar de yerba. Aquí se aplicaba una norma curiosa: al delator o denunciante había que pagarle, además, la mitad del valor de la multa. Las sanciones para los reincidentes eran muy duras, perdían el derecho a entrar en los yerbales por espacio de tres años y debían entregar al denunciante todos los útiles que poseyeran para la elaboración de la yerba; además, debían pagar la multa correspondiente.

Cuando se cortaba yerba en las épocas prohibidas y en las secciones no habilitadas ese año, se decomisaba totalmente la yerba obtenida hasta ese momento y todos los útiles empleados en la explotación. Luego la gobernación debía vender al mejor postor todo lo decomisado y repartir lo obtenido en partes iguales entre el delator y el aprehensor.

También se prevén multas para quienes corten yerba “caona” (nueva o joven) y en estos casos era necesario que el fiscal y dos vecinos yerbateros en presencia del interesado determinaron cuando una yerba era “caona”.

Si los patrones o capataces decidían vender yerba en los lugares de explotación, debían hacerlo ante el fiscal. Los que vendieran yerba ajena serían sancionados con fuertes multas a cinco pesos la arroba vendida o “intentada vender”.

Como la actividad extractiva generó un número grande de actividades conexas fue necesario también legislarlas. Así existe un artículo dedicado a normatizar la introducción de comerciantes en las áreas de “beneficio”

de yerba. Se prohibía, expresamente, el ingreso de “boliches ambulantes” (boliche significa en Argentina, comercio de poca importancia; comercio en donde se vende de todo y, además, lugar donde se reúne la gente a beber). Para poder ingresar con mercaderías, los vendedores debían demostrar que las traían a pedido y obtener una autorización del comisario o uno de los fiscales.

El artículo 16 es muy interesante ya que se refiere a los intentos de iniciar actividades agrícolas en las secciones de yerbales. A todo aquel que hiciera rozados para plantar en la selva algunos cultivos, se le aplicaría una multa de 100 pesos, es decir una cifra tres veces mayor que por destruir árboles de yerba. La ley señala una clara negativa a mezclar la agricultura con la explotación de los yerbales fiscales, y fija con toda claridad los nichos ecológicos de ambas actividades. También se prohibía hacer habitaciones permanentes, delito que se penaba igualmente con 100 pesos y la sustracción de la casa.

Como el fisco cobraba proporcionalmente a la extracción, se establecía en la ley que no podían quedar árboles sin beneficiar de los asignados. Los fiscales debían estar presentes cuando las comitivas dejaban un lugar, mudaban el campamento o realizaban cualquier movimiento. Los capataces se responsabilizaban de los daños producidos por los peones siempre que éstos no hubieran causado el daño ex profeso.

También los troperos, encargados de transportar la yerba desde el monte, debían contar con una autorización correspondiente extendida por la receptoría de la zona. En este caso también se llevaba un registro del personal de la tropa, nombre del capataz y del tipo de trabajos que debían realizar, así como si llevaban víveres u otro tipo de artículos. Se sancionaba a los troperos que cargaban yerba de noques (silos) no declarados previamente aunque se tratara de una equivocación.

Quienes quisieran “conchabarse” (11) como peones en los yerbales debían formalizar sus contratos frente al receptor para que tuvieran validez.

Éstos eran registrados en un libro que se enviaba a la gobernación. Todo trabajo acordado fuera de este procedimiento era declarado nulo.

Quedaba prohibida la contratación de un peón que no hubiera cumplido con un contrato anterior. En caso de realizarse la contratación, el nuevo contratante debía, además de pagar una multa, hacerse cargo de los perjuicios ocasionados por el incumplimiento de ese contrato anterior. Cuando el incumplidor era el patrón o permisionario, entonces los peones podían presentar sus quejas a los fiscales quienes, si no podían solucionar el pleito, debían presentarlo ante el juez de paz.

La Ley que acabamos de resumir en sus aspectos fundamentales no proporciona, como dijimos antes, una importante información en varios sentidos. Nos habla de una actividad que ya se estaba realizando desde hacía mucho tiempo y que había acumulado técnicas, experiencia, reglas y normas de funcionamiento basadas en la costumbre, adaptaciones específicas, etcétera. Se intentaba legislar sobre una realidad que se venía produciendo y las medidas adoptadas pretendían canalizar hacia las finanzas correntinas un porcentaje de las ganancias de los yerbateros.

La Ley presenta algunas ingenuidades en cuanto a las posibilidades reales de conseguir su ejecución y cumplimiento en un medio geográfico plagado de enormes dificultades. Ciertos controles no sólo eran casi imposibles de articular en 1876 sino que siguieron siéndolo hasta mediados de este siglo.

La ley define los derechos y obligaciones de cada unos de los roles que interviene en la producción. Anteriormente, los paraguayos habían dictado un reglamento que regulaba la explotación de yerbaes paraguayos y, como estas tierras estaban en su poder también tuvo vigencia en Misiones. De esta época proviene la costumbre de otorgar un área en explotación y luego controlar el monto de lo extraído para cobrar un porcentaje. Más tarde, se calculaba la cantidad de producto existente en un área y se cobraba en función de esta dimensión sin necesidad de controlar lo efectivamente extraído.

Al incluir la división por secciones, la ley de 1876 procuraba detener la destrucción de los yerbales y permitir que se recobraran después de cada poda. Pero, como queda dicho, esta ley era de muy difícil aplicación y la depredación continuó.

Algunos años más tarde decía Rafael Hernández:

Los yerbateros argentinos elaboran pésimamente y destruyen los yerbales. Deben creerme porque digo la verdad y si no lo remedian pronto, el mal será enorme.

Hay diversas razones para ello, una es que no existe vigilancia oficial, trabajan en ajenas propiedades y nada les importa su conservación. Sólo aspiran a hacer mucho y a poco costo, pues en cuanto a la calidad, como se une a la que viene del Paraguay, se mejora en conjunto la mercancía y así cortan toda clase de árbol sin reparar que esté o no en sazón y sin cuidar de hacerlo en la estación oportuna, ni elegir las partes tiernas, lo cual es causa de esos gruesos palos que la distinguen. Ni siquiera tienen las precauciones propias para su reproducción.

Cuando un yerbal se ha talado completamente se pasa a otro y esto es también motivo para que no se hagan instalaciones permanentes capaces de mejorar su fabricación. Así es como hay siempre en campaña gente ocupada exclusivamente en descubrir nuevos yerbales y abrir las picadas mulateras.

Con esto se verá que los yerbales argentinos tienden a destruirse rápidamente y que es preciso nombrar varios comisarios, porque son tan difíciles las comunicaciones que uno solo, como ha existido, es poco menos que inútil. (12)

Las predicciones de Hernández se cumplieron aunque muchas décadas después y la yerba mate cultivada reemplazó totalmente a la natural o silvestre. En Paraguay en cambio, los reglamentos se respetaban y la industria yerbatera mostraba la disciplina a que había sido sometida como parte del monopolio estatal y la existencia de una industria sólida. El mismo Hernández nos dice:

Los paraguayos tenían el sistema llamado de “barbacoa”, que quiere decir “agujero en la barba”, que es el distintivo de los indios Khainguá, los cuales se agujerean el labio inferior, y abrochan una pieza como un botón de puño para conservarlo. También usan una púa salientes de algunos centímetros, como espuela de gallo, fabricada de una resina semejante al ámbar. Es signo de distinción el largo de esta púa, y los caciques la usan de cinco a seis centímetros. Ese agujero les sirve para producir agudos silbidos.

En tiempo de los López había reglamentos que llegaban hasta a fijar la cantidad de yerba que debía encerrarse en un cuero, señalando el peso de cada tercio con lo cual se obligaba a oprimirla de manera que entrase la mayor cantidad posible; y esto es garantía de su conservación y fresca por varias causas.

La superioridad que se nota en la yerba paraguaya sobre la nuestra, no proviene de otra cosa que de la elaboración, podemos decir científica, que aquellos emplean debido a que el gobierno no ha descuidado jamás el asunto. (13)

Luego Hernández compara el suelo y el clima de ambos países para demostrar que siendo estos factores idénticos la explicación de la diferencia a favor de la yerba paraguaya estaba en la forma de elaborarla. En cambio, la yerba de Brasil era aún inferior a la argentina ya que allí donde se disponía de inmensos yerbales naturales se arrancaban y volteaban los árboles y la yerba venía mezclada con toda clase de impurezas y especias diferentes, muchas veces tóxicas. Tengamos en cuenta que Hernández recorrió la provincia cuando ésta ya había sido transformada en Territorio Nacional y la colonización había comenzado. Regía aún la ley de la época de Corrientes y la diferencia con las leyes paraguayas estaba más en el cumplimiento que en el texto en sí.

Más allá de los intentos del gobierno correntino de organizar las actividades extractivas en su provecho ratificando así sus aspiraciones a la anexión de las misiones, en aquellas alejadas zonas se desarrollaba febrilmente una intensa y progresiva ocupación del espacio con la penetración hacia su interior todavía desconocido y cuya acción multiplicadora repercutiría muy pronto en la génesis de servicios e infraestructuras complementarias.

El frente extractivo creó una **subcultura**; un modelo de adaptación ecológica; un sistema productivo de difícil definición y un ordenamiento social basado en la explotación de los indios, nativos mestizos y criollos y aún algunos extranjeros europeos. De ello trataremos en el apartado siguiente.

El frente extractivo: una subcultura

El frente extractivo se caracterizó por sus formas de organizar la producción sobre las base de relaciones de producción precapitalistas aunque disfrazadas de capitalistas. El sistema en sí aparecía totalmente dominado por el capitalismo más desarrollado de las grandes ciudades sureñas -Buenos Aires o Rosario- que no tardaron mucho en adueñarse de los resortes de la totalidad del ciclo productivo mediante el monopolio de la industrialización definitiva del producto y su comercialización masiva.

Cuando decimos que las relaciones de producción no eran totalmente capitalistas nos referimos a los mecanismos que existían para no pagar un salario proporcional al trabajo invertido y muchas veces para no pagar ninguna clase de salario. Este último caso, que llegó a ser muy frecuente, consistía en endeudar de tal manera al peón que éste siempre quedaba atrapado en la red del sistema sin ver jamás dinero, salvo el que en el primer momento de contratación se le daba precisamente para que contrajera las primeras deudas. Este punto lo veremos en detalle.

Es muy difícil encontrar, aún en tipologías de subculturas latinoamericanas, como la de Wagley y Harris, un tipo taxonómico semejante al de las comitivas yerbateras. Quizá pueda ser asimilado en unos cuantos aspectos a los dos tipos de plantación estructuralmente diferentes y cronológicamente sucesivas descritas por aquellos autores: la plantación Engenho y la plantación Usina (14). En las viejas plantaciones el patrón vivía en la finca y tenía con los peones un trato directo y personal;

conocía las aptitudes de cada operario y generalmente incorporaba en la vida doméstica de su vivienda a parientes -por lo general esposa o hijas de los peones- para realizar trabajos caseros como la crianza y cuidado de los niños, preparar la comida, etcétera. Los patrones ejercían un paternalismo muchas veces bondadoso aunque férreo en materia de disciplina. Éste era el modelo de las viejas plantaciones llamadas plantaciones ingenio (o Engenho).

Más tarde, el trato se hizo completamente impersonal, siendo el poder ejercido en nombre de patrones ausentistas por capataces o “capangas”. Los antiguos peones se proletarizaban totalmente perdiendo ciertas ventajas que la antigua relación patrón-cliente les brindaba. La empresa impersonal se corresponde al período de los contratistas que, en Misiones explotaban la yerba en nombre de los patrones o sociedades ausentes.

Hay por lo tanto un primer momento en el que los contingentes o comitivas de trabajadores ejercen sus funciones en un clima de cierta protección, con la existencia de relaciones interpersonales más o menos permanentes. En un segundo momento, luego de venderse las tierras a particulares ausentistas de Buenos Aires, los trabajos son realizados por empresas contratistas que ejercían su rol en forma totalmente impersonal. Esta segunda época fue la de mayor explotación convertida en verdadero esclavismo.

Estas empresas que surgen luego de la venta de las tierras y se convierten en grandes emporios estaban montadas y podían actuar en los tres países yerbateros ya que había algunas de ellas que poseían tierras y capitales en más de una jurisdicción.

La explotación extractiva ha sido muy poco estudiada en el campo de la antropología y de otras ciencias sociales salvo el caso de la minería que alcanzó cierto desarrollo en los medios académicos de los países andinos como Bolivia y Perú. Pero son muy pocos los estudios relacionados a las actividades extractivas de productos vegetales. Sin embargo, entre la

minería y la explotación de la yerba existen grandes similitudes a tal punto que las tradiciones utilizaron nombres de aquella actividad para designar algunas especialidades yerbateras comenzando por el nombre mismo de “minero” con que se llama a los peones de los yerbales.

Una diferencia fundamental entre las explotaciones yerbateras y los tipos mencionados de plantaciones es la inexistencia de un asentamiento estable y fijo en torno a tierras privadas. Los primeros yerbateros fueron permisionarios autorizados a trabajar en tierras fiscales y más tarde empresas contratistas que sólo en algunos casos llegaron a ser ellas mismas propietarias y que, generalmente, ejercían su labor como intermediarios. Como los campamentos eran sólo temporarios no se podían producir asentamientos que fijaran población a la tierra. Sólo se desarrollaron paralelamente a la explotación yerbatera los puertos o aldeas que cumplían algunos servicios generales y focalizaban la actividad mercantil. Estos lugares eran también los puntos donde se efectuaban las contrataciones de los peones y donde éstos gastaban hasta el último centavo. Así creció Posadas, como un espacio funcionalmente ligado al frente extractivo y cuya especialización se extendió luego a otras funciones relativas al ordenamiento territorial.

El auge de la actividad yerbatera llevó a algunos audaces a internarse en las selvas con el fin de descubrir “manchones” de “oro verde”. Estas largas, peligrosas y sacrificadas travesías eran generalmente guiadas por los “descubrierteros”, individuos que se habían especializado en buscar y descubrir manchones de yerba mate y, además, calcular su magnitud y valor económico. Solos o a veces acompañados por otro peón o vaqueano se internaban días y hasta semanas enteras sobreviviendo gracias a sus armas, su experiencia, la valiosa ayuda de los perros y su conocimiento de las posibilidades del medio para alimentarse. Con el descubrimiento de un “manchón” se iniciaba el ciclo que culminaría en la molienda final. Cada paso de esta cadena fue engendrando especialistas cuya habilidad era muy

apreciada ya que, por ejemplo, toda una cosecha podía perderse por un secado realizado inadecuadamente.

Otro tanto ocurrió en la economía forestal que respondía a principios similares. Los descubrierteros se internaban en el monte abriendo una “picada” o “pique” de unos 30 centímetros de ancho con ayuda de un machete -cuchilla muy grande del tamaño de una pequeña espada, de unos setenta centímetros- con el cual van cortando mediante golpes certeros las ramas más gruesas o sólo aquellas que molestan el paso. Una vez que han hallado el manchón realizan una serie de marcas en los árboles vecinos para determinar la apropiación del mismo. Luego emprenden el regreso por el camino más directo trazando un nuevo pique que servirá para llegar con los peones. Además del machete, los peones utilizan una pequeña guadaña de hoja en forma de media luna llamada “foisa”. Esta es de origen brasileño y la utilizaban los lusitanos para hacer los rozados. Algunos descubrierteros utilizaban brújulas o bien un reloj para orientarse en la selva, aunque la mayoría no necesitaba ningún aparato.

El segundo paso es levantar el campamento que durante un tiempo servirá de asiento a los trabajadores y capataces. Los descubrierteros, generalmente ya elegían el lugar más apropiado para el futuro campamento, y lo dejaban marcado con ramas u otra señal.

En este ambiente aislado y solitario, plagado de peligros reales y agresiones del medio -temperatura, insectos, animales ponzoñosos, etcétera- el peón debía luego durante semanas y semanas trabajar duramente para poder cumplir con las cláusulas del contrato suscrito.

Existía un orden jerárquico entre los peones, establecido por la edad, pericia y especialización en las tareas. Éstas no eran tan complejas como para requerir un tiempo demasiado extenso para alcanzar la idoneidad necesaria. En otras partes de este texto nos iremos refiriendo en detalle a estos trabajos especializados.

Condiciones de trabajo y relaciones de producción en el frente extractivo

Al utilizar la palabra **frente** queremos referirnos a una frontera socioeconómica que se fue instaurado al implantarse un sistema de explotación que ocupaba el espacio y los recursos en forma progresiva generando una serie de múltiples epifenómenos. Así, las actividades extractivas de la yerba y la madera ocuparon ciertos nichos ecológicos provinciales condicionados por su especialidad. Fue por eso que dejaron libre la zona de campo y las tierras destinadas a colonización.

Uno de los aspectos más tratados en la literatura y el cine, que han hecho famosa esta región, es sin duda el de la explotación de los “mensúes” (de mensú = mensual) o peones de los yerbales y los bosques. En varias épocas a partir de finales del siglo pasado este tema despertó vivas polémicas en las cámaras parlamentarias y en la prensa nacionales. Y aún hoy, ciertas prácticas nacidas con la explotación del mensú pueden verificarse en los tres países involucrados.

La mayoría de los peones rurales que integraron los equipos yerbateros después de la guerra del Paraguay fueron indios, mestizos y criollos de los tres países y de provincias argentinas como Corrientes y Entre Ríos. También, aunque en menor medida, se dio el caso de la presencia de extranjeros europeos llevados mediante engaños. Esta capa social sustentó la economía regional con su trabajo y más adelante fue la mano de obra barata con la cual los colonos extranjeros pudieron evolucionar desde formas campesinas estrictamente familiares aun sistema de trabajo asalariado más complejo que, a su vez, diseñó la estratificación de la sociedad local.

La estructura de clases

De la capa de yerbateros, empresarios madereros y plantadores surgieron los primeros representantes de una clase dirigente, industrial y

capaz de ejercer ciertos roles de poder público, ya que en una sociedad en formación la multiplicidad de roles de los actores es inevitable, pero no se realiza su distribución en forma azarosa sino que reposa sobre la estructura social y las jerarquías existentes.

Los grandes centros para “conchabar” trabajadores eran Posadas y Encarnación y luego en menor medida San Ignacio, Candelaria y Santa Ana. Poseemos descripciones muy detalladas y valiosas sobre la vida en los barrios obreros; los “boliches” y prostíbulos donde éstos gastaban los “adelantos” con los que quedaban atados al sistema de deudas nunca saldadas, etcétera.

Posadas -decía Niklison en 1914- atrae al trabajador del Alto Paraná: lo atrae con imperio, irresistiblemente como lo atrae asimismo la selva con su silencio, con sus misterios, con sus dolores. En el trabajo, cualquiera sea su procedencia o punto de partida, piensa en ella, no la olvida ni por un momento y si se desvive para saldar su cuenta con el patrón es tan sólo para volver a Posadas, es para gozarla a su manera, en tres, cuatro o cinco días -nunca más- de absoluta libertad. Porque la verdad es ésta: el peón soporta la ley del más duro de los trabajos, aniquila su salud en su ejercicio y sucumbe, joven aún, a su peso por la única y exclusiva recompensa de esos días de libertad obtenidos a largos intervalos. (15)

Este párrafo del “Informe Niklison” refleja lo dicho por innumerables autores de esa época en cuanto a la conducta de los peones o mensúes frente al trabajo en la selva y el uso dado a sus ganancias. Conviene recordar que además de esta ocupación no existía ninguna otra y, como las tierras eran fiscales, es decir no accesibles por compra, suponiendo que los peones tuvieran una capacidad de adquisición -que de hecho no tenían- y, por otra parte estaban preparados solamente para los trabajos selváticos y duros sin saber realizar otras tareas, las alternativas eran casi nulas. La única posibilidad de tomar contacto con dinero era “conchabarse” en los equipos yerbateros o como hacheros en los obrajes.

En Posadas se concentraba la mano de obra potencial del Alto Paraná:

El barrio obrero de Posadas se extiende al norte y al este de la ciudad a través de un buen número de manzanas por cuyo centro se descende al puerto, desde la calle Buenos Aires, la línea quebrada de la Bajada Vieja. Es una fatigosa e interminable sucesión de construcciones de madera, mezquinas y sucias, que sirven de asiento a tabernas y burdeles, más ruines aún. Las puertas, cuando se recorre el barrio, parecen multiplicarse y cada una de éstas deja ver el negocio aparente que en ellas se efectúa: la venta de bebidas alcohólicas, aparente sí, porque en realidad es la prostitución clandestina la fuente principal de sus ganancias. En ese barrio, que por extensión se le designa con el nombre de Bajada Vieja, y sus prolongaciones sobre el puerto, es donde reside el peón los días de su corta permanencia en la ciudad y allí donde los busca el conchabador que lo asegura para la inmediata contrata.

En los burdeles y en las calles se le ve ebrio, en el estado de inconsciencia.

Tan propicio a las explotaciones de que son víctimas. De los establecimientos de procedencia vienen si recursos y con el único propósito de “divertirse” unos pocos días en la ciudad. El anticipo se impone entonces, y el conchabador, que conoce individualmente a los peones, se lo ofrece no bien desembarcan, como medio de garantizar las pingües utilidades que les proporciona el conchabo en la forma irregular de su práctica en Misiones. (16)

Los peones quedaban obligados por este anticipo que se gastaban en pocos días y luego no podían negarse a viajar hacia las zonas de explotación y cuando lo intentaban eran llevados por la fuerza pública que, obviamente, formaba parte de la organización.

Los boliches y burdeles de la Bajada Vieja, así como los almacenes y casa de aprovisionamiento de los barcos y las comitivas yerbateras fueron quedando en manos de un grupo de sirio-libaneses, comúnmente llamados en Argentina “turcos”. Los turcos se radicaron en varias provincias y allí prosperaron como comerciantes adaptándose rápidamente a las

costumbres nacionales. Actualmente existen familias de este origen con poder económico, político y social en Neuquén, Catamarca, Santiago del Estero, La Rioja, Salta, Tucumán, etcétera. Muchos gobernadores de provincia fueron y son actualmente de origen sirio-libanés (“turcos”) como Menem en La Rioja, Saadi en Catamarca y Sapag en Neuquén, etcétera. En Misiones, los turcos manejaron la red comercial ligada al mundo de los yerbateros y los obrajes y al “conchabo” de peones.

En resumen, el sistema del adelanto consistía en lo siguiente: se adelantaba al peón un salario para trabajar en la sección de la selva. El peón gastaba el adelanto en los burdeles y bares durante tres o cuatro días. Después debía embarcarse con la comitiva al puerto de destino, ya sin dinero y teniendo como único proveedor, a partir de allí, al almacén de la propia empresa en el cual todo valía dos o tres veces más que en cualquier otra parte. De manera que en el próximo salario el peón no podía pagar el adelanto ni sus deudas nuevas con lo cual quedaba atrapado en la disyuntiva de trabajar bestialmente día y noche hasta pagar sus deudas y quedar libre, o escapar. En este último caso la huida se pagaba muchas veces con la muerte. Cadáveres que bajaban flotando por el río constituían una imagen común hasta la década del treinta en el río Paraná. Estos aspectos trágicos de la ocupación de Misiones no fueron anecdóticos o esporádicos sino las formas de producción de la riqueza y la estructuración de la sociedad que sobre estas bases organizó el primer perfil de desarrollo y, con esta situación se encontraron los colonos europeos al arribar a su nueva tierra.

Las relaciones de producción

Decir que las relaciones de producción en el sistema productivo implantado por el frente eran precapitalistas sólo nos informa sobre lo que no eran. Necesitamos una definición más científica y precisa. Salvo la ausencia de compra y venta de los hombres en subasta pública el término

que mejor se adecua a lo ocurrido en los yerbales del Alto Paraná es: esclavitud.

Los peones de los yerbales o “mensúes” no estaban ligados a la tierra, ni formaban parte de un sistema estamentario contractual con obligaciones mutuas. Su verdadera condición era la de proletarios rurales sin salario. Y no solamente carecían de hecho de salarios, ya que éstos les eran sustraídos según el mecanismo ya descrito, sino que una vez incorporados a las tareas en los campamentos de la selva dependían totalmente de los patrones y sus guardias armados, quienes imponían las verdaderas leyes vigentes en yerbales y obrajes.

Muchas de las grandes empresas montadas en aquella época en diferentes lugares del país se cimentaron en esta explotación sin límites. La elite liberal y oligárquica de la generación del '80 siempre mantuvo en sus formulaciones los ideales positivistas saintsimonianos y progresistas, pero en los hechos cerró toda posibilidad de ascenso del pueblo a las instituciones democráticas y al progreso económico. Su consolidación como clase y factor permanente de poder se vincula a los genocidios indígenas y de criollos opositores de las provincias del interior. Como la inmigración que soñaron de origen nórdico y anglosajón no se produjo masivamente y, en cambio, arribaron cientos de miles de españoles e italianos pobres, cambiaron sus ideales igualitarios por una dura represión y toda clase de limitaciones y barreras a los inmigrantes y sus hijos. Si la inmigración se asimiló en términos generales no fue por las políticas inmigratorias y su aplicación sino a pesar de ellas.

El trato con los nativos criollos, mestizos e indios en las zonas rurales, y sobre todo en los territorios, fue de explotación sin control ni límites y esto dio lugar a batallas periodísticas, parlamentarias, sindicales y de todo otro orden. En sus formas rigurosas esta situación perduró hasta la posguerra de la segunda conflagración mundial.

Con respecto a los yerbales existían desde antiguo reglamentos que contemplaban la situación laboral de los peones y, simultáneamente, leyes laborales generales para su aplicación a nivel nacional. Pero la falta de

controles administrativos convertía estas normas en letra muerta, meras utopías sin aplicación posible.

Pero, también las mismas leyes y reglamentos facilitaban los excesos y abusos ya que, como en los artículos 26 al 28 del Reglamento de yerbales de 1894, se daba a los contratantes y concesionarios una amplia autorización para conferir a los peones el trato que creyeran conveniente. Por otra parte todos los conflictos surgidos entre ambas partes debían resolverse por vía judicial ante el juez de paz o el fiscal de los yerbales, que invariablemente fallaban a favor de los contratantes.

Si se toma en cuenta la relación entre los salarios recibidos por los peones y el costo de la vida teniendo como única proveeduría la de la empresa, observamos que el sistema estaba organizado de tal manera que lo invertido en salarios se recuperaba rápidamente mediante los exorbitantes precios de la proveeduría.

Veamos cuánto ganaban los peones y cuánto costaban los artículos de primera necesidad según los datos aportados por Barret en 1909. (17)

Tipo de tarea o especialidad	Salario
Mineros (por arroba)	0,60
Barbacuá (por arroba)	0,20
Maquinistas (por mes)	45,00
Capataces (por mes)	120,00
Troperos (por mes)	70,00
Picadores (por mes)	55,00
Boyeros (por mes)	60,00
Chateros (por viaje de 1 a 3 meses)	90,00
Mensualeros varios	30,00

En el almacén de la empresa o del contratista, donde se vendían los productos de peor calidad a valores multiplicados, los artículos costaban lo siguiente:

Cebo - 1 libra	\$ 1,50	
Harina (4ª clase) – 1 libra	\$ 2,00	
Maíz - 1 libra	\$ 2,00	Valor fuera del lugar
Bayeta (de la peor clase)	\$ 15,00 el metro	\$ 2,00
Pantalón de brin	\$ 20,00	\$ 4,00
Camisa	\$ 15,00	\$ 3,00
Sombrero	\$ 60,00	\$ 12,00
Poncho	\$ 200,00	\$
60,00		
Caja de fósforos	\$ 1,00	\$ 0,10

Si se toma en cuenta que un obrero muy eficaz podía, en el mejor de los casos, acarrear trescientas arrobas en un mes... ¿cuántos años necesitaba para pagar los 1.500 o 2.000 pesos con los que quedaba atado a la deuda inicial? Suponiendo que pudiera ahorrar una suma de 20 o 30 pesos por mes, lo que es altamente improbable, y que la deuda fuera de 1.500 pesos necesitaría 50 meses, más de cuatro años.

Empresarios, acopiadores, autoridades, jueces, agentes de seguridad, y en fin, todo el espectro social reposaba en la explotación del trabajo de los mensúes y por lo tanto debían contribuir a mantener el sistema desde sus respectivos roles. Si las leyes laborales eran de por sí atrasadas respecto al resto del mundo civilizado, esto no era suficiente, era necesario ajustar, en la aplicación de las normas, las conductas reales a las exigencias pragmáticas del conjunto.

Las formas de contratación eran en sí mismas inadmisibles y, sin embargo, el formulario que transcribiremos a continuación es uno de los más comunes y frecuentes que se utilizaban en aquella época:

“En este pueblo de a los días del mes de de mil ochocientos ochenta y

ante mi el infrascrito Juez de Paz y testigo que se expresarán, comparecieron por una parte Don mayor de edad de estado y vecino de y por la otra Don también mayor de edad, de estado y con el mismo domicilio, personas de mi conocimiento y hábiles para este acto, de que certifico, y dijeron: que han convenido en celebrar un contrato de conchabo, bajo las bases y condiciones siguientes:

1ª- El peón se compromete a pagar los adelantos ya sea en dinero o mercaderías que recibiere de su patrón en los trabajos generales de yerbales o en cualquier otro trabajo que su patrón le ordene.

2ª- El peón se compromete a no abandonar el trabajo sin licencia de su patrón hasta cancelar su cuenta, responsabilizándose al fiel cumplimiento con sus bienes habidos y por haber.

3ª- El patrón se compromete a abonar al peón quince centavos por cada una arroba de hoja de yerba mate overeada y cinco centavos por cada una arroba de yerba mate overeada que tostare en barbacuá, pagándole un sueldo convencional por trabajo mensual y comprometiéndose a no hacerle faltar la manutención cotidiana, que será, siendo minero o tostador, por cuenta del peón, y siendo mensualero y jornalero, según convenio entre patrón y peón.

Y estando ambas partes conformes con las antecedentes cláusulas, yo el infrascrito Juez de Paz procedí a mi leer este instrumento a los otorgantes en presencia de los testigos Don y Don mayores de edad, de este vecindario y de mi conocimiento de que certifico. Terminada la lectura certificaron los otorgantes su contenido y le suscribieron con los testigos por ante mi que certifico...”

En el apéndice documental podrán leerse algunos artículos periodísticos que en su época obligaron al parlamento a tratar este tema aunque esto no resultó suficiente y fue necesario esperar hasta la posguerra, para que la revolución de 1943 comenzara a hacer cumplir las leyes laborales por primera vez en forma efectiva, aunque también parcialmente.

La población preexistente

El tema de las relaciones de producción del frente extractivo y las condiciones de trabajo nos lleva al análisis de la población preexistente al momento de la iniciación de este período. Esta estimación es de gran importancia para encarar el otro gran proceso simultáneo y paralelo ocurrido en la región: la colonización.

Después de los vaivenes históricos de Misiones, caracterizados precisamente por los movimientos involuntarios de sus habitantes y por los verdaderos genocidios sufridos, se hace verdaderamente difícil calcular la cantidad de población que tenía esta provincia al momento de iniciarse la Guerra Grande, así llamada a la guerra de la Triple Alianza. En forma concomitante es necesario también estudiar el tipo de población, sus actividades y cultura ya que ciertos intereses han tratado de minimizar su número en el pasado y contribuyeron a desfigurar el verdadero carácter de sus rasgos socioculturales. Estas estimaciones se ven dificultadas por la falta de una información precisa ya que, en general, las estimaciones se referían a Corrientes -que involucraba o incluía a Misiones- de la que se sabía mucho más y en la que era más factible intentar estimaciones censales.

Al estallar la guerra en 1865 fueron llevados a Paraguay -según Aníbal Cambas- unos 17.000 habitantes de Misiones con el fin de incorporarlos al ejército guaraní (18). En su retirada, los paraguayos aplicaron la política de “tierra arrasada” destruyendo todos los establecimientos existentes tanto ganaderos como agrícolas o industriales en las zonas del río Uruguay y Central y, por supuesto, en el Paraná. Pero ante el avance de los aliados

se recuperaron más de 120.000 cabezas de ganado entre Trincheras y Candelaria.

Cuántos de esos 17.000 misioneros pudieron huir y regresar o cuántos murieron en esa trágica hecatombe es imposible calcular. Los que regresaron seguramente se incorporaron a la “tarefa” (tarea en portugués) y allí debieron sucumbir ya que las expectativas de vida de entonces en este medio no sobrepasarían los treinta años. Luego llegaron las tropas brasileñas que se asentaron en los alrededores de Posadas en una colina que todavía recibe el nombre, aunque ya la gente no recuerda por qué, del “24”, número de aquel regimiento de infantería. Los brasileños construyeron una capilla en homenaje a San José y por esta razón las antiguas Trincheras de los paraguayos comenzaron a conocerse como Trincheras de San José.

La ocupación militar, las familias que llegaron en compañía de los combatientes y la gran comitiva de comerciantes de todo tipo que acompañaban con sus carromatos cargados de mercaderías al ejército en operaciones, crearon un efecto de repoblamiento de la zona a la que acudieron argentinos de varias provincias, brasileños, uruguayos, españoles, franceses, italianos, alemanes, etcétera, y aventureros o colonizadores de orígenes diversos.

Pero sigue en pie el interrogante sobre la población preexistente. Cuál fue el remanente de población que había quedado en la Provincia después de tantos sucesos y cuáles sus rasgos. En general, encontramos en las relaciones de viajeros o informes oficiales una serie de calificativos y descripciones que nos permiten distinguir dos tipos de pobladores: a) agricultores con técnicas muy primitivas de subsistencia y; b) bandidos o cuatreros dedicados al pillaje, y refugiados de los tres países implicados en la región. Los agricultores estaban asentados en los antiguos poblados jesuíticos en ruinas y es prácticamente imposible calcular su número en toda la provincia. También debieron existir peones al servicio de los paraguayos mientras éstos ocuparon la provincia trabajando en los yerbales. En las

selvas profundas y llegando hasta las mismas costas del Paraná al norte de Corpus había numerosas parcialidades indígenas del grupo Tupí, que se habían constituido en una barrera muy sólida a toda penetración blanca. Casi todos los autores repiten las viejas descripciones referidas al segundo grupo, el de “bandidos” y “refugiados” o “criminales”. Ya vimos cómo el Gobierno correntino definía a los indios para descalificarlos ante cualquier reclamo de éstos por sus derechos a autogobernarse.

Más adelante, las descripciones provienen de funcionarios o viajeros cuya ideología, acuñada en el puerto de Buenos Aires, reflejaba los arquetipos prejuiciosos extensivos a todos los nativos en general. Era una visión peyorativa, racista y descalificadora que abarcaba a los nativos como tales y también como habitantes rurales. La persecución de indios, mestizos y “paisanos”, “gauchos” y “peones” fue una constante de las elites liberales bonaerenses cuando no podían darle alguna “utilidad”. El avance de la burguesía modernizadora dejó fuera de la ley a todo aquel que representara las antiguas formas de vida.

El caso más notorio, inmortalizado en el poema épico Martín Fierro, muestra la desaparición compulsiva de una cultura, la del gaucho de las llanuras, acosada por el progreso incontenible. Los gauchos de las llanuras del Río de la Plata y sur de Brasil, eran trabajadores libres especialistas en las tareas con ganado vacuno y caballo. Iban y venían libremente y se conchababan cuando lo necesitaban. Levantaban un rancho en cualquier parte y su vida afectiva y familiar era efímera y promiscua. Cuando tenían hambre mataban vacas cimarrones y su ajuar era fundamentalmente de cuero.

Cuando la burguesía pastoril bonaerense comenzó a alambrar los campos para poder mejorar el ganado por cruza según las exigencias inglesas, el gaucho fue obligado a trabajar en forma permanente y estable en las nuevas estancias. Los que no se adaptaron al cambio convirtiéndose en peones rurales fueron obligados a incorporarse a los ejércitos que en las

fronteras sureñas combatían a los indios. Esta forma cultural, que tuvo sus orígenes en las vaquerías y en las estancias de las reducciones jesuíticas, era también propia de Corrientes y zona de campo de Misiones, aunque con sus propias características.

“Gaucho” y “bandido” fueron sinónimos. En la legislación de Corrientes encontramos un decreto del 16 de noviembre de 1854 destinado a “promover en cuanto sea posible la moralidad y la contracción al trabajo de las clases menesterosas”. En ese mismo decreto se habla luego no de clase de menesterosos sino lisa y llanamente de “todo individuo de campaña”. (19)

El seno de la sociedad de donde salían en la campaña los “vagos y mal entretenidos” se llamaba en realidad estancia. Ella excluía de su superficie a toda población que no estuviese afectada al cuidado del ganado o al cultivo agrícola, y sus propietarios recelaban del que transitaba por ella porque alcanzando a veces dimensiones enormes, no se la atravesaba de un galope y para alimentarse el hombre que la cruzaba podía preferir carne de vacuno y no de bichos silvestres... (20)

Todas las provincias argentinas tuvieron leyes u otro tipo de normas legales para combatir a los “vagos y mal entretenidos”, cuyos antecedentes se remontan a la colonia. El propio gobernador de Misiones, Juan José Lanusse, al referirse en un informe al gobierno central a los bandidos misioneros los denomina “opositores”, término muy sugestivo si se tiene en cuenta el contexto. Lanusse señala su temor de que estos grupos sean manejados por los opositores.

Tacurú-Pucú: organización y especialidades

Como dijimos, los primeros pioneros yerbateros se interesaron por los grandes yerbales de Tacurú-Pucú, que hasta la guerra habían

permanecido en manos del Gobierno de Paraguay que tenía su ubicación vedada a los particulares. Esto obedecía a dos razones: la inmensa riqueza de aquellas “manchas” paraguayas, en primer lugar y, en segundo término, la imposibilidad de penetrar en los yerbales del lado argentino por la presencia hostil de tribus tupíes comandadas por los caciques Fracrán y Bonifacio Maydana.

Para llegar a los yerbales de Tacurú-Pucú se había practicado una picada oculta que recorría en forma paralela a la costa, y a una legua de ella, un extenso itinerario protegido y vigilado por personal armado. Pero con el término de la guerra los yerbateros se internan en Tacurú-Pucú desde la costa a partir de un puerto situado a la altura de la desembocadura del Río Iguazú en aguas del río Paraná. Estos tenaces hombres fueron los Goicoechea, Aramburu, Bossetti, Luchessi y Paggi. Eran inmigrantes europeos e hijos de inmigrantes. Los hermanos Goicoechea y Aramburu provenían de la colonización vasca del Uruguay. El resto eran nacidos en Italia. Pero el iniciador de todo fue Francisco Meabe, quien penetró por primera vez desde el Paraná con 34 peones y 40 toros trazando la primera picada. Poco después el gobierno paraguayo entregó la totalidad de la explotación de los yerbales a un solo concesionario, el general Escobar, que representaba a la firma Antonio Uribe y Cía., radicada en Buenos Aires. Luego la administración se fue transmitiendo entre varias personas una de las cuales fue el empresario español Nuñez de quien nos ocuparemos más adelante por ser cabeza de uno de los seis o siete emporios económicos más poderosos generados a partir del frente extractivo. Y, por último, el gobierno del general Bernardino Caballero decretó la venta de los yerbales a firmas privadas y es allí donde aparece en escena la Industrial Paraguaya, un importante “holding” integrado en su gran mayoría por capitales argentinos.

Más de dos décadas después de los comienzos de la explotación en Tacurú-Pucú no se había desarrollado ninguna actividad sedentaria

importante y, por el contrario, la precariedad de la vida continuaba como en los comienzos. La mayoría de los peones de Tacurú-Pucú provenían de Encarnación o Posadas, ciudades situadas una frente a la otra. No existía ningún tipo de infraestructura ni servicios. No había médicos, ni sacerdotes, ni maestros. Todas las relaciones personales incluyendo las de parejas de matrimonios -generalmente concubinatos- eran extremadamente débiles y provisionarias. La única medicina practicada era la medicina popular ejercida por curanderas o “pais” (padres o sacerdotes) médicos o brujos indígenas o mestizos. Las mujeres, criando hijos de varios padres diferentes estaban generalmente solas y vivían en muy malas condiciones. Pero lo que no faltaba era la “bailanta” o lugar de baile y bebida. Allí se reunían para bailar y emborracharse hombres y mujeres, viejos y niños, todos “mezclados en una gran confusión” al son de guitarras y acordeones (21). Estas bailantas generalmente terminaban violentamente y la policía ponía en el cepo a los más revoltosos. El cepo, llamado “viracua”, era una estructura que permitía encadenar a 13 personas y, generalmente se completaba.

Los yerbales de Tacurú-Pucú eran muchos y bastante alejados entre sí. Se calcula que los treinta principales producían unas 50.000 arrobas de yerba por año. Mezcladas entre los yerbales había aldeas de indios guayanás, descendientes de antiguos reducidos en los pueblos jesuíticos. Eran cultivadores sedentarios de maíz, mandioca, calabaza, tabaco y azúcar. Tenían casas bien instaladas y profesaban la religión cristiana cumpliendo con los ritos y ceremonias dentro de lo posible. Cerca de allí rondaban, a principios de siglo, los gauyakies que, antes de ser exterminados, poseían bandas numerosas y que como grupo nunca se avinieron a ninguna forma de asimilación. También llegaron importantes grupos de ava-chiripá, guaraníes de las zonas más occidentales.

Entre blancos e indígenas -cuenta Ambrosetti- se daba un grado importante de mestizaje. El grupo guayaná era el más proclive a ese mestizaje (22). Cerca de Tacurú-Pucú vivía un argentino de Buenos Aires,

Pedro Indart, que según Ambrosetti llevaba allí más de treinta años. Era una especie de señor feudal, rodeado de una cohorte de indios chiripáes. Había rodeado su casa -rompiendo con las costumbres locales- de importantes cultivos de maíz, mandioca, arroz, tabaco, cebada, y muchas variedades de hortalizas. Muchos de estos personajes casi legendarios habitaban la selva sin que se supiera de su existencia y muchas veces eran descubiertos por casualidad.

Volviendo al conjunto de Tacurú-Pucú, señalemos que su puerto, a pesar de la importancia de las actividades económicas que allí se desarrollaban, era muy precario. Estaba situado al pie de una barranca de 80 metros y era necesario llevar las mercaderías hasta la parte alta y bajar desde allí la yerba. Para lograr este objetivo se construyeron unos planos inclinados por los que subían dos trineos de incesante movimiento.

Los yerbales estaban divididos en tres secciones para que cada una descansara dos años. Al hacerse cargo de una sección, un “habilitado” (que trabaja por cuenta de otro) debía encargarse de construir varias instalaciones como el perchel, el barbacuá y la máquina de moler yerba.

El perchel era un rancho con techo a dos aguas y que a pesar de ser provisorio debía tener cierta solidez para resistir las frecuentes tormentas tropicales. La techumbre se hacía de palmero o paja. Dentro de estos ranchos había un lugar destinado a guardar la yerba canchada. Ese lugar era el perchel propiamente dicho. Junto a él se colocaba una máquina denominada “mborobiré”, utilizada para moler la yerba. El perchel era una estructura de madera separada del piso para evitar la humedad. A su vez se colocan debajo unas capas de arpillera o un colchón de paja. La máquina era muy sencilla. Consistía en dos horcones verticales clavados en el suelo unidos por una gruesa vara horizontal. Esta última poseía un agujero en el centro, por el que pasaba una vara vertical, unida a su vez a otra horizontal que era la que se ataba a los animales que imprimían su fuerza al sistema. El eje vertical poseía una base que roturaba la yerba al girar. Como estos ranchos suelen ser de grandes dimensiones vivían allí los habilitados y almacenaban las provisiones.

Para instalar el barbacuá se construía un rancho todavía más alto con los extremos abiertos. Dentro de este recinto se levantaba un armazón de madera que era como una gran parrilla arqueada de 2,5 a 3 metros. Sobre esta parrilla se colocaba un entramado un poco más fino atadas con lianas o isipó. Debajo de la parrilla se colocaba la leña con la cual se encendía el fuego para secar las hojas. El peón encargado de tostar la yerba es un experto sobre el que recae la máxima responsabilidad ya que de su habilidad depende el paso más difícil y crítico de la elaboración. La yerba no debe quedar ni húmeda ni quemada; cualquiera de estas posibilidades disminuye la calidad del producto final. Este experto en el secado se llama el “urú” y trabaja sobre la parrilla distribuyendo las hojas con una especie de larga pala de madera para lograr un tostado parejo. (23)

Estos sistemas, que no dejaban de ser muy precarios, producían muchas veces incendios que destruían varias arrobas de yerba, que debían ser pagadas por los peones responsables, lo que transmitía mucha ansiedad y tensión al trabajo. Un urú que tuviera la desgracia de perder un volumen significativo del producto, debía trabajar, para reponer lo perdido en términos de su valor, un tiempo enorme. Para evitar la inseguridad del sistema descrito se inventó un barbacuá más complejo en el que el calor llegaba hasta las hojas en forma indirecta como vapor y humo que circulaba por una tobera de madera. Algunas variantes poseen la tobera enterrada y por la superficie, a través de varios agujeros u hornallas el humo se proyectaba hacia el exterior. Cada barbacuá cargaba unas 150 arrobas que una vez tostadas reducían su peso a la mitad.

El trabajo de los peones en los yerbales, denominado “trabajo de mina”, se efectuaba por grupos que eran dirigidos por un capataz o “capanga”. Éste distribuía la tarea según un criterio espacial, estableciendo pequeñas secciones que se separaban entre sí por medio de picadas, casi imperceptibles. La yerba cortada era llevada por estas picadas menores hasta una picada mayor, llamada “picada hacienda” donde los mineros iban entregando el producto bajo el control del capataz.

La tarea empezaba muy temprano, a la salida del sol, con la marcha de los grupos hacia sus secciones. Luego se dispersaba y allí, en la soledad de la selva, cada peón pasaba horas desgajando los árboles con su machete. Luego de reunir unas cuantas ramas, los peones encendían un fuego en la picada y las pasaban sobre él para darles un primer y muy rápido secado que recibía el nombre de “overeado”. Esta acción de “overear” la yerba recién cortada se efectuaba en previsión de cualquier inconveniente que pudiera retrasar su llegada al barbacuá. Estos imprevistos tenían mucho que ver con las condiciones climáticas y los inconvenientes propios de los caminos y el transporte. Luego de este primer paso el minero colocaba la yerba obtenida, después de separar los gajos gruesos de los finos y ambos de las hojas, en un grueso tejido o en cueros similares a una bolsa. Este paquete, llamado “rairo”, se llevaba sobre los hombros por la picada menor hasta la picada hacienda. Algunos mineros cargaban hasta 16 arrobas aunque lo normal era mucho menos, unas ocho arrobas. Allí en la picada mayor las carretas tiradas por bueyes transportaban la carga hasta el campamento. Los bueyes, con sus astas perforadas de las que pendían unos cencerros, arrastraban por el barro la pesada carga, aguijoneados por largas picanas adornadas con plumas de vivos colores y al son de una corneta de cuero, el “turú”.

Las carretas llevaban la yerba hasta los barbacuás y los lugares de almacenamiento. La yerba sin secar dura aproximadamente, en condiciones climáticas buenas, tres días. Los peones del campamento vivían en unas ramadas o chozas muy pobres y muy precarias, generalmente hacinados y prácticamente a la intemperie. Teóricamente, en los contratos de conchabo, la alimentación de los peones debería estar compuesta por maíz, grasa, porotos, charqui (carne curada con sal al sol) y sal. Pero la mayor parte del tiempo estos alimentos escaseaban y los peones debían contentarse con una monótona dieta a base de maíz. Los que tenían habilidad podían “melar”, es decir comer miel silvestre.

Al ver este grupo de peones de Tacurú-Pucú, el sabio Ambrosetti, reflexionaba de la siguiente forma en 1892:

Estos hombres, cuya mayor parte no son de lo mejor en el sentido moral, en los yerbales se transforman. Allí todos son sumamente mansos. El pendenciero, el heridor, e asesino mismo, viven allí trabajando terriblemente, bajo un sol ardiente, entre nubes de insectos molestos, mal comidos, sin proferir una queja y sin que una mala idea de rebelión, de robo, etc., le cruce por la imaginación. Es curioso que en los yerbales *-refugium peccatorum* de cuanto bandido se escapa de Brasil, la Argentina o Paraguay- no se cometen hechos de sangre, tan fáciles en una región tan aislada, mal vigilada y en donde la naturaleza es por demás apta para ayudar a cometer fechorías. (24)

Ambrosetti no podía prever entonces que ese lugar se convertiría en pocos años más en un foco de violencia y conflictos sin igual en la historia de la región. Entre todos los campamentos y aldeas provisionales, se destacaba como el más importante el denominado estrictamente Tacurú-Pucú, una hilera de ranchos al borde de la selva con algunos cultivos y animales domésticos, donde la única construcción importante era un inmenso galpón de la Industrial Paraguaya (25). Allí, en un extremo, había un enorme hormiguero de más de 4 metros que había dado su nombre al lugar: tacurú = hormiguero; pucú = gigante.

Desde el punto de vista de la importancia económica Tacurú-Pucú ocupaba un lugar primordial en las exportaciones paraguayas destinadas a cubrir una gran parte de las demandas del mercado interno argentino, además de satisfacer los requerimientos del propio mercado interno. Pero como ya dijimos, la competencia por los mercados fue entre empresas más que entre países ya que éstas abarcaban zonas de acción e influencia que sobrepasaban los límites políticos nacionales.

En la época colonial la yerba de consumo regional provenía de tres puntos: Paraguay, Brasil y Argentina. Luego de la expulsión de los jesuitas, la parte argentina de las misiones dejó de producir y fue Paraguay quien

monopolizó el mercado hasta 1813. Esto se debió a que los engranajes productivos creados por los jesuitas no fueron desmantelados hasta mediados del siglo XIX. Por otra parte la yerba brasileña tenía grandes dificultades para competir debido a la escasa calidad de su proceso de elaboración industrial. De no haber sido por las políticas aislacionistas del dictador Rodríguez de Francia, los brasileños no hubieran avanzado en la dominación del mercado. Brasil tenía inmensos yerbales naturales en el estado de Paraná -límitrofe con la provincia de Misiones- y le resultaba fácil alcanzar una gran producción sin reparar excesivamente en la destrucción que les ocasionaba. Al recuperar importancia su posición en el mercado, los brasileños comenzaron a mejorar la industrialización del producto adoptando los métodos y técnicas paraguayos.

Entre estos empresarios que en Brasil trataban de ganar el mercado argentino y perfeccionar las fases de industrialización había muchos argentinos corroborando lo dicho sobre la permeabilidad de las fronteras. Unos argentinos que habían aprendido las técnicas paraguayas instalaron en Paranaguá, Brasil, la primera fábrica de yerba mate. (26)

Al finalizar la Guerra Grande, la competencia entre Brasil y Paraguay se hizo más intensa; Argentina, por su parte, sólo tenía yerbales naturales en Misiones y su tamaño relativo era inferior al de los otros dos países. Había yerbales muy importantes en el interior de las selvas pero éstas estaban en manos de los tupíes.

Uno de los “botines” que la guerra brindó a Brasil fueron los yerbales del Matto Grosso paraguayo incorporado al territorio lusitano. Allí se instaló la empresa Mate Larangeira cuyos molinos estaban en Buenos Aires. En la década que va desde 1860 a 1870, aproximadamente, Brasil triplicó sus exportaciones atrayendo a mucha gente a las zonas de explotación de la yerba mate. La empresa Mate Larangeira creció desmesuradamente reclutando mano de obra en inmenso radio que llegaba hasta Posadas y Encarnación.

En Paraguay otra industria de grandes dimensiones fue la Industrial Paraguaya que llegó, como vimos, a poseer los valiosísimos yerbales de Tacurú-Pucú.

La inmigración masiva llegada a la Argentina, localizada sobre todo en la zona sur produjo un incremento de la demanda de yerba ya que su uso fue adoptado muy rápidamente por los extranjeros.

Pero, a partir de 1870 algunos yerbateros comienzan a poner sus miras en Misiones y despliegan algunas estrategias para poder penetrar en los yerbales inaccesibles hasta entonces. Fueron los Goicoechea, Meabe, Bosetti, Luchessi, etcétera. Eran los antiguos explotadores de los yerbales de Tacurú-Pucú, y tenían montados sus mecanismos de explotación en la región de modo que al perder la posibilidad de continuar en Paraguay iniciaron la conquista de los yerbales misioneros.

Bolsi -quien ha establecido una periodización detallada de la economía yerbatera de un siglo- propone la finalización de esta etapa, que comienza en 1870, en 1900, época en que la economía de la yerba sufrió un vuelco importante con el comienzo de los cultivos.

El pacto de la selva

Con este nombre ha pasado ya a la breve historia de la ocupación misionera el tratado de paz suscrito entre los indios tupíes -una fracción de ellos- y algunos yerbateros. Es sin duda, uno de los momentos de mayor interés en esa ocupación. Hasta el año 1874 dominaban las costas del Paraná y el interior hasta San Pedro los indios mencionados, y por esa razón ningún yerbatero se animaba a penetrar en el territorio. El origen y clasificación etnológica de estas tribus es muy problemático. No sabemos cuándo ingresaron a Misiones, de qué lugar provenían -aunque con seguridad de Brasil- y cuáles habían sido hasta esa fecha sus contactos culturales. El empresario Juan Goicoechea equipó una expedición guiada por uno de los más famosos “descubrieros” de su tiempo: Fructuoso

Moraes Dutra, explorador y vaqueano de origen brasileño. Este contingente descubrió unos yerbales de tales dimensiones que los primeros cálculos le auguraron una producción anual de 300.000 arrobas. El comisario de yerbales era un ex-socio de Goicoechea, don Felipe Tamareu, quien dio parte al gobierno de estas riquezas y solicitó apoyo para explotarlas. Pero en ese informe también se detallaba la presencia de una tribu indígena hostil en las proximidades del “manchón”.

Los indios de Misiones estaban divididos en dos grupos liderados por los caciques Maidana y Fracrán. El primero de ellos era un blanco criado entre los indios desde su adolescencia. Había nacido en Santo Tomé, antigua reducción jesuítica en la provincia de Corrientes. Era hijo de un maestro de postas.

El bloqueo anglo-francés al Río de la Plata como represalia a la política proteccionista de Rosas provocó múltiples inconvenientes para trasladar por el río Paraná la yerba que venía desde el norte en barcos. Por esa razón se organizaron algunas partidas para traer yerba desde el Alto Uruguay misionero. Una de esas partidas, comandada por el capitán Jacinto Galeano, llevó en sus filas a Maydana que era casi un niño. El grupo fue totalmente aniquilado por los indios y la familia de Maydana lo dio por muerto pero, en realidad no sólo salvó su vida sino que años más tarde era el cacique de la mitad de los indios misioneros selváticos.

El otro cacique, Fracrán, cuyo nombre se inmortalizó en una localidad misionera, no quería tener ningún trato con los blancos y sólo quería “malonear” (27). Lo seguían la mayor parte de los indígenas. Maydana, en cambio, lideraba a un sector más pacífico que tenían cultivos estables y se conformaba con no ser invadido ni agredido. Afortunadamente para los yerbateros la tribu cercana a los “manchones” era esta última.

A pesar de las noticias contenidas en el informe de Tamareu y sus propuestas de intentar pacificar a los indios, el gobierno de Corrientes desestimó sus sugerencias por lo cual Goicoechea volvió a convocar a Moraes Dutra para intentar convencer a los indios y lograr su permiso para llegar a

los yerbales. Es probable que las órdenes incluyeran también la posibilidad de combatirlos por la fuerza ya que la comitiva fue fuertemente armada y de alguna manera estaba provocando una situación límite irrumpiendo en los “toldos”. (28)

Los indios eran aproximadamente unos 150 de los cuales un tercio eran indios de pelea o guerreros. Dutra llegó con seis hombres que se emboscaron quedando con la orden de intervenir si éste fracasaba en las conversaciones. Los indios habían detectado la presencia de los blancos y se habían retirado hacia la espesura. Luego de un momento de gran tensión Maidana accedió a conversar con Dutra.

Los indios se dejaron convencer y tiraron sus arcos y sus flechas -dice Fernández Ramos-. Dutra empezó entonces a aconsejarles que debían abandonar su vida errante y selvática, llena de penurias, para dedicarse a un trabajo útil; que se les suministrarían herramientas, víveres, etcétera, que era necesario permitir a los cristianos que abrieran picadas para llegar a los yerbales, lo cual redundaría en beneficio de los mismos...

Desde aquella fecha -1875- quedó libre la zona del Alto Paraná, desde Corpus hasta Iguazú. Recién entonces los yerbateros pudieron establecerse en la costa argentina, libres de temores que tenían de ser agredidos por los indios... (29)

Los indios fueron llevados a Posadas donde se los recibió con gran alegría ya que como buena ciudad “fenicia” intuía lo que aquello significaba para su comercio. Maydana fue agasajado y más tarde regresó a su ciudad natal donde todavía vivía gente que lo había conocido.

Los grupos de Fracrán siguieron con sus correrías entre Misiones y el estado brasileño de Paraná, donde según Tamareu, éstos tenían su origen.

Pero lo cierto es que el episodio descrito abre el rumbo a la penetración que hemos comentado. Los gobernantes correntinos trataban de capitalizar lo que no había contribuido a lograr mientras los indios

se proletarizaban paulatinamente desapareciendo pocos años después tragados por la selva.

Recordemos que el “pacto de la selva” permitió la penetración de los yerbateros y sus comitivas en el interior de Misiones. Esta penetración se efectúa desde el río Paraná hacia el centro y el este. Por otra parte, en sentido contrario los brasileños avanzan de este a oeste y llegan hasta los yerbales de San Pedro y los bosques limítrofes. También hay una corriente de penetración que va desde el sur y sudoeste hacia el norte y el centro.

El Comisario de yerbales y famoso explorador de Misiones informó a Alejo Peyret, quien recorrió la provincia al servicio de Corrientes, que existían los siguientes yerbales a fines de la década del '80:

- a) Yerbales del río Paraná o cerca de sus costas. En las localidades de Santa Ana y San Ignacio y desde allí hacia la zona central hasta Campo Grande (muy importantes) y Campo Nuevo;
- b) El denominado Yermal Nuevo, situado entre ambos grandes ríos.
- c) Yerbales de Parana-í, Garuhapé, Piraí, en las costas más al norte y unas tres a cinco leguas hacia el interior.
- d) Un yermal inmenso, que motivó entre otras cosas el “pacto”, que se hallaba al final de una picada que salía de Piray, y en forma perpendicular al río se dirigía al este. Estos eran los yerbales de San Pedro.
- e) Yerbales cercanos al arroyo Aguaray-guazú, al norte de Piray y a varias leguas de las costas del Paraná.
- f) Yerbales cercanos al Urugua-í (que no debe confundirse con el Uruguay).
- g) Yerbales cercanos al río Iguazú que llegan hasta los saltos.

Por otra parte, también existían yerbales en la zona del río Uruguay que se alcanzaban desde sus puertos o pueblos mediante picadas locales. Y

había también otras picadas que llegaban hasta yerbales ya mencionados a los que también se llegaba saliendo desde el Paraná. Estos eran:

- a) Picada mulatera hasta Campo Grande.
- b) Yerbales de Paggi al norte y nordeste. Éstos ya por entonces estaban destruidos.
- c) Planes para llegar a los yerbales de San Pedro, también conocidos en esta zona.

El problema grave que enfrentaba el río Uruguay, aún más grave que los saltos de Apipé para Posadas, era su escasa navegabilidad. Esto imponía una exigencia mayor: la construcción de instalaciones adecuadas de almacenamiento.

Explotación maderera y trabajo

La explotación de la madera fue desde antes de la federalización el otro rubro que generó las actividades extractivas y en torno al cual se desarrollaron el transporte, las comunicaciones, el comercio y la industria aunque, al igual que la yerba mate, esta actividad no asienta población. También esta actividad económica reposó en la clase de los mensúes o peones rurales indígenas y mestizos.

Si la yerba significó un desafío a la imaginación contaba con antecedentes muy importantes en cuanto a su tratamiento, industrialización, conservación y transporte. Con la madera esta tradición no era quizá tan evidente y debieron crearse sobre la marcha muchas técnicas y métodos de trabajo. Los obrajes estaban generalmente cerca de los ríos ya que se utilizaban los cursos de agua para transportar los rollizos de madera en forma de “jangadas”.

Los propietarios de los obrajes, concesionarios o permisionarios, alquilaban un predio -al fisco correntino antes de la federalización y a

dueños particulares luego- después de haber estudiado minuciosamente la cantidad de madera valiosa existente en él. Este estudio comprendía varias leguas y se tomaba como guía para evaluar su riqueza al cedro (*Cedrella Fissilis*). Una vez determinada la zona más conveniente se derrumban en la costa unos cuantos árboles y se hacía una “peladura” donde se levantarían las habitaciones y depósitos. Allí quedaba establecido el campamento mayor y de él se iniciaba una picada, la “picada mayor”, de la cual después se irían trazando las picadas secundarias según las necesidades. También se comenzaban a realizar algunos trabajos destinados a dotar al sector de costa elegido de una infraestructura portuaria mínima.

Los peones trabajaban en la selva desde el amanecer expuestos a toda clase de riesgos. Allí con la sola ayuda del hacha volteaban los inmensos ejemplares que luego descascaraban hasta dejar el tronco convertido en un prisma, trabajo muy duro que requería gran pericia. El calor, la humedad y los insectos hacían esta tarea insoportable.

Una vez que se lograba dar al rollizo esa forma aproximadamente prismática de cuatro caras se lo arrastraba con el uso de una “alzaprima” tirada por varios bueyes a través de las picadas. Los troncos se van llevando a la orilla, allí se dejan caer al agua desde las altas barrancas. Unos peones van juntando y atando los troncos junto a la orilla. Allí se van juntando las maderas que formarán la jangada, esa extraña armazón flotante, casi un rebaño, que el jangadero llevará por el río aguas abajo hasta su puerto de destino, días y días, bajo el sol y la lluvia, en invierno o verano. Algunas maderas, consideradas maderas de “boya” como el cedro, el timbó, la canela y el laurel podían por sí solas constituir una jangada, pero las maderas pesadas debían ser amarradas a las de boya. Se hacían unos catres de madera de boya y sobre éstos se transportaban las pesadas. Pero el verdadero problema del transporte de los rollizos era en tierra. A veces en picadas donde no entraban las alzaprimas y los bueyes, se usaban unos rollizos de palmera para que pudieran deslizarse los troncos. Para

solucionar en parte este problema algunos empresarios montaron redes de ferrocarriles de trocha angosta del tipo “Decauville” lo que suponía una inversión sustancial que no todos estaban dispuestos a realizar contando con mano de obra abundante y a bajo costo.

La industria azucarera

una de las actividades más importantes fue, además de la yerbatera y maderera, la elaboración de azúcar y la plantación de caña. Fue una actividad de muy buenas perspectivas malograda más tarde por intereses externos que situaron el monopolio de esta producción en la provincia de Tucumán, que venía desarrollándola desde la colonia y que había sido incorporada a las empresas de sectores de la Pampa Húmeda.

La calidad de la caña era excelente en ambas costas (Paraná y Uruguay) y su rendimiento por hectárea también. Al oeste de Posadas se habían plantado extensos cañaverales. Uno de ellos pertenecía a un norteamericano, ex-yerbatero y antiguo colono en Brasil, que cansado del nomadismo de la yerba mate instaló un alambique y plantó caña de azúcar. Era un sudista que luego en la derrota en la guerra civil decidió emigrar.

En las costas del Uruguay existía una concesión de tierra otorgada a un grupo de ingleses cuya superficie era de 10 leguas cuadradas (una legua = 5 km.). Cerca de allí había un portugués instalado con una pequeña plantación y un alambique. Al norte de Corpus, sobre la costa del Paraná, había un bonaerense instalado con una plantación de caña en la que trabajaban peones brasileños y paraguayos. Pensaba montar un trapiche a vapor.

Entre los poseedores de trapiche y alambique se hallaba Luis Arrechea, uno de los pioneros más exitosos de esta época y antepasado directo del actual gobernador de la provincia. Por ese tiempo se creía que el azúcar podría ser una de las producciones más ventajosas para Misiones. Las

tierras eran aptas y el clima presentaba rasgos favorables. En la actualidad la industria azucarera, que atravesó muchas crisis hasta casi desaparecer, se muestra en franca recuperación. En las proximidades de Posadas se había instalado un francés que tenía cultivos muy variados como café, bananos, horticultura, vides, tabaco, etcétera. En resumen, casi todos los productos de cultivo posible y redituable de la región.

La búsqueda de yerbales y sus riesgos

Veremos ahora una descripción de una “entrada” en la selva con propósitos de exploración y descubrimiento de riquezas. Tomaremos como ejemplo una de las famosas entre los conocedores de la historia misionera, quizás porque es una de las pocas que fueron escritas por uno de sus protagonistas. Lamentablemente este documento se perdió y sólo se conservan fragmentos, citas y testimonios de sus compañeros recogidos por viajeros contemporáneos. Sólo intentaremos un resumen que refleja la modalidad de las incursiones yerbateras y madereras, su mecánica, técnicas, etcétera.

La expedición aludida estaba integrada por el famoso descubridor Fructuoso Moraes Dutra (recordemos el “Pacto de la Selva”), y los italianos Bossetti y Luchessi. Este último fue el autor del diario escrito entre 1876-1877. Los otros expedicionarios eran indios y cazaban y melaban permanentemente durante todo el viaje. Llevaban perros y se alimentaban de lo que iban cazando. La marcha era lentísima y se avanzaba a punta de machete. El propósito era unir Iguazú con los yerbales de San Pedro y la zona de los “pinares” (bosques de araucarias o *Araucarias angustifolia*) donde se intuía que existían grandes riquezas.

Un mes después de la partida habían llegado a recorrer 23 leguas, es decir 115 km. a razón de cinco kilómetros por día, caminando todo el día desde el amanecer hasta la noche. Durante el camino descubren picadas

y algunos rozados abandonados. La cantidad de animales es enorme: chanchos de monte, antas (tapires), ciervos, etcétera. También alimañas y fieras. Una yarára pica a un perro y lo mata. Por fin llegan a una picada y de allí a otra más ancha, seguramente una picada “carguera”. Por último toman contacto con pobladores brasileños, campesinos con sus rozados, taperas abandonadas, cultivos, etcétera.

La presencia de esta expedición creó inquietud en Brasil por el problema de las tierras en disputa, sometidas al arbitraje internacional, pero pronto reciben ayuda y luego regresan por picadas ya trazadas con una valiosa información para futuras incursiones, esta vez con peones y tropas de carretas.

El yerbatero Goicoechea le cuenta a Peyret que solamente él tomó contacto con varias expediciones dirigidas por extranjeros. La nómina cita a Fender, suizo que fue desde la costa del Uruguay hasta San Javier; el francés Andrieuz que llegó a Corpus; el italiano Lencisa que llegó a Campo Grande; Coffin, comerciante norteamericano que exploró la desembocadura del Iguazú sin poder llegar al salto; los ingleses Fair, matrimonio que junto al español Vitorio Abente llegaron a los saltos del Iguazú; dos suizos que luego del fracaso de la colonia Avellaneda se internaron hacia el norte; y un inglés de apellido Davison que recorrió el río Uruguay.

Eran épocas heroicas y también pragmáticas. Todos soñaban con hallar el yerbal que los hiciera ricos y transmitieron esta aspiración a muchos de los primeros colonos.

Misiones en el punto cero de la federalización

Dentro del proceso histórico que estamos reconstruyendo debemos de vez en cuando hacer un alto y considerar las cuestiones sincrónicamente. Veamos, pues, cuál era la situación en Misiones en los años previos a la federalización, tanto en la zona dominada por el río Paraná, como en la zona influida por el río Uruguay.

La zona del río paraná

He aquí la situación de las localidades y secciones rurales próximas al río Paraná en vísperas de la federalización. No estudiaremos el caso de Posadas, como queda dicho porque nos referiremos a ella en particular.

Desde Posadas hacia el noroeste el camino por tierra era casi imposible y había que llegar muchas veces por el río. Esto dio una extraordinaria vida a los puertos que fueron surgiendo vertiginosamente y que variaban desde los que tenían una infraestructura importante hasta los que sólo eran unos simples amarraderos. A través de estos puertos fluviales se internaban hacia el interior los yerbateros con sus equipos y los madereros. Pero en torno a estos puertos surgió una actividad importante de intermediación e industria: agricultura, obrajes, comercio, etcétera. Y estas actividades estaban en manos de pioneros, generalmente extranjeros, de hábitos empresariales y decididos en el aislamiento y la hostilidad del medio.

En Candelaria, primera ciudad importante del recorrido y capital del territorio (aunque Posadas era ya incomparablemente más importante), existían ruinas jesuíticas y un conjunto de chozas que rodeaban su periferia. La dificultad más importante para acceder a Candelaria, desde Posadas, era el arroyo Garupá, muy caudaloso y ancho, absolutamente infranqueable en sus crecidas. Allí en Candelaria se había radicado un alemán llegado años atrás como vaqueano del ejército de Brasil. Sus objetivos eran la explotación de las minas de cobre descubiertas y ya explotadas por los jesuitas, y en forma secundaria el cultivo del azúcar. Enrique Punck, que así se llamaba, pensaba que las sierras Centrales eran ricas en minerales pero afirmaba que era imposible asentarse allí por las dificultades y peligros de una empresa similar. Por otra parte le resultaba muy difícil contratar mano de obra para el trabajo en la mina de cobre de Candelaria.

Aguas arriba, siguiendo el curso del río con la fuerte corriente en contra, se arribaba a Santa Ana. Allí residían y trabajaban varios colonos extranjeros: un holandés de apellido Abreu y dos franceses llamados

Duclos y Bouix. Como allí desemboca el río Paraná, se lo utilizaba como el fondeadero para todos los barcos que hacían la cerrera de Posadas a Iguazú transportando carga o gente. El puerto de Santa Ana era sólo un pequeño galponcito y un cementerio anexo. Estos pioneros habían empezado a utilizar fuerza hidráulica en sus molinos. La descripción hecha por Peyret del establecimiento de Bouix, puede darnos una idea de cómo eran estas factorías primeras de Misiones.

Allí la mayoría de los peones eran brasileños y paraguayos, pero se hablaba con preponderancia el portugués. El propio Bouix, si bien de origen francés (había emigrado primero a Brasil como tantos otros extranjeros que después de aquella primera etapa cruzaron la frontera hacia Argentina), hablaba portugués. La casa estaba protegida por varios perros de caza que mantenían a raya las posibles fieras o animales depredadores que rondaban la plantación. El ingenio era del tipo que en Brasil denominan “mojolo” y que se caracteriza por estar constituido por un gran martillo o émbolo hecho con un solo árbol movido por fuerza hidráulica. Este sistema muy sencillo después se difundió mucho por Misiones, ya que además de la facilidad para construirlo y su efectividad, formaba parte de toda una cultura tecnológica brasileña y se difundió junto con sus portadores. Para poder impulsar el martillo hacía falta una caída de agua importante y con fuerza suficiente; Bouix poseía en su terreno una caída de esas condiciones.

Pero además de esta caracterización somera de la finca de este pionero sabemos que éste era una especie de caudillo y líder social, padrino de todos los niños y compadre de muchos adultos; establecía con ellos relaciones típicamente asimétricas del tipo “patrón-cliente”, a la manera de las viejas plantaciones. Organizaba las fiestas, bailes y reuniones, administraba justicia, regía en el trabajo y la producción, etcétera. Es un modelo reiterado con un extranjero blanco en la cúspide y una masa de indios o mestizos como mano de obra semi-asalariada. Casi todos los establecimientos de esa época respondían a características similares.

En cuanto a la población incorporada a estas fincas estables, cercanas a los puertos, existe una estimación que no incluye a los peones internados en las zonas selváticas o en los obrajes y puertos situados al norte de Corpus, localidad considerada como un límite entre la “civilización” y la selva. El censo provincial de 1879, citado por Peyret, arroja un total de 7.891 habitantes para el departamento de Candelaria que comprendía las siguientes poblaciones:

Población	Número de familias
Posadas	800
Candelaria	50
Santa Ana	200
San Ignacio	600
Loreto	200
Corpus	100

Era muy difícil calcular la población dispersa internada en las selvas, como dijimos; sin embargo, algunos creían que esa población pasaba de 3.000 personas. Este cálculo se hacía más problemático debido a la negativa por parte de muchos peones a ser descubiertos (una buena parte tenía cuentas con la justicia de alguno de los tres países).

Corpus era el límite hacia el norte de los asentamientos agrícolas y los establecimientos más o menos estables. Un poco más adelante había una tribu que tenía con el último de los colonos -un español de apellido Ortiz- buenas relaciones. En corpus quedaban algunos restos de la colonia (fracasada) de “Marco Avellaneda”. Allí estaba el último superviviente de aquella aventura frustrada: un suizo-italiano del cantón de Ticino, que había pasado primero muchos años en Francia. El resto de los colonos se había dispersado y muchos se radicaron en las zonas pobladas como Posadas.

Corpus era una zona ya muy aislada con insuperables dificultades para comunicarse con el exterior. La mayoría de la población hablaba portugués y su desinterés por los sucesos extranjeros y especialmente los argentinos era grande. La finca del ya mencionado poblador de apellido Ortiz, poseía plantaciones de caña de azúcar, y otros cultivos en extensos rozados. Lo asistían numerosos peones brasileños y vivía en una serie de habitaciones precarias junto al río. Estaba montando un trapiche impulsado a vapor y además había comprado un pequeño vapor. Ortiz combatía la industria yerbatera por creer que sería nefasta para Misiones y sostenía la necesidad de establecer poblaciones fijas y cultivar la tierra, elaborando luego los productos obtenidos. Hay que recordar que en aquella época todavía no se había redescubierto el cultivo de la yerba.

Entre Santa Ana y Loreto existe un arroyo que se llama desde el período descrito “Arroyo de las máquinas”, por la cantidad de mecanismos impulsados hidráulicamente que se montaron en este curso de agua. No hemos podido encontrar ningún vestigio de aquellas máquinas y la mayor parte de los pobladores ignoran el origen del nombre. En la zona descrita existían unos establecimientos permanentes con un número elevado de peones que compartían el espacio con familias agricultoras en escala doméstica. había un cierto desarrollo industrial basado en la elaboración de productos agrícolas locales. La mayoría de estos pioneros provenían de Brasil siendo muchos de ellos europeos llegados durante o después de la guerra. Los peones en su gran mayoría eran de origen brasileño y en segundo término paraguayos y correntinos, sin descontar a los indios locales. Entre los extranjeros de esta época se destacan los franceses, españoles e italianos.

Frente a la ciudad de Posadas estaba la población paraguaya llamada Encarnación de Itapúa. Desde el punto de vista de la organización del tejido socioeconómico regional, esta ciudad cumplió un rol similar a Posadas como centro comercial, político, etcétera. Encarnación o Villa de Itapúa era mucho más antigua que Posadas, ya que había sido fundada

por Roque González de Santa Cruz en 1614 (según algunos autores en la rivera opuesta del río donde ahora está Posadas) y sin embargo fue superada rápidamente por su vecina, entre otras cosas porque Encarnación pertenecía a un país destruido y derrotado, y Posadas a otro en expansión con una economía floreciente. Al abrirse las puertas al comercio extranjero su producción local desapareció casi completamente. El dictador Francia había asignado a esta plaza una función militar que impidió asimismo su desarrollo.

Entre Encarnación y Posadas ya existía un comercio muy activo de “paseras” o mujeres que todos los días “pasan” de Paraguay a Argentina para regresar en la última lancha de la noche llevando y trayendo los productos que convenga vender y comprar según los precios, etcétera, y que en un alto porcentaje practican el “contrabando hormiga”. Esta actividad se continúa en la actualidad y constituye un fenómeno riquísimo desde el punto de vista antropológico.

La Encarnación de la posguerra mostraba todas las heridas y consecuencias socioeconómica de una devastación sin precedentes: mujeres con sus proles solas, niños descalzos y desnutridos, pobreza, hambre y enfermedades tan graves como el “chucho” o paludismo, etcétera. Tanto en Encarnación como en Posadas una especialidad regional era proveer de mano de obra para las comitivas yerbateras.

Los más grandes yerbateros y empresarios de esta época pasarían a consolidar una clase dominante capaz de disputar el poder impuesto desde fuera por el gobierno central o, bien, a negociar desde una posición de cierta fuerza las decisiones de todo orden. El análisis de este aspecto nos exigirá un punto específico pero podemos mencionar al menos al grupo que lo constituía: los Arrechea, los Goicoechea, Robert-Blosset, Nuñez, Gibaja, Arrillaga, Barthe, Nosiglia, etcétera. Estos fueron los que no sólo sobresalieron en la explotación de un producto fruto de la extracción sino que ampliaron sus gestiones hacia todo el espectro de actividades y,

además, ocuparon cargos de poder político y de prestigio social. Todos ellos cimentaron su poder por la existencia de indios y mestizos susceptibles de ser explotados. Y esta explotación tenía sus justificaciones ideológicas como la formulada por Peyret, quien caracterizaba a los indios con estos adjetivos: indolentes, imprevisibles, desconfiables, pedigüenos sin límites, etcétera. Cualquier causa o excusa es buena para dejar de trabajar y ponerse a vagar, según este autor.

La zona del Río Uruguay

La antigua zona de las estancias jesuíticas, entre el Aguapey, la laguna de Iberá, la selva y el río Uruguay, estaba despoblada. Los paraguayos se habían encargado de hostilizar a cualquier poblador que intentase asentarse allí y para ello se llevaban el ganado que podía capturar en sus incursiones. Esto ocurrió hasta la guerra de la Triple Alianza.

En las costas del Uruguay algunos correntinos, brasileños y extranjeros de distintos orígenes explotaban las maderas del lugar y elaboraban yerba mate de manera rudimentaria. De las antiguas estancias jesuíticas ya no quedaban ni sus puestos ni sus capillas, y tampoco ninguna forma de aldea posterior a ellos. El “interland” era un desierto. En el punto conocido actualmente como Paso de los Libres (hoy provincia de Corrientes) era un centro de intenso comercio internacional entre Argentina y Brasil. Las mercancías más comunes eran la yerba y la madera. También el tabaco y, fundamentalmente, el ganado vacuno que se exportaba hacia Brasil.

En Yapeyú, antigua reducción situada a ocho leguas al norte del punto anterior, y que llegó a ser capital de las misiones, las selvas habían tapado las ruinas jesuíticas y sólo se llegaba a ellas por medio de un pique. Esta ciudad había tenido en épocas de esplendor unas 5.000 personas, según Félix de Azara. Junto a las ruinas vivían solamente unas doce familias que practicaban una agricultura de subsistencia a base de maíz. Poco

después llegaron unos colonos franceses con autorización para ocupar las antiguas ruinas, pero fracasaron en su adaptación.

Cerca de Yapeyú, en la antigua reducción de La Cruz, las ruinas de la ciudad se mantenían en pie. Bordeando la plaza aún se mantenían erguidas algunas casas sin sus techos originales. En una choza muy miserable funcionaba una capilla. La antigua y hermosa iglesia había sido destruida en las invasiones de Chagas. Como no tenían un sacerdote, un sacristán guaraní oficiaba de tal y dirigía el culto acompañado por una anciana encargada de organizar los cánticos, al compás de guitarras, violines y flautas. El cementerio, tan antiguo como las reducciones mismas, poseía sus lápidas en guaraní. La población de La Cruz era importante ya que alcanzaba las 2.000 personas, todas dedicadas a la ganadería. Muy cerca de La Cruz, ya que alguna vez formó parte de la estancia jesuítica de ese nombre, estaba la Villa de Itacuy, donde sus pobladores se dedicaban al comercio de la yerba mate que traían del Alto Uruguay o de San Javier.

Unas veinte leguas más arriba de la Cruz, estaba Santo Tomás, que actualmente es una importante ciudad del Nordeste de Corrientes. Era una de las más antiguas ciudades jesuíticas y aún conservaba su cementerio, el cual era utilizado por los habitantes de El Hormiguero, pueblo costero situado frente a la ciudad brasileña de San Borja. Cerca de las ruinas existía un poblado y ambos estaban bien diferenciados. La plaza central quedó despejada y el resto de las ruinas totalmente tapado por la vegetación. Había unas 18 familias trabajando la tierra y practicando una agricultura muy rudimentaria. Se comunicaban con el río Uruguay mediante una picada de unos 300 a 400 m. En el norte de Santo Tomás se hallaban los restos totalmente deshabitados de algunas estancias jesuíticas como Casa Pava, San Estanislao, Santa María y San Alonso. Podían distinguirse los sitios de las antiguas capillas por la existencia de cruces.

Noventa kilómetros más al norte estaba San Carlos con sus ruinas cubiertas totalmente. La selva que las cubría estaba poblada por tigres. Por esa razón no se conseguían peones para practicar una picada hasta ellas. Sus

alrededores, inmensas llanuras desoladas, eran sólo atravesados por ganado cimarrón o arreos esporádicos. A lo lejos ya se podía divisar desde allí la Sierra del Imán en territorio de Misiones.

Veamos ahora cuál era la situación en estos años en lo que habría de ser la provincia de Misiones más allá de San Carlos.

Siguiendo por las riveras del río Uruguay se llegaba a los pueblos de Concepción, San Javier y Santa María la Mayor. De éstas, la más importante era San Javier aunque en pocos años más Concepción pasaría a ser la ciudad más importante de Misiones hasta ser destronada por Posadas.

Concepción poseía varias estancias importantes al igual que Santa María. Martín de Moussy, en sus viajes de mediados de siglo pasado había considerado esta zona como la más apta para colonizar, y fueron los correntinos quienes intentaron esa colonización como veremos más adelante.

San Javier, por su parte, situada sobre la barranca del río y dotada de cierta población, explotaba algunos plantíos de yerba mate (remanentes de la época jesuítica) y naranjales muy extensos (también adscribibles a aquella época). San Javier poseía numerosos restos de la época jesuítica ya que había sido un importante centro yerbatero y puerto de embarque de mercancías hacia el sur.

Quedaban caminos, puentes, empedrados en los pasos de algunos arroyos, bases de un antiguo molino. Más arriba, hacia el Alto Uruguay y cuando éste deja de ser navegable, se encontraron los restos de los lugares donde se efectuaba la molienda y el secado. Algunos grupos tupíes vivían allí cerca en las costas, pescando y, a veces, incursionaban tierra adentro para cazar. También en San Javier vivía un contingente de guaraníes refugiados. En épocas tan remotas como 1843, aproximadamente, un italiano llamado Pedro Paggi construyó un puerto sobre el río Uruguay aguas arriba de San Javier y allí reunió unas 400 personas, todas de origen brasileño para trabajar en la yerba mate.

NOTAS

- (1) Ver Charles Wágley y Marvin Harris, “Una tipología de subculturas latinoamericanas”, en: Estudios sobre campesinado latinoamericano. La perspectiva de la Antropología Social, pág. 11.
- (2) Ladislao Ziman y Alfonso Scherer, La selva vencida. Crónica del Departamento de Iguazú, pág. 89. El subrayado es nuestro.
- (3) Ver Robert Eidt, Pionner settlement in Northeast Argentina, pág. 73.
- (4) Ver *Ibídem.*, pág. 74.
- (5) Leopoldo Bartolomé, Colonias y Colonizadores en Misiones, pág. 7.
- (6) Ver Alejo Peyret, Cartas sobre Misiones. El término “matrero”, al que alude el autor se refiere a los gauchos “alzados” o enfrentados a la autoridad. Se trataba de individuos que no querían incorporarse a los nuevos sistemas de producción y aspiraban a conservar sus hábitos de libertad. Esta denominación se utilizaba conjuntamente con “chúcaro”, “vago”, “cimarrón”, etcétera.
- (7) Moisés Bertoni “Viaje a Misiones”, carta publicada en el diario La voce de Ticino, el 18 de junio de 1884. Este diario se editaba en lengua italiana, en Suiza. En El profeta de la Selva (antología de la obra del autor), pág. 41.
- (8) *Ibídem.*, pág. 42.
- (9) *Ibídem.*, pág. 43.
- (10) Denominamos comitivas yerbateras a los grupos encabezados por los descubrierteros. Se internaban en la selva con el fin de extraer el producto. En estas comitivas existían algunas especialidades.

Dilemas e Diálogos Platinos: RELAÇÕES E PRÁTICA SOCIOCULTURAIS

(11) “Conchabarse” significa incorporarse a un trabajo cualquiera, ser contratado o designado. Se emplea generalmente para los trabajos de poca duración o temporarios.

(12) Rafael Hernández, Cartas Misioneras, pág. 115.

(13) *Ibidem.*, pág. 117-118.

(14) Cabría agregar a lo ya dicho sobre la tipología de Wagley y Harris que un número importante de rasgos de la subcultura del frente extractivo provenía del ámbito de las plantaciones brasileñas con lo cual la conexión no sería solamente tipológica sino que existiría una relación empírica histórica.

(15) José E. Niklison, Informe. Boletín del Departamento Nacional de Trabajo, N° 26, pág. 53.

(16) *Ibidem.*, pág. 53-54.

(17) Fuente: Rafael Barret, Lo que son los yerbales, pág. 40 y 41.

(18) Ver Aníbal Cambas, Proceso de Colonización en Misiones, pág. 169.

(19) Ver Gastón Gori, Vagos y mal entretenidos.

(20) *Ibidem.*, pág. 16.

(21) “Bailantas” eran y son las reuniones sociales por excelencia en ciertos ámbitos rurales y suburbanos. Posee dos componentes fundamentales. La bebida y la música y el baile. Pero en las bailantas de los barrios de reclutamiento de peones éstas eran una pantalla de la prostitución.

(22) Ver Juan Bautista Ambrosetti, Viaje a las Misiones argentinas y brasileñas por el Alto Uruguay.

(23) El término “urú” deriva del sonido que emite el palomo macho para avisar a las hembras sobre algún peligro, especialmente cuando éstas bajan a comer a los cuadros de cultivo o claros de la selva. Urú es, por lo tanto, aquel que vigila.

(24) Juan Bautista Ambrosetti, “Segundo viaje a Misiones”, Boletín del Instituto Geográfico Argentino, XV, pág. 71.

(25) El término “galpón” alude a un recinto destinado a guardar o almacenar productos, maquinarias o herramientas y, en general como depósito de cualquier tipo de objetos. Los galpones son en Misiones, generalmente, sólo techos muy elevados y carecen de paredes, en estos casos se los denomina tinglados.

(26) Ver Alfredo Bolsi, “El primer siglo de economía yerbatera en Argentina”, Folia Histórica del Nordeste, N° 4, pág. 119.

(27) Los indígenas de las llanuras argentinas, y también los de otras regiones, utilizaban un método de agresión a las poblaciones blancas denominado “malonear”. Se reunían individuos de varias parcialidades diferentes en un lugar y fecha prefijados y atacaban en forma desordenada y fulminante los poblados cristianos llevándose las mujeres y niños, y el ganado. Algunos malones famosos arriaron más de 100.000 cabezas de ganado vacuno. Las mujeres cautivas en los malones procreaban mestizos que eran aceptados en la vida tribal sin diferencias.

(28) Los campamentos indígenas de carácter precario y sólo constituidos por una serie de paravientos rudimentarios se denominan toldos.

(29) Raimundo Fernández Ramos, Misiones a través del primer cincuentenario de su federalización. 1881- Diciembre 20 - 1931, pág. 19-20.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABÍNZANO, Roberto C. **Procesos de integración en una sociedad multiétnica**: la provincia argentina de Misiones, 1880-1985. Sevilla: Universidad de Sevilla, Departamento de Antropología y Etnología de América, 1985. Inédito.

Dilemas e Diálogos Platinos: RELAÇÕES E PRÁTICA SOCIOCULTURAIS

AMBROSETTI, Juan. **Viaje a las Misiones argentinas y brasileñas por el Alto Uruguay**. La Plata, 1982.

BARTOLOMÉ, Leopoldo. **Colonias y colonizadores**. Posadas, Misiones: Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales, Una M, 1982.

BARRET, Rafael. **Lo que son los yerbales**. Buenos Aires, 1914.

BERTONI, Moisés. **Viaje a Misiones**. In: La voce de Ticino. Suiza, 1884.

BOLSI, Alfredo. El primer siglo de la economía yerbatera en Argentina. In: **Folia Histórica del Nordeste**, n. 4. Resistencia, Chaco, 1980.

EIDT, Robert. **Pionner settlemen in northeast Argentina**. Universidad de Wisconsin, 1971.

RAMOS, Raimundo F. **Misiones a través del primer cincuentenario de la federalización: 1881- 1920**. Buenos Aires: s/f.

GORI, Gastón. **Vagos y mal entretenidos**. Buenos Aires: Alonso, 1964.

HERNANDEZ, Rafael. **Cartas misioneras**. Buenos Aires: Eudeba, 1973.

NIKLISSON, José. Informe. **Boletín del Departamento Nacional de Trabajo**, n. 26, 1918.

PEYRET, Alejo. **Cartas sobre Misiones**. Buenos Aires, 1981.

WAGLEY, Charles; HARRIS, Marvin. Una tipología de subculturas latinoamericanas. In: BARTOLOMÉ, J.L.; GOROSTIAGA, E. (Comp.). **Estudios sobre campesinado latinoamericano**. Buenos Aires: Periferia, 1974.

ZIMAN, Ladislao; SCHERER, A. **La selva vencida**. Buenos Aires: Maymar, 1976.

LINGUAGEM, IDENTIDADE NACIONAL E A IMPORTÂNCIA DA PERSPECTIVA GEOPOLÍTICA

Kanavillil Rajagopalan

Em meios acadêmicos, já é bastante aceita a idéia de que as identidades, sejam elas de pessoas ou de agrupamentos de pessoas como nações, são invariavelmente performativas, no sentido proposto por Austin (1962) e posteriormente trabalhado por Butler (1997), entre outros. Isto é, elas não são prontas e acabadas de uma vez por todas, muito menos dadas de antemão ou fixas para sempre (RAJAGOPALAN, 1998, 1999, 2001, 2002, 2003a). Para continuar usando a terminologia austiniana, as identidades não são de ordem constativa.

Isso fica cada vez mais claro em relação a conceitos politicamente trabalhados e aperfeiçoados como o de cidadania. Via de regra, as cidadanias são postuladas a partir de “comunidades imaginárias” (ANDERSON, 2006). Em outras palavras, é preciso primeiro “inventar” as comunidades antes de poder reivindicar pertencimento a elas.

Inventar comunidades implica, com frequência, postular tradições nobres e ininterruptas e fabricar histórias apropriadas para cada uma delas, histórias estas que enalteçam a bravura de um povo, o sacrifício de indivíduos dedicados na árdua e incansável tarefa de lutar e zelar pela independência daquele povo, etc. Implica, sobretudo, inventar heróis e mártires, dignos de serem lembrados e festejados e, como de costume, eternizados em monumentos e estátuas de bronzes em praças públicas, etc.

No fim do século XIX, Ernest Renan (1882) surpreendeu uma platéia de intelectuais notáveis reunida em Paris ao caracterizar a idéia de nação como uma questão de “plebiscito diário”. Num plebiscito, os interessados são convocados a tomar decisões de cunho político e manifestarem-nas através do exercício do pleito. São decisões tomadas

de livre e espontânea vontade. Mais importante ainda, são decisões que podem ser – e com frequência são – revertidas a qualquer hora e, portanto, precisam ser constantemente reiteradas ou confirmadas. Daí a necessidade de reivindicar a idéia da cidadania, de pertencimento a uma coletividade, de lealdade a uma bandeira e tudo o que ela representa, diariamente.

Ou seja, a questão de cidadania é, enfim, uma questão de escolha e, enquanto uma questão de escolha, eminentemente política. À primeira vista, isso pode parecer um contra-senso. Afinal, perguntaria alguém, a cidadania não é uma questão ligada ao lugar do planeta em que você nasceu, em que lugar seu nascimento está registrado?

É verdade que, do ponto de vista formal e burocrático, é a questão-chave na determinação da cidadania. Mas devemos reconhecer que isso é algo relativamente recente na história da Humanidade. Na Idade Média, por exemplo, isto é, antes do surgimento dos estados-nações, ninguém falava em termos de cidadania. Os países nem sequer tinham linhas fronteiriças bem demarcadas. Segundo o historiador britânico Eric Hobsbawm (1992), o próprio conceito de estado-nação só se firmou na Europa no século XIX, embora a idéia em si estivesse presente desde a Grécia Antiga.

Diz Anthony Appiah (2005, p. 244-245):

A nação é um conceito arbitrário, porém não no sentido de que possamos descartá-lo em nossas reflexões normativas. Ele é arbitrário no sentido radical do próprio termo; em razão de sua importância em nossas vidas, no sentido da definição lapidar do Oxford English Dictionary, “dependente no nosso desejo ou prazer”. As nações muitas vezes importam mais para as pessoas do que os estados: a Sérvia mono-étnica faz mais sentido para alguns do que a Bósnia multicultural; a Ruanda hutu (ou tutsi) faz mais sentido para os outros do que a cidadania compartilhada e pacífica de Tutsi e Hutu; só quando a Grã-Bretanha ou a França se tornaram nações bem como estados é que os cidadãos comuns começaram a se preocupar com a idéia de serem franceses ou britânicos.

Ainda segundo muitos historiadores, o nascimento do estado-nação em seu sentido moderno ocorreu em razão do espírito de colonialismo que varreu os principais países da Europa e alcançou seu apogeu no século XIX. E, junto com a conquista das terras alheias e distantes, teve início também a rivalidade entre as nações colonizadoras. Há quem diga que a idéia de “Uma nação, um povo, uma língua” também nasceu e recrudescceu nessa época.

Em seu livro *Language Policy and Language Planning: From Nationalism to Globalisation*, Sue Wright (2004) registra que uma enquete realizada na França no fim do século XV revelou que não mais do que 35% da população daquele país dominava a língua francesa. Resultado parecido foi o que redundou em uma enquete similar feita na Espanha, onde o Castelhana não obteve o número expressivo de falantes imaginado pelos governantes daquele país.

A pergunta que devemos fazer a partir desta constatação é: o que houve desde então para tornar as línguas em questão línguas majoritárias e, como resultado, línguas nacionais e oficiais? A resposta está em que, com a necessidade de fortalecer as fronteiras entre as nações, os governos destes países implantaram políticas lingüísticas bem elaboradas e executadas com rigor e muito afincio. Essas políticas lingüísticas visavam propagar determinadas línguas em detrimento das outras, que foram no processo histórico simplesmente esmagadas por meio de medidas coercitivas. Nas palavras de Wright (2004, p. 42),

A história das políticas das nações revela como a promoção consciente de convergência lingüística fazia parte do desenvolvimento dos estados-nações. A língua nacional assume muitos papéis importantes no processo da construção de nações.

O sucesso absoluto dessas políticas lingüísticas pode ser visto no fato de que no século XIX havia se transformado em algo incontestável o

mito de monolingüismo nos países da Europa. Segundo Sherwood (1997, p. 461), na Hungria era quase um “grito de guerra” ao longo do século XIX o slogan “Uma nação (sobre) vive graças à sua língua”.

Pelos meados do século XX, a maioria das colônias na Ásia e na África haviam se tornado países independentes (a colonização terminou mais cedo na América do Sul, embora os vestígios dela permaneçam até hoje em lugares como as Malvinas e Guiana Francesa). Porém, os governos desses países recém-libertados, de maneira geral, seguiram o modelo de nação criado na Europa.

Desrespeitando o multilingüismo, que era a norma em muitos desses países, os governos promoviam o ideal de monolingüismo. Nas palavras de Agnihotri,

... as autoridades responsáveis pela política lingüística, com frequência movidas por interesses ocultos, tendem a favorecer homogeneidade no lugar de heterogeneidade, até mesmo nas sociedades complexas como a Índia, Paquistão, e Bangladesh (2007, p. 185).

Segundo Tickoo (2006, p. 168),

As decisões concernentes às políticas linguísticas no contexto escolar adotadas nos dois países [a Índia e o Paquistão] foram marcadamente diferentes. Entretanto, ambas eram produtos de uma mesma crença de que as línguas precisavam ser mobilizadas para servir o interesse nacional. Essa crença por sua vez se baseava num profundo medo de diversidade lingüística, aliado a uma forte aposta nos poderes mágicos de uma única língua que garantisse a unidade nacional.

No caso da Índia, tal política fazia parte do sonho acalentado por ninguém menos que Mahathma Gandhi, o herói da independência e o “pai da nação”, com o intuito de promover harmonia entre as religiões. A solução encontrada por ele era uma língua “hindusthani” quase inventada, uma espécie de amálgama entre o Hindi, falado pela maioria hindu e o Urdu, falado pela minoria muçulmana.

Os conflitos lingüísticos, muitos deles com derramamento de sangue, foram amenizados pela adoção de uma “fórmula de três idiomas” (three-language fórmula), adotada pelo governo daquele país para acalmar os ânimos e de acordo com a qual todas as crianças foram obrigadas a aprender a ler e escrever em três línguas (o que significava dominar três alfabetos distintos), como parte do estágio de alfabetização.

Não foi o que ocorreu no Paquistão. Naquele país, o que influenciou a adoção de Urdu como língua nacional e oficial foi o fato de o idioma ter sofrido grande influência do árabe e do persa e ser a língua preferida da população muçulmana no norte da Índia, antes que o país fosse dividido entre a Índia (secular) e o Paquistão (de maioria muçulmana). Mas tal decisão contrariou os interesses da população do então Paquistão do Leste, que falava Bengali, para não mencionar os 71 outros idiomas falados pela população do próprio Paquistão do Oeste (GORDON, 2005).

É o que chamo de “a ideologia de homogeneização” (RAJAGOPALAN, 1997). Isso gerou grande tensão interna entre as duas “metades” do Paquistão, levando à criação de Bangladesh. Mas isso tudo faz parte da História. O que nos interessa nisso tudo é que o sonho do monolingüismo foi o que prevaleceu o tempo inteiro. Mais do que um sonho, talvez a certeza absoluta de que a disponibilidade de uma única língua seja a condição *sine qua non* da integridade da própria nação.

Mas tudo isso está sendo revisto agora. A globalização galopante que se encontra em pleno curso nos obriga a repensar a identidade das nações hoje tida como segura e inviolável. Da mesma forma, as linhas fronteiriças entre línguas consideradas distintas até pouco tempo também estão sendo questionadas cada vez mais. Pennycook (2002, p. 13) articula este pensamento da seguinte maneira:

Embora, à primera vista, possamos nos contentar em assumir a existência de diferentes línguas porque todos falamos alguma língua e ela difere, em maior ou menor grau, da forma como os ou-

tros falam, num outro nível, permanecem problemas a respeito de como definir linguisticamente quem somos ou onde traçar as suas fronteiras.

Ninguém sabe ao certo que desfecho terá todo esse processo de movimento de massas, contato sem precedentes entre países, comunicação entre povos numa escala sem precedentes, desmoramento de barreiras que impediam livre movimentação de pessoas e mercadorias, etc. Mas de uma coisa podemos ter certeza: o novo mundo que vai emergir quando este processo terminar será irreconhecivelmente diferente do mundo que presenciamos hoje.

Os sinais já são inconfundíveis. Na opinião de Harvey (1990), são nas dimensões políticas, socioeconômicas e culturais que os efeitos profundos e duradouros da globalização mais se destacam. As fronteiras entre países que até pouco eram consideradas sacrosantas estão se desfazendo com rapidez inimaginável. Com a formação de blocos como a Alca, a União Européia e o Mercosul (há ainda outras tantas alianças comercialmente motivadas entre os países ao redor do planeta), o conceito de “nação” está ficando cada vez mais tênue e, de certa forma, ultrapassado.

Festejando a criação da União Sul-americana das Nações (Unasul), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva falou em seu programa de rádio semanal *Café com o Presidente* (Cf. LABOISSIÈRE, 2008):

Parecia uma coisa impossível porque aqui, na América do Sul, fomos doutrinados para acreditar que não daríamos certo em nada, que somos pobres, que brigamos muito e que temos que depender dos Estados Unidos e da União Européia.

Entretanto, a famosa frase do Presidente do Brasil “uma América do Sul unida mexerá com o tabuleiro do poder no mundo” logo foi saudada com vozes de descrença e ceticismo que não perderam tempo em tentar jogar uma ducha de água fria dizendo, entre outras coisas, que falta unidade

aos países que integram o pacto. No dia 27 maio de 2008, o jornal *O Estado de São Paulo* trouxe uma matéria provocativamente intitulada ‘O fiasco da Unasul’, onde se lê:

A região carece dos elementos de poder necessários para mudar as posições no tal ‘tabuleiro’. Não tem poder militar ou econômico e não dispõe de um capital de influência suficiente para satisfazer as ambições do presidente. Mas isso, na verdade, é secundário, pois o fato é que a América do Sul não é unida e acontecimentos recentes mostram que as brechas entre alguns países estão se alargando, e não se estreitando.

Pois bem, o articulista no caso simplesmente se esqueceu de que a Unasul é, antes de mais nada, a reivindicação de uma nova identidade pelos povos de um conjunto de países com histórias diferentes e muitas vezes conflituosas, que decidiram se unir e criar uma identidade coletiva. Neste sentido, deriva sua razão de ser a partir de um enunciado eminentemente performativo. Levantar objeções de ordem constativa contra um gesto performativo por excelência é completamente inútil e sem sentido.

Note-se que, até mesmo no plano puramente constativo, o articulista acima citado se revela pouco informado a respeito dos fatos históricos. Em primeiro lugar, parece não levar em conta o fato de que o status do Unasul é idêntico ao das outras entidades como o Mercado Comum Europeu e a Alca.

Da mesma forma que o autor da citação acima põe em dúvida a existência de fatores que possam ser destacados como justificando a possível união dos países da América do Sul, alguém pode duvidar de uma base sólida para se afirmar que a Europa é um continente unido. Aliás, a história de conflitos armados e desconfiança mútua entre os países que hoje fazem parte da União Européia é muito mais recente e gritante do que o autor parece reconhecer.

Como diz Hobsbawm (2008) em um texto publicado recentemente,

O mito europeu por excelência é o da identidade primordial. O que temos em comum é essencial; o que nos diferencia é secundário ou insignificante. Ocorre que a presunção de unidade, em se tratando da Europa, é ainda mais absurda pelo fato de que é precisamente a divisão que caracteriza sua história.

O que devemos deprender de casos como o da Europa é que as noções são diferentes umas das outras ou, pelo contrário, similares entre si, apenas em resposta a vontades políticas dos seus habitantes. No fim das contas, é a vontade política que cria nações e desfazem-nas para criar entidades ainda maiores. O conceito de nação é, antes de qualquer outra coisa, *político*.

Assim como no caso das nações da Europa, também não há laços históricos que possam ser apontados para justificar a união aduaneira entre os Estados Unidos e o México, que fazem parte, junto com o Canadá, da Alca. A esse respeito, é interessante observar que um relatório do Conselho Britânico diz que

Ao contrário da crença geral, o México não faz parte das Américas Central ou do Sul. Ele é, na verdade, parte da América do Norte (MORRIS, 2000).

Tal afirmação chama a atenção pelo seguinte motivo: sabemos que, tanto linguística quanto culturalmente, o México tem muito mais afinidade com a América do Sul. O próprio relatório do Conselho Britânico admite isso de fato quando se refere à idéia como “crença geral”. A pergunta a fazer é: de onde, então, surge a percepção de que o país faça parte da América do Norte? A resposta só pode estar no fato de que a “migração geográfica do México rumo ao norte” se deu graças à acessão do México à Alca. Se esse argumento procede, como acredito que sim, devemos concluir que estamos diante de um dos fatos mais impressionantes de como acontecimentos geopolíticos interferem em nossa percepção do mundo.

Unasul é, sem dúvida, um marco histórico na forma como os países deste continente se vêem. Ela significa um passo importante na geopolítica da América do Sul, na medida em que os países membros assumem uma nova identidade supranacional a fim de somar forças e enfrentar os desafios de um mundo globalizado. Como ressaltou Lula (cf. BRESCIANI, 2008), na abertura da reunião dos chefes de estado em Santiago, Chile,

Estou convencido de que é chegada a hora de aprofundarmos nossa identidade sul-americana também no campo da defesa.

Sem sombra de dúvida, trata-se de uma exortação para ação futura, um performativo, e não um constativo como pensam os céticos.

Uma das consequências mais interessantes, porém nem sempre percebidas pela opinião pública, é que a distância entre os países também está ficando cada vez mais curta. As distâncias já não são percebidas como físicas, mas sim com atributos temporais, e a Internet tem contribuído para tornar a China tão perto de nós aqui no Brasil como é o Uruguai ou o Peru. Tsui e Tollefon (2007, p. 1) falam da “compressão espaço-temporal” a que foi submetido o mundo, idéia esta muito bem captada pela metáfora “aldeia global”.

Diante deste quadro, a questão de geopolítica vem ganhando mais importância do que nunca. Há diversos aspectos da geopolítica que merecem atenção especial na era da globalização. O principal deles é que as nações de outrora já estão pensando nas suas próprias identidades de forma completamente diferente. Dos tempos do nacionalismo exacerbado sinalizado pelo slogan “Brasil, ame-o ou deixe-o”, cunhado nos tempos do Regime Militar, hoje se pensa muito mais numa possível identidade sul-americana. Ou seja, as identidades estão cada vez mais assumidas por interesses estratégicos de médio e longo prazos.

Como fica a questão da linguagem neste mundo globalizado? Não se pode negar que a língua inglesa é a língua do mundo globalizado (RAJAGOPALAN, 2005). Neste contexto, é preciso pensar além das

questões imediatas, como, por exemplo, a exigência de dominar a língua inglesa, que dificulta a entrada de milhares de jovens no mercado de trabalho. A questão mais séria a que devemos nos dirigir é como o Brasil pode lidar com o desafio que se apresenta hoje diante de nossos olhos e de que forma podemos superá-lo com êxito.

Venho defendendo, já há algum tempo, a tese de que é preciso apostar em um novo fenômeno que está emergindo no mundo, que é o de “World English” (Cf. RAJAGOPALAN, 2003b, 2004, 2007). Trata-se de algo inédito na história do mundo. Daí a relutância em usar o termo “língua” para designar o “World English” (doravante WE). Em primeiro lugar, O WE não tem um dono.

Não pertence a este ou aquele país; a esta ou aquela nação; nem sequer tem falantes nativos. Engana-se quem pensa que se trata da língua que se fala nos Estados Unidos ou na Grã-Bretanha. É a língua que mais se ouve nos principais aeroportos do mundo, em congressos acadêmicos internacionais nos mais variados países, em conversas telefônicas internacionais e intercontinentais, na Internet e por aí vai. É a língua que mais se ouve mais na aldeia global, que resultou da globalização que apenas começou.

Podemos dizer que WE é o antídoto que o mundo inventou em resposta ao “Imperialismo Lingüístico” (PHILLIPSON, 1992; PENNYCOOK, 1994, 1998). Isso é apenas um reflexo de um mundo multipolar que está cada vez mais em evidência. Os desdobramentos dessa nova realidade lingüística ainda nos desafiam.

Agradecimento

Gostaria agradecer ao CNPq pela concessão da bolsa de produtividade em pesquisa (Processo nº. 304557/2006-4).

Referências Bibliográficas

AGNIHOTRI, R. K. **Identity and multilinguality**: the case of India. In: TSUI, A.; TOLLEFSON, J. (Orgs.) p. 185-204. 2007.

ANDERSON, B. **Imagined communities**. New London, New York: Verso, 2006.

APPIAH, K. A. **The ethics of identity**. Princeton: Princeton University Press, 2005.

AUSTIN, J. L. **How to do things with words**. Clarendon Press, Oxford, 1962a.

BRESCIANI, E. **Na abertura da Unasul, Lula defende Conselho de Defesa**. 2008. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL533960-5602,00.html>>.

BUTLER, J. **Excitable speech**: a politics of the performative. New York: Routledge, 1997.

GORDON, R. Jr. (Org.). **Ethnologue: languages of the world**. Disponível em: <<http://www.ethnologue.com>>.

HARVEY, D. **The condition of postmodernity**. Oxford: Blackwell, 1990.

HOBBSAWM, E. J. **Nations and nationalism since 1780**: programme, myth, reality. 2. ed. Cambridge University Press, 1992.

HOBBSAWM, E. J. **Uma história da Europa**. Folha de São Paulo. São Paulo, Caderno MAIS! p. 10. 5 out. 2008.

LABOISSIÈRE, P. **Criação da Unasul muda geopolítica da América do Sul, diz Lula**. Folha de São Paulo. São Paulo, 26 maio 2008.

MORRIS, C. **Landmark review of the use of teaching and learning of English in Latin America**. Mexico, 2000. Disponível em: <<http://www.britishcouncil.org/english/amerigo/mexico/index.htm>>.

O fiasco da Unasul. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.estado.com.br/editorias/2008/05/27/edi-1.93.5.20080527.3.1.xml>>.

PENNYCOOK, A. **The cultural politics of English as an international language**. London: Longman, 1994.

PENNYCOOK, A. **English and the discourses of colonialism**. London: Routledge, 1998.

PENNYCOOK, A. **Mother tongues, governmentality, and protectionism**. The International Journal of the Sociology of Language, n. 154, p. 11-28, 2002.

PHILLIPSON, R. **Linguistic imperialism**. Oxford: Oxford University Press, 1992.

RAJAGOPALAN, K. **A ideologia de homogeneização: reflexões concernentes à questão da heterogeneidade na lingüística**. Revista Letras, v.14, p. 21-37, 1997.

RAJAGOPALAN, K. **Linguagem e identidade**. In: XLVI GEL. Bauru. Estudos Lingüísticos. Bauru, v. XXVII, p. 222-226, 1999.

RAJAGOPALAN, K. A identidade lingüística em um mundo globalizado. In: IV SEMINÁRIO NACIONAL DE LITERATURA E CRÍTICA e II SEMINÁRIO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E LÍNGUA, Goiânia, 2001. **Anais...** Goiânia: Editora da UFG, 2001.

RAJAGOPALAN, K. A construção de identidades e a política de representação. In: FERREIRA, L. M.; ORRICO, E. G. (Org.). **Linguagem, identidade e memória social**. Rio de Janeiro: DP e A, p. 77-88, 2002.

RAJAGOPALAN, K. A construção de identidades: lingüística e a política de representação. In: III CONGRESSO DA ABRALIN, Rio de Janeiro, 2003. **Anais...** Rio de Janeiro: Abralín, 2003a.

RAJAGOPALAN, K. **The ambivalent role of English in brazilian politics**. World Englishes. v. 22, n. 2, p. 91-102, 2003.

RAJAGOPALAN, K. **The concept of 'World English' and its implications.** *ELT Journal*. v. 58, n. 2, p. 111-117, 2004.

RAJAGOPALAN, K. **A geopolítica da lingual inglesa e seus reflexos no Brasil:** por uma política prudente e propositiva. In: Lacoste, Y. (Org.). *A Geopolítica do Inglês*. São Paulo: Parábola, p. 135-159, 2005.

RAJAGOPALAN, K. **Revisiting the nativity scene:** review of "The Native Speaker: Myth and Reality" by Alan Davies. *Studies in language*. v. 31, p. 193-205, 2007.

RAJAGOPALAN, K. **The role of geopolitics in language planning and language politics in Brazil.** *Current Issues in Language Planning*. v. 9, n. 2, p. 179-192, 2008.

RENAN, E. Qu'est-ce qu'une nation? Conferência proferida na sorbone, março, 1882. Disponível em: <http://fr.wikisource.org/wiki/Qu%27est-ce_qu%27une_nation_%3F>.

SHERWOOD, P. Book notice on István Csernicskó and Tamás Váradi (Eds.). *Kisebbségi Magyar iskolai nyelvhasználat* [The use of Hungarian in Hungarian-minority schools]. **Journal of Sociolinguistics**. v. 1-3, p. 461-462, 1997.

TICKOO, M. L. Language in education. **World Englishes**, v. 25, n. 1, p. 167-176, 2006.

TSUI, A. B.; TOLLEFSON, J. W. **Language policy and the construction of national cultural identity.** In: TSUI, A. B. M.; TOLLEFSON, J. W. (Orgs.). p. 1- 21. 2007.

TSUI, A. B.; TOLLFSON, J. W. (Orgs.). **Language policy, culture, identity in asian contexts.** Mahwah- Londres: Lawrence Erlbaum Associates Publishers, 2007.

WRIGHT, S. **Language policy and language planning:** from nationalism to globalisation. Hampshire, Reino Unido; Nova Iorque, EUA: Palgrave Macmillan, 2004.

NATURALEZA, ECONOMÍA Y TERRITORIO: CONSIDERACIONES CONTRA EL COLAPSO ¹

Jorge Rodrigo Yaitul Stormansan²

Presentación

En este artículo abordaremos la relación cardinal que existe entre naturaleza, economía y territorio. Esta correspondencia es de completo orden estructural, de acoplamiento, por cuanto la naturaleza nos proporciona los requerimientos básicos para la vida, absorbe nuestros desechos y provee los servicios de soporte vital, como la estabilización climática; todo lo cual vuelve al planeta habitable para los seres vivos humanos y no humanos.

Nuestro planteamiento, va más allá de la crematística. Se trata entonces de asentar una comprensión sobre procesos y transformaciones que superan los límites de lo que corrientemente se entiende por productivo/económico, que se registran en territorios particulares y que se traducen, así también, en dimensiones de carácter social y cultural. Asimismo, la actividad de producción en un territorio determinado debe ser entendida como un ecosistema socioeconómico y cultural, insistiéndose en la base natural (el ecosistema) en la que la actividad se asienta, no concibiéndose como algo estático, sino como el resultado de la confluencia de dos elementos. Por un lado, la propia naturaleza y, por otro, la intervención humana que la modela (COQ, 2004c; 2005).

¹ Este trabajo forma parte de la investigación en economía regional denominada Chile en la Economía Global: reformas y crecimiento económico – análisis de la industria salmonera en la región de Los Lagos, que se desarrolla en el marco de la Tesis de Doctor en Economía Regional. Así también, una sección del presente artículo fue publicado en Espacio Regional. *Revista de Estudio Sociales*, v. 2, n. 5, 2008.

² Universidad de Los Lagos, Osorno. Departamento de Ciencias Sociales. Luisa Schoner 2742, Casas de Bellavista, Osorno. <jyaitul@ulagos.cl>, <jyaitul@gmail.com>.

Naturaleza, economía y energía/territorio

Por naturaleza vamos a entender no una concepción esencialista de la misma, restringida exclusivamente a una visión orgánica, sino una en la cual se reconocen relaciones biológicas, sociales, culturales y económicas que la constituyen y que le dan forma; de carácter particular e irreducible a un único de determinación. La “naturaleza” como la entendemos comúnmente es una categoría específicamente moderna. Al respecto, Arturo Escobar (1999) citando a Raymond Williams (1980) plantea que “la idea de la naturaleza es la idea del hombre (...) la idea del hombre en la sociedad, claro está, las ideas de diferentes tipos de sociedades.”³

La naturaleza, desde la economía estándar, es concebida como un conjunto de elementos físicos o no físicos, que se reconocen en forma separada (tierra, agua, clima, minerales, energía, etc.), que sirven para satisfacer las necesidades o deseos de la acción humana de producción, riqueza y consumo. En esta concepción los “recursos naturales” se reducen a objetos económicos apropiados y valorados que se consideran productibles. Este credo limitado que hace la economía estándar de la naturaleza, olvida fundamentalmente que, para que la misma actividad económica se lleve a cabo, la contribución perpetua de la naturaleza representa el factor fundamental de la misma actividad (CANO, 2004).

En cuanto a la economía convencional, comúnmente conocida simplemente como Economía, debemos señalar que es el estudio de la asignación humana de recursos escasos a fines alternativos, una definición a que por lo pronto no tenemos nada que oponer.⁴ No obstante lo anterior,

3 ARTURO Escobar, *El final del salvaje: naturaleza, cultura y política en la antropología contemporánea*. Colombia: Cerec, 1999, p. 274.

4 La concepción neoclásica de *lo económico* -recuérdese la definición de Lionel Robbins, (1935), “The nature and significance of economic science,” en Hausman, D. (ed.), (1994, 83-110), - “hace referencia, en general, al conjunto de actividades mediante el cual se satisfacen las necesidades humanas-hay quien añade también los deseos- incluyéndose en ella la producción, la distribución-intercambio y el consumo de bienes y servicios (...) *lo económico* aparece ligado a la idea de aprovisionamiento (...) o a la de medios de ganarse la vida (...) No se hace alusión a escasez, procesos

debemos hacer una previsión respecto a la diferencia entre “economía” y “crematística”, en cuanto a que la primera es el estudio material del abastecimiento de la polis, de la casa familiar o de la ciudad; la segunda, el estudio de la formación de los precios en los mercados. Es esta última concepción económica la que domina el mundo contemporáneo y que se traduce en crecimiento económico y aumentos vertiginosos de la producción industrial mundial.

Respecto al territorio debemos reconocer el escaso papel que en forma habitual se le otorga al elemento espacial, cuando se trata de explicar los procesos de producción y consumo que se da en lugares específicos. Por tanto, es necesario realizar una consideración general en torno a la dependencia del espacio/territorio, naturaleza y economía. Antonio Cano Orellana (2006) en este sentido señala que los estudios territoriales, “de naturaleza económica, en general, centran su atención en el estudio de la renta y su distribución (...) Las teorías al uso sitúan el crecimiento económico como un medio a través del cual se superarán las desigualdades entre los diferentes territorios.”⁵

La dependencia e imbricación entre economía y territorio -no sólo considerando el espacio geográfico como la base física sobre las cuales se desarrollan las actividades de producción, intercambio y consumo- son por lo general ignoradas por la gran parte de los economistas teóricos.⁶ Por ello, es preciso analizar el crecimiento de la economía industrial en un contexto

de elección, uso alternativo de medios, racionalidad, maximización...Esos conceptos y principios son considerados elementos de la concepción neoclásica de la ‘economía’, parte de su construcción teórica, no ingredientes de la definición de *lo económico* o, mejor aún, descriptores de esa dimensión de la vida social que llamamos ‘economía’.” José Antonio Batista M., “Economía cultural: elementos para un análisis cultural de *lo económico* y para una crítica de la Economía (ortodoxa)”, *mimeo.* (España: Ed. Universidad de La Laguna, 2007), 2

⁵ Bajo estas consideraciones, “los desequilibrios territoriales quedarían superados siempre que las tasas de crecimiento cuantitativo, en términos de Producto Interior Bruto, Valor Añadido Bruto o Renta Nacional, sean porcentualmente mayores en las áreas pobres que en los territorios ricos.” CANO, Antonio, “Capítulo 6: Crecimiento, modernización y sostenibilidad en Andalucía: algunos apuntes para el análisis.” *Introducción a la Sostenibilidad en Andalucía*, 145-167. Sevilla, España: Consejería de Medio Ambiente. Junta de Andalucía, 2006,146

⁶ Habitualmente se le presta al componente espacial una importancia menor al explicar procesos de producción y consumo que se dan en él. Paul Krugman al respecto ha sido insistente al plantear este vacío en el análisis económico, en particular en su libro *Desarrollo, geografía y teoría económica* (1997).

en el cual el componente espacial sea parte del análisis económico, por cuanto los procesos de crecimiento económico han demostrado a lo largo de la historia tener indiscutibles limitaciones para su expansión territorial. Al respecto debemos señalar que los intentos de enfocar los problemas económicos desde una perspectiva espacial son antiguos (VÖNTHUNEN, 1839 y WEBER, A., 1909) como también son de carácter diverso.⁷

Acorde a lo anterior, nuestra noción de territorio no es únicamente física, concibiéndose como un elemento pasivo y soporte de carácter material de las actividades productivas. Por el contrario, es considerado como una construcción social de carácter histórico, que supera el lugar físico y que se denomina genéricamente territorio. En este sentido es necesario distinguir “el concepto de espacio, utilizado por los neoclásicos, que supone la existencia de una base geográfica sobre la que se realizan las actividades de producción y consumo y que, por tanto, participa en el proceso de generación de costos y/o utilidades, del concepto de territorio, a través del cual se introducen una serie de aspectos que van mucho más allá del espacio geográfico.”⁸

Conforme argumenta Daniel COQ Huelva (2000; 2001) podemos advertir que el uso que se da al término territorio es muy distinto, dependiendo del análisis teórico, de diferentes autores o bien entre

⁷ En este sentido se deben observar las diferencias epistemológicas que se verifican en torno al tema. Al respecto “*la teoría neoclásica de la localización*, por ejemplo, parte del individualismo metodológico, mientras que, en el otro extremo, *la escuela de la nueva división internacional del trabajo* se construye a partir de unos fundamentos radicalmente holistas.” COQ, Daniel. *Impactos territoriales de la reestructuración: la industria agroalimentaria Andaluza*. Sevilla, España: Tesis Doctoral Economía, Universidad de Sevilla, 2001. ,1. Así, “los desarrollos económicos espaciales parten en ocasiones de modelizaciones económicas neoclásicas. Otras veces, tienen en la tradición de pensamiento marxista su principal referente. Y, en otras ocasiones, como puede ser el caso de *la escuela de la especialización flexible*, sus presupuestos son marcadamente institucionalistas.” (Coq, *Impactos Territoriales de la Reestructuración*) ,1. Esta diversidad se debe al distinto significado que, para cada de estos enfoques, tiene la variable espacial. Para algunos tiene un valor únicamente físico, significando en términos equivalentes a distancia. Para otros, el territorio es concebido más allá que el receptáculo físico, sino que sintetiza todo un conjunto de relaciones sociales que tienen lugar en su interior. Un texto interesante para revisar en forma amplia la relación economía-territorio puede consultarse en Coq (2000) *Economía y territorio: una revisión crítica*.

⁸ Daniel Coq, Epistemología, economía y espacio/territorio: del individualismo al holismo. *Revista de Estudios Regionales*. España, n. 69, p. 115-136, 2003, 128

autores que comparten un mismo enfoque, tomando del uso del mismo, diferentes elementos que ayudan a concretar su significado.⁹ Desde estas consideraciones podemos comprender que, cuando se utiliza el término territorio se hace referencia, en forma implícita, a un entorno físico, concreto, que se reconoce en un espacio geográficamente definido y en el cual se desarrollan actividades, en razón de la presencia de comunidades de individuos o bien, de una comunidad en particular.

Así, en el interior de un territorio específico, se reconocen un conjunto de relaciones sociales, lo que implica la existencia de una organización social que se encuentra formada por una conjunción de individuos múltiples. Esta organización social se caracteriza por tener una serie de normas e instituciones que rigen su funcionamiento, en la cual existen grupos sociales con intereses y orígenes diversos que compiten y colaboran con la finalidad de propiciar su reproducción social (COQ, 2001 apud MASSEY, 1994).¹⁰ En esta estructura social, se desarrollan una serie de actividades de producción e intercambio, las cuales son dependientes del entorno social que norma y direcciona el funcionamiento integral del territorio. Karl Polanyi (1992/2007), en este sentido, afirma que el mercado es un proceso instituido socialmente, que se funda en un orden social que a su vez construye estas relaciones sociales. Esta acción de instituir es a partir de las relaciones sociales definidas como resultado del equilibrio existente entre los distintos grupos sociales que conviven en el interior de un determinado espacio. Por cierto, se parte de la base que en la construcción/estructuración de este equilibrio, participan fuerzas en tensión que tienen un peso relativo similar equivalente, capaz de llegar a “contrarrestarse” por

9 En esta parte se recogen diversos trabajos relacionados del autor, que se suman a los ya citados, es el caso de (1) *La perspectiva institucionalista del desarrollo regional: una crítica constructiva* (2002); (2) *Globalización financiera: ¿Una nueva forma de acumulación de capital?* (2003); (3) *Globalización y dinámica territorial de la industria chilena: evolución regional de la actividad industrial en Chile entre 1979 y 1997*, (2004b); (4) *Economía y territorio: una sucinta revisión*, (2004c); (5) *Territorio e industria manufacturera en la Región de Los Lagos*. Chile (2005).

10 MASSEY, Doreen. *Space, place and gender*. Cambridge: Polity Press, 1994.

medio de acuerdos o negociaciones. En este conjunto de relaciones, los individuos continúan siendo los actores finales que dan lugar a las mismas. Además, la actuación de los individuos no se considera determinada por un conjunto de leyes abstractas, por el contrario, se encuentra sujeta a disímiles influencias, pero al final existe un elemento decisional que se encuentra indisolublemente unido a la esfera individual. Conforme a Dorren Massey (1994), las actuaciones de los individuos dependen fuertemente “de los tres vectores más significativos que definen su identidad: espacio, género y clase.”¹¹ En suma, lo anterior es el resultado de un proceso de evolución histórico. Las relaciones sociales históricamente construidas definen las relaciones de poder entre los distintos grupos sociales. Así entendido, la forma en que el mercado se encuentra instituido (cimentado), como los hábitos e instituciones que condicionan y articulan la actuación de los individuos (las definen) también, aunque en forma indirecta.

En un territorio específico intervienen las condiciones anteriores que lo modelan, junto con la forma en la que históricamente las élites y el Estado/Gobierno gestionan la inserción de ese espacio/territorio dentro de la economía-mundo. En estas condiciones, la estrategia de posicionamiento del territorio, va a ser definida por el lugar que internacionalmente ocupa y que se concreta en la extracción/producción de los recursos naturales ligados a rentas de situación y transformación de los usos del mismo. En este contexto, los territorios se tienden a reconvertir con el objeto de producir bienes. Para el caso chileno, son las diversas pesquerías, frutales, vinos, maderas, salmones, etc. Todo ello con el objeto de no perder posiciones en una carrera global por la participación de mercados y de la competencia y la competitividad. En esta trama, en una continua modificación de los usos aplicados en los territorios, se va construyendo un diálogo entre economía-ecología que tiene un carácter marcado y distintivo.

11 COQ. *Impactos territoriales de la reestructuración*. 10

Un territorio en particular es una manera de afrontar el esfuerzo por elucidar el conocimiento de realidades específicas que, sin tener categoría de ser generalizables, tienen una importancia esencial para entender la evolución de los fenómenos objeto de estudio, en el cual se debe poner énfasis en la búsqueda permanente de “la mayor probabilidad de certeza que en la de la validez universal.”¹² Es así que al estudiar la dependencia economía y territorio, la búsqueda de comprensión esta movida en cuanto a no establecer las leyes generales que rigen a un determinado fenómeno, sino a conocer los “mecanismos que expliquen el funcionamiento de realidades sociales específicas, entendiendo que sólo concentrándose en el análisis de esa especificidad se puede llegar a un mayor grado de comprensión de las mismas.”¹³ Interesa entonces asentar una comprensión sobre procesos y transformaciones que superan los límites de lo que corrientemente se entiende por productivo/económico, que se registran en territorios particulares y que se traducen, así también, en dimensiones de carácter social y cultural. De la misma forma, la actividad de producción en un territorio determinado debe ser entendida como un ecosistema socioeconómico y cultural, insistiéndose en la base natural (el ecosistema) en la que la actividad se asienta, no concibiéndose como algo estático, sino como el resultado de la confluencia de dos elementos.

Por un lado, la propia naturaleza y, por otro, la intervención humana que la modela (COQ, 2004c; 2005). En este sentido, no se puede entender la particular explotación productiva que se da de ciertos ecosistemas sin entender las dinámicas sociales y las condiciones culturales que se desarrollan y que el espacio habitado/construido por el ser humano es producto del tiempo de la naturaleza, del tiempo biológico humano,

12 DEL RÍO, Carlos Román y RODRÍGUEZ, Javier. *Conocimiento científico y ciencia económica*. Texto digital. Programa Doctorado Economía Regional, 1-25, 2005. Sevilla, España: Departamento de Economía Aplicada II, Universidad de Sevilla , 9

13 COQ, “Epistemología, economía y espacio/territorio”, 132

de las diversas formas de organización, de la concepción cosmogónica del tiempo (THER *et al.*, 2007) y compartiendo con Ther *et al.* (2007)¹⁴ en lo fundamental, el territorio en el cual suceden los procesos y efectos de lo económico/productivo, viene a ser el fruto del conjunto de relaciones que a diario el ser humano ha trenzado con la naturaleza y con los otros.

Las explotaciones/extracciones de los “recursos naturales” en un espacio/ territorio, las tensiones y conflictos que se dan en un plano no sólo de carácter económico, de exclusiva expresión monetaria y que solamente no se refleja en la disputa de precios, tiene que dar paso a la incorporación de factores condicionantes en la relación extracción/ transacción. Esto es el caso de luchas de poder por ciertas áreas territoriales, negociaciones, transacciones comerciales no transparentes, flujos de información asimétrica, sobreexplotación de recursos, prácticas comerciales históricas versus contemporáneas, institucionalidad laboral precaria, subordinación a fuerzas de intermediación, rol periférico de los actores comerciales, etc. Estos elementos articulan y edifican un tinglado que condiciona e institucionaliza una relación precaria, entre “extractores” (productores), naturaleza y uso energético localizado.

En estas condiciones es relevante discutir el punto desde un denominador común en todas las actividades productivas/económicas: La energía. Desde esta perspectiva, cualquier actividad económica se traduce en energía. Siguiendo los planteamientos de René Passet (1979/1996) tenemos que “*cualquier bien material* puede expresarse por la cantidad de energía que retiene; como producto, es el resultado de un gasto energético mensurable; si es ingerible, transfiere a los organismos que lo absorben la energía potencial que contiene; *cualquier fuerza de trabajo* es un potencial energético susceptible de liberar energía y puede reconstituirse gracias a

14 THER, Francisco; VERGARA, Nelson; YAITUL, Jorge; TORO Darío y ÁVILA, Susan. *Etnografía del ambiente costero: prácticas cotidianas contemporáneas en Asentamientos costeros del sector sur de la Región de Los Lagos, Chile*. Osorno, Chile: Proyecto Interno, DIULA/2007, p. 1-39.

un aporte de la misma; *cualquier capital* productivo creado por los seres humanos es el resultado de un trabajo que puede expresarse en unidades energéticas, funcionando gracias al aporte de energía y suministrando un trabajo mecánico energéticamente cuantificable.”¹⁵

En estos términos y contrastados con representaciones exclusivamente monetarias, las prácticas económicas y las sociedades, en razón de flujos monetarios, serían reducidas a de subsistencia o bien de rezago; fuera del ámbito de una economía de mercado moderna. En estas condiciones por una parte, territorios de estas características, distintos en sus prácticas y espacialmente ubicados, deben ser analizados desde la óptica del análisis energético y no desde el ámbito monetario. Por otra, nos encontramos frente al hecho del llamado factor condicionante subdesarrollo/desarrollo de estos territorios. Veamos algunos comentarios al respecto. El hecho de que el subdesarrollo aqueje a unas economías que frecuentemente disfrutaban de unos abundantes “recursos naturales” (agua, cobre, madera, de cierta manera celulosa y también alimentos) “demuestra que la energía nada crea por sí misma.”¹⁶

El desarrollo lo genera y lo define la concepción y la actividad humana; situación por cierto condicionada por el escenario internacional dominante. Sin perjuicio de las consideraciones anteriores, por el momento nos limitaremos a constatar que en economía, como en la naturaleza, los sistemas diversificados más maduros propenden a capturar los flujos energéticos de los sistemas simples e inmaduros, de tal modo que éstos no consiguen arrancar de su estado de pobreza (PASSET en referencia a MARGALEF).¹⁷ Por lo pronto, desde esta óptica, podemos plantear que territorios periféricos y dependientes de las economías centrales, se mecen

15 PASSET, Susan. *Principios de Bioeconomía*. Madrid, España: Colección Economía Y Naturaleza, n.5, Fundación Argentaria, Visor distribuciones I.S.A. 1979/1996, 191

16 _____. *Principios de Bioeconomía*, 209

17 MARGALEF, Ramón. On certain unifying principles in ecology. *Revista América Nature*, 1963.

sobre un espacio energético de usos extractivos/productivos. Diversos estudios y agrupaciones de datos demuestran que en sistemas rurales (el caso de áreas rurales africanas), la producción energética puede ser de 17 a 41 veces superior al número de kilocalorías gastadas bajo la forma de trabajo humano y 4 veces superior respecto al conjunto de las energías humanas, animales y mecánicas destinadas a obtener este resultado (PASSET 1979/1996; en referencia a VIEIRA DA SILVA, 1977).¹⁸

Por cierto, la incorporación tecnológica y mecánica moderna, con el objeto de optimizar las curvas de rendimiento de las diversas producciones, intensificando con ello los procesos de extracción/ producción, van disminuyendo los excedentes energéticos de los territorios. En el caso de áreas que exportan energía excedente, sin transformar las “materias primas o sus cosechas con el fin de importar productos manufacturados, su situación equivale a la de un sistema recorrido por unos flujos energéticos que no utiliza para estructurarse.”¹⁹ Estas condiciones “permiten a otros beneficiarse de los mismos para construir sus actividades de transformación; esto es, para diversificarse y crecer a expensas de las propias posibilidades de los exportadores.”²⁰ Desde el punto de vista energético, en estos territorios particulares que “exportan” energía por excedente, la situación todavía se encuentra retardada en comparación con otros, de niveles de uso de intensidad energética. ¿Por que se da esta situación?, ya sea por ubicación de aislamiento geográfico, de no contar con vías expeditas y de medios de comunicación moderno en su momento; por no tener infraestructura que soporte una demanda creciente sobre sus territorios, etc. No obstante, el ciclo de uso intensivo de la energía, que conlleva mayores exigencias energéticas con el propósito de aumentar los rendimientos industriales, por cierto, se encuentra retardada, más no suspendida.

18 SILVA, José Vieira da. *Ecologie et développement, le rôle de l'énergie*. En: COLOQUIO GERMES, celebrado los días 15 y 16 diciembre 1977, Paris.

19 PASSET, *Principios de Bioeconomía*, 209

20 PASSET, *op. cit.*, 209

Organización/Estructura, acoplamiento y “recursos naturales”

Todo nuestro quehacer se vive en un sistema en continuo cambio estructural, que se da tanto como resultado de una dinámica interna de los seres vivos humanos y no humanos, como lo es gatillado por sus interacciones en un medio que también está en continuo cambio (MATURANA, 2004); no obstante todo encontrarse estructuralmente acoplado. En esta condición esencial no nos encontramos fuera de la naturaleza; existimos y nos realizamos en ella, hasta que el ser vivo muere porque esta congruencia se pierde. Vivimos en una compleja estructura, como fragmento de un todo compuesto no fuera de nosotros, sino como parte del contenido biofísico.

En este sentido, la relación entre crecimiento económico y uso de la naturaleza, no ha sido por cierto, equilibrada. Diego Azqueta Oyarzún (1994), al respecto señala que “son abrumadoras las razones que llevan a pensar que el crecimiento económico se ha conseguido a costa del entorno ambiental.”²¹ Este incremento se funda, al igual que el análisis económico tradicional, y no exclusivamente el neoclásico, en modelos, que tratan la naturaleza, el planeta, como si fueran sistemas abiertos, en el que no existen limitaciones exteriores al crecimiento del mismo (AZQUETA, 1994).²² Sin embargo,

21 AZQUETA, Diego. *Valoración económica de la calidad ambiental*. Madrid, España: Mac Graw Hill, 1994, 3

22 El concepto crecimiento desde la economía convencional hace referencia cuando la inversión neta es positiva: el sistema invierte de tal manera “que la frontera de posibilidades de la producción se desplaza.” LEDESMA, Joaquín. *Economía: teoría y política*. Buenos Aires, Argentina: Pearson Prentice Hall, 2003, 29.

El efecto de lo anterior es el consiguiente aumento de los recursos disponibles, constituyendo la diferencia respecto de una condición de estancamiento. Las ventajas mensurables son obvias: más bienes y servicios, mayores ingresos y más empleo. Al respecto Ledesma (2003) señala que el concepto económico de crecimiento es medible y objetivo: “describe la expansión de la fuerza de trabajo, del capital, del volumen del comercio y del consumo. Representa el conjunto de capitales básicos (bienes instrumentales) con que cuenta una comunidad a los efectos de obtener determinados fines.” LEDESMA, *Economía. teoría y política*, 29-30.

No obstante lo anterior, el mismo Ledesma señala que “el crecimiento, medido a través del producto, no refleja el grado de satisfacción de necesidades ni el bienestar social, así como tampoco en qué forma y proporción se distribuye el ingreso.” LEDESMA, *Economía: teoría y política*, 30.

debemos tener presente que somos parte de escenarios físicos restrictivos y que “nos encontramos en un sistema cerrado desde el punto de vista de la materia, aunque abierto desde el punto de vista de la energía, en el que las leyes de la termodinámica y de la entropía suponen finalmente una limitación al crecimiento.”²³

Seres vivos humanos y no humanos, participamos en los fenómenos y procesos, sólo mientras la organización que los define como seres vivos *-la autopoiesis-* permanece invariante. El término *autopoiesis* fue concebido por el biólogo chileno Humberto Maturana Romesín y quien junto a Francisco Varela García, otro biólogo chileno, divulgaron mundialmente a través de conferencias, artículos y libros, desde aproximadamente 1970.²⁴ Este es un concepto que refiere a la organización de los seres vivos, no exclusiva al dominio celular, y designa el proceso autónomo de autoorganización que, desde su punto de vista, domina todo el proceso orgánico. Por lo general, se reconoce en el concepto de homeostasis el antecedente de esta idea, formulada por Cannon (1960) y aparecida por primera vez en 1932 (ADAMS, 2001).²⁵

Maturana y Varela no consideran que los procesos sociales sean autopoieticos. Para ellos sólo se aplica a los sistemas vivos (VARELA 1979; MATURANA y VARELA 1980).²⁶ No obstante, se estima que el concepto

Por tanto, desde la economía estándar se plantea que a éste indicador no se le puede exigir algo para lo cual no fue diseñado. Este crecimiento, es un crecimiento cuantitativo que, en palabras de Antonio Cano (2006) es “característico de nuestra sociedad, basado en el extender, acrecentar, crecer (que) está dilapidando en forma acelerada el patrimonio físico que se ha ido gestando a lo largo de millones de años.” Cano, “Capítulo 6: Crecimiento”, 149

23 AZQUETA, *Valoración económica*, 22

24 Es el caso del artículo, *Biology of cognition*, report n. 9 of the Biological Computer Laboratory (EE. UU, Universidad de Illinois, 1970).

25 Adams, al respecto señala que “Von Foerster se refiere a esa misma idea con el término heterarquía”, afirmando que “los organismos vivos son sus propios administradores. No existe ‘algo’ ajeno que dirija el sistema en su totalidad. El sistema se maneja a sí mismo; por tanto, funciona. Se trata de una organización heterárquica, no jerárquica” (1973, p. 110).” Heinz Von Foerster, “On constructing reality.” En: Wolfgang F. E. Preiser, (ed.). *Environmental Design Research. Sturdsburg* (Pa.: Dowden Hutchinson and Ross, 1973), citado en Richard N. Adams, *El octavo día. La evolución social como autoorganización de la energía* (Iztapalapa, México: Ed. Universidad Autónoma Metropolitana, 2001), 116

26 VARELA, Francisco. *Principles of biological autonomy*. Nueva York, Oxford: North Holland, 1979. RODRÍGUEZ,

es útil para aplicarlo a otros campos, por tanto es difícil rechazar esta posibilidad en forma categórica. Si recurrimos a los argumentos de Stafford Beer en el prefacio del libro de Maturana y Varela en 1980, *Autopoiesis and Cognition: the realization of the living*, en cuanto a que si el término puede utilizarse respecto de los procesos dinámicos que una unidad desarrolla para mantenerse y reproducirse a sí misma, resulta aplicable también a la sociedad. Este argumento es el que utiliza Richard N. Adams en su libro *El octavo día: la evolución social como autoorganización de la energía* (2001). En este sentido y siguiendo al autor, no se pretende “diseñar un modelo que abarque todos los aspectos del sistema, sino sólo los procesos de autorreproducción que operan independientemente de otros factores posibles, y esto sin tener en cuenta esos factores.”²⁷

Conforme al argumento anterior, podemos señalar que el vivir de un “ser vivo transcurre en continuos cambios estructurales como resultado de su propia dinámica interna, o gatillados en sus interacciones (...) en y con el medio, (y) que un ser vivo conserva su organización en un medio sólo si su estructura y la estructura del medio son congruentes y esta congruencia se conserva.”²⁸ Así, la organización de un sistema es necesariamente invariante, su estructura puede cambiar. Todo sistema se desintegra cuando en sus cambios estructurales no se conserva su organización (MATURANA, 2004).²⁹ Es por ello que, lo que debemos aceptar en este punto, “es que lo vivo de un ser vivo está determinado en él, no fuera de él”³⁰ y en su relación estructural con los otros seres vivos humanos y no humanos. Existimos siempre acoplados estructuralmente

Humberto y VARELA, Francisco. *Autopoiesis and cognition: the realization of the living*. Dordrecht, Boston y Londres: D. Reidel Publishing Company, 1980.

27 ADAMS. *El octavo día*, 117

28 MATURANA, Humberto. *Biología del Fenómeno Social. Desde la biología a la psicología*. Jorge Luzoro García. (Comp.) Buenos Aires, Argentina, Ed. Lumen, 2004, p. 71-85, 75

29 Así, por ejemplo, “un reloj a cuerda deja de ser reloj (pierde su organización reloj) si uno de sus cambios estructurales es la ruptura de su cuerda.” Maturana, “Biología del Fenómeno Social”, 74

30 MATURANA. “Biología”, 74

en un medio físico natural con el que esencialmente nos encontramos arraigados, en términos de Polanyi (1992/2007).

La deforestación, la erosión del suelo, la escasez de agua, la desertificación, la presión ilimitada sobre los ecosistemas con propósitos productivos, exclusivos y excluyentes, en pos del crecimiento económico exagerado, son manifestaciones de desestructuraciones que implican alteraciones estructurales. No podemos dejar de señalar que el deterioro del llamado “medio ambiente humano y natural”, incluso la contaminación del aire y del agua, no son fenómenos nuevos; algunos de éstos datan incluso de “antes de la Revolución Industrial, por lo que pueden ser observados bajo distintas formas e intensidades en las sociedades preindustriales y en las economías menos desarrolladas.”³¹ No obstante ello, la situación cambia radicalmente al convertirse todas estas situaciones “en acumulativas con el progreso de las modernas tecnologías industriales y con su aplicación indiscriminada cuando el crecimiento de la población y la densidad de los

31 KAPP, Kart William. La ruptura ambiental: Un desafío a las ciencias sociales, 1970. En: *Economía de los recursos naturales: un enfoque institucional*. Textos de S. V. Ciriacy- Wantrup y K. W. Kapp, Federico Aguilera Klink (Ed.) Madrid, España: Colección Economía y Naturaleza, Serie Textos básicos, v. 2. Fundación Argentaria, Visor distribuciones/ S.A., 129-148, 1995a, 129

En cuanto a los procesos iniciados en torno a la Revolución Industrial es interesante tener presente las observaciones que nos plantea Jeremy Rifkin en su libro *El fin del trabajo: nuevas tecnologías contra puestos de trabajo – el nacimiento de una nueva era*, 2000. El autor reconoce *tres revoluciones industriales*, cada una de características particulares y efectos relevantes para la historia humana. En este sentido el vapor se convirtió en el elemento substancial de la primera revolución industrial, empleándose “para abrir minas de metales, producir textiles y fabricar un amplio abanico de productos que, en épocas anteriores, habían sido fabricados a mano. Los buques de vapor sustituyeron a los viejos veleros y la locomotora a vapor ocupó el lugar de los vagones tirados por caballos; así se mejoró ampliamente el proceso de transporte y movimiento de materias primas y de productos terminados (...)

La segunda revolución industrial se produjo entre 1860 y la primera guerra mundial. El petróleo empezó a competir con el carbón mientras que la electricidad fue utilizada por primera vez, creando una nueva fuente de energía para hacer funcionar los motores, encender las luces de las ciudades y proporcionar comunicación instantánea entre las personas. Al igual que lo que ocurrió con la revolución del vapor, el petróleo, la electricidad y los inventos que acompañaron la segunda revolución industrial continuaron trasladando el peso de la actividad económica del hombre a la máquina. En la minería, la agricultura el transporte y la fabricación, las fuentes inanimadas de potencia combinadas con máquinas permitían aumentar, amplificar y, finalmente, sustituir cada vez más al hombre y al animal en las tareas propias del proceso económico (...)

La tercera revolución industrial apareció inmediatamente después de la segunda guerra mundial y es en la actualidad cuando empieza a tener un impacto significativo en cómo la sociedad organiza su actividad económica. Los robots controlados numéricamente y los ordenadores y sus avanzados «software» están invadiendo las últimas esferas humanas disponibles: el reino de la mente.” RIFKIN, Jeremy. *El fin del trabajo: nuevas tecnologías contra puestos de trabajo – el nacimiento de una nueva era*. Buenos Aires, Argentina: Paidós, 2000, 85-86

asentamientos siguen tasas crecientes.”³² Por tanto, si no se conserva la congruencia estructural entre ser vivo y naturaleza, las interacciones en el medio gatillan en el ser vivo cambios estructurales.³³

El crecimiento industrializado irrefrenable y la deshumanización del ser humano trasgreden e ignoran, continuamente, el sentido del límite, lo que lleva tarde o temprano al colapso de las sociedades; esto amplificado por las conductas miopes de las élites económicas y políticas, del aislamiento de las mismas, de la no consideración de los costos asociados a las funciones de crecimiento. No sólo es el colapso de la naturaleza, producto de las prácticas productivas/económicas industrializadas, sino la forma como las sociedades humanas reaccionan a los efectos en ella producidas, lo que determina su capacidad de supervivencia (DIAMOND, 2007). En estas circunstancias, pensemos en la extracción de madera en los bosques nativos, a la situación de la Amazonia de Brasil, a la extracción de petróleo y cobre; en general, a todos los usos que la economía le confiere a los designados “recursos naturales” que son utilizados directamente en los procesos industriales modernos.

En este sentido, especial importancia cobra el caso del agua.³⁴ Al respecto, pensamos a igual que Federico Aguilera Klink (1999) en “una

32 KAPP: La ruptura ambiental, 129

33 Es interesante observar que en estas condiciones se han introducido nuevos riesgos en la naturaleza y en las comunidades humanas, implicando una disminución de la salud física y mental de grandes volúmenes de poblaciones; situación que conlleva una amenaza concreta para la civilización y la supervivencia humana. Un caso de este tipo son grandes contingentes de poblaciones humanas que se encuentran bajo la presión psicológica estimulada por el hacinamiento urbano (cuando se relocaliza la pobreza en áreas periféricas de las ciudades, en zonas urbanas en la cual prevalece el principio de mayor densidad habitante por m² de suelo). Esta situación lleva a provocar el desarrollo de síndromes de estrés (en algunos mamíferos conduce a la muerte), a crecientes frustraciones, a engendrar violencia si perdura demasiado tiempo y a comportamientos neuróticos. Las poblaciones a su vez presionan sobre las asistencias públicas de salud primaria, buscando auxilio sobre sus enfermedades, no necesariamente vinculadas con una base biológica.

34 Sigfried Von Ciriacy-Wantrup en un artículo de 1961, *La calidad del agua, un problema para el economista en economía de los recursos naturales*: un enfoque institucional. Textos de S. V. Ciriacy-Wantrup y K. W. Kapp, Federico Aguilera Klink (Ed.). Madrid, España: Colección Economía y Naturaleza, Serie Textos básicos, v.2. Fundación Argentaria, Visor distribuciones /S. A., 103-116, 1995. Trata con interesante claridad la problemática que representa la gestión de la calidad de los “recursos naturales” en la economía de los recursos naturales, en particular el caso del agua. El texto además analiza la incidencia de los costos y beneficios sociales en la gestión y la incidencia de estos factores en la formulación de los objetivos de la política en la gestión de la calidad del agua.

noción funcional del agua como activo ecosocial, por cuanto la capacidad que tiene el agua de satisfacer todo un conjunto de funciones, no sólo exclusivamente económicas, sino también sociales y ambientales, tanto de carácter cuantitativo como cualitativo (...)”³⁵, es cardinal. Lo anterior se vuelve urgente para la adaptación biofísica, por cuanto el agua de que se dispone para el consumo humano es un recurso escaso. Cano (2004) en torno lo mismo, nos hace presente que es un elemento de conflicto permanente y que “el consumo del recurso derivado de la actividad humana compromete su disponibilidad futura.”³⁶ Precisamente, debemos señalar que la cantidad de agua que se emplea depende del nivel de urbanización y de las prácticas económicas que se dan en territorios particulares, sobre todo en aquellos en los cuales se verifican centros urbanos que concentran actividades industriales. En Europa, por ejemplo, “el agua se utiliza en su mayor parte en la industria que acumula el 54 por ciento del total, la agricultura usa el 33 por ciento del agua dulce disponible y para uso doméstico se destina el 13 por ciento restante (HINRICHSSEN, D., ROBEY, B.; UPADHYAY, U. D.,1998).”³⁷

Cano (2004) del mismo modo, señala que existen algunas excepciones. Es el caso de Japón que “(utiliza la mayor parte del agua dulce para el riego de sus arrozales; zonas áridas del sur de Europa como España o Grecia destina los mayores porcentajes de agua dulce a la agricultura en régimen de regadío), el consumo de agua por habitante es muy superior

35 AGUILERA, Federico. Hacia una nueva economía del agua: cuestiones fundamentales. En: ARROJO, P. y GIL, P. Martínez (Eds.). *El agua a debate desde la Universidad*. Zaragoza, España. Instituto Fernando el Católico, 1-15, 1999, 5

36 CANO, Antonio. *Economía y Sostenibilidad en las grandes aglomeraciones urbanas*: aproximación al cálculo de la huella ecológica de Sevilla y su área metropolitana. Sevilla, España: Colección Economía Urbana N° 1, Sevilla Global SAM, 2004,117

Al respecto, el “Informe *Soluciones para un mundo con escasez de agua*” de The Johns Hopkins School of Public Health, (*señala que*) en 1995, padecían escasez de agua (suministro anual de agua dulce renovable inferior a 1.000 m³ por persona) y tensión hídrica (suministro anual de agua dulce renovable entre 1.000 y 1.700 m³ por persona) en el mundo 31 países con una población de 460 millones de personas; para 2025 estas cifras se elevan a 46 países y 2.800 millones de personas y para 2050 a 54 países y 4.000 millones de personas respectivamente.” CANO. *Economía y Sostenibilidad*, 116. Para FAO al 2025 esta cifra se eleva a 1.800 millones de personas.

37 CANO, *Economía y Sostenibilidad*, 117

en los países que disponen de mayores recursos monetarios. En efecto, el consumo de agua extraída por persona y día, como promedio, asciende en África a 47 litros, en Asia a 87 mientras que en Reino Unido se eleva a 334 y en estados Unidos a 578 (HINRICHSSEN, D., ROBEY, B.; UPADHYAY, U.D., 1998).³⁸ Para España en 1999 ascendía el consumo en torno a los 246 litros por habitante y día, conforme a estadísticas oficiales del INE. En Chile los múltiples usos que cumple (uso humano, recreacional, regadío agrícola, industrial, entre otros), hace que su calidad sea un punto crítico de análisis. En el país el uso del agua para fines consuntivos, alcanza un nivel aproximado a los 650 m³/seg. de caudal continuo, entre los cuales el riego representa el 84,5 por ciento, el uso doméstico el 4,4 por ciento y los usos mineros e industriales representan el 11 por ciento (EULA, 2007).³⁹ Una persona de ingreso medio que vive en una ciudad utiliza, en promedio, 250 litros de agua y día, distribuidos de la siguiente manera: una ducha diaria de cinco minutos equivalente a 100 litros; descarga de sanitario 50 litros; lavadora de ropa 30 litros; lavado de loza 27 litros; riego de jardín 18 litros; lavar y cocinar alimentos 15 litros y otros usos como beber o lavarse las manos 10 litros (EXPLORA, 2007). Este cuadro general presenta importantes variaciones si se analiza desde el punto de vista territorial. En la Región Metropolitana al norte del país, la disponibilidad de agua por habitante es pequeña, generalmente inferior a 1000 m³/hab./año, e inclusive en otras zonas no supera los 500 m³/hab./año (EULA, 2007). Esta área geográfica representa aproximadamente el 55 por ciento de la población total del país.

Es indudable que la calidad del agua no solamente asegura el desarrollo de la economía de un país como Chile, sino que fundamentalmente

38 Ibid, 117-118

39 Para Cardona (2007) y Explora (2007), el uso de agua para fines consuntivos es 695 m³/seg., de los cuales 89,2 por ciento es para riego agrícola, el uso doméstico es equivalente a un 5,5 por ciento, correspondiente a una demanda de 38 m³/seg. y para los usos mineros e industriales es de 37 m³/seg. equivalente a un 5,3 por ciento.

afianza la salud de la población y de la naturaleza. Desde una perspectiva de inserción internacional, es evidente que tanto la calidad como la disponibilidad de este elemento es clave para el posicionamiento del país en los mercados exteriores. Un ejemplo claro es la industria de la celulosa, que en la actualidad es uno de los sectores más importantes a nivel nacional, con exportaciones de unos \$ 2.000 millones de dólares estadounidenses que representan el 14 por ciento el total exportado del país. No obstante, el volumen de producción de celulosa conlleva un consumo de agua equivalente a más de 130 millones de m³/año (EULA, 2007).

En la cuenca del río Biobío por ejemplo, se produce el 90 por ciento de la celulosa, el 100 por ciento del papel de diario y el 90 por ciento de la madera aserrada del país. Al 2007 se hallaban en operación cinco plantas industriales relacionadas con la producción de celulosa y papel, y se proyecta que se duplique la producción, en un plazo no superior a 5 años. Esta situación, en términos de volúmenes producidos/exportados, que se encuentra en considerable crecimiento, también se observa en otros rubros productivos; es el caso de la minería y en plena expansión acelerada la acuicultura del salmón.⁴⁰

En concordancia con lo anterior, Cano (2004) nos hace presente que “la extensión del estándar de vida urbano-industrial ha incrementado de manera considerable los requerimientos de agua.”⁴¹ Y no solamente el requerimiento creciente sobre el recurso, sino que ha aumentado la presión

40 En la Región de Los Lagos, donde nos situamos, la producción y consumo de agua potable al 2005 en miles de m³, fue de 55.127 (nacional 1.391.316 m³) y de 37.734 (nacional 933.119 m³) (Instituto Nacional de Estadísticas, INE, *Informe Anual*, 2005), respectivamente. Entre los años 2001 y 2005, para los indicadores de producción y consumo regional tuvo el siguiente comportamiento, en miles de m³: Producción en el 2001 52.084 (nacional 1.267.113); 2002 51.641 (nacional 1.358.052); 2003 50.878 (nacional 1.369.769); 2004 53.826 (nacional 1.366.767); 2005 55.127 (nacional 1.391.316). En cuanto a consumo en el 2001 35.825 (nacional 924.320); 2002 35.894 (nacional 926.9639); 2003 35.412 (nacional 930.075); 2004 36.573 (nacional 921.760); 2005 37.734 (nacional 933.119) (Instituto Nacional de Estadísticas, INE, *Informe Anual*, IA, 2005). La cobertura de agua potable y alcantarillado a diciembre del 2005 para la Región de Los Lagos, sobre una población urbana estimada de 717.658 personas (población nacional abastecida 13.351.126/coertura 99,8 por ciento) era de 100 por ciento para agua potable y de un 90,9 por ciento equivalente a 652.024 personas (población nacional saneada 12.703.212/coertura 94,9 por ciento) (INE, IA, 2005).

41 CANO. *Economía y sostenibilidad*, 118

sobre las ciudades en cuanto a servicios de infraestructura básica sanitaria (agua potable y alcantarillado para aguas servidas), educacionales y de coberturas de salud, entre otros factores; lo anterior fruto del aumento de la población en los centros urbanos, y al interior de las mismas, del aumento de poblaciones marginalizadas que se ubican en las periferias de las metrópolis, asociado a mayores niveles de cesantía, producto, entre otros factores, de la incorporación de nuevas tecnologías de producción de masas a los procesos industriales localizados.

Inconciliablemente la demanda creciente de agua es concurrente con el grado de disponibilidad mundial, cada vez menor, tanto en términos cuantitativos como cualitativos.⁴² Es evidente que el aumento “de la concentración de la población en las ciudades y el fácil acceso de los hogares al agua corriente han favorecido un distanciamiento de prácticas de abastecimiento más sostenibles que, además, generan una mayor conciencia de su escasez.”⁴³

42 En 2007, más de la mitad de la población mundial vive en sectores urbanos. Estamos frente a una hegemonía de las ciudades. La población mundial en el 2005 era de 6.450 millones de personas, el 49,1 por ciento equivalente a 3.170 millones vivían en ciudades. En América Latina el 31 por ciento de la población urbana vivía en barrios marginales, en comparación con el 35 por ciento de 1990. En el 2006 más del 53 por ciento de la población urbana mundial vivía en ciudades de menos de 500 mil habitantes y un 22 por ciento en ciudades de entre 1 y 5 millones de habitantes. Asia y África tienen las tasas de crecimiento urbano más altas, por ejemplo África Subsahariana un 4,58 por ciento; Asia Sudoriental un 3,82 por ciento; Asia Oriental un 3,39 por ciento; Asia Occidental un 2,96 por ciento; Asia Meridional un 2,89 por ciento y África del Norte un 2,48 por ciento. En el 2007 unas 3.345 millones de personas vivían en zonas urbanas. De ellas el 33 por ciento habitaba en barrios marginales de una gran urbe. Para el 2015, 17 ciudades del mundo, tendrán más de 12 millones de habitantes cada una, de las cuales 3 (el 17,6 por ciento) se ubican en países considerados de economías desarrolladas. Así es el caso de Tokio (36,2 millones); Bombay (22,6 millones); Nueva Delhi (20,9 millones); Ciudad de México (20,6 millones); São Paulo (19,9 millones); Nueva York (19,7 millones); Dhaka (17,9 millones); Yakarta (17,4 millones); Lagos (17 millones); Calcuta (16,7 millones); Karachi (16,1 millones); Buenos Aires (14,5 millones); El Cairo (13,1 millones); Los Ángeles (12,9 millones); Río de Janeiro (12 millones); Manila (12 millones) y Shangai (12 millones), de estas el 23,5 por ciento son de América Latina y el 58,9 por ciento se concentran en África y Asia, con una población total proyectada de 202 millones de habitantes.

En las próximas dos décadas las ciudades en vía de desarrollo absorberán el 95 por ciento del crecimiento poblacional urbano. Entre 2005 y 2030 la tasa de crecimiento anual promedio de la población urbana mundial se encuentra estimada en 1,78 por ciento. Entre 2015 y 2030 la población rural disminuirá en 155 millones de personas. Para el 2030 la población mundial se estima en 8.100 millones. Las ciudades en vías de desarrollo albergarán al 80 por ciento de la población urbana mundial. La población urbana en Asia se encuentra estimada en 2.660 millones, en África 748 millones y Europa 685 millones, la población urbana total se encuentra proyectada en 4.940 millones equivalente a un 61,7 por ciento. *Informe sobre el estado de las ciudades del mundo 2006/7*, Naciones Unidas, 2006.

43 CANO. *Economía y sostenibilidad*, 118-119

Nos encontramos atrapados en un mundo artificial, construido y definido por las explicaciones “de los fenómenos económicos que son en esencia mecanicistas. (...) La epistemología mecanicista es responsable de un pecado aún mayor de la economía moderna, el de la total ignorancia del papel que juegan los recursos naturales en el proceso económico.”⁴⁴ La teoría económica estándar, modernamente clásica “no permite que ningún cambio deje su marca en el proceso económico, sea el cambio una sequía, una inflación o una crisis bursátil.”⁴⁵ Toda explicación debe cuadrar en el espacio construido en el cual se han empleado los supuestos necesarios de las preguntas que se formulan, olvidando que el comportamiento de la vida y de la naturaleza, van por otros derroteros. El proceso económico está intrínsecamente ligado al medio físico natural, lo cual siendo un hecho obvio no considera la limitación de stocks de todos los recursos. Es esta condición básica, la más olvidada en la economía moderna.

Hace doscientos cincuenta años la economía mecanicista estándar, aceite de las sociedades industriales, abandona la consideración de esta limitación, separándose con ello de la concepción de lo vivo; focalizándose únicamente en el progreso mecánico expresado en el crecimiento. Producto de ello la “mecanización de la eficiencia” ha generado una utilización desenfadada de la energía, olvidando el sentido estructural con la naturaleza y de la vida. El continuar con los ritmos de “extracción de los recursos productivos” como el cobre o el petróleo, al ritmo del presente, nos llevará, más temprano que tarde a la ineficiencia de este modo de vida económica, la cual se ha consagrado como verdad absoluta. Las condiciones actuales de diversas áreas del plantea, demuestran que no existe tecnología que sea capaz de volver atrás, de reversar los procesos productivos en conjunto con

44 GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. “¿Qué puede enseñar a los economistas la termodinámica y la biología?”: selecciones de mitos de la economía y de la energía. economía, ecología y ética. Herman Daly (Comp.). México: FCE, 1989, 308-309

45 GEORGESCU-ROEGEN, “¿Qué puede enseñar a los economistas la termodinámica y la biología?”, 308

los impactos a la naturaleza y ser estructuralmente congruente. Siempre existe pérdida de energía que se disipa en el espacio, ya sea por fricción, por desechos que se expulsan al ambiente o por la simple pérdida de una última cuota de sensatez productiva.

Mejoras tecnológicas han llevado aparejado más costos, no sólo de carácter monetario sino en aspectos ambientales; impactando en forma ineficiente y volviéndose regresivas en el tiempo. En estas condiciones debemos tener un sentido de precaución y de prevención en lo inmediato con las tecnologías, en particular con las TICs y su sacrosanta elevación a los altares de la adoración del conocimiento moderno (o actos acumulativos de información). Es otro momento en la historia Frankensteiniana de esta “eficiente evolución económica humana” que va alterando las estructuras de los sistemas sociales, intentando convertirnos en autómatas que obedecen y responden, bajo el manto ilusorio de una creciente libertad de elegir.

Sobre las bases de estos condicionamientos no podemos evadir -o bien seguir olvidando- que los procesos de crecimiento e industrialización surgen, prosperan y se enraízan en territorios particulares; modificándolos y modelándolos. Estas circunstancias de tensión y de contradicción, entre la intervención y presión sobre la naturaleza, el uso intensivo de tecnología para el crecimiento económico, conforman una crisis moderna; lo que en palabras de Enrique Leff Zimmerman (2004) es una “crisis ambiental”, realidad que éste concibe, en último término, como una crisis de civilización.

En este sentido Nelson Vergara Muñoz (2005) respecto al concepto de racionalidad ambiental de Leff señala que “el rostro manifiesto de esta crisis es la creciente degradación ecológica a la que ha conducido una modernización que solamente ha sido permeable a la racionalidad económica y a los valores que le son afines”⁴⁶ y que la “problemática

46 VERGARA, Nelson. Sobre sustentabilidad y ambientalismo: notas sobre el concepto de “Racionalidad Ambiental” de Enrique Leff. *Revista LIDER*. Chile, v.13, año10, 2005, 268

ambiental rebasa el propósito de realizar ajustes (*ecológicos*) estructurales al sistema económico y de construir un futuro sustentable a través de acciones racionales con arreglo a valores ambientales.”⁴⁷ Igualmente, nos enfrentamos a una paradoja, por cuanto una visión económica fundada en una pretendida racionalidad científica desatiende a sus propias estructuras y postulados, cuando las evidencias de sus propios mecanismos les son adversas (LEFF, 2004; VERGARA, 2005). Los datos concretos son el reflejo de esta situación; esta resultante de crisis ambiental es un hecho que se torna difícilmente aceptable para la economía estándar que intenta morigerar a través de la acción ambiental sustentable de la producción; no obstante no apartarse de la lógica de la economía moderna que pone “al descubierto la insustentabilidad ecológica de la racionalidad económica.”

48

Una economía humana conciente (no inconsciente) debe romper con el galimatías que predomina en la producción moderna, de “confundir *extracción* con *verdadera producción* sostenible.” Debemos estar concientes ante “el contraste entre la racionalidad económica propia de la modernidad, hoy en crisis, con la racionalidad ambiental emergente de la necesidad de superación de la crisis moderna.”⁴⁹ Es por tanto equivocado, o al menos confuso, hablar de “producción de petróleo” como habitualmente lo hacen los economistas al referirse, por ejemplo, a la extracción de minerales o de combustibles fósiles (ALIER, Martínez y JUSMET, Roca, 2001). Así entonces, “es erróneo emplear la misma palabra, «producción», para procesos distintos como la extracción de petróleo y la producción de biomasa en la agricultura mediante el flujo *actual* de energía solar y la fotosíntesis.”⁵⁰

47 LEFF, Enrique. Racionalidad ambiental: la reapropiación social de la naturaleza México: Siglo XXI Editores, 2004,183. En: VERGARA. *Sobre sustentabilidad y ambientalismo*, 268

48 LEFF. Racionalidad ambiental, 184. En: VERGARA. *Sobre sustentabilidad y ambientalismo*, 269

49 VERGARA. *Sobre sustentabilidad y ambientalismo*, 267

50 ALIER, Joan Martínez y JUSMET, Jordi Roca. *Economía ecológica y política ambiental*. México: FCE, 2001, 11

Como se ha señalado, nuestra concepción de la naturaleza no es precisamente aquella basada en un sentido organicista o esencialista de la misma, tal vez ingenuo, desprovisto de toda consideración de la realidad material y humana, concreta, que acontece en los territorios; sino que por contradicción moderna, tenemos que reconocer que las naturalezas consideradas prístinas, libres de intervención económica, científica, cultural y social, no existen. Con una industrialización acelerada, de características extractivas; más aún acentuada en territorios periféricos, han convertido a la naturaleza en territorios moldeados por los intereses de producción de masas, en la cual la tecnonaturaleza (ESCOBAR, 1999) es, precisamente, la condición “natural.”⁵¹ El significado que le hemos dado a la naturaleza se ha transformado en la historia humana, conforme a factores culturales, socioeconómicos y políticos. Naturaleza e historia humana, por tanto, se encuentran indisolublemente construidas y significadas como un conjunto. Escobar (1999) en este sentido señala que “el hecho de que la naturaleza haya llegado a ser pensada de manera separada de la gente y producida a través del trabajo, por ejemplo, está relacionado con la visión de «hombre» producida por el capitalismo y la modernidad.”⁵²

Las relaciones sociales, políticas y económicas, entretejidas en los territorios, son definidas en el contexto en las cuales las experiencias de las personas son conformadas en esta nueva realidad. Por tanto, la naturaleza primigenia, ideológicamente naturalista, fuera de la historia y del contexto humano se encuentra en el crepúsculo. La anterior afirmación no es la

51 Escobar (1999) al respecto señala que “el desarrollo de nuevas formas de ver ha estado directamente ligado al surgimiento de la naturaleza capitalista: la invención de la perspectiva lineal, ligada a la pintura realista” (286). Y agrega que “con el arte paisajístico, la naturaleza tomó un rol pasivo, fue privada de agentividad bajo la mirada totalizante que creaba la impresión de unidad y control (...) la mirada fue instrumental para el nacimiento de las ciencias modernas desde el desarrollo de la medicina clínica (...) Desde el análisis de tejidos a través del microscopio y la cámara en el siglo XIX, a la vigilancia satelital, los sistemas de información geográfica (SIG) y la sonografía, la importancia de la visión en el tratamiento de la naturaleza y de nosotros mismos sólo se ha acentuado.” ESCOBAR. *El final del salvaje*, 287

52 ESCOBAR. *El final del salvaje*, 274

negación del hecho fundamental, principal de la existencia de una realidad biofísica, anterior a la existencia humana y a las relaciones sociales y, obviamente, a las abstracciones y construcciones económicas.

No obstante, se debe enfatizar que la naturaleza es siempre construida mediante procesos de discurso, poder y hechos, y lo que se percibe como natural es a su vez cultural y social (ESCOBAR, 1999). La naturaleza así se experimenta en forma diferencial conforme “con nuestra posición social, o que es producida diferencialmente por grupos o períodos históricos disímiles.”⁵³ En estas condiciones la naturaleza es vista como un conjunto de “recursos/objetos” separados que se encuentran al servicio de las acciones humanas para la producción a escala mundial, susceptibles de ser apropiados, valorados y vendidos.⁵⁴ En definitiva, es el reconocimiento de una naturaleza capitalizada, concebida como mercancía a través de la.

Con la consagración del sistema capitalista, la producción de la naturaleza alcanzó un nivel nunca antes reconocido, de características uniformes, concretas; administrable, cosechable, fordista (ESCOBAR, 1999). Todas estas características configuran lo que se define como

53 Ibid, 284

54 El caso del geólogo inglés John Houston, vecindado hace más de 10 años en Chile, es un interesante ejemplo a conocer. Este “explorador”, junto a su socio holandés Frits Reidel encontraron en 1999, a una profundidad de 150 metros una enorme “piscina” subterránea en la región de Antofagasta. Esta “mina” de agua se ubica en las áridas tierras de pampa Llalqui, a 30 kilómetros de Calama. Luego de tres años de batallas judiciales, logró vender los derechos a casi 40 millones de dólares estadounidenses a la minera canadiense de la zona Quadra Minig, para su proyecto en Sierra Gorda.

En 1998 y luego de conseguir capitales europeos, Houston y Reidel formaron la empresa de explotación Nazca, con el fin de buscar agua “chilena” de interés para las minas del norte. Después de diversos trámites y disputas legales, la Corte de Apelaciones de Antofagasta, y luego la Corte Suprema falló a favor de Nazca, ratificando con ello, la propiedad de sus derechos de agua de la reserva, los que en el 2004 habían sido otorgados por la Dirección General de Aguas (DGA), poniendo un “escudo judicial” al caso y determinando la factibilidad del negocio.

Se plantea que es un negocio inédito en el país, en cuanto a vender un activo enterrado y que no se ve. Como el agua no es potable, el primer grupo potencial de interesados se reducía a las grandes mineras ubicadas -con operaciones o proyectos- en el Norte Grande, cuya segunda opción era invertir en plantas desalinizadoras a miles de kilómetros y a un costo a lo menos del doble que la compra de los nuevos derechos.

Sin embargo, durante los años de contienda legal, por diversas razones y argumentos, públicos y privados, diferentes organizaciones plantearon su oposición en torno a la discusión de los derechos y la capacidad de la reserva, fue el caso de Essan (la sanitaria de Antofagasta que hoy es parte de Econsa), la Municipalidad de Calama, la empresa Soquimich y la Compañía Minera Ecuatorial Resources. Carolina Gutiérrez, Economía y Negocios Domingo, *El Mercurio*, 14 de septiembre, 2008, B5

tecnonaturaleza.⁵⁵ En Chile, es el caso de la industria acuícola del salmón, que se emplaza en el sur del país, Región de Los Lagos y que se verifica en el uso industrial del territorio y de los “recursos” de la naturaleza, en particular del agua mar, como agua dulce.

En estas condiciones al estudio de la naturaleza como mercancía, es necesario investigar cómo ésta ha sido “gubernamentalizada por los aparatos del Estado y del conocimiento, es decir, hecha objeto del conocimiento experto, regulada, simplificada, disciplinada, administrada, planificada.”⁵⁶ En la materia, son las concesiones privatizadas del uso del agua que utiliza la acuicultura industrial del salmón, en las cuales se pueden disponer físicamente los artefactos y mecanismos en las áreas decretadas para ello, como son las balsas jaulas de cultivo; esto asegurado por las normas que regulan la explotación en áreas de manejo en mar, ríos y lagos. Si bien existen otras formas de “producir” salmones, como es el caso de piscicultura de agua dulce, en algún río o lago, la más empleada es a la que hacemos referencia, siendo ésta la más aclaratoria en cuanto a impactos sociales y espaciales que implican la utilización de la naturaleza; en este caso el uso extendido del recurso agua mar.

El mar, como bien público vital, paso a ser privatizado, sembrado, cosechado y tratado como bien privado, amparado en regulaciones protectoras que hoy se encuentran en discusión, por ser estas máximas garantías para el privado y mínimas para el bien ecosistémico. Este hecho importa fundamentalmente, por cuanto nos encontramos frente a otra contradicción, no sólo denominada como paradoja del crecimiento, como la califica la industria acuícola, sino que, precisamente son estas condiciones y objeciones, las que se han vuelto un “obstáculo” para continuar acrecentando la acumulación del capital de la misma industria.⁵⁷

55 Escobar (1999) identifica tres regímenes de naturaleza, esto es naturaleza orgánica, naturaleza capitalista y tecnonaturaleza. Al respecto se sugiere revisar su libro, *El final del salvaje: naturaleza, cultura y política en la antropología contemporánea* (1999), en especial el Capítulo 10, *El mundo PostNatural: elementos para una ecología política anti-esencialista*.

56 ESCOBAR. *El final del salvaje*, 288

57 Si seguimos el argumento de Escobar (1999) lo anterior es motivado “por la competencia entre capitales

En este sentido, Escobar (1999) citando a James O' Connor (1988) argumenta que esta situación es otra dimensión denominada como una “segunda contradicción” del capitalismo y que “la reestructuración capitalista es llevada a cabo hoy día básicamente a expensas de las «condiciones de producción»: el trabajo, la tierra, el espacio, el cuerpo, esto es, de aquellos elementos de producción que no son producidos como mercancías, así sean tratados como tales.”⁵⁸ Esto recuerda el argumento de Polanyi (1992/2007) cuando hace una distinción entre mercancías reales y ficticias, señalando que las mercancías son algo que se produce para venderse en un mercado.

En estas condiciones, nos encontramos frente a una negación tensionante, entre regímenes distintos de naturaleza. Una de estas se encuentra en privación con otra. Por una parte la intervención mecánica e industrial configura un tipo de naturaleza (la tecnonaturaleza) y por otra una de carácter orgánica (ESCOBAR, 1999). Si bien es cierto el término “orgánico” connota pureza, integridad, atemporalidad, etc., seguiremos el planteamiento de Escobar (1999) en cuanto a utilizarlo como un régimen histórico y ocuparlo como un punto de base para la construcción teórica para la acción política.⁵⁹ Un aspecto esencial de representación cualitativa de este último régimen es el hecho de que la naturaleza no se encuentra separada por fronteras ontológicas con la sociedad (ESCOBAR, 1999). En los territorios que han sido intervenidos a escala industrial, las

individuales, esta reestructuración significa la profundización de la intrusión del capitalismo en la naturaleza y el trabajo, el agravamiento de la crisis ecológica, y un deterioro adicional de las condiciones de producción y de la reproducción de estas condiciones. Esta reestructuración es contradictoria para el capital, que busca sobreponerse a esta dinámica a través de una variedad de medidas, que no resuelven sino que desplazan la contradicción hacia otros terrenos. Desde finales de los ochenta, se ha mantenido un debate activo alrededor de esta tesis en la revista *Capitalism, Nature, Socialism*. ESCOBAR. *El final del salvaje*, 290

58 ESCOBAR. *El final del salvaje*, 290

59 Este aspecto lo entrelazamos con los aportes de Enrique Leff, sobre todo aquellos planteados en *Ecología y capital: racionalidad ambiental, democracia participativa y desarrollo sustentable* (2001, 4ta. edición) y *Racionalidad ambiental: la reapropiación social de la naturaleza* (2004), las contribuciones específicas de Sigfried Von Ciriacy-Wantrup y Karl William Kapp contenidas en el interesante texto *Economía de los recursos naturales: un enfoque institucional* (1996), los planteamientos de Juan Martínez Alier y Klaus Schlüpmann en *La ecología y la economía* (1992, 2da. edición), y el texto de Juan Martínez Alier y Jordi Roca Jusmet, *Economía ecológica y política ambiental* (2001).

sociedades locales se autoreconocen y se autoidentifican culturalmente no sólo desde la naturaleza no manipulada industrialmente, sino que desde una naturaleza orgánica en cuanto a suministrar recursos asociados a una economía familiar, no de subsistencia; coligada, desde la óptica de la economía convencional, a sociedades primitivas.⁶⁰

En estas circunstancias, dable es preguntarnos, a igual como Escobar (1999) “¿será que las tecnonaturalezas podrán desarrollar capacidades humanas para sostener y cuidar la vida o, por el contrario, llevarán hacia la subordinación de la vida a la tecnología y a la producción de valor?”

⁶¹ O bien, como el mismo autor pregunta “¿podría ser también porque las construcciones básicas con las cuales la modernidad nos ha equipado para está búsqueda- incluyendo la naturaleza, la cultura, así como la sociedad, la política y la economía- ya no nos permiten cuestionamientos a nosotros mismos y a la naturaleza, de formas que pueden darnos respuestas novedosas?”⁶²

Ecointegración analítica

Si examinamos el planteamiento de José Manuel Naredo (2003), este intenta reconciliar los enfoques económicos y ecológicos- evitando la actual disociación- “en una misma raíz *eco* la *utilidad* (económica) propugnada por aquellos con la *estabilidad* (ecológica) perseguida por éstos, precisando

60 Al respecto es interesante advertir que en los últimos años se han desarrollado un conjunto de trabajos que desmitifican la creencia extendida de que las llamadas sociedades primitivas eran “economías de subsistencia” que con esfuerzo podían obtener recursos para su alimentación. Naredo (2003) señala que “libros como el de Marshall Sahlins - *Edad de Piedra, edad de abundancia*- (...) o el de Pierre Clastres- *La sociedad contra el Estado*- (...) ponen de manifiesto que las sociedades de este tipo se encontraban normalmente por encima del mínimo de subsistencia y dedicaban a ésta sólo una parte de lo que hoy se considera jornada normal de trabajo.” NAREDO, José Manuel. *La economía en evolución: historia y perspectivas de las categorías básicas del pensamiento económico*. Madrid, España: Siglo Veintiuno de España Editores, 2003, 44

61 ESCOBAR. *El final del salvaje*, 301

Al respecto existen diversas posiciones, generalmente polarizadas, oscilando entre los extremos de la aceptación crítica o la demonización de las nuevas tecnologías. Ello depende de cómo enfrentemos o abordemos las nuevas tecnociencias.

62 ESCOBAR. *El final del salvaje*, 274

con claridad el contenido y el alcance de las contradicciones que puedan plantearse entre ambos niveles.”⁶³ Este enfoque resalta las diferencias con la visión económica corriente, diferenciando “el objeto y método de estudio hasta el instrumental analítico empleado y las metas que se proponen, pasando por el sistema en el que se agrupan y conectan.”⁶⁴

En la orientación eointegradora apreciamos que los objetos económicos se definen directamente y no por intermediación de los valores de cambio, por tanto la noción de objeto económico es un concepto no teórico, en contraste de lo que ocurre en el enfoque habitual. A diferencia del estándar, en la perspectiva eointegradora el objeto de estudio se define en forma explícita, “señalando que comprende los materiales y la energía relacionados con *el territorio de referencia y los procesos vitales que en él se desenvuelven*, mientras que en el enfoque económico corriente lo hace implícitamente al ocuparse sólo de aquellos objetos que tienen un valor de cambio -de mercado, administrado o imputado- positivo.”⁶⁵

La visión eointegradora abarca en toda su magnitud el traslado de materiales y de energía que tienen lugar en un *territorio específico*, mientras que el enfoque económico crematístico se centra en el transporte de objetos con valor de cambio positivo, quedando el resto *-lo que no es posible de ser medido o lo que no tiene valor monetario-* fuera de sus esquemas analíticos. En la acción económica estándar no se internalizan los efectos conformes a la actividad de producción, estos siempre se externalizan, a lo más, parcialmente se les da un valor monetario que se tienden a transferir como costos a productos o servicios agregados de la actividad económica y no como parte de las consecuencias propias de la acción de producción.

En este sentido, la economía no debe relegar a la naturaleza, como parte constitutiva y soporte de las mismas actividades productivas,

63 NAREDO. *La Economía en Evolución*, 506

64 Ibid.

65 Ibid.

como también a los territorios en las cuales se emplazan. Olvidar estos fundamentales elementos, es acelerar y hacer presente aun más próxima, las limitaciones del crecimiento físico de la misma actividad económica. Es así que “el desarrollo de la actividad económica como parte de ese universo más amplio, en el cual se encuentra incluida, es lo que conduce a considerar al sistema económico como un sistema abierto no circunscrito exclusivamente a las valoraciones monetarias.”⁶⁶ Cano (2004), en este sentido argumenta que “la economía como un sistema cerrado olvida que lo económico consiste, fundamentalmente, en transformar la naturaleza y en consecuencia, no puede sustraerse de la relación con ésta”⁶⁷ y asimismo, nos recuerda que Alfred Marshall (1963) adopta una posición más próxima a una concepción más abierta de la economía al considerar que la “economía es una ciencia de la vida, más próxima a la biología que a la mecánica.”⁶⁸ A lo anterior, no podemos dejar de señalar que para Nicholas Georgescu-Roegen (1989) el proceso económico “está inseparablemente ligado al medio ambiente material.”⁶⁹ Esta condición, es obvia y cardinal. Sin embargo, esta condición obvia y esencial es la más olvidada en la economía convencional, por cuanto “todo ello es el resultado de concebir la economía como un sistema cerrado que opera exclusivamente en el ámbito de los valores monetarios y, por esta razón, desconsidera, en gran medida, los aspectos ambientales.”⁷⁰

Producción, crecimiento y pauperización ambiental se presentan como elementos unidos. El caso moderno de experimentos de mercados autorregulados se muestra entonces como un fracaso (POLANYI, 1992/2007).⁷¹ Este empobrecimiento paulatino de grandes poblaciones

66 CANO. *Economía y sostenibilidad*, 27

En este punto debemos tener presente que un sistema es abierto, cuando éste intercambia materia, energía o información con el medio. ROBIN, Jacques. *De la Croissance économique au développement humain*. Paris: Francia, Seuil, 1975, 75

67 CANO. *Economía y sostenibilidad*, 27

68 CANO. *Economía y sostenibilidad*, 27

69 GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. “¿Qué puede enseñar a los economistas la termodinámica y la biología?”, 309

70 CANO. *Economía y sostenibilidad*, 26

71 La tesis central de Karl Polanyi respecto a los mercados autorregulados, expuesto magistralmente en su libro

humanas a nivel planetario se ha vuelto progresivo, lo cual es el reflejo del fracaso de un modelo convencional de economía. Cano (2006), en este sentido, argumenta que “tras más de cincuenta años de crecimiento sostenido, lejos de reducirse la brecha entre la población más rica y la población más pobre del planeta, más allá de superarse las desigualdades entre los diferentes territorios, las distancias que los separan han ido ampliándose.”⁷² Esta situación no se presenta aislada, se revela “acompañada por un deterioro ambiental sin precedentes. Los últimos cincuenta años han sido los más devastadores de toda la historia de la humanidad.”⁷³

La Gran Transformación: los orígenes políticos y económicos de nuestro tiempo (1992, FCE, México) (Buenos Aires, Argentina: FCE, 1ra. Edición Argentina, 2007) con prólogo de Joseph E. Stiglitz e introducción de Fred Block, argumenta que el libre mercado (autorregulado) es un *mito*, por cuanto nunca hubo un sistema de mercado autorregulado de verdad libre. La ciencia económica y la historia económica han llegado a reconocer la validez de los argumentos de Polanyi. Los países industrializados de hoy son producto –no exclusivo– de las intervenciones de sus gobiernos, a través de su papel activo, no sólo en la protección de sus industrias mediante aranceles, sino también en la promoción de nuevas tecnologías. Prólogo de STIGLITZ, J. E. En: POLANYI, K. *La gran transformación*, 2007. Y agrega Stiglitz “que los mercados autorregulados nunca funcionan; sus deficiencias, no sólo en lo tocante a sus mecanismos internos sino también a sus consecuencias (es decir, respecto a los pobres), son tan grandes que se hace necesaria la intervención gubernamental; y el ritmo del cambio es de importancia total para determinar estas consecuencias. El análisis de Polanyi deja en claro que las doctrinas populares de la economía del goteo–según las cuales todos, incluso los pobres, se benefician del crecimiento– tienen poco sustento histórico. También aclara el rejuego entre ideologías e intereses particulares: la forma en que la ideología del libre mercado fue el pretexto de nuevos intereses industriales, y cómo tales intereses se valieron de forma selectiva de esa ideología, al apelar a la intervención gubernamental cuando la necesitaban en beneficio de sus propios intereses.” Prólogo de STIGLITZ, J. E. En: POLANYI, K. *La gran transformación*, 9

72 CANO. Capítulo 6: Crecimiento, 146

Para muestra, sólo en el caso de los Estados Unidos la concentración de riqueza se mantuvo hasta cierto punto estable entre 1963 y 1983. No obstante, en la década de los años 80, la diferencia salarial empieza a crecer en forma dramática. Aproximadamente hacia 1989-1990, el 0,5 por ciento de las familias con mayor riqueza del país era propietario del 30 por ciento de las rentas patrimoniales netas, lo que representaba un incremento del 4,1 por ciento sobre el nivel equivalente de 1983. En 1989, el 1 por ciento de las familias ingresaban el 14,1 por ciento de los ingresos totales de los Estados Unidos y era propietario del 38,3 por ciento de las rentas totales netas y del 50,3 por ciento de la totalidad de los activos financieros netos del país (RIFKIN, 2000).

Menos del 0,5 por ciento de la población estadounidense a 1996, posee el 37,4 por ciento de la totalidad de los activos empresariales privados del país. Por debajo de este nivel se ubican una pequeña clase alta formada por el 4 por ciento de la población, constituida por nuevos profesionales ligados a las nuevas tecnologías, “los analistas teóricos especializados o los trabajadores con grandes conocimientos que gestionan la nueva información económica basada en la alta tecnología. Este pequeño grupo, constituido por menos de 3,8 millones de individuos, recibe una cantidad equivalente al grupo inferior formado por el 51% de los trabajadores americanos, que totalizan más de 49,2 millones de personas.” RIFKIN. *El fin del trabajo*, 211

En el caso chileno para el año 2006, conforme a la encuesta CASEN 2006, el 1 por ciento de la población con mayores ingresos obtiene el 10,3 por ciento del ingreso nacional total. Lo anterior equivale a 43.000 familias, de las cuales más del 50 por ciento se ubican en zonas urbanizadas del sector oriente de Santiago, específicamente en las comunas de Las Condes, Vitacura y Providencia.

73 CANO. Capítulo 6: Crecimiento, 147

El mismo autor citando un trabajo de Vitousek *et al.* argumenta que estos “estimaron, en 1986, que la economía

La economía convencional como sistema cerrado no ha previsto en su andar cuestiones de importancia planetaria. La crisis ambiental y el abuso de la naturaleza, con prácticas extractivas/productivas, es una cuestión fundamental, no prevista y no incorporada en los modelamientos de la teoría económica estándar. Diversas razones fueron base de esta situación, una de ellas es la convicción profunda en que el mercado otorgaría soluciones óptimas a los problemas económicos, sociales y ambientales generados por el sistema económico dominante.

Lo anterior lleva a abandonar el enfoque parcelario de la economía convencional, forzando a transitar desde una visión cerrada o semicerrada de la economía, a adoptar una posición de sistemas abiertos para el análisis de los procesos económicos. Cada día nos damos tardíamente cuenta de que las relaciones entre ser humano y naturaleza no son relaciones de intercambio monetario. El hecho de reformular los conceptos fundamentales de la teoría económica y el transitar desde una visión cerrada a sistemas abiertos, lleva a reconsiderar términos dados como absolutos, “tales como los costos y los beneficios, y los conceptos relacionados de optimalidad y la acción racional. (...) (Los cuales) necesitan una interpretación más amplia y, de hecho, han de reformularse con respecto a las consecuencias ambientales potenciales y actuales de la producción, la elección de tecnología, la asignación de inputs y la elección de la localización.”⁷⁴

El actual estado mundial exige no tratar las funciones de producción como resueltas, determinadas en un abstracto simbólico; sino que por el

humana estaba utilizando-directa o indirectamente-aproximadamente el 40 por ciento de la producción primaria de fotosíntesis terrestre. La actividad humana, de otro lado, arroja a la atmósfera cada año en torno a 7.000 millones de toneladas de CO₂, procedentes de la combustión de combustibles fósiles. Y, por último, a pesar de que la fertilidad del suelo es básica en el mantenimiento de la vida humana en la tierra, ya que el 97 por ciento de los alimentos proceden de él, más del 35 por ciento del suelo terrestre esta ya degradado.” Cano, “Capítulo 6: Crecimiento”, 147, tomado de Robert Goodland et al., La tesis de que el mundo está en sus límites” en *Medio ambiente y desarrollo sostenible. Más allá del Informe Brundtland. Robert Goodland, Herman Daly, Salah El Serafy*. Bernd von Droste (Eds.). (Madrid: Editorial Trotta, Serie Medio Ambiente, 1997.

74 KAPP. La crisis ambiental y la economía política, 1972. En: *Economía de los recursos naturales: un enfoque institucional*. Textos de S. V. Ciriacy- Wantrup y K. W. Kapp, Federico Aguilera Klink (Ed.) Madrid, España: Colección Economía y Naturaleza, Serie Textos básicos, v. 2. Fundación Argentaria, Visor distribuciones /S.A., 239-246, 1995b, 242

contrario, reclama cambiarse, es decir, seleccionarse, adaptarse en razón de sus consecuencias ambientales. La situación ambiental, que se vive en diferentes zonas de la tierra, lleva a abandonar una postura convencional de una evaluación de los valores ambientales expresados en términos monetarios, de valores de mercado y en función de la disposición de pago del individuo que contamina.

El empobrecimiento progresivo de poblaciones y el deterioro ambiental se han convertido en expresiones de una misma enfermedad sistémica, peligrosos síntomas de agotamiento de una forma de pensar y actuar. Entonces, ¿por qué los economistas convencionales, entre los cuales se encuentran los historiadores económicos, han prestado poco interés en introducir nuevos enfoques, incorporando otros aportes interdisciplinarios? y ¿por qué no se ha adoptado con fuerza la crítica ecológica de la economía? (MARTÍNEZ ALIER y SCHLÜPMANN, 1993).⁷⁵ Estas inquietudes deben llevar a correr la cortina sobre temas que se encuentran ocultos en el pensamiento dominante, con el objeto de producir la reconsideración de las estructuras bases de la economía estándar. Como nos plantea Naredo (2001), en esta relación sistémica y compleja, debemos ampliar “el objeto de estudio más allá del campo de lo apropiable, valorable y productible.”

76

Consideraciones finales

Por las consideraciones anteriores, debemos entender que los procesos sociales actuales se encuentran no hace cientos, sino hace decenas de miles de años. Si seguimos a Jared Diamond (2007) nos obligamos a dar

75 ALIER, Joan Martínez y SCHLÜPMANN, Klaus. *La ecología y la economía*. México, DF: FCE, 2003.

76 NAREDO, José Manuel. “Economía y sostenibilidad: la economía ecológica en perspectiva.” *Polis, Revista Académica*. Chile: Universidad Bolivariana. Revista On-Line de la Universidad Bolivariana, v. 1 n. 1, p.1-27, ,2001, 23

un nuevo significado de la “idea de “macroproceso” y a las explicaciones de “*path dependency*”, para las que es necesario entender una cadena de hechos, que se desarrollan en una suerte de efecto dominó, para explicar un determinado desenlace”.⁷⁷ Varios determinismos económicos, desde el marxismo hasta la ortodoxia neoliberal, parecen estar de acuerdo, en poner a la economía, como el factor decisivo en el suceder de las sociedades. Sin embargo no estimamos solamente que sea la economía que actúa en este tinglado, sino el contexto ambiental intervenido lo que determina el curso de las sociedades; que perduren o bien, desaparezcan.

El deterioro ambiental, el cambio climático, el crecimiento demográfico abrupto y ciertas decisiones políticas miserables son las principales causas del colapso de una sociedad. Sin duda estamos haciendo presente los temores que ya expresaban en 1971 la publicación del I Informe *Los límites del crecimiento* del equipo Meadows, Meadows & Randers, del Instituto Tecnológico de Massachussets (MIT), a iniciativa del Club de Roma, el cual alertaba sobre un eventual colapso mundial por el exceso de población. No se trata de caer fácilmente en lo que algunos denominan “falacia de las tendencias ininterrumpidas,” al considerar que patrones observados en un momento se mantendrán en el tiempo, tampoco, de sobre simplificación de una realidad en particular y tomar como único un determinismo ambiental en que “las ideas son casi irrelevantes comparadas con los microbios y los vientos.”⁷⁸ Por cierto, son las ideas modernas que orientan la explotación de la naturaleza, las que preocupan y que han llevado la cuestión del crecimiento industrial y la degradación del ambiente a niveles de desestructuración. Quizás muchas críticas al respecto pueden ser atendibles. No obstante, ¿Cómo saber si el deterioro ambiental

⁷⁷ HEISS, Claudia. *El suicidio de las civilizaciones: la tercera cultura*, 3 de febrero, 2007, 14

⁷⁸ EASTERBROOK, Gregg. *New York Times Book Review 2006*. En: HEISS. *El suicidio de las civilizaciones*, 14

es la raíz o un síntoma más de crisis políticas, sociales o económicas?⁷⁹ Tampoco debemos caer en un determinismo de la acción humana y dejar de considerar la variable relevante del sol, en razón de sus efectos sobre la corteza terrestre y sobre los ecosistemas humanos y no humanos, fuera de la ecuación.

Lo importante más allá de los cuestionamientos simplistas o facilistas, es alertar frente a miradas cortoplacistas de sociedades contemporáneas “avanzadas,” en especial la estadounidense, respecto a los peligros que encierra la ausencia de precaución en el uso y explotación de los llamados “recursos naturales”; ciertamente limitados. Por tanto, ya no es tan sólo la preocupación por la restricción de los stocks físicos de los “recursos naturales” capitalizados, que son la base económica exportadora de los llamados países emergentes, sino, que después de 60 años de la creación de la International Union for the Conservation of Nature, el problema se profundiza más allá de la mecánica cerrada del mercado.

El punto actual es el agotamiento, ya no de forma exclusiva en las economías centrales de sus materias primas naturales, que implican, por cierto, la expansión y búsqueda globalizada de los capitales por nuevos territorios. En este sentido la inquietud cobra relevancia en cuanto a que al ocurrir un proceso generalizado de descapitalización, de carácter profundo, el sistema capitalista se reestructura, con el objeto de “mejorar los niveles de productividad del núcleo más dinámico del aparato productivo en aras de recuperar las tasas de rentabilidad.”⁸⁰ Persistentemente, no obstante cambiar los medios, los fines son los mismos (DELGADO, 2002) en el capitalismo.

79 DIAMOND, Jared. *Colapso: por qué unas sociedades perduran y otras desaparecen*. México: Random House Mondadori de Bolsillo, 2007. En: HEISS, 14.

80 CABEZA, Manuel Delgado. *Andalucía en la otra cara de la globalización*. Sevilla, España: Colección Andalucía XXI, Mergablum, 2002, 37

Como nos hace presente Diamond (2007), en el caso del imperio maya, este no colapsó solamente por el agotamiento de los recursos naturales circundantes, provocados por la explotación de su sociedad, sino porque su élite, su institucionalidad política logró mantenerse aislada de la internalización de los costos de la depredación y deforestación provocada; obviamente hasta que fue demasiado tarde. Los colonos noruegos de Groenlandia perecieron al ser incapaces de adaptar su forma de vida a las nuevas condiciones ambientales. Precisamente, no es exclusivamente la naturaleza el único determinante, sino la forma como las sociedades y sus prácticas institucionales y las poblaciones que reaccionan a él, lo que determina su capacidad de supervivencia.

En estas condiciones, no se puede controlar la contaminación y el consecuente deterioro ambiental con la aplicación exclusiva del mismo mecanismo monetario propio del mercado. Por tanto, es de suma urgencia adoptar objetivos ambientales explícitos, no utilizando el dinero, a modo de magnitud monetaria, como expresión común de valor. La situación ambiental planetaria, de creciente crisis, llama a adoptar medidas al interior del mercado como fuera del mecanismo del mismo; en el ámbito político, por ejemplo, con el objeto de impulsar y aplicar prescripciones y prohibiciones absolutas, las cuales deben ser comprendidas como restricciones de libertad comercial a aquellos, que son, evidentemente, contribuyentes concretos y en mayor grado, de la agresión ambiental.

EL YACIYATERÉ DE HORACIO QUIROGA E O SACI-PERERÊ BRASILEIRO: um diálogo entre mitos latino-americanos

Alice Signorini Feldens

“Li todos os contos de Quiroga na adolescência, e acreditei em todos. Eu era, como vocês já devem ter deduzido, mentalmente são, mas impressionável”.

Guillermo Cabrera Infante

Antes de iniciar uma análise mais aprofundada sobre o conto *El yaciyateré*, do escritor uruguaio Horacio Quiroga, acredito que seja importante citar alguns fatos bastante curiosos sobre sua vida e sobre a região na qual se passa o conto. Nascido na cidade de Salto, no Uruguai, no último dia de 1878, Quiroga foi um dos grandes fundadores do conto moderno e um dos autores mais importantes para a renovação da literatura hispano-americana em inícios do século vinte. Integrou vários movimentos boêmios de Montevideú e viveu ainda muito anos em Buenos Aires, onde foi professor de castelhano e conheceu, entre outros escritores da época, Jorge Luiz Borges e Leopoldo Lugones. Colaborou em várias revistas e jornais literários e trabalhou como fotógrafo em uma expedição às ruínas jesuíticas de Misiones, onde morou por um bom tempo.

A existência trágica do autor está presente na sua obra, como se viver fosse andar sempre na companhia da morte. Sua vida foi marcada pela falta de meios econômicos, matrimônios turbulentos, suicídios e mortes trágicas: seu pai morreu em um acidente, enquanto caçava patos na divisa com a Argentina; pouco depois, seu padrasto se suicidou. Por razões de doença, perdeu dois de seus irmãos; anos depois, disparou acidentalmente uma bala em seu melhor amigo, que faleceu. Logo após a lua de mel de seu

primeiro casamento, obrigou a jovem esposa a morar com ele na selva de Santo Inácio. Ela não agüentou e se suicidou. Quiroga volta para Buenos Aires e casa-se então com Maria Bravo. Pouco depois, eles se mudam para a região de Misiones. A nova esposa também não suporta a rotina na selva e acaba abandonado o marido. Em 1937, ao saber que sofria de um câncer gástrico, Quiroga suicida-se, ingerindo cianureto. Em seguida, seus três filhos também se suicidam.

Pelo fato de ter vivido durante muitos anos na selva argentina, em meio a índios guarani, Quiroga adquiriu experiência e conhecimento sobre a realidade dessa região e, possivelmente, foi a partir daí que encontrou vários temas para suas histórias. Por exemplo, na região onde se passa o referido conto *El Yaciyateré*, hoje temos as Ruínas de Santo Ignácio, que foram fundadas em 1610, na divisa da Argentina com o Brasil (Paraná), por missioneiros católicos da Companhia de Jesus - os jesuítas. Em 1631 elas foram trasladadas às margens do rio *Yabeberí* (do guarani, “rio das arraias”) e, em 1696, ao seu lugar atual. Suas mudanças se deram devido à necessidade de resguardar-se da permanente possibilidade de invasão dos bandeirantes. Santo Ignácio não foi a maior missão jesuítica, mas foi sem dúvida uma das mais bem administradas e organizadas. Sob a direção dos sacerdotes viviam cerca de 3.000 índios guaranis, com aproximadamente 40.000 cabeças de gado e 1.400 cavalos, cultivando grandes extensões de erva-mate e de algodão. Os jesuítas, desobedecendo a instruções reais, ensinaram espanhol e latim aos índios guarani.

Em seu atual estado de conservação é possível reconstruir o traçado urbanístico original – Praça das Armas, igreja, residências dos sacerdotes, armazéns, oficinas, colégio, cemitério e hospitais. Depois da expulsão dos jesuítas, os guaranis se dispersaram e a cidade ficou totalmente abandonada. Em 1939 o Governo Argentino começou a recuperação das ruínas que, em 1949, foram declaradas Monumento Histórico Nacional e em 1986 foram reconhecidas pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) como Patrimônio Cultural da

Humanidade. É possível ainda, visitar em Santo Ignácio, a casa onde viveu Horacio Quiroga, totalmente rodeada pela selva e pelo rio.

O conto *El Yaciyateré* foi publicado em 1921, junto ao livro *Anaconda*. Nessa coletânea, cada conto é um labirinto alucinante no qual o homem se debate contra a morte e onde o próprio leitor fica prisioneiro do pavor, da surpresa e do humor. Estes contos envolvem-nos num universo obsessivo onde o perigo da selva tropical, repleta de répteis e de animais estranhos, junto às febres e ao calor asfixiante, se unem aos delírios das sombras e dos pesadelos. Quiroga escreveu outros livros, entre os quais: *Decálogo do Perfeito Contista*, *Contos da Selva*, *Histórias de um Louco Amor*, *Uma Estação de Amor*, *Passado Amor* e *Contos de Amor*, *Loucura* e *Morte*.

No conto *El Yaciyateré* há um narrador que conta uma experiência pela qual passou, envolvendo o mito do *yaci yateré*, que seria uma espécie de saci pererê da Argentina, Uruguai e Paraguai, conforme se vê no trecho a seguir:

Isso aqui se trata de uma simples superstição. Os povos do sul dizem que o *yaciyateré* é um grande e deselegante pássaro que canta de noite. Eu não o vi, mas o ouvi mil vezes. O cantinho é muito fino e melancólico. Repetitivo e envolvente, como isso mais. Mas no norte, o *yaciyateré* é outra coisa.¹ [Tradução minha]

Na história, o narrador relembra fatos do passado, quando foi velejar de canoa com um amigo pelo rio Paraná, na região de Missões, na Argentina. O passeio ia muito bem, até que, em determinado momento, uma tempestade chegou e mudou completamente o rio, tornando-o

¹ Se trata aquí de una simple superstición. La gente del sur dice que el yaciyateré es un pajarraco desgarbado que canta de noche. Yo no lo he visto, pero lo he oído mil veces. El cantito es muy fino y melancólico. Repetido y obsediante, como el que más. Pero em el norte, el yaciyateré, es otra cosa (QUIROGA. *El yaciyateré* In *Anaconda*).

agitado e cheio de ondas perigosas. E foi uma dessas ondas que os lançou para fora do rio. Já era noite e os dois amigos estavam no meio da selva, com as roupas encharcadas, morrendo de frio. Avistaram um rancho e decidiram para por ali, a fim de secar suas roupas no fogão. Lá havia um peão, sua esposa e três garotinhos, sendo que um deles se encontrava doente na cama, com meningite.

— O que ele tem? - perguntamos.

— Está doente. – responderam os pais, depois de voltar por um momento a cabeça para a rede.

Ficaram sentados, indiferentes. Os garotos, entretanto, eram todos olhos para o lado de fora. Então, neste momento, bem longe, cantou o *yaciyateré*. Instantaneamente os garotos cobriram o rosto e a cabeça com os braços.² [Tradução minha]

O clima de pavor se apodera do rancho toda vez que se ouve o canto do *yaciyateré*, cada vez mais próximo. E a cada canto do pássaro o garotinho doente responde com uma gargalhada. Os visitantes ficam incomodados com aquela situação e resolvem partir pela selva à noite mesmo, já que a chuva havia acabado e suas roupas já estavam secas. O narrador revela que, anos depois, teve de voltar àquela região do rancho para trabalhar no senso de 1914. Porém, não encontrou mais ninguém, apenas um garoto nu, na beira do rio, com as pernas bem finas e uma barriga enorme, segurando numa mão uma vara de pescar e na outra, uma banana comida pela metade:

Me olhava imóvel, sem se decidir em comer ou abaixar o braço. Falei com ele, inutilmente. Insisti ainda, perguntando pelos moradores do sítio. Lançou-se, finalmente a rir, enquanto uma baba

2 -¿Qué tiene? -Preguntamos. -Es un daño -respondieron los padres, después de volver un instante la cabeza a la arpillera. Estaban sentados, -indiferentes. Los chicos, en cambio, eran todo ojos hacia afuera. En ese momento, lejos, cantó el yaciyateré. Instantáneamente los muchachos se taparon cara y cabeza con los brazos (QUIROGA. El yaciyateré In Anaconda).

de saliva grossa caía até a barriga. Era o menino da meningite.³
[Tradução minha]

E assim acaba o conto: o narrador vai embora seguindo de canoa pelo rio sob o olhar furtivo do menino. Horacio Quiroga deixa no ar, então, uma dúvida no leitor: será que o menino havia ficado assim por causa da meningite, que pode ter afetado seu cérebro, ou foi por causa do *yaciyateré*? Seria o *yaciyateré* apenas um pássaro de hábitos noturnos, uma superstição, um mito ou alguém que realmente existia?

Yaciyateré significa “Pedaço de Lua” em guarani. Segundo o folclore daquela região de Missões, ele é um anãozinho louro e barbudo, que cruza a floresta nu, com um chapéu de palha e um bastão de ouro equipados com poderes mágicos. Vive na selva e na beira de rios e de vez em quando assobia. O seu assobio é o mesmo de um pássaro que vive no interior da floresta. Ele rapta as crianças desobedientes e aquelas que não gostam de fazer a sesta (descansar após o almoço). Os raptados pelo *yaciyateré* são castigados por ele e depois retornam loucos ao seu lugar.

Podemos deduzir algumas possíveis explicações racionais sobre a existência desse mito: geralmente as crianças têm muito medo do *yaciyateré*, e isso se deve ao fato de que os adultos lhes contam as assustadoras histórias de crianças que foram raptadas e castigadas por ele e depois ficaram loucas. Geralmente os mitos são contados e passados às gerações mais novas como forma de assustar ou controlar o comportamento de quem é muito travesso ou desobediente.

Outro fato que me chamou a atenção foi que o *yaciyateré* é um mito guaraníco. Porém, por aquela região de Missões ter sido ocupada e colonizada pelos jesuítas, surge a possibilidade de que foram, talvez, eles

³ Me miraba inmóvil, sin decidirse a comer ni a bajar del todo el brazo. Lê habcé, inútilmente. Insisti aún, preguntándole por los habitantes del rancho. Echó, por fin, a reír, mientras lê caía un espeso hilo de baba hasta el vientre. Era el muchacho de la meningitis (QUIROGA. El yaciyateré In Anaconda).

quem passaram adiante essas histórias, como forma de “educar” as crianças indígenas.

Aqui no Brasil temos um mito do folclore que se assemelha muito ao *yaciyateré*: o saci pererê. Há quem os considere até mesmo uma espécie de “primos”, já que histórias e folclores em geral são capazes de atravessar fronteiras e se adaptarem à realidade da região. O governo brasileiro, por exemplo, instituiu, em 2005, o Dia do Saci, comemorado no dia 31 de outubro, a fim de restaurar as figuras do folclore brasileiro, em contraposição ao *Halloween* norte-americano, que vinha ganhando cada vez mais espaço por aqui. O nosso saci pererê é um negrinho ágil, nu, peralta e pernetas que usa uma carapuça vermelha e um cachimbo na boca, e vive atazanando a vida das pessoas. Ele é brincalhão e endiabrado; diverte-se com os animais e as pessoas, criando-lhes dificuldades domésticas, ou assustando viajantes noturnos com seus assobios. O saci não tem amigos e vive solitário pela mata.

É interessante observar que até mesmo em países de outros continentes também existem seres mitológicos muito parecidos com o *yaciyateré* e com o nosso saci pererê. Em Portugal, por exemplo, há o *ciapodo*, que é um molequinho de bota vermelha, extremamente vivo, inquieto, malicioso, e que possui uma perna só. Ainda na América Latina, no Chile, tem-se o *ketronamun*, um duende anão que anda em uma só perna e apronta diabruras com pescadores. Na Alemanha, o mito é conhecido como *kobolde*, um diabinho irrequieto, buliçoso, que atrapalha o sossego da residência onde se fixa. Quando agradado, o *kobolde* torna-se um útil ajudante, porém, ele se zanga facilmente quando é contrariado. E na França, o mito chama-se *Espirit Fantastique*, um duende malicioso que costuma entrançar as crinas dos cavalos de modo impossível de desfazer.

A palavra mito vem do grego – *mithós* – e é uma narrativa que possui um forte componente simbólico. Como os povos da antiguidade

não conseguiam explicar os fenômenos da natureza por meio de explicações científicas, criavam mitos com este objetivo: dar sentido às coisas do mundo. Os mitos também serviam como uma forma de passar conhecimentos e alertar as pessoas sobre perigos, defeitos e qualidades do ser humano. Deuses, heróis e personagens sobrenaturais se misturavam com fatos comuns da realidade. O mito é considerado algo inacreditável, que não é real. Mito e lenda caminham sempre juntos e, em geral, o mito é que dá origem à lenda. Pode-se dizer ainda que o mito é uma primeira tentativa de se explicar a realidade.

Para o estudioso em folclore brasileiro, Luís da Câmara Cascudo, “o mito pode ser um sistema de lendas, gravitando ao redor de um tema central com área geográfica mais ampla e sem exigências de fixação no tempo e no espaço”. Assim, pelo contato direto com a natureza, toda a vivência dos índios era explicada de uma forma natural, acessível a todos os membros da tribo, e como não tinham a escrita, as lendas e as tradições tribais tinham que ser contadas constantemente. Nessas narrativas, o sabor da história fantástica, vinda de geração em geração, era como uma herança miraculosa, explicando um princípio.

De acordo com Cascudo, “não há lendas inúteis e desinteressadas. Todas doaram alguma coisa, material ou abstrata. As lendas sempre tinham uma função, um ensinamento, uma forma de explicar o mundo e as suas complexas relações”⁴.

Considero bastante oportuna também, dentro deste contexto, a proposição de Nilza Botelho Megale quando afirma que:

As formas mais interessantes da literatura oral são os contos, os mitos e as lendas. Eles exprimem a concepção do mundo compartilhada pelos membros de uma coletividade e servem para reforçar a solidariedade social e a coesão moral do grupo. Dizem que a ima-

4 CASCUDO. Geografia dos mitos brasileiros, p. 99

ginação do povo, com suas maneiras peculiares de expressão, é que espalha na terra os encantos, as ilusões e as virtudes⁵.

Ao comparar o *yaciyateré* com o saci pererê, lembrei que eu não poderia falar de um conto latino-americano sem citar um outro escritor uruguaio de imensa importância na crítica literária: Ángel Rama. Em seu texto *Um processo autonômico: das literaturas nacionais a literatura latino-americana*, Rama diz que, para se projetar um discurso único, que abranja toda a literatura latino-americana, não se pode apoiar num comparativismo literário, mas sim, cultural:

A estrutura cultural da América latina, tanto ao que se refere ao mestiçamento, quanto à peculiar estratificação social ao longo dos séculos, favoreceu uma estratificação equivalente nas manifestações culturais, entre elas as especificamente literárias. Foi justamente essas estratificações que forneceram os instrumentos para um discurso unificado. Por este motivo, é uma das chaves que estabelecem a base cultural comum das diferentes áreas, línguas e regiões, permitindo a correlação entre suas literaturas.⁶

Sobre este possível “parentesco” entre o *yaciyateré* e o nosso saci pererê, pude observar também que o comportamento deles talvez seja bastante parecido em alguns aspectos, mas a aparência física difere muito. Uma possível explicação para isso é o fato de que aqui no Brasil, um país colonizado basicamente por portugueses (branco), o negro era visto como alguém diferente. Já na região das Missões argentinas, uruguaias e paraguaias, o povo era, em sua maioria, de origem indígenas (guaranis) e viam o branco (jesuíta) como alguém diferente deles, de uma cultura e hábitos alheios aos seus.

5 MEGALE. Folclore Brasileiro, p. 21

6 RAMA. Um processo autonômico: das literaturas nacionais à literatura latino-americana, p.74

A partir daí, concluí que o mito, neste caso, se associava também àquilo que era diferente do que é comum, ou seja, aquilo que é estranho ao sujeito. O estranho, no caso do conto *El Yaciyateré*, pode ser visto tanto como algo incomum quanto como algo vago, que todos falam que existe, mas que ninguém sabe se existe realmente. Sigmund Freud⁷ fala que “o estranho é aquela categoria do assustador que remete ao que é conhecido, e há muito tempo familiar”. Em sua obra *O estranho*, examina as imagens ou as circunstâncias que nos produzem a sensação de algo estranho ou sinistro: aparições, fantasmas, premonição de tragédias, coincidências e repetições inexplicáveis, ou seja, a idéia de que nossa vida é manobrada por forças invisíveis.

O estranho seria, ainda, o lado do inconsciente que diz respeito ao medo, ao temor de que o sobrenatural seja verdadeiro. O conto *El yaciyateré* traz todo esse universo do estranho, na medida em que deixa no ar a possibilidade de que o mito possa realmente existir, como se lê no trecho:

Um calafrio nos correu de cima a baixo. Alguém, que cantava lá fora, estava se aproximando, disso não havia dúvida. Um pássaro, muito bem, isso nós sabíamos. E esse pássaro vinha roubar ou enlouquecer a criatura, pois a própria criatura respondia com uma gargalhada a quarenta e dois graus.⁸ [Tradução minha]

Aproveitando ainda como exemplo a mesma citação acima, pude também observar, por meio deste conto, que Horacio Quiroga segue uma linha próxima à de Guy de Maupassant e, principalmente, a Edgar Allan Poe, pois atribui tanto valor às atmosferas quanto aos eventos em si, justamente para criar um ambiente de suspense. Ou seja, ele não explica os eventos em si, com muita riqueza de detalhes, mas deixa o leitor sempre

⁷ FREUD. O estranho, p.277

⁸ A nosotros, un escalofrío nos corrió de arriba abajo. Alguien, que cantaba afuera, se iba acercando, y de esto no había duda. Un pájaro; muy bien y nosotros lo sabíamos. Y a ese pájaro que venía a robar o enloquecer a la criatura, la criatura misma respondía con una carcajada a cuarenta y dos grados (QUIROGA. El yaciyateré In Anaconda).

com uma sensação de agonia, já esperando que alguma coisa vá acontecer naquela narração.

Ao ler Horacio Quiroga, volto-me para o texto *O narrador*, de Walter Benjamin.

Vejo Quiroga como o camponês sedentário, “o homem que ganhou a vida sem sair do seu país e que conhece bem as histórias e tradições, passadas de geração a geração. Esse narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros⁹”. A partir daí, basta lembrar a experiência pela qual Quiroga passou durante os anos em que viveu na selva, em contado com histórias que lhe eram contadas pelos índios.

Analisando o final do conto *El Yaciyateré*, muitos leitores ficam, talvez, com a sensação de que falta uma explicação ou a opinião do narrador acerca da existência ou não do *yaciyateré*, ou se ele acredita na existência do mito. Na verdade, a intenção de Quiroga talvez fosse, justamente, deixar que cada um interpretasse como quisesse, acreditando ou não na influência do *yaciyateré*. Considero formidável, para complementar essa idéia, mais um trecho da obra de Benjamin, que diz:

Somos pobres em histórias surpreendentes. A razão é que os fatos já nos chegam acompanhados de explicações, quase nada que acontece está a serviço da narrativa, mas sim da informação. Metade da arte narrativa está em evitar explicações. O extraordinário e o miraculoso são narrados com a maior exatidão, mas o contexto psicológico da ação não é imposto ao leitor. Ele é livre para interpretar a história como quiser, e com isso o episódio narrado atinge uma amplitude que não existe na informação.¹⁰

O próprio Quiroga é citado no texto “Alguns aspectos do conto” de Julio Cortázar, que afirma, dentre outras coisas, que um bom narrador tem que saber escolher um bom tema para seus contos:

9 BENJAMIN. O narrador, p. 38.

10 BENJAMIN. O narrador, p. 38.

Horacio Quiroga, partindo de temas muitas vezes tradicionais, ouvidos da boca de velhos gaúchos, soube potencializar este material e torná-lo obra de arte. Ele era um escritor de dimensão universal, sem preconceitos localistas, étnicos ou populistas, por isso, além de escolher cuidadosamente os temas de suas narrativas, submetia-lhes uma forma literária capaz de transmitir ao leitor todos os valores e profundidade desses temas.¹¹

O autor é citado também na obra *Novas teses sobre o conto*, de Ricardo Piglia. A primeira tese desenvolvida por Piglia é diretamente voltada aos contos de Quiroga, como se vê em:

O conto clássico, como pode ser visto em Poe e Quiroga, narra em primeiro plano a história 1 e constrói em segredo a história 2. A arte do contista consiste em saber cifrar a história 2 nos interstícios da história 1. Uma história visível esconde uma história secreta, narrada de um modo fragmentado.¹²

A história 1 a que Piglia se refere poderia se encaixar, dentro do conto *El yaciyateré*, durante o longo relato sobre o trajeto no rio, por exemplo. Enquanto isso, toda a história 2 já está sendo secretamente produzida pelo autor e seria, por exemplo, o relato do menino doente na selva.

Para finalizar este ensaio, retornarei a Ángel Rama, um dos críticos literários que propôs reflexões acerca do conceito de transculturação na América Latina, conceito este que tem a ver com a idéia das fronteiras pelas quais uma história é capaz de atravessar. Este conceito de transculturação explicitado por Rama se refere a um uso ativo e autoconsciente da combinação cultural, como um instrumento para a produção estética ou crítica.

De acordo com o autor, a transculturação traduz um fenômeno de transitividade cultural, onde a tradição só pode ser recuperada por meio

11 CORTÁZAR. Valise de Cronópio, p.56.

12 PIGLIA. Teses sobre o conto, p.12.

de uma relação sincrética com a cultura estrangeira. Acredita o crítico que, por via dessa síntese conciliatória, o transculturador consegue respeitar a autenticidade e os conteúdos propriamente populares que integram a nação. Segundo Rama:

A análise generalizada das peculiaridades que se apresentam na América latina permite prever um enfoque classificatório: parece possível reagrupar, tanto os textos que utilizam línguas indígenas, como os que recorrem a línguas européias acrioladas, atendendo não só à essa diferenciação lingüística, mas, sobretudo, à identidade dos recursos literários, os quais parecem emanar de uma cosmovisão cultural semelhante, que por diversas circunstâncias, passou de uma língua pra outra.¹³

A transculturação está ligada, portanto, à transformação de padrões culturais locais, a partir da adoção de novos padrões vindos através das fronteiras culturais, em encontros interculturais. Ou seja, é a transformação de padrões a partir do elemento externo. Isso se aplica ao conto *El yaciyateré*, pois a partir daí percebi como as fronteiras entre os países da América Latina se dissolvem e deixam penetrar através delas muitas histórias, lendas e mitos, que acabam por se adaptar à realidade local.

Referências Bibliográficas

BENJAMIN, Walter. **O narrador**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CASCUDO, Luis da Câmara. **Geografia dos mitos brasileiros**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.

CORTÁZAR, Julio. **Valise de Cronópio**: alguns aspectos do conto. Organização e tradução de Haroldo de Campos e David Arigucci Jr. São Paulo: Perspectiva, 2006.

13 RAMA. Um processo autonômico: das literaturas nacionais à literatura latino-americana, p.82.

FREUD, Sigmund. **O estranho**. Tradução de Eudoro Augusto Macieira de Souza. Rio de Janeiro: Imago, 1976. Edição Standard brasileira das obras completas de Freud.

INFANTE, Guillermo Cabrera. **Uma história do conto**. Folha de S. Paulo, São Paulo, 30 dez. 2001, Caderno Mais!

MEGALE, Nilza Botelho. **Folclore Brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1989.

PIGLIA, Ricardo. **Teses sobre o conto**. Folha de S. Paulo. São Paulo, Caderno Mais!, 30 dez. 2001.

QUIROGA, Horacio. **El yaciyateré**. In: Anaconda. Madrid: Aliança, 1994.

RAMA, Angel. **Um processo autônomo**: das literaturas nacionais a literatura latino-americana. São Paulo: Argumento, 1974.

Anexos

El yaciyateré

(Tradução minha para o português do texto *El yaciyateré*,
de Horacio Quiroga)

Quando se vê um garotinho rindo como um louco de manhã, com uma febre de quarenta e dois graus, enquanto lá fora ronda um yaciyateré, ganha-se um golpe nas idéias das superstições que vão até o fundo dos nervos.

Isso aqui se trata de uma simples superstição. Os povos do sul dizem que o yaciyateré é um grande e deselegante pássaro que canta de noite. Eu não o vi, mas o ouvi mil vezes. O cantinho é muito fino e melancólico. Repetitivo e envolvente, como isso mais. Mas no norte, o yaciyateré é outra coisa.

Uma tarde, nas Missões, eu fui com um amigo experimentar uma vela nova no Paraná, porque ela não tinha dado resultado num rio de correntezas muito fortes, em que roçava água na canoa. A canoa também era obra nossa, construída na bizarra proporção de 1 metro por 8. Pouco estável, como se vê, mas capaz de correr como uma bomba.

Sáímos às cinco da tarde, no verão. Desde a manhã não havia vento. Uma magnífica tempestade se aproximava e o calor era insuportável. O rio corria oleoso sob o céu branco. Nós não podíamos tirar os óculos escuros, porque a dupla reflexão do céu e da água nos cegaria. Além disso, meu companheiro estava com princípio de enxaqueca. E nem o mais leve sopro de ar.

Mas uma tarde assim nas Missões, com uma atmosfera dessas, trás cinco dias de vento norte e não é nada bom pra quem está à deriva no Paraná com uma canoa de corrida. Nada mais difícil, por outro lado, de remar neste ambiente.

Seguimos à deriva, atentos ao horizonte do sul, até chegar em Teyucuaré. A tempestade chegou.

Esses montes de Teyucuaré, derrubam no rio uma prateleira enorme de pedras ásperas e rosadas, que deslizam ribanceira abaixo na floresta e entram profundamente no Paraná, dando a Santo Inácio uma forma de estilingue à enseada, uma perfeita defesa do vento sul. Grandes blocos soltos de pedras do penhasco ondulam a costa, com a qual o Paraná inteiro se encontra, agita-se e foge finalmente por águas abaixo, em rápidos furos de redemoinhos. Porém, desde a extremidade final, e de encontro com a mesma costa, a água fica estagnada e vai lameando lentamente o Teyucuaré até o fundo do golfo.

Nesta extremidade, e à defesa de um bloco imenso para evitar as surpresas do vento, encalhamos a canoa e nos sentamos para esperar. Mas as pedras envernizadas queimavam, literalmente, embora não houvesse sol, e nos abaixamos de cócoras na beira da água.

O sul, contudo, havia mudado de aspecto. Sobre o monte distante, um rolo branco de vento subia na curva, arrastando detrás dele um toldo azul de chuva. O rio, subitamente opaco, ficou ondulado.

Tudo isso é rápido. Levantamos a vela, empurramos a canoa, e abruptamente, após o bloco negro, o vento passou raspando na água. Foi somente uma sacudida de cinco segundos; e já havia ondas. Remamos até a ponta da restinga, pois atrás do parapeito do penhasco nenhuma folha ainda se movia. De repente cruzamos a linha imaginária, mas perfeitamente definida, e o vento nos pegou.

Veja agora: nossa vela tinha três metros quadrados, que é bem pouco, e entramos com 35 graus no vento. Pois bem, a vela voôu, arrancada como um simples lenço e sem que a canoa houvesse tido tempo de sentir a sacudida. Instantaneamente o vento nos arrastou. Não mordida senão nossos corpos: pouca vela, como se vê, porém era bastante para ainda resistir os remos, leme, tudo o que nós fizemos. E nem sequer a proa; nos levava de lado, borda caída para baixo como uma coisa náufraga.

Vento e água, agora. Todo o rio, na crista das ondas, estava branco pelo xale de chuva que o vento levava de uma onda a outra, quebrava e juntava em bruscas sacudidas compulsivas. Logo, a fulminante rapidez com que se formam as ondas e a correnteza do rio não dá pé a sessenta braçadas. Num único minuto o Paraná havia se transformado num mar de furacão, e nós, dois náufragos, íamos sempre empurrados de lado, caindo e bebendo vinte litros de água a cada golpe das ondas, cegos de água, com o rosto dolorido pelas chicotadas da chuva e tremendo de frio.

Nas Missões, com uma tempestade de verão, se passa muito facilmente de 40 graus a 15, em um único quarto de hora (15 minutos). Ninguém fica doente, porque o país é assim, mas morre-se de frio.

Pleno mar, enfim. Nossa única esperança era a praia de Blosset, praia de barro, felismente, contra a qual nos arrebaríamos. Não sabíamos se a canoa resistiria à flutuação de mais um golpe de água, porém quando uma onda nos lançou a cinco metros dentro da terra, ficamos bem felizes.

Ainda assim tivemos que salvar a canoa, que baixava e subia como uma cortiça, enquanto nós afundávamos no barro podre e a chuva nos golpeava com pedras.

Sáímos dali; mas a cinco quadras estávamos mortos de cansaço – bem quentes desta vez. Continuar pela praia? Impossível. E cortar o monte em uma noite escura, ainda que se tenha um *Collins* na mão, é coisa de louco. (revólver)

Fizemos isso, contudo. De repente alguém latiu – ou melhor, uivou; porque os cães dos montes somente uivam, - e tropeçamos num sítio. No sítio havia, não muito visíveis à chama do fogão, um peão, sua mulher e três garotinhos. Além disso, uma rede estendida, dentro da qual uma criatura morria com um ataque cerebral.

__ O que ele tem? - perguntamos.

__ É um dano (está doente). – responderam os pais, depois de voltar por um momento a cabeça para a rede.

Ficaram sentados, indiferentes. Os garotos, entretanto, eram todos olhos para o lado de fora. Então, neste momento, bem longe, cantou o yaciyateré. Instantaneamente os garotos cobriram o rosto e a cabeça com os braços.

__ Ah! O yaciyateré – pensamos. Veio buscar o garotinho. Vai no mínimo deixá-lo louco.

O vento e a chuva haviam passado, porém o tempo estava muito frio. Um momento depois, mas muito mais perto, o yaciyateré cantou de novo. O garoto doente se agitou na rede. Os pais olhavam sempre para o fogão, indiferentes. Nós falamos para colocarem panos de água fria na cabeça. Mas não nos entendiam, não valia a pena isso pelo outro. O que se podia fazer contra o yaciyateré?

Acredito que meu amigo havia notado, assim como eu, a agitação do menino quando o pássaro se aproximava. Continuamos tomando mate, nus da cintura pra cima, enquanto nossas camisas secavam perto do fogo.

Não conversávamos, mas víamos muito bem os olhos amedrontados dos meninos no canto escuro.

Lá fora, ainda chuviscava no monte. De repente, a pouco mais de meia quadra, o yaciyateré cantou. A criatura doente respondeu com uma gargalhada.

Bem, o menino queimava em febre porque estava com uma meningite e respondia com uma gargalhada ao chamado do yaciyateré.

Nós tomávamos mate. Nossas camisas secavam. A criatura agora estava imóvel. Somente de vez em quando, roncava, sacudindo a cabeça para trás.

Lá fora, desta vez no bananal, o yaciyateré cantou. A criatura respondeu imediatamente com outra gargalhada. Os meninos deram um grito e a chama do fogão se apagou.

Um calafrio nos correu de cima a baixo. Alguém, que cantava lá fora, estava se aproximando, disso não havia dúvida. Um pássaro, muito bem, isso nós sabíamos. E esse pássaro vinha roubar ou enlouquecer a criatura, pois a própria criatura respondia com uma gargalhada a quarenta e dois graus.

A lenha úmida queimava de novo, e os imensos olhos dos meninos brilhavam outra vez. Saímos lá fora um instante. A noite havia clareado e poderíamos encontrar a trilha. Ainda havia algo de úmido em nossas camisas, mas antes qualquer coisa do que aquela risada de meningite.

Chegamos às três horas da manhã em casa. Dias depois, passou por ali o pai das crianças, e me disse que o menino estava bem e que já caminhava. Em suma, estava saudável.

Quatro anos depois disso, lá estava eu, precisei contribuir para levantar o recenseamento de 1914, correspondendo a mim o setor Yabebirí-Teyucuaré. Fui pelo rio, na mesma canoa, mas desta vez a remo simples. Também era numa tarde.

Passei pelo sítio em questão e não encontrei nada. De volta, e já ao crepúsculo também não encontrei nada. Porém, 20 metros adiante, parado

na ribanceira do córrego, em frente ao escuro bananal, estava um menino nu, de sete a oito anos. Tinha as pernas extremamente magras – as coxas ainda mais que as panturrilhas – e uma barriga enorme. Carregava uma vara de pescar na mão direita, e na esquerda uma banana comida até a metade. Me olhava imóvel, sem se decidir em comer ou abaixar o braço.

Falei com ele, inutilmente. Insisti ainda, perguntando pelos moradores do sítio. Lançou-se, finalmente a rir, enquanto uma baba de saliva grossa caía até a barriga. Era o menino da meningite.

Saí da enseada: o menino havia me seguido furtivamente até a praia, admirando atentamente minha canoa. Joguei os remos e me deixei levar pela lentidão do rio, na vista do idiota crepuscular, que não se decidia em concluir sua banana por admirar a canoa branca.

COMPLEJIDAD, ECOLOGIA POLÍTICA Y FILOSOFIA INTERCULTURAL

Aproximaciones al problema de los dilemas ambientales en pensamientos socioculturales latinoamericanos contemporáneos^{1*}

Nelson Vergara Muñoz

1

Si bien es cierto que los dilemas ambientales, sobre todo aquellos referentes al saber y al conocimiento de las cosas, han estado siempre presentes en la vida humana occidental, son más ostensibles en situaciones de transformaciones socioculturales profundas, conocidas como crisis, situaciones en que los polos dilemáticos obligan a tomar decisiones de mayores alcances que las habituales, comprometiendo al decurso de las comunidades o sociedades, en tanto que se hacen parte de sus historias. En nuestro tiempo, estos dilemas cognoscitivos afectan seriamente las relaciones humanas con el ambiente y ponen en riesgo nuestra vida local y translocal. Pero, es sabido que esto compromete también intereses de todo orden: económicos, políticos, ideológicos, religiosos, etc. De aquí las controversias en torno a la condición de los dilemas y de sus posibilidades de resolución, las que dividen hondamente tanto a la teoría como a la práctica ambiental, a la conciencia como a la voluntad ambiental.

^{1*} Este trabajo es producto del proyecto de investigación *Cartografía de prácticas cotidianas urbanas: apropiación cultural de espacios públicos en la ciudad de Osorno*, financiado por la Dirección de Investigación de la Universidad de Los Lagos, Osorno, Chile, para los años 2007-2008.

Para efectos de este trabajo, entenderemos por *ambiente* el entorno sociocultural del que formamos parte y que contiene distintas dimensiones entrelazadas con nosotros, de las cuales destacamos:

a) el sistema de relaciones entre el hombre y sus entornos, sistema que se constituye en virtud de esas inter-relaciones, lo que hace que la realidad primaria del ambiente sea la interacción y la coexistencia entre seres humanos y sus circunstancias materiales y simbólicas. Entonces, el ambiente no es objetivo en el sentido tradicional de ser independiente del hombre como lo ha pretendido siempre la tendencia realista, ni es subjetivo en el sentido habitual de ser una idea o representación que nos hacemos del entorno, tal como podemos encontrarlo en puntos de vista idealistas y constructivistas. Por el contrario, el ambiente es, para nosotros, la interrelación, más aún, el modo de darse, de construirse la interrelación. En este sentido nosotros estamos en el ambiente tanto como éste está en nosotros, según el principio hologramático de que nos habla hoy E. Morin (1984, 2003).

b) por esto, una de las formas de hallar el ambiente está dada en la figura de un *darse cuenta* (sensible, intuitiva o reflexivamente) de él; esto es, de verlo como un *saber*, o como *necesidad* de saber, o como *expectativa* de saber, dentro de ciertos horizontes epistemológicos, y no propiamente como una cuestión intelectual, sino como un primario y radical *saber a qué atenerse*, en el sentido en que Ortega y Gasset entendía este término (1972).

La trascendencia de la tradicional y simplista reducción a la objetividad o subjetividad como polos antagónicos y la comprensión de sus inter-retroacciones como no-unitarias, heterogéneas y no-lineales, ha llevado al pensamiento contemporáneo, del que Latinoamérica no está eximida, al reconocimiento de la *complejidad* como modo básico de ser

de lo real. De aquí que uno de los dilemas más de base en el orden de la reflexión sea el que pone en primer plano los enfrentamientos entre lo que E. Morin (2003) denomina paradigmas de la complejidad y de la simplicidad, así como lo que E. Leff (2004) señala como enfrentamiento de racionalidades.

Según esto, desde lo que suponemos más simple, sencillo o elemental, hasta lo que estimamos como más altamente organizado, revelaría hoy día la condición de realidad *compleja*; de modo que esta categoría no designaría ya un ámbito especial y específico de lo real, sino una conformación estructural y funcional de orden genérico: un modo de ser. Lo extraño del caso es que, como ha dicho E. Morin, mientras nuestra relación inmediata y espontánea con las cosas ha dado por descontado lo complejo, lo múltiple, lo diverso, y nuestra experiencia cotidiana lo ha supuesto como de sobra evidente, para nuestro saber privilegiado y radical, la ciencia, sobre todo en sus expresiones modernas, aún vigentes en amplios círculos intelectuales, esta complejidad ha estado más bien del lado de las apariencias, siendo entonces que la realidad verdadera se nos aparece escondida, oculta tras esas apariencias. Con otras palabras, que la complejidad era para esa tradición, la *no verdad*. Por tanto, es coherente que para tales concepciones tradicionales, la complejidad se nos muestre como una estructuración teórica que debe ser abandonada a favor de lo simple y elemental, de los *datos* esenciales que según esas convicciones estarían a la base de las apariencias; de manera que el ser (la ley, la naturaleza, según sea el caso), desentrañado y puesto al descubierto por el pensar, haría evidente esa condición simple de lo real, condición que ordenada según determinaciones claras, sencillas y precisas, aconsejaría que el entendimiento, nuestra razón, se organice también en forma análoga. Y es así como, desde Descartes se ha estimado que el conocimiento recomienda como organización inequívoca la ordenación geométrica, única instancia que para el pensamiento moderno puede hacer presente, patentizar lo real. Por esto, lo que en Descartes es programático,

se fundará en lo evidente, y desde entonces será el pensar geométrico el modelo de la ciencia. Este modelo moderno del conocimiento científico habría destinado a Occidente el modo de saber que le es característico: el saber racionalista y sus consiguientes afanes de *reducción* y *disyunción*. Desde entonces, generalizada a todas las ciencias, la compulsión a la simplicidad se ha confundido con el método y así ha dominado nuestro saber, reduciendo y analizando todo. Físico u orgánico, psíquico o social, cultural o histórico, todo lo real, dice J.P. Sartre (1972), fue analizado y reducido a esos datos elementales que supuestamente representaban la esencia de lo que hay, ilustrando de este modo la creencia en ese supuesto verdadero orden de lo real.

Hoy asistimos, sin embargo, a lo que se ha venido llamando un cambio de paradigma, y claramente somos empujados a un enfoque que se ha impuesto el deber de respetar las realidades en el modo en que se dan a nosotros, lo que al imponer un “nuevo orden” en el modo de concebir lo real, impone también la necesidad de pensar un nuevo trato con la realidad. En definitiva, se trataría de *dejar ser* a la realidad, según su condición y no de acuerdo a lo que alguna vez se llamó la “sana razón” o el “buen sentido”, los que siempre tuvieron el ilustrativo carácter de unilateral imposición de nuestro entendimiento, la tiranía intelectual de la razón. Libre de imposiciones idealistas o realistas, o constructivistas como se dice hoy, acaso lo real pueda manifestarse según sus propias “inclinaciones” o “conveniencias”, establecidas en el trato *con* nosotros, referente ineludible de todo conocimiento de realidades.

Y así, mientras que en la ciencia la crítica al paradigma que E. Morin llama de la simplicidad, era observado con sospecha por las normas vigentes, sobre todo de tipo positivista, fiel exponente de ese paradigma moderno, en la vida cotidiana se fue imponiendo la creencia en contrario, siendo cada vez más notorio que la condición humana, en cualesquiera de sus realizaciones es, antes que nada, un acontecer entre otros acontecimientos que van tramando

las circunstancias de nuestros proyectos y que se manifiestan espacial y temporalmente entramados, así como también lo hacen discursivamente. En este entramado se tejen y se destejen las complejidades de la vida en común, de la experiencia compartida en las prácticas cotidianas de proyectos personales y colectivos, los que van configurando las historias personales y colectivas en constante interacción. Porque es una ganancia de nuestra época que así como se hacen los discursos, (narrativas), así también se hacen, se construyen, los espacios y los tiempos, siempre mediatizados como la comunicación o la política. Todo lo humano es, de este modo, *acontecimiento*, incluido su relación con la naturaleza, según lo establece la Ecología Política más reciente.

3

Por lo anterior, podemos resumir entonces que este acontecimiento en que consiste lo humano es, de un modo u otro, *realización de lo complejo*. Con esto queremos destacar que aquello a lo que se refiere este concepto es una realidad constituida por acciones que se presentan como *interacciones*, dependencias mutuas y multilaterales, internas y externas, subjetivas y objetivas, algo que el tradicional pensamiento moderno, lineal y dicotómico, había desterrado del reino de las realidades efectivas y enviado a los mundos degradados de la imaginación y sus productos más identificables: los mitos, las leyendas, las fábulas, las narraciones de ficción, los textos poéticos. En este exilio, lo que siendo real estaba cuestionado por la ciencia, y considerado desde ella como “irreal”, arrastró consigo a lo heterogéneo, lo diverso, lo múltiple y, fundamentalmente, lo contradictorio, lo indeterminado, lo azaroso e incierto, lo problemático, lo dudoso, lo enigmático y misterioso, lo inconcluso e inconcluyente, y con ello lo simbólico, lo metafórico, lo poético, lo artístico, etc. Considerando que todo esto son dimensiones reales de la condición humana, entonces lo

humano es ahora y desde siempre, “el cuento de nunca acabar”. Acceder al paradigma de la complejidad es entrar en este cuento y hacerse parte de él.

Ortega (1962), que fue uno de los primeros que, a comienzos del siglo XX, dejó atrás la atención compulsiva a los datos, a los elementos, para entrar decididamente a la consideración de los sistemas –la vida humana, la persona, la sociedad, la historia, la cultura-, confrontando los mundos que configuran nuestra experiencia cotidiana, aconsejaba que lo mejor era entrar a los temas, provocándolos para que muestren lo que lo que son, y lo que no son, presencias y ausencias al mismo tiempo, que tanto esconden como dejan transparentar, tanto se evaden como se dejan atrapar, según su estado de alerta, sus disposiciones, sus expectativas, su resolución a enmascararse o a ser descubiertas.

Nuestra tesis es entonces que en parte importante de la intelectualidad latinoamericana actual, se deja observar una adscripción en progreso a la *complejidad* y un abandono creciente de la *disyunción* y *reducción analítica* propia de la *simplicidad*; o, lo que es lo mismo, que somos y nos hacemos parte del intento por superar el paradigma de la Modernidad. Si esto conduce o no a la postmodernidad (como lo plantea G. Vattimo) o la sobremodernidad (según el decir de M. Augé) o alguna otra figura civilizatoria, es algo que por lo pronto no está en nuestro horizonte cercano. Asumimos, empero, las evidencias de abandono de lo simple y elemental como criterio de realidad y de conocimiento, lo que se hace cada vez más notorio en las obras de nuestros intelectuales latinoamericanos.

En este contexto queremos destacar algunos fenómenos contemporáneos que se muestran ostensiblemente como dilemas cognoscitivos y que se constituyen y retroalimentan en un ámbito de situaciones complejas que son, por lo mismo, centros de discusión que caracterizan nuestro tiempo, contextualizando así, históricamente, esos dilemas.

Estos fenómenos son: a) la discusión en torno a la *globalización*, b) la discusión sobre la *diversidad* y las relaciones con *lo local*, y c) la apertura a una nueva forma de entender las relaciones entre la *identidad* y la *cultura*. Para esto recurrimos a pensamientos que están en construcción y que junto con E. Morin encontramos en E. Leff, R. Fornet-Betancourt y A. Escobar, pensadores latinoamericanos que están pensando una nueva Ecología y una nueva Filosofía: la *Ecología Política* y la *Filosofía Intercultural*. Con algunas precisiones, podríamos llamar a esta línea de nuevas ideas en Latinoamérica, *Pensamiento Ambiental*. Veamos algunas aproximaciones.

4

En el prólogo a *Racionalidad ambiental. La reapropiación social de la naturaleza*, E. Leff (2004) introduce una vez más su temática con una idea clave que en general sostiene toda su reflexión sobre nuestros problemas ambientales. Allí dice que la “problemática ambiental emerge como una *crisis de civilización* de la cultura occidental” (IX), concretamente de la racionalidad que está en su base y que él identifica como “la racionalidad de la Modernidad”, la que, a su juicio, no es otra que la crisis “de la economía del mundo globalizado” (IX). Esta tesis que E. Leff va a precisar de múltiples maneras en sus ensayos y libros, recibe de entrada una proyección fundamental:

“La crisis ambiental generada por la hegemonía totalizadora del mundo globalizado –por la voluntad homogeneizante de la unidad de la ciencia y la unificación forzada del mercado [...] es la crisis del efecto del conocimiento sobre el mundo” (IX), el que volviéndose “contra el mundo, lo ha intervenido y dislocado”(Id.)

Así reiterará que

la crisis ambiental irrumpe en el momento en el que la racionalidad de la modernidad se traduce en una razón “anti-natura”, que no

es sin más una crisis funcional u operativa de la racionalidad económica imperante, sino uno de sus fundamentos y de las formas [modernas] de conocimiento del mundo(Id.).

Desde estas bases profundas E. Leff ve emerger y visibilizarse la economización de lo real explicitada por la Globalización. De esta manera, la Globalización queda enmarcada en los límites de la economía como figura epistemológica de la Modernidad hoy en crisis. Y, en estos contextos, se va delineando uno de los dilemas esenciales de nuestro tiempo: el de la sostenibilidad o la sustentabilidad de los mundos futuros por efecto de la Globalización económica, la que deviniendo Globalización cultural, proyecta sobre la cultura los efectos homogeneizantes y totalitarios de un pensamiento único, uniforme y disyuntor.

Radicalizando esta visión de los procesos globalizadores, la Filosofía Intercultural, se sitúa en el imperativo de desbrozar la realidad que se oculta tras el concepto, asimilándolo fuertemente a la ideología del capitalismo, con la diferencia notoria que se indica: pareciera que, en algún punto, E. Leff deja un margen a lo que en la Globalización no es económico en estricto sentido, si bien es subsidiario de ello, como resulta ser la posibilidad de una cultura alternativa. Esto está de plano suspendido en los fundamentos de la Filosofía Intercultural, para quien la Globalización no es sino la expresión económica de un capitalismo llevado al extremo de autodeclararse como una fase civilizatoria sin alternativas. Así, uno de los principales propulsores de la Filosofía Intercultural, Raúl Fernet-Betancourt, en su texto programático “Aprender a filosofar en el contexto del diálogo de las culturas”, se refiere a ella como

el proceso resultante de una política económica que se expande mundialmente como la única opción civilizatoria de la humanidad y que, justo por entenderse y querer imponer como el único proyecto globalizable, no tolera diferencias culturales con planes alternativos, esto es, culturas con alternativas propias, ni en Occidente ni en ninguna otra región del mundo (en línea).

Pero esta concepción no puede paralizar el trabajo reflexivo propuesto por el pensamiento filosófico en cuestión, por lo que, a renglón seguido, visualiza la brecha que hace posible que la Filosofía Intercultural se juegue su chance: la Globalización es una realidad, pero parcial, que no se puede identificar ni siquiera con Occidente y por esto es que, a juicio de este pensamiento, puede ser atacada con probabilidades de éxito:

Entendemos más bien la Globalización como la política y estrategia económica de los grupos dominantes que controlan hoy el poder en Occidente y que, reduciendo a Occidente a una cultura o civilización del mercado y del consumo, pretenden también domesticar todas las culturas del mundo en el mismo sentido (Idem).

Y agrega R. Fornet-Betancourt un alcance que sitúa el problema en un contexto muy preciso que señala que “el mercado se ofrece aquí como el punto de vista desde el cual el tiempo y el espacio cobran sentido.” (Idem).

Con esto la Globalización queda situada en el ámbito del capitalismo más reciente y su ideología neoliberal.

En una posición menos tajante y lapidaria, pero no menos radical, encontramos las tesis de Arturo Escobar, para quien la Globalización no es solamente ese monstruo que todo lo nivela y homogeneiza y que reduce a mercado todos los rincones del mundo. Es claro, dice, que mucho de eso está realmente sucediendo y no se puede negar este efecto fatal del neoliberalismo. Pero, a su juicio, la Globalización también “encierra muchos órdenes sociales y tradiciones culturales que conforman modernidades múltiples” y, además, las reconocería capitalizando esta multiplicidad, incorporándola a sus prácticas, aún cuando trate de permearla y contenerla (en línea). Por esto, dice A. Escobar, que la Globalización

debe ser vista en términos de la producción de diferencias que no necesariamente se inscribe en esquemas jerárquicos y órdenes evo-

lutivos que clasifiquen las culturas en órdenes de desarrollo y civilización semejantes a lo propuesto por el progreso de la Modernidad, sino que puede también obedecer a otros incentivos y motivaciones, lo que permite entender que el propio capitalismo se descentra y se fragmenta para adecuarse a las condiciones actuales (Id.).

Por esto, A. Escobar cree que no solamente hay “otras alternativas dentro de la modernidad misma, sino que hay alternativas a la modernidad” (Id.).

Estamos aquí ante una posición que a la postre va a suponer que es posible la desoccidentalización y deseuropeización de la historia de la Epoca Moderna, así como en su momento Raúl Fornet-Betancourt propondrá como paso a la interculturalidad, *desfilosofar* la filosofía y E. Leff, *deseconomizar* la economía, instaurándose así la Filosofía Intercultural y la Ecología Política, respectivamente. Se observa claramente que, en todos estos casos, el decurso histórico que tienda a superar la crisis no puede seguir los rumbos marcados por los procesos globalizadores.

5

De esta forma, dichos procesos, junto con constituirse en realidades insoslayables, se presentan a la reflexión con un gran margen de ambigüedad que los transforman no solamente en fuentes de dilemas ambientales, sino en dilemas ellos mismos. Aún así, es una convicción que toda reflexión sobre los asuntos importantes de nuestro tiempo no pueden iniciarse sino en sus contextos, constituyéndose así, la Globalización, en instancia *principlial*, esto es, *de principio*, en la detección, interpretación y resolución de problemas que en esta fase necesaria es siempre el pensamiento que se afana con lo efectivo y que no se complace solamente en la contemplación de entramados abstractos de teorías sin compromiso. Por esto, el paso que sigue a estas reflexiones es el reconocimiento de que el desafío de enfrentar la Globalización, debe conducir necesariamente a la idea de que un

objetivo central de la intelección del mundo debe ser procurar por liberar las diferencias, apostando por el rescate, la defensa y preservación racional de la *diversidad*, sea esta biológica o social.

En este contexto, los puntos de vista que se han indicado apuestan seriamente por la necesidad de considerar que la alternativa debe inclinarse por la diversidad si no se quiere condenar al futuro a un destino fatal, a un callejón sin salida semejante a la muerte entrópica del planeta. Favorecer las posibilidades de *lo diverso* aparece entonces como una consecuencia necesaria e irrenunciable, tanto en el orden de la producción material de la vida como en la producción de sus órdenes simbólicos.

Entre las muchas formas en que esta defensa de la diversidad se presenta para nuestros autores, podemos señalar que ésta toma la forma de una defensa del *lugar* (ESCOBAR, A), de la apelación a la *interculturalidad* (FORNET, R.) y de la *crítica a la racionalidad económica* (LEFF, E.), las que, más allá de sus diferencias temáticas, tienen como punto de encuentro la crítica a la cultura homogeneizante y monológica de la Globalización, en una defensa irrestricta del valor de *lo local*.

Así, en las “Tesis para la comprensión y práctica de la interculturalidad como alternativa a la globalización” leemos en R. Fornet que la Filosofía Intercultural se propone un cambio de paradigma “cultivando una actitud filosófica que parte del reconocimiento de la pluralidad de las filosofías con sus respectivas matrices culturales y sus consiguientes formas de argumentación y de fundamentación” (Tesis 1), y que en esta tarea no sólo tolera *otros* pensares, sino que los promueve y se solidariza con ellos, reconociéndolos como mundos *propios*.

En esta tesis se hace hincapié en el carácter pluralista del pensamiento intercultural el que, a diferencia del pensamiento neoliberal, globalizador, no aplasta sino que favorece sus manifestaciones plurales y diversas, no excluye sino que se incorpora a la construcción de realidades solidarias, no coloniza sus prácticas sino que procura por la liberación material y discursivo-simbólica de ellas, mediante las cuales pretende dar realidad a

sus objetivos y finalidades más profundas; esto es, a aquéllas que siente como suyas porque las ha hecho propias.

Por el contrario, para la civilización globalizada toda tensión o conflicto es artificial, arbitrario y reaccionario, y sólo cabe una dirección para la historia: la que se impone bajo la fuerza de los proyectos neoliberales que se propagan con la fuerza uniformadora y coherente de la racionalidad en curso. Así dirá en la Tesis 4 que en la Filosofía Intercultural “su opción por las culturas es una toma de posición contra el proceso de homogeneización y de exclusión que hoy se impone”. De esta manera quedan puestas las bases para que la propuesta de alternativa a la Globalización se haga efectiva. En la misma Tesis 4, Fornet-Betancourt señala en un texto decisivo, que

La uniformización de los contextos en una contextualidad estructural perfectamente identificable en cualquier parte del planeta supone para las culturas de la humanidad una pérdida de *materia- lidad* o, hablando con mayor propiedad, *la pérdida del “territorio” propio donde deben poner a prueba y ejercitar su capacidad de incidir eficazmente en el modelamiento de su espacio y tiempo según sus propios valores y fines*. Con la globalización neoliberal se produce de este modo algo así como *la pérdida de la soberanía territorial* de las culturas. Éstas se ven obligadas a vivir, o a sobrevivir, en territorios espacial y temporalmente ocupados por los patrones de un modelo civilizatorio que las corta de su propio suelo (el subrayado es nuestro).

Con otras palabras, que el progresivo dominio de los procesos globalizadores instala y justifica ideológicamente las culturas del desarraigo, de la marginalidad y de la exclusión, las que al posesionarse de los territorios no solamente neutralizan la fuerza material y espiritual de toda otra cultura, sino que anulan también su recurso a la identidad y que, con esto, “las culturas pierden peso e importancia como fuerzas de modelación y de transformación de la realidad histórica concreta” (Tesis 3). Por esto, Fornet-Betancourt no se cansa de insistir en la urgencia de la

alternativa que propone. De esta manera en la ya citada tesis 4 señala en otro texto decisivo:

El núcleo de esta alternativa radica en tomar la idea de interculturalidad como hilo conductor para desarrollar una praxis que, ateniéndose consecuentemente al principio rector del derecho de los seres humanos a tener una cultura propia, no sólo fomenta y cultiva la pluralidad de las visiones del mundo y el respeto mutuo entre las mismas, sino que procura ser además un instrumento adecuado para la realización concreta de una pluralidad de mundos reales. La interculturalidad se propone, pues, como una alternativa que permite reorganizar el orden mundial porque insiste en la comunicación justa entre las culturas como visiones del mundo y porque recalca que *lo decisivo está en dejar libre los espacios y tiempos para que las “visiones” del mundo puedan convertirse en mundos reales* (El subrayado es nuestro).

Ahora bien, los espacios y tiempos, así como los lenguajes con que esos espacios y tiempos se dicen, constituyen en lo esencial los territorios. Por esto creemos que esta propuesta intercultural no solamente traduce expectativas de culturas excluidas o reprimidas, cuyas identidades no se conciben como recuperadas sino en el contexto de la recuperación de sus territorios, sino que, mediante el diálogo intercultural, ofrece la posibilidad de una práctica sociocultural que a la vez que transforma el orden de las cosas del mundo, puede también realizar la esperada transformación intercultural de la filosofía. Si éste fuese de verdad posible, entonces efectivamente estaríamos ante una situación de grandes proyecciones, porque significaría de verdad el cumplimiento de un anhelo cultural emergente: no construir, como hemos dicho más arriba, una filosofía más de las ya sidas, sino una filosofía **otra**, que haga justicia a los sueños colectivos de una parte importante de la humanidad que espera que, en la liberación de las opresiones sociales y culturales, el pensamiento también haga lo suyo.

Ahora que no está claro si esta tarea es suficientemente radical. Quizás podría pensarse en una profundización de estas intenciones y ver si es posible que el pensamiento sea conducido ya no a una filosofía **otra**, sino que, como alguna vez lo insinuó Ortega, a **otra cosa** que la filosofía. Pero, sea esto factible o no en las actuales circunstancias, sí nos resulta claro que en esta empresa de transformación intelectual, de la que se esperan prácticas de interpretación y transformación de los mundos, la Filosofía Intercultural estará justificada.

Volvemos entonces al lugar. De pronto el espacio vuelve a sernos familiar, cercano y concreto, un espejo de reconocimientos mutuos. Dialogamos con el entorno, mostrando **ahí** nuestra pertenencia, viviéndolo en razón de sus antagonismos y sus complementariedades, y narrándolo también, asumiéndolo desde las palabras que lo **dicen**. Nuestro conocimiento es, inequívocamente, interpretación. Somos con el lugar y desde él.

Esta copertenencia entre el espacio como entorno inmediato y los proyectos de apropiación que lo presentan como lugar, como territorio o como paisaje, es lo que hoy día está en la base de la complejidad, y opera indistintamente si el lugar es rural o es urbano. En ambos casos, se ha dicho, es el espacio de la identidad y de la historia personal o colectiva, que se hace presente en medio de los ambientes globales como contrarespuesta a esos ambientes, y como reacción o resistencia a los afanes de disolución que, por uno de sus lados, parecía ser propio de la globalización.

En estos contextos de creciente complejización de la vida, nos encontramos con la también creciente confianza de que son los lugares los ámbitos de máxima realidad cotidiana, de encuentros y desencuentros con lo real, sea efectivo o imaginario.

Un sugestivo planteamiento al respecto es el que nos parece que desarrolla Arturo Escobar (2005). Sobre este planteamiento conjeturamos algunas hipótesis que van más allá de señalar los términos del debate y

de explicitarlos. Según este debate, hay quienes sostienen que los lugares tienden a desaparecer por efectos de la aceleración o de la globalización, desarraigando al hombre de su entorno inmediato, mientras que otros, en virtud de lo mismo, sostienen que ésta es precisamente la condición de posibilidad de su renacer. Sin embargo, como lo señalamos, nos parece vislumbrar aquí, que Escobar quiere ir más lejos y que pone el debate a la vista, pero contrastando la opinión académica con la “opinión” del hombre común y corriente en su vida cotidiana, opinión que reflejaría que en este ámbito los lugares, en realidad de verdad, nunca han perdido presencia. Por esto A. Escobar dice:

El lugar –como la cultura local- puede ser considerado “lo otro” de la globalización, de manera que una discusión del lugar debería ofrecer una perspectiva importante para repensar la globalización y la cuestión de las alternativas al capitalismo y a la modernidad (131).

Lo que nos retrotrae a lo que ha expresado muy formalmente con respecto al valor que lo local posee para quienes viven esos mundos como mundos efectivos e inmediatos:

el hecho es que el lugar –como la experiencia de una localidad específica con algún grado de de enraizamiento, linderos y conexión con la vida diaria, aunque su identidad sea construida y nunca fija- continúa siendo importante en la vida de la mayoría de las personas, quizás para todas (115).

Pero el debate está planteado y no puede eludirse. Lo importante es, sin embargo, comprender que esta discusión no es insignificante o banal, sino que las opciones traen consecuencias para nuestro habitar los mundos en que nos movemos a diario, material o espiritualmente. Y, destacando esa relevancia en los estudios antropológicos, geográficos, culturales, comunicológicos, etc., A. Escobar señala que

las nuevas metáforas en términos de movilidad –la desterritorialización, el desplazamiento, la diáspora, la migración, los viajes, el cruce de fronteras, la nomadología, etc.- nos han hecho más conscientes del hecho que la dinámica principal de la cultura y la economía han sido alteradas significativamente por procesos globales inéditos(116).

Lo anterior se observaría de preferencia en aquellos que trabajan en “la inserción del ambiente y el desarrollo”, en sus críticas y propuestas de ocupación sustentable de los territorios y, para quienes la relación naturaleza-cultura-desarrollo, es más que fundamental. Para ellos, dice Escobar, “cualquier salida alterna debe tomar en cuenta los modelos de la naturaleza basados en el lugar, así como las prácticas y racionalidades culturales, ecológicas y económicas que las acompañan” (116). Y en un texto fundamental agrega:

Tomando como punto de partida el carácter problemático de la relación entre lugar y cultura, estos trabajos hacen énfasis en el hecho de que los lugares son creaciones históricas que deben ser explicados, no asumidos, y que esta explicación debe tener en cuenta las maneras en que la circulación global del capitalismo, el conocimiento y los medios, configuran la experiencia de la localidad (117).

Entonces se hace cada vez más necesario explicar las diferencias, lo que se transforma hoy en el gran problema, puesto que, pregunta Escobar: “¿Cómo explicar la producción de diferencias en un mundo de espacios profundamente interconectados?” (117). Para una respuesta adecuada a esta interrogante, nos parece que no queda otro recurso que acceder al expediente de la complejidad.

A este referente nos parece que recurre E. Leff. En su propuesta de deseconomizar la sociedad y la cultura, lo que propone es desembarcarse de un pensar monológico y uniforme, para acceder a la multiplicidad

de saberes liberados de la represión impuesta por un modelo de pensar que niega la diversidad social y las leyes de la naturaleza. Esta liberación epistemológica y ontológica abre, a su juicio, el camino a un futuro realmente sustentable y éticamente dignificado por la equidad. Señalamos la dirección de esta propuesta desde el ámbito del pensar que él denomina “diálogo de saberes”:

“El dialogo de saberes es un diálogo marcado por la heteronomía del ser y del saber, por una otredad que no se absorbe en la condición humana genérica, sino que se manifiesta en el encuentro de seres culturalmente diferenciados; de seres constituidos por saberes que no se reducen al conocimiento objetivo y a la verdad ontológica, sino que remiten a la justicia hacia el otro: justicia que no se disuelve ni se resuelve en un campo unitario de derechos humanos, sino en el derecho a tener derechos diversos de seres diferenciados por su cultura” (“Racionalidad ambiental y diálogo de saberes...”)

“El diálogo de saberes sólo es posible dentro de una política de la diferencia, que no es apuesta por la confrontación sino por la paz justa desde un principio de pluralidad”; por lo tanto, el diálogo de saberes

“no se produce con la intención y la finalidad de reabsorber cosmovisiones y racionalidades diferenciadas en un código común de lenguaje de un mundo acabado, presente, globalizado, sino que se proyecta en la creación de un mundo futuro, de otro mundo posible, de un mundo hecho de muchos mundos, de diversidad cultural e identidades diferenciadas” (art.cit.).

“El vínculo del ser con el saber no es una relación de conocimiento, de representación de la realidad en el pensamiento, de identidad entre el concepto con la realidad” sino un vínculo que se da en la condición básica del hombre como ser en el mundo, anterior, por tanto, a toda representación o concepto (art.cit.).

Por lo tanto, “el diálogo de saberes se plantea desde el reconocimiento de los saberes -autóctonos, tradicionales, locales- que aportan sus experiencias y se suman al conocimiento científico y experto, pero implica a su vez el disenso y la ruptura de una vía homogénea” para asumir y subsumir la diversidad (art. cit.);

De este modo, el diálogo de saberes no tiene más norte que inscribirse en una racionalidad que lleve “a la deconstrucción de la globalización totalitaria del mercado para abrir paso a la construcción de sociedades sustentables a partir de sus formas diversificadas de significación de la naturaleza”. (art. cit.)

Pero, como se ha dicho, el diálogo de saberes no disuelve las cosas en un consenso: la resolución de conflictos no implica la borradura de las diferencias.

Por último, y tal como en lo suyo lo expresara Fernet-Betancourt, E. Leff dice que el saber que se encarna en el diálogo, lo hace propiamente

“en los imaginarios colectivos, las cosmovisiones y formaciones simbólicas que se plasman en los saberes, técnicas y prácticas que configuran estilos e identidades culturales y en las formas de organización socio-cultural-productiva de apropiación de la naturaleza”, (art.cit.).

Por lo que E. Leff señala que el diálogo “enlaza palabras, razones, prácticas, propósitos, significaciones que en sus sintonías y disonancias, sus acuerdos y disensos, van formando un nuevo tejido social, trascendiendo el diálogo interdisciplinario”, y desplazando, por tanto, la problemática desde la ciencia a la sociedad (art.cit.). De este modo, problemas originalmente epistemológicos se traducen en dilemas sociales.

6

Y es en este transitar de lo académico a la sociedad donde se nos presenta el tercer dilema que queremos abordar: la discusión de los problemas atinentes a la *identidad*.

Como todas las nociones o conceptos, sobre todo los que resultan relevantes para la identificación y comprensión de la vida natural o social, tiene éste de *identidad*, una marcada referencia a la Modernidad para cuya atmósfera, lo identitario correspondía a lo que de permanente y diferenciador por lo constante había, o podía hallarse en las cosas, como condición propia y autónoma. En cierto sentido, lo que era, lo era necesariamente: una suerte de regularidad o legalidad que junto con señalar lo propio indicaba también la diferencia.

Pero, con el advenimiento de la crisis de la modernidad entró en cuestionamiento también este gran concepto. Desde entonces, `identidad` ya no señala así sin más lo constante de algo, lo inmutable, sino justamente su contrario, lo que está constituido por el cambio, por la impermanencia, la transformación, llevando entonces a primer plano el problema de la diversidad y la diferencia como algo que a su vez está sujeto a modificaciones por acción de las circunstancias. Con esto también la gran noción de la *esencia* cambia de significación: ya no remite necesariamente a lo invariable, sino que resiste también la posibilidad del cambio y la transformación, al punto de que tiene sentido decir que, en el hombre, la esencia de su identidad es precisamente la construcción social, por lo que nunca es algo definitivo y permanente.

Esto, sin embargo, no conduce obligadamente a aceptar el relativismo, aunque aparezca hoy día como una gran posibilidad y sea profusamente proclamado por las tendencias postmodernas. El contexto actual de los procesos identitarios es de este modo la apertura a lo plural y no la reducción a la unidad propia del pensamiento moderno. Es el juego de otredades como la llama E. Leff, en la constante variabilidad de los encuentros entre lo Mismo y lo Otro. Pero la identidad de Uno y la identidad de Otro pasa por el reconocimiento no natural de lo propio de cada cual en todos los órdenes posibles en que puede operar, en todas las tramas y en todas las lecturas a que nos invita lo Diferente. Entonces,

el *ambiente*, dice E. Leff, “deja de ser un objeto de conocimiento para convertirse en fuente de pensamientos, de sensaciones, de sentidos” (2007, p. 136).

Y aquí cabe no solamente el reconocimiento de otras culturas, según lo plantea R. Fernet, sino lo que es más significativo: el reconocimiento de que en rigor no hay cultura alguna que se pueda presentar como un universo originario y monolítico, sino como aquello que, desde su ser originario, puede abrirse a la diferenciación, de modo que es posible rastrear, bajo la apariencia de uniformidad y permanencia, las huellas de sus luchas y contradicciones para imponer una figura de ser, pero sin garantía alguna de permanecer y eternizarse. Pero tampoco de romper con todo y absolutamente, hacer tabla rasa con el pasado, empezar de cero. Nada puede empezar de cero, nos recuerda siempre R. Fernet, ni en el orden material ni en el orden simbólico, como lo es el pensamiento. Idea esta que nos reiteran E. Leff y A. Escobar.

Al respecto, E. Leff ha escrito que el pensamiento

es un fluido de ideas que viaja en la historia a través de crisis internas, de obstáculos epistemológicos, de cambios paradigmáticos, de resignificaciones teóricas; pero que no permite hacer cortes temporales absolutos, donde el conocimiento que busca la unidad, la generalidad y la transdisciplinariedad, tampoco puede escapar a la identidad propia de cada paradigma científico y al campo específico en el que una teoría produce conocimientos, verdades y sentidos; donde la verdad nunca es absoluta, ni es la verdad de un momento histórico, sino donde el ser cultural produce verdades históricamente condicionadas y válidas (2007, p. 137)

Por su parte, A. Escobar, en su afán por justificar la necesidad del conocimiento local y su alto valor epistemológico, signo de la identidad de las culturas locales, relaciona esta posibilidad de reencuentro con los saberes tradicionales con la reconsideración de los lugares como instancias posibilitantes de esas identidades. Así, en el ensayo “El lugar de naturaleza

y la naturaleza del lugar...” (2005) dice que la defensa del conocimiento local es coherente con el compromiso con un discurso anti-esencialista, en el sentido moderno, de lo diferente. Y agrega:

En contra de quienes piensan que la defensa del lugar y del conocimiento local es innegablemente “romántica”, uno podría decir, como Jacobs...” que es una forma de nostalgia imperial, un deseo de lo ‘nativo intocado’, que presume que tales encuentros (entre lo local y lo global) solamente significan otra forma de imperialismo”. Será necesario, sin embargo, extender la investigación hacia el lugar, para considerar cuestiones más amplias, tales como la relación del lugar con economías regionales y transnacionales; el lugar y las relaciones sociales; el lugar y la identidad; el lugar y los linderos y los cruces de fronteras; lo híbrido; y el impacto de la tecnología digital, particularmente Internet, en el lugar (133).

Con otras palabras, hay aquí una referencia muy explícita a las situaciones complejas por las que pasar, complejidades que afloran al nivel del propio pensar dichas situaciones y que van dando el tono a los problemas y dilemas ambientales de nuestro tiempo. Con esto, nos parece que, tanto la Ecología Política como la Filosofía Intercultural, se inscriben en la dirección que marca la Complejidad de lo real y la Complejidad del pensamiento en una articulación trabada que rechaza de plano toda suerte de reducciones y disyunciones a que nos tenía habituado el conocimiento moderno. Por esto nos parece ilustrativo terminar esta muestra de reflexiones vigentes con una cita de A. Escobar que seguramente suscribirían también nuestros otros autores:

La atención que se le ha otorgado, en especial en Latinoamérica, a la hibridación cultural es otro intento de hacer visible el encuentro dinámico de las prácticas que se originan en muchas matrices culturales y temporales, y la medida en la que los grupos locales, lejos de ser receptores pasivos de condiciones transnacionales, configuran activamente el proceso de construir identidades, relaciones sociales y prácticas económicas (131).

Al conjunto de estas prácticas podemos llamar *cotidianidades*, otra de las categorías esenciales que permiten que nuestro tiempo esté al alcance de nuestras teorías y que éstas referan a aquello que *dicen*, en una revalorización de nuestras propias prácticas discursivas. De aquí la fascinación creciente por los actos de habla, las narrativas, los relatos que, decía De Certeau, duermen en las calles, a la espera de que nos decidamos a despertarlos.

Referencias Bibliográficas

AUGÉ, Marc. **El tiempo en ruinas**. Barcelona: Gedisa, 2003.

FORNET-BETANCOURT, Raúl. **Aprender a filosofar desde el contexto del diálogo de las culturas**. Disponible en: <<http://ensayo.rom.uga.edu/critica/teoria/fornet/>>.

FORNET-BETANCOURT, Raúl. **Tesis para la comprensión y práctica de la interculturalidad como alternativa a la globalización**. Disponible en: <<http://www.milenio.com.br/ifil/corredor/Betancou.html>>.

ESCOBAR, Arturo. El lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar: ¿globalización o postdesarrollo? In: LANDER, E. (Comp.). **La colonialidad del saber**. La Habana: Instituto Cubano del Libro, Editorial de Ciencias Sociales, 2005.

ESCOBAR, Arturo. **Biodiversidad, naturaleza y cultura**: localidad y globalidad en las estrategias de conservación. México: UNAM, 1997.

ESCOBAR, Arturo. **La invención del tercer mundo**: construcción y reconstrucción del desarrollo. Santa Fe de Bogotá: Grupo Editorial Norma, 1996.

LEFF, Enrique. **Racionalidad ambiental y diálogo de saberes**: significancia y sentido en la construcción de un futuro sustentable (en línea).

LEFF, Enrique. **Aventuras de la epistemología ambiental**. 2.ed. México: Siglo XXI, 2007.

LEFF, Enrique. **Racionalidad ambiental**: la reapropiación social de la naturaleza. México: Siglo XXI, 2004.

MORIN, Edgar. **Introducción al pensamiento complejo**. Barcelona: Gedisa, 2003.

MORIN, Edgar. **Ciencia con consciencia**. Barcelona: Anthropos, 1984.

ORTEGA y GASSET, José. **Origen y epílogo de la filosofía**. Madrid: Rev. de Occidente, 1972. Col. El Arquero.

SARTRE, Jean Paul. **¿Qué es la literatura?** In: Obras II. Buenos Aires: Losada, 1972.

VARELA, Francisco. **El fenómeno de la vida**. Santiago de Chile: Dolmen Ediciones, 2000.

VATTIMO, Gianni. **La sociedad transparente**. Barcelona: Paidós, 1996.

ÍNDIO E “IDENTIDADE CULTURAL” EM MATO GROSSO DO SUL: O DISCURSO DO MOVIMENTO GUAICURU

Gilberto Luiz Alves¹

Este trabalho objetiva analisar o Movimento Guaicuru de Cultura, muito atuante em Mato Grosso do Sul entre 1984 e o final do século XX. Para tanto, toma como referência o discurso de um grupo de jovens artistas plásticos, que proclamava a necessidade de se retomar a “identidade guaicuru” como matriz para que os próprios sul-mato-grossenses desvelassem a sua e nela se reconhecessem.

Seus integrantes se organizaram em torno da Unidade Guaicuru de Cultura, norteada pela finalidade de “divulgação das artes e expressões artísticas educativas e folclóricas do povo guaicuru” (Estatuto da Unidade Guaicuru de Cultura. Diário Oficial de Mato Grosso do Sul, 15 ago. 1984, p. 28). Fizeram dezenas de mostras artísticas e produziram obras muito expressivas das artes plásticas sul-mato-grossenses, nas décadas referidas².

Ampliando-se, criaram unidades em Dourados e Coxim. Nesta última cidade realizaram “um projeto ecológico que credenciou o Movimento Guaicuru como Organização Não-Governamental – ONG” (SPENGLER, 1996, p. 17). Também lideraram o movimento pela utilização do “termo Guaicuru como epônimo do gentílico sul-mato-grossense” (Ibid., p. 16). Contudo, nem de longe cumpriram a finalidade estatutária aventada, pois a produção estritamente indígena não ganhou a visibilidade prometida em suas iniciativas.

¹Professor aposentado da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, atualmente é professor-pesquisador do Curso de Mestrado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional da Universidade Anhanguera-UNIDERP.

² Neste trabalho, por questão de delimitação do objeto, não se pretende fazer a análise das produções artísticas dos integrantes do Movimento Guaicuru de Cultura.

Mas não há como discordar da importância desse movimento, em especial porque a agitação que desencadeou sacudiu o modorrento ambiente cultural na região. As energias que liberou permitiram a realização de inúmeras mostras de artes plásticas e de outras atividades culturais associadas.

O movimento aproveitou todos os espaços alternativos para a realização das suas iniciativas e criou, assim, canais que tornaram as artes plásticas mais visíveis para os próprios sul-mato-grossenses. Também operou no sentido de deslocar sua ação para outros pólos de desenvolvimento do estado, quando tudo se resumia, então, a iniciativas centralizadas em Campo Grande.

Dentre os integrantes se sobressaiu Henrique Spengler, jovem animador cultural, artista plástico e historiador, o principal mentor do discurso que iria particularizar o movimento. No processo de construção desse discurso, descolou-se dos companheiros e realizou algo expressivo de suas próprias idéias e convicções.

Spengler reiterou sistematicamente expressões como “identidade guaicuru”, “preservação da identidade cultural guaicuru” e “preservação da cultura guaicuru”. Também induziu a idéia de que os sul-mato-grossenses, diante da necessidade de desvelar e assumir a sua autoconsciência cultural, deveriam se espelhar no exemplo dos guaicuru, que lutaram bravamente para preservar a sua “*identidade cultural*”, em especial por não terem cedido à catequese e à redução, tendo chegado a assimilar instrumentos culturais do inimigo branco para dar conseqüência à sua luta de resistência.

De fato, esse tipo de interpretação acabou revelando a verdadeira natureza de seu leito. Sob a aparência de defesa da cultura e das tradições guaicuru, foi realizado, de fato, um empreendimento nitidamente ideológico que se manifestou como uma forma de regionalismo. O discurso só apelou ao conhecimento científico para dar sustentação às teses *a priori* assumidas. As informações que poderiam colocar por terra os seus fundamentos foram tangenciadas ou omitidas.

A própria trajetória completa da etnia guaicuru não ganhou equilibrada exposição. Foi realçado, sobretudo, o domínio que essa “nação” exerceu no Chaco pantaneiro, nos dois últimos terços do século XVII, depois de ter assimilado o cavalo e o ferro, introduzidos na América pelos colonizadores espanhóis. O apogeu e a hegemonia da etnia guaicuru no Pantanal, sensíveis no século XVII, ganharam centralidade quase exclusiva e absoluta, foram congelados e extraídos de seu tempo, para assim servirem a uma elaboração idealista pouco útil inclusive à apropriação do passado.

Efetivamente, nunca esteve em jogo a preservação da “cultura guaicuru” ou da “identidade guaicuru”, mas sim a produção de um mito, que ajuda “a compreender antes o tempo que [o] forjou do que o universo remoto para o qual [foi inventado].” (BOSI, 1992, p. 176).

Na ótica de Spengler e de alguns outros estudiosos da região, a “falta de identidade” foi um fator limitante que teria atingido os artistas e intelectuais sul-mato-grossenses como um todo, logo após a criação da nova unidade federada. Depois da “euforia” pela “concretização de um sonho secular”,

os produtores culturais entraram em crise. Crise de identidade. Os artistas e intelectuais regionalistas (sic), acostumados a expressar, em suas obras, os valores e referências de Mato Grosso depararam-se, repentinamente, com uma nova realidade: Mato Grosso do Sul, um novo Estado, com uma nova capital, novo hino, nova bandeira, novos símbolos, tudo novo.

Surgíamos para o mundo como algo novo. E, para nós mesmos, como tratar, expressar, o que falar sobre nós, sul-mato-grossenses, povo sem consciência do seu patrimônio histórico, sua memória, sua identidade cultural? (SPENGLER, 1996, p. 16)

Em resumo, a questão fundamental poderia ser sintetizada em uma pergunta: “Quem, afinal, é o homem sul-mato-grossense?” (Ibid., loc. cit.)

Encontra-se implícita a idéia de que os sul-mato-grossenses estavam partindo do zero nesse processo de descoberta de um passado por todos ignorado e que poderia desvelar a sua “*identidade*”. O reconhecimento dessa situação crítica, subsequente a um momento dramático quando “*muitos artistas chegaram a paralisar suas produções hibernando-se em suas preocupações e devaneios*”, teria desencadeado uma prática inusitada: “Artistas e intelectuais foram, então, às bibliotecas e arquivos para vasculhar e identificar qualquer coisa, referente a qualquer época, do processo de povoamento da região.” (Ibid., p. 17)

Spengler, centrado em suas próprias impressões, acreditou que elas poderiam ser tomadas como um espelho para as dos demais intelectuais e artistas residentes em Mato Grosso do Sul. Equivocou-se. A pesquisa histórica já se desenvolvera e acumulara um relevante patrimônio de conhecimento desde o surgimento das unidades da Universidade Estadual de Mato Grosso.

Igualmente, a FUCMAT dera uma contribuição significativa no âmbito da investigação científica, em especial com estudos sobre etnias indígenas. Alguns dos artistas plásticos mais expressivos da região nunca pensaram em alterar suas trajetórias como decorrência das discutíveis elucubrações que clamavam por uma “*identidade sul-mato-grossense*”.

Humberto Espíndola ao pintar o boi, por exemplo, já criara um espaço de reflexão sobre a singularidade cultural do Estado, atrelada materialmente à pecuária. Ilton Silva nunca desviara sua atenção das vivências fronteiriças do sul e do trabalhador do campo, sempre centrais em sua obra. Jorapimo continuava pintando as paisagens, os peões, as lavadeiras e os pescadores do Pantanal. Conceição não parou um instante sequer de esculpir em madeira os seus bugres. Manoel de Barros e Hélio Serejo produziam febrilmente e não há qualquer notícia de que tenham reclamado da falta de horizontes para realizar as suas obras ou de um obstáculo posto pela inconsciência da “*identidade sul-mato-grossense*”.

Mas o Movimento Cultural Guaicuru surgiu embalado por esse mito e Spengler, em especial, chegou a acreditar que sua ação política teria mudado os rumos das produções intelectual e artística da nova unidade da federação³.

Também é estranha a proposta que colocou como referência a resistência dos guaicuru, enfatizando o apelo dessa etnia à extrema belicosidade em defesa de sua “*identidade cultural*”. Quando Spengler evoca “*a espiritualidade ancestral*” e busca inspiração “nos Guaicuru, nação-símbolo da resistência, autodeterminação e liberdade nativa Americana” (Ibid., loc. cit.), faz tabula rasa do fato de que essa etnia nunca esboçou qualquer resistência à mudança de sua pretensa “*identidade cultural*” no século XVII, seu momento de apogeu.

Se algo marcou o comportamento dos guaicuru no passado, foi exatamente a permeabilidade demonstrada quando da incorporação voluntária das conquistas culturais do branco europeu. Só com esses recursos, sobretudo o cavalo e o emprego de metais na confecção de suas armas, os guaicuru conquistaram mobilidade e poderio militar para empreender o domínio do vasto Chaco pantaneiro, submetendo as demais etnias indígenas à sua autoridade.

Menos o passado dos guaicuru e mais a conjuntura momentânea vivida por Mato Grosso do Sul esteve na raiz do movimento cultural liderado por Henrique Spengler. Recém-criado pelo desmembramento territorial do antigo estado de Mato Grosso, a discussão política que marcou a emergência da nova unidade federada havia colocado em questão a sua peculiaridade cultural.

³ O discurso de Spengler chegou a raiar a megalomania quando creditou toda a produção artística, científica e cultural sul-mato-grossense ao Movimento Cultural Guaicuru: “Estimulando buscas, encaminhando discussões e promovendo foruns e manifestos, o Movimento Cultural Guaicuru vem participando do quadro cultural do Estado, intensificando e expandindo suas ações, extrapolando os conceitos originais de movimento nativo ou neonativista. Hoje, seu significado engloba toda a diversificada produção artístico-intelecto-cultural de Mato Grosso do Sul.” (SPENGLER, 1996, p. 17) Por aí se entende, também, a preocupação de envolver e incluir nas mostras do movimento todos os artistas plásticos sul-mato-grossenses, independente das temáticas que abordavam.

As lideranças separatistas, no sul, sempre postularam essa peculiaridade, frisando sobretudo as diferenças que marcaram o processo de ocupação e exploração dos territórios nas regiões das minas de ouro, de um lado, e da fronteira com o Paraguai, de outro. Como decorrência, isso poderia explicar as opções políticas divergentes adotadas ao longo do tempo em face de acontecimentos marcantes da vida nacional, a exemplo da revolução constitucionalista, quando, antagonizando-se à direção conferida pelo norte, o sul alinhou-se a São Paulo.

Nessa oportunidade, já era reivindicada a autonomia administrativa do sul mato-grossense e a criação de uma nova unidade federada. A derrota do movimento constitucionalista sepultou essa possibilidade, mas os ânimos das principais lideranças políticas sulistas mantiveram suas convicções separatistas. Quando a ditadura militar decidiu criar um novo estado, na segunda metade da década de 1970, esses ânimos afloraram, mas não foram determinantes da solução draconiana tomada pelo Planalto.

Em especial, a imprensa regional deu grandes espaços às suas manifestações. Esses ânimos constituíram tão somente uma das variáveis da conjuntura favorável que ensejou uma experiência de divisão territorial encetada pelo governo militar. Mas a intensificação do debate criou um ambiente propício também à discussão da temática focada sobre a *cultura regional*⁴.

Mesmo *a posteriori*, o Movimento Guaicuru somou-se ao coro justificador da divisão e ao reconhecimento da peculiaridade cultural da nova unidade federada. Não importa se consciente ou inconscientemente, esse movimento realizou então uma operação ideológica de retorno ao passado, para buscar as matrizes mais longínquas dessa peculiaridade. Pensou tê-las encontrado na etnia guaicuru e realizou a sua apologia.

4 Em janeiro de 1979, o número de lançamento da excelente revista *Grifo*, originada logo após a criação de Mato Grosso do Sul, incluía matéria significativamente denominada *Cultura sulmatogrossense?* (1979, p. 41).

Faz-se necessário acentuar que as produções escritas dos mentores do Movimento Guaicuru são raras. As existentes estão condensadas em textos curtos, nem sempre produzidos com o cuidado necessário, motivados por eventos como as mostras artísticas. Seu proselitismo foi exercido, sobretudo, por meio de conferências, palestras, mesas redondas e entrevistas à imprensa, quase sempre com a participação de Henrique Spengler.

Um caso raro é o texto de Spengler denominado *Herança cultural: O Movimento Cultural Guaicuru; Os guaicuru na história de Mato Grosso do Sul*, publicado pela revista *MS Cultura*. Dele são os extratos utilizados na parte introdutória deste trabalho. Ao contrário dos textos decorrentes de entrevistas difundidas pelos periódicos, neste se contrapôs o discurso reflexivo à fala coloquial, as idéias articuladas num todo sistemático à improvisação fragmentada imposta pela pauta do repórter. Por tal motivo, é um documento que ganha o estatuto de importante fonte primária.

Para a recuperação do conteúdo ideológico desse movimento foi muito oportuna a publicação de um livro, denominado *Porto Murtinho: história e cultura – os guaicuru; o ciclo da erva-mate*, produzido em co-autoria por Spengler e Carlito (2007). Sob muitos aspectos, é um livro póstumo. Não só o Movimento Guaicuru perdera vigor e deixara de existir na prática. À época do lançamento do livro também Spengler já havia morrido prematuramente. Mas, sem dúvida, foi o seu idealizador.

A Carlito ficou a difícil tarefa de dar acabamento a um projeto editorial do qual era cúmplice, mas não o seu principal mentor. Muito do que pensava Spengler sobre os guaicuru e sobre Mato Grosso do Sul transparece no texto do livro. É com base no seu conteúdo que se pode expor e analisar a interpretação idealizada da “nação” guaicuru.

Nessa publicação os autores não realizaram uma análise marcada pelo rigor científico, nem tiveram essa pretensão⁵. Limitaram-se a

5 “Esta obra não possui caráter técnico-científico, apresentando características de composição mais próprias à

sistematizar e reproduzir informações extraídas das mais difundidas fontes historiográficas acerca das temáticas abordadas, a exemplo das obras de Boggiani (1945), Rivasseau (1936), Levi-Satrauss (1957), Ribeiro (1980), Bertelli (1987), Serejo (1986), Bianchini (2000) e Herberts (1998).

Ao contrário do que se constata nas obras desses estudiosos, os acontecimentos e as situações tratadas não são expostos com objetividade e rigor nem pleiteiam a contradição. De fato, sofrem um crivo seletivo visando ajustar-se à interpretação ideológica do mentor do Movimento Guaicuru.

Entre outros objetivos, o livro pretendia relatar os resultados da excursão de um grupo de estudiosos, que incluía os dois autores, visando descrever as condições de existência e as práticas culturais dos kadiwéu, remanescentes dos guaicuru – hoje concentrados em algumas aldeias situadas no município de Porto Murtinho, a sudoeste de Mato Grosso do Sul. Mas esse não teria sido o seu principal objetivo, pois a publicação representaria o resultado final de uma iniciativa de registro sistemático, coroando a *“intenção inicial de resgatar, identificar e valorizar a cultura de Porto Murtinho”*. Tal intenção teria sido atingida, pois aflorou a conclusão de que

na construção do universo cultural do povo Murtinhense não há um só tijolo, nem uma lenda sequer, não há uma receita culinária, tampouco um quadro artístico, um ato político ou uma ação econômica que não tenha surgido como reação direta ou indireta do conflito com as populações nativas que anteriormente habitaram o lugar e da exploração exaustiva das folhas da erva-mate (SPENGLER e CARLITO, 2007, p. 11).

produção literária. Portanto, não se prende aos rigores da linguagem nem das normas aceitas no meio técnico-científico. Contudo, a obra procura oferecer o essencial para a identificação das fontes e referências utilizadas.” (SPENGLER e CARLITO, 2007, p. 11).

No livro também se manifesta um traço característico que marcou sistematicamente a atuação política de Spengler: a apologia aos guaicura. É nessa apologia que seu discurso se distancia mais sensivelmente das fontes científicas e se enreda numa interpretação redutora e medularmente ideológica. Há momentos em que a argumentação chega a ser delirante. Eis um primeiro exemplo.

De maneira generalizada, todas as tribos nativas que habitavam a região foram extintas ou transfiguradas pela pressão de um modelo colonizador despótico e intolerante, expresso, 'tanto por sua projeção geográfica sobre a terra inteira quanto na sua capacidade de estancar o desenvolvimento paralelo de outros processos civilizatórios' (RIBEIRO, 1978).

Neste cenário conflitante houve, porém, uma exceção. Um determinado grupo étnico se fortaleceu após o contato com os colonizadores. Para isso, saquearam os bens culturais de seus adversários, adotando o cavalo, a lança e outras armas para utilizá-las no uso da caça e da guerra, aprimorando sua própria estrutura sociocultural e se transformando numa das tribos nativas mais resistentes de toda América do Sul (SPENGLER e CARLITO, 2007, p. 21).

Atente-se para a utilização fora de contexto da citação de Darcy Ribeiro. É fato notório que os guaicura fortaleceram o seu domínio ao longo do século XVII, mas isso não pode levar à conclusão de que foram uma exceção avessa à tendência geral de subjugação das etnias indígenas ao movimento da sociedade capitalista. Darcy Ribeiro fez uma afirmação de caráter geral, aplicável inclusive aos guaicura. Se exceção houve, foi localizada no tempo e transitória, devida a uma conjuntura favorável que, no interregno compreendido entre o século XVII e início do século XVIII, deixou os guaicura menos expostos às determinações dos empreendimentos capitalistas encetados por espanhóis e portugueses na América.

No caso da colonização portuguesa, por exemplo, o Chaco pantaneiro só se prestara até então como caminho para as monções. Essa

região era um vazio de iniciativas dos colonizadores, destituída de núcleos populacionais permanentes e fortificações militares.

Ao final do século XVIII a situação já se invertera, tanto nos domínios lusitanos quanto nos espanhóis. Desde então, também os guaicura, a exemplo do que já vinha ocorrendo com outras etnias indígenas, foram acossados pelos colonizadores e tiveram refreada sua mobilidade no amplo território do Chaco, culminando com o seu confinamento em reservas.

A cobiça dos fazendeiros vizinhos, acobertados pelo estado, gerou perseguições armadas, aniquilação dos indígenas e expropriação das terras correspondentes. Num certo instante, imaginou-se inclusive que a etnia guaicura seria dizimada, pois progressivamente diminuía sua população, tendência só revertida na segunda metade do século XX (BERTELLI, 1987, p. 156, 164-6)⁶.

Para dar conseqüência à intenção apologética, a argumentação de Spengler e Carlito paira fora do tempo. A referência é o século XVII, mas a lógica do discurso induz à impressão de que os acontecimentos então desencadeados continuaram sendo válidos para além desse limite temporal. Agrava a interpretação, mesmo em face das incorporações voluntárias de recursos culturais dos colonizadores pelos guaicura, a idéia de que teriam praticado essa assimilação “*sem perder a identidade*”.

O fato é que o exercício da guerra entre os Guaicura tornou-se mais intenso a partir do contato com os conquistadores espanhóis. Enquanto outras tribos dissolviam-se frente à deculturação compulsória do avanço colonizador, os Guaicura fortaleciam-se, combatendo a desvantagem frente ao poder tecnológico de seus adversários saqueando seus bens culturais e assimilando-os sem perder a identidade, mantendo assim as características fundamentais de sua configuração sociocultural (SPENGLER e CARLITO, 2007, p. 32).

⁶ Na década de 1940, em matéria denominada *Cadiuéis*, uma publicação corumbaense informava que essa “tribu” encontrava-se “atualmente quase extinta” (*Anuário de Corumbá*, 1943, p. 162).

Símbolo de resistência contra a deculturação compulsória, os Kadiwéu têm uma História que o povo brasileiro deveria conhecer melhor, não apenas pela ferocidade com a qual foram julgados bárbaros cruéis no passado – traço que a civilização experimentou muitas vezes – mas pela capacidade de lutar e se adaptar sem perder a própria identidade (Ibid., p. 22).

Uma pergunta não se deixa calar: como os guaicuru puderam manter a “*identidade cultural*” em face do reconhecimento das transformações culturais a que se submeteram?

A adoção do cavalo provocou mudanças culturais na sociedade Mbayá-Guaicuru, que reconfigurou-se (sic) a partir da grande mobilidade oferecida pelo animal, proporcionando a exploração mais adequada dos recursos naturais e uma adaptação perfeita às táticas de guerras utilizadas, que caracterizavam-se (sic) por rápidas incursões a territórios habitados por grupos sedentários (Ibid., p. 32)

(...) Com a assimilação do cavalo e do ferro, sua economia torna-se essencialmente botineira e os ataques estendem-se a regiões e povoados cada vez mais distantes, como os realizados contra as monções paulistas (Ibid., p. 33).

De fato, o discurso resvala para uma patente incoerência interna. É no mínimo estranha essa idéia de que a assimilação de recursos e instrumentos culturais de outras civilizações, que ampliaram inclusive a área de operação e domínio dos guaicuru, ocorreu sem que eles perdessem sua “*identidade cultural*”. O próprio termo identidade já implica uma inadequação imanente, pois traduz o seu significado como essência e, assim, pretende comportar traços perenes no tempo, noção por si anti-histórica.

A incorporação de recursos e instrumentos culturais de outros povos já indicava, ao contrário, a superação de uma pretensa “*identidade*” anterior e a transição para outro patamar cultural. Tanto foi assim que os guaicuru passaram a praticar uma “*economia essencialmente botineira*”.

Dispensa comentários um momento especialmente delirante do discurso apologético de Spengler e Carlito: “Contrariando a praxe das relações entre conquistadores e povos nativos, a oposição oferecida pelos Guaicuru foi tão forte que em certos momentos chegou a representar a inversão de papéis entre servos e senhores.” (Ibid., p. 30)

A expedição de estudos realizada por Spengler e Carlito, contudo, colocou-os diante de fatos não suspeitados. Enredados pela versão fantasiosa até então cultivada, foram impactados pela situação constatada admitindo que teria atingido níveis não imaginados.

Ao deixarmos a reserva, encerrando a expedição e retornando a Boinópolis, nossos sentimentos eram de frustração por não encontrarmos em Tomásia nem sombra da postura ativa do povo senhorio que dominou durante séculos o Chaco e o Pantanal, resistindo a reduções, missões, catequeses, expedições punitivas e demais artifícios colonizadores que arrasaram outras culturas nativas no continente americano. **Sabíamos que os Kadiwéu haviam sofrido transformações radicais, mas não esperávamos que fosse ao ponto da desintegração de seu ethos** (Ibid, p. 93. Grifo nosso).

Esse resultado inesperado – para quem sempre falou pelos indígenas sem conhecê-los diretamente – não mudou substancialmente a forma de pensar de Spengler. O reconhecimento da miséria material extrema e o abandono das ancestrais referências culturais entre os kadiwéu contribuíram para acentuar ainda mais a incoerência interna de seu discurso. Mesmo em face do desconhecimento direto da vida indígena e mesmo constatando a desintegração cultural da etnia guaicuru, fechou a análise com uma frase de efeito, mas de tom metafísico. Nela exprime o desejo de que o “espírito dos Kadiweo esteja todos os dias no coração dos brasileiros.” (Ibid., loc. cit.).

Ideólogos da questão indígena adotaram, predominantemente, um discurso idílico para caracterizar a vida, os costumes e os valores

dos autóctones antes da chegada dos europeus. Assim, contribuíram para constituir em senso comum a impressão de que as etnias indígenas encontravam-se todas no mesmo estágio civilizatório. Expressões da comunidade primitiva ainda não haviam sido corrompidas pelo contato com os “brancos”.

Os homens eram bons e suas relações igualitárias, inclusive entre os gêneros e entre os adultos e as crianças. A riqueza produzida era compartilhada de forma equânime. A “invasão” dos povos europeus e a colonização capitalista teriam destruído a situação paradisíaca predominante até então, quando ainda seria desconhecida a exploração do homem pelo homem.

É inegável a relação dessa postura com o romantismo, movimento literário instaurado nas primeiras décadas do século XIX e dominante até a década de 1860. Enquanto na Europa se consagrava a hegemonia da classe detentora do capital, após a Revolução Francesa e a instauração do Estado burguês, iniciava-se um movimento de interpretação do passado que reconciliava a burguesia com os seus inimigos da véspera.

Na literatura, por exemplo, personagens da nobreza medieval começaram a ser celebrados como heróis, tendência ilustrada por *Ivanhoé*, de Walter Scott, e a própria religião teve sua relevância reinstaurada, exemplo notabilizado por *Le Génie du Christianisme*, de Chateaubriand⁷. Sob a hegemonia da burguesia, essa interpretação ideológica elevava personagens e instituições superados historicamente à condição de heróis e forças angulares no processo de constituição da nação. Portanto, essa conciliadora recuperação dos inimigos pregressos se dava quando estes já estavam irreversivelmente derrotados e sem forças para dar outra direção ao movimento histórico.

⁷ “A morte da mãe e da irmã, quando ele [Chateaubriand] estava no exílio, reconduziu-o à fé de sua infância, e o grande livro que resultou dessa crise espiritual – *Le Génie du Christianisme* – muito útil aos projetos de restauração religiosa de Bonaparte, determinou a sua nomeação para secretário de embaixada em Roma e a seguir ministro plenipotenciário no Valais.” (BANDEIRA, 1960, p. 132).

Então, a nobreza já não era ameaça nem a Igreja Católica, pois estavam submetidas ao turbilhão de um processo que as aburguesava progressivamente. A burguesia, por seu turno, em todos os recantos do capitalismo impunha as suas regras e se absorvia na tarefa de constituir e fortalecer estados nacionais. Resumindo, por meio de um artifício ideológico, a burguesia forjou para os seus vencidos inimigos do *antigo regime* os papéis de personagens importantes no seu empreendimento político prioritário: a consolidação da nação e do Estado nacional burguês.

No caso do Brasil, que não experimentara um passado feudal, esse movimento ideológico de retorno ao passado só pôde celebrar o índio. A literatura indianista ganhou o primeiro plano como decorrência. José de Alencar, autor de *Iracema* e *O Guarani*, foi um dos principais nomes desse movimento ideológico de conteúdo romântico.

Nessa vertente tupiniquim do romantismo, a entronização do índio à “*sociedade civilizada*” ainda dependia do beneplácito do branco. Era este quem reconhecia e avalizava o comportamento de devoção, de fidelidade, de nobreza de sentimentos do índio, o que, quase sempre, culminava com a atribuição do próprio nome do “*branco civilizado*” ao “*selvagem*” (BOSI, 1992, p. 177-8). Essa forma de conciliação política patenteou, ainda, a influência da concepção do *bon sauvage* de Rousseau.

Realizando uma manifestação extemporânea do romantismo, o Movimento Guaicuru só ajustou a imagem construída sobre o índio ao seu tempo. Diferente do século XIX, sobretudo o movimento centrado na questão indígena vinha pregando a autonomia das culturas das diferentes etnias, o seu direito à preservação e o respeito às suas peculiaridades, de forma a assegurar o seu lugar na sociedade capitalista.

Colocando como princípio central o respeito à diversidade cultural, o debate sobre o ideal de índio deslocou-se para a figura de um ser que se reconheceria dono de seu discurso, que saberia o que era necessário para a preservação das etnias indígenas e de suas culturas e que deveria

autonomamente negociar com o branco, na condição de cidadão, a sua participação na sociedade. Essa atualização da imagem ideal do índio também foi abraçada pelo Movimento Guaicuru.

Contudo, vale acrescentar que, distante dessa idealização, a situação nas reservas continuava patenteando algo muito diferente. Muitos falaram de fora pelos povos indígenas e o próprio Movimento Guaicuru ilustra esse fato, mas poucas vezes dentre os próprios autóctones fizeram-se ouvir. As mais ativas foram caladas nos conflitos de terras, a exemplo do ocorrido com Marçal de Souza em Mato Grosso do Sul.

Cidadão o índio nunca foi, pois, sempre tutelado pelo Estado, não teve espaço para exprimir incisivamente suas reivindicações nem para formular mais claramente suas bandeiras de luta ou defender as suas terras e fazê-las atingir os patamares produtivos das demais empresas rurais. Preso à burocracia da administração estatal, sem crédito, não dispo de tecnologias avançadas para o cultivo da terra, o índio tornou-se o “*jeca tatu*” de nosso tempo.

No caso dos guaicuru, apossados pela miséria material, foram tangidos a trabalhar nas propriedades agro-pastoris próximas de sua reserva, onde se tornaram trabalhadores assalariados, ou passaram a dedicar-se à elaboração intensiva de produtos artesanais como arcos, flechas, adornos e peças de cerâmica, comercializados nas estradas, praças e empresas especializadas.

Acentue-se ainda que no livro de Spengler e Carlito certas informações são pouco exploradas para discutir, sobretudo, as relações entre os povos indígenas. Os guaicuru, por exemplo, teriam escravizado elementos de outras etnias e suas vítimas mais notórias foram os chamacoco. Essa etnia não vacilou em se apropriar de elementos da “*cultura do branco*” para aprofundar o processo de surgimento de classes sociais em seu seio. De fato, os guaicuru já haviam transitado da comunidade primitiva para uma forma de sociedade de classes, a sociedade escravista. A utilização do cavalo e de metais, a partir de sua relação com os europeus, serviu ao aprofundamento dessa transição.

Mas, em que pese o reconhecimento de que esse povo se predispunha voluntariamente a ser uma “*metamorfose ambulante*”, os ideólogos do Movimento Guaicuru continuaram a reafirmar a existência de uma “*identidade guaicuru*” e que os indígenas dessa etnia teriam lutado bravamente para preservá-la. No fundo, parece que “*preservação da identidade*” tem se configurado como uma expressão confusa, que só pode ganhar algum sentido se, tortuosamente, manifestar preocupação com a preservação da própria existência do grupo, da vida de seus integrantes e a resistência aos invasores de suas terras. Mas isto, apesar de muito importante e digno da atenção de todos os cidadãos, é outra coisa.

Ribeiro, por exemplo, não compartilhou desse equívoco, pois reconheceu que os kadiwéu, remanescentes dos guaicuru em nosso tempo, viviam “*entre dois mundos*”, mas marginalizados “de ambos: o mundo da velha tradição, tornada inviável, e o mundo do contexto nacional que os cerca, mas onde eles não têm lugar, nem papel, senão pela negação de si próprios.” (RIBEIRO, 1980, p. 8)

Mesmo Spengler e Carlito descreveram o pungente quadro de pobreza material dos kadiwéu em nosso tempo e sua dispersão pelas fazendas de criação de gado no Pantanal, às quais se incorporam na condição de peões assalariados. Isso demonstra, também, como o livro oscila, pois à apologia aos guaicuru do século XVII se opõem os fatos incontornáveis de decomposição cultural, de pobreza material e de submissão absoluta de seus remanescentes às determinações da sociedade capitalista. Esse movimento oscilante denota, sobretudo, a incoerência interna do texto, decorrente do confronto entre as intenções dos autores e os impactos nascidos das constatações de uma situação concreta.

A argumentação aqui exposta não tergiversa nem aceita e consagra as atrocidades cometidas contra os indígenas. Também não leva ao imobilismo político que acompanha o desalento daqueles que reconhecem o caráter irreversível dessas atrocidades e que admitem tudo estar perdido

para os indígenas. Pelo contrário, as patentes atrocidades contra suas etnias merecem ser transformadas em objetos de investigação científica, para que se revelem objetivamente suas causas e conseqüências. Esses resultados serão úteis para subsidiar a formulação de políticas que re-instauram os direitos dos povos indígenas e balizar as medidas que façam o ressarcimento, dentro do possível, das perdas causadas historicamente pelos predadores de seus domínios e de seus bens.

Deve-se, inclusive, denunciar o mal estar que ainda gera a mera referência a casos como o do português Antônio Joaquim Malheiros⁸, um dos mais notórios beneficiários de enriquecimento ilícito no sudoeste de Mato Grosso do Sul. Com o aval do Estado, Malheiros tornou-se o maior patrocinador de verdadeiro genocídio contra os guaicuru na região de Porto Murtinho. Ao longo do tempo e em paralelo, suas propriedades territoriais viram-se gigantescamente alargadas. Estudá-lo representa a possibilidade de conhecer o processo de formação de um coronel regional, sua gênese e seu desenvolvimento, os mecanismos utilizados para a sua ascensão, suas relações com o poder e com o banditismo ostensivo, bem como as ações arbitrárias e cruéis que desencadeou, em especial contra as populações indígenas.

Retornando ao leito central da discussão, o que se quer por em relevo é o fato de que o processo civilizatório dos nativos brasileiros, mesmo em face de sua singularidade, no geral pouco diferiu do ocorrido em outras partes do universo. É certo que na comunidade primitiva os homens eram

8 A historiografia refere-se ordinariamente a este personagem como *Malheiros* ou *o português Malheiros*. Boggiani (1945, p. 177) é um dos poucos que enuncia o seu nome completo. Na introdução de *Os caduveo*, escrita por Herbert Baldus, é reproduzido o relato de “um médico-feiticeiro caduveo”, feito ao “viajante tcheco A. V. Fritch”: “Em 1872 veio de Assunção o vapor Vila Maria. Ancorou num lugar chamado Ealanokódi, o atual Barranco Branco. Lá estava a aldeia dos Caduveo. Era em fevereiro. Em novembro chegaram outros brancos e com eles Malheiros. Começaram a negociar. Ele (Malheiros) fez um contrato com os Caduveo, pagando 300 mil réis para estabelecer o aldeamento do Nalique. Os índios aceitaram o trabalho na fazenda. É assim até hoje. Malheiros era um velho português que se estabeleceu entre os Caduveo negociando com cachaça. Durante vinte anos foi *diretor dos índios Caduveos*, obtendo quantidade considerável de terras (mais de duzentas léguas quadradas). Aumentou sempre a sua fazenda. Tomou as terras aos índios.” (apud BOGGIANI, 1945, p. 36-7)

iguais, não existia exploração de uns sobre outros, mas o segredo dessa igualdade repousava nas carências materiais desses povos.

Quando ainda não produziam excedentes, não poderiam se dar ao luxo de escravizar os seus inimigos, pois não dispunham de gêneros para alimentá-los. A própria escravidão implicava certo grau de desenvolvimento das forças produtivas. O grau civilizatório de um povo que escravizava nativos de outras tribos já estava bastante avançado, pois patenteava a produção de excedentes. Nessa ótica, o escravo, além de produzir sua existência, produzia também excedentes que libertavam outros homens do jugo representado pelo trabalho direto.

A escravidão esteve nas origens da primeira forma de sociedade de classes – a sociedade escravista –, que além dos impérios orientais, no Ocidente ganhou as suas formas clássicas com as cidades-estados gregas e Roma. Mas os maias, os astecas e os incas também foram impérios escravistas. Da mesma forma, os guaicurú chegaram a se elevar a esse estágio civilizatório.

As relações que esses povos escravistas estabeleceram com as demais etnias indígenas não podem ser reduzidas às conseqüências pretensamente ruinosas para as últimas. Os apologistas do índio sempre tangenciaram essa questão incômoda. Mas esses povos precisam ser compreendidos com base nas necessidades colocadas pelo processo de reprodução material de sua existência.

A escravidão, contraditoriamente, libertou uma parte dos homens e mulheres do trabalho direto, permitindo-lhes que, num patamar superior, pensassem e tratassem as questões relativas à produção, à direção e à defesa do grupo, dando margem à criação do Estado, e, inclusive, ao cultivo do espírito. Há os estudiosos renitentes que só vêem horrores nessas iniciativas, pois são associadas à violência contra os escravos e os inimigos, bem como à criação de uma máquina dirigida à dominação de uma minoria sobre o grosso dos homens.

Esses apologistas da comunidade primitiva resistem à destruição de um produto de sua imaginação e preservam em pensamento, dessa forma, a falsa idéia de um paraíso idílico que teria cercado a existência de todos os povos indígenas. Cabe, ainda, uma pergunta: como asseguram a existência material, hoje, os descendentes dos índios guaicuru?

Viajantes, antropólogos e historiadores vêm produzindo registros de suas passagens pelas aldeias dos índios kadiwéu, em Porto Murtinho, desde fins do século XIX. Eles atestam, entre outros fatos, a dispersão dos elementos dessa etnia pelas fazendas de criação de gado das proximidades, onde asseguram a subsistência como peões. É o que transparece no discurso de João Faria, índio kadiwéu entrevistado por Spengler e Carlito na Aldeia Tomásia: “Minha vida é trabalhar para fora, nas fazendas.” (apud SPENGLER e CARLITO, 2007, p. 88).

Não deve ser difícil esse tipo de engajamento, pois, desde longa data, inúmeras fontes vinham patenteando as especiais habilidades dos descendentes dos índios cavaleiros no manejo do gado e nos cuidados dispensados aos animais.

Eugênio Faria, outro índio kadiwéu, indica que a “*cerâmica e a pintura de couro*” são as principais modalidades de artesanato praticadas atualmente na aldeia (apud SPENGLER e CARLITO, 2007, p. 89). Nas unidades da *Casa do Artesão*, distribuídas pelas principais cidades do estado de Mato Grosso do Sul, são encontrados artigos de artesanato kadiwéu em profusão. Predominam as peças de cerâmica, mas se encontram em boa quantidade também arcos, flechas e elementos de adorno. Uma expressiva quantidade de artesãos indígenas é envolvida na produção dessas peças.

Quando o foco se desloca para esse plano substantivo que trata das formas pelas quais os kadiwéu vêm assegurando a sua reprodução material, é criada a oportunidade para a discussão mais apropriada do que seria a “*identidade*” dos remanescentes dos guaicuru, em nosso tempo, e para colocar de uma forma mais definitiva a questão da preservação da cultura dessa etnia.

Referindo-se aos indígenas de uma forma geral, um estudo anterior já havia posto sintética e categoricamente essas duas questões.

O contato com os colonizadores brancos representou, para os indígenas, o confronto com uma força descomunal, contra a qual não teriam condições de combater: o capital. Do choque resultou a diluição da cultura indígena no interior da cultura burguesa emergente. Essa diluição implicou uma transformação radical das funções dos objetos e instrumentos produzidos pelos indígenas. A cerâmica, bem como o arco e a flecha, vendidos nas estradas e em lojas especializadas em artesanato indígena, já não servem à preservação de alimentos nem à caça ou à pesca. São, basicamente, mercadorias que permitem ao *'artesão'* adquirir, no mercado, as demais mercadorias que, sob as novas condições hegemônicas pelo capital, asseguram a sua subsistência (ALVES, 2003, p. 14).

Fazendo a análise incidir sobre o processo de produção dos objetos indígenas, a discussão em torno da cultura ganha relevo e pode sair do emaranhado que sempre a cerca. Em primeiro lugar, os produtos indígenas, quando as diversas etnias ainda não haviam estabelecido relações com o capitalismo, eram produzidos como valores de uso. O arco e flecha eram fabricados para emprego nas práticas da caça, da pesca e da guerra. Suas funções, portanto, estavam ligadas às necessidades de reprodução da existência dos indígenas e de defesa da tribo contra os inimigos que tentassem arrebatar as suas reservas de meios de subsistência.

A cerâmica era produzida para, entre outras funções, conservar os alimentos e para rituais fúnebres. Isso foi superado. Tudo mudou após os contatos estabelecidos com a sociedade capitalista. Tais produtos começaram a ser produzidos para venda no mercado. Tornaram-se, portanto, mercadorias, valores de troca, produzidos não para atender diretamente necessidades vitais dos indígenas, mas como objetos de adorno e de decoração consumidos por turistas.

Logo, os indígenas, tanto quando trabalham nas fazendas devotadas à pecuária como quando se dedicam ao artesanato, são trabalhadores típicos

da sociedade capitalista e produzem da única forma possível no seu interior. Na sociedade regida pelo capital, tudo é produzido para ser vendido no mercado e todo produto necessário à subsistência dos trabalhadores só nele pode ser comprado.

A dedução é clara: já não mais existe a cultura guaicuru. A “*identidade*” dessa etnia não pode mais ser buscada nas relações sociais que a tornaram, num passado já relativamente distante, uma “*nação*” escravista. Seus descendentes, agora peões e artesãos, integraram-se à sociedade capitalista na condição de trabalhadores que ganham seu sustento com base nos produtos que oferecem ao mercado. Seja pela oferta de força de trabalho nas fazendas de criação de gado, seja pela venda de artesanato nas estradas, praças e casas especializadas, reproduzem-se como qualquer modalidade de trabalhador típico da sociedade capitalista, independente de cor, etnia, gênero ou crenças.

Em face da socialização da produção, igualam-se a todos os demais trabalhadores expropriados dos meios de produção, pois, como eles, vendem no mercado basicamente sua força de trabalho. As antigas tradições culturais não exercem qualquer interferência nesse quadro e são toleradas pelo capital desde que não causem prejuízos às relações sociais por ele instauradas.

Quase sempre, o apelo à cultura peculiar do índio tem servido como pano de fundo para aqueles que se solidarizam com suas misérias, mas não sabem como contribuir para o direcionamento de suas lutas. Sem rumos, fazem um discurso inócuo sobre sua pretensa “*identidade cultural*”, deixando de ver o que é substantivo. De fato, o índio se encontra submetido a um quadro geral de exploração, típico da sociedade capitalista, que atinge todos os trabalhadores.

Se alguma especificidade há na forma de o índio enfrentar essa situação, resulta de suas crenças e tradições pregressas, produzidas no interior das relações sociais que o tipificaram no passado e que interferem

no sentido de torná-lo menos resistente aos mecanismos de exploração do capital. Esses mecanismos, abusivamente, chegam a raiar os procedimentos típicos do processo conhecido como *acumulação primitiva*. Escravização, genocídio, dilatação da jornada de trabalho, aviltamento dos preços dos produtos que oferecem no mercado e expropriação de terras são alguns deles.

Mas a defesa do índio não pode se perder na apologia de sua grandeza passada e nas lamúrias pelo seu sofrimento no presente, realizando, no máximo, catilínarias éticas sobre os abusos contra eles cometidos pelo capital, nem se esconder sob abstratas bandeiras desfraldadas a pretexto da preservação de sua cultura e de sua identidade passadas. Sua defesa conseqüente precisa, sim, tomar como referência o presente e projetá-lo para o futuro, postulando pela conquista das condições que o transformem em cidadão na sociedade concreta de nosso tempo.

Fruto da consciência política, que ele engrosse as lutas dos trabalhadores em geral visando à eliminação de todas as formas de exploração do homem pelo próprio homem. A reivindicação fundamental, portanto, é a de que o índio se transforme em cidadão no interior da sociedade capitalista. Quanto às suas tradições, aos seus ritos, às suas crenças e às suas línguas, quando ainda não extintos, que sejam cultivados por ele; que sejam registrados cientificamente e passem a integrar, nessa condição, o patrimônio cultural comum da humanidade.

Darcy Ribeiro contribui para o entendimento dessa questão ao reconhecer, de início, a mudança dos mitos indígenas. Esses mitos passam a evidenciar a intervenção de “homens brancos armados de espingardas ou personagens indígenas que já não são guerreiros, mas peões de fazendas do pantanal. A religião também se transfigura, fazendo surgir xamãs (pagés) que se parecem cada vez mais com sacerdotes católicos.” (RIBEIRO, 1980, p. 8).

Ele também alerta para o fato de que

a antiga tradição Kadiwéu sobrevive pelo único modo possível, que é alterando-se continuamente. Por esta razão, quem os visitar daqui para o futuro, documentará expressões cada vez mais distintas das que registramos há tantos anos, de sua criatividade no controle do azar e na busca do saber e beleza. Mas também sempre parecidas com elas por sua natureza essencial de esforço por explicar suas próprias experiências à base de redefinição constante da mesma vetusta tradição; por exercerem sempre a função de instrumentos ideológicos que lhes conferem segurança diante da vida sempre azarosa; e por seu caráter de modos de expressão artística, através dos quais eles dão contentamento à mesma velha vontade de beleza. Assim será até que se extinga, com o último Kadiwéu, esta tradição que já bruxuleia e desapareça, com ele, uma das faces singulares do fenômeno humano (Ibid., loc. cit.).

Logo, submetida aos ditames da sociedade capitalista, a própria tradição kadiwéu foi acompanhada sistematicamente por mudanças, o que evidencia já não ser mais possível a restauração da substância original de sua cultura. Essa substância se materializava em relações sociais superadas, perdidas no passado, incompatíveis com a sociedade capitalista. Postular a restauração de tais relações sociais, como se isso fosse vital para o índio, é cair num equívoco cruel, sobretudo para este. É adotar uma cômoda postura humanitária e filantrópica cujos efeitos não recaem sobre os seus defensores, mas naquele que é objeto de sua alegada defesa.

Isso só perpetua o paternalismo, tanto do Estado quanto de certos segmentos da sociedade civil, que acaba justificando a tutela sobre o índio e inviabilizando iniciativas que canalizem as suas lutas em direção à assunção de sua cidadania.

Mistificar essa situação, levantando a questão da especificidade cultural do indígena ou colocando a preservação de sua cultura e de sua “*identidade cultural*” antes de tudo só contribui para produzir um beco político sem saída. Isto não quer dizer que os indígenas devam abdicar de suas tradições, de suas crenças, de suas línguas e de seu folclore. Pelo contrário, que eles continuem a ser celebrados e cultivados.

Mas, para recolocar o sentido de que se revestem essas práticas e valores no âmbito da sociedade capitalista, vale lembrar o final de *Cândido*, conto de Voltaire cujo enredo é permeado por debates intermináveis entre Pangloss, o otimista, e Martinho, o pessimista. Tentando contar com apoio para as suas teses antagônicas, apelam ambos para a opinião de Cândido. Este tergiversa e deixa claro que o essencial não incidia sobre as suas opiniões divergentes, que eles poderiam expor livremente, mas sobre as necessidades ligadas à produção da existência. Que discutissem interminavelmente sem chegar a conclusões de consenso, mas, antes, deveriam trabalhar. E todos, além de Cândido e de sua companheira, Cunegundes, cumpriram esse requisito primeiro produzindo mercadorias. (VOLTAIRE, 1979, p. 235-6).

Na sociedade burguesa nada foge a essa determinação, tanto que os kadiwéu, em nossos dias, são peões nas fazendas de criação de gado ou artesãos. Ao venderem seus produtos no mercado patenteiam a profunda transformação que se abateu sobre a sua antiga cultura. Já não são produtores de valores de uso, como antes do contato com o capital. São produtores de mercadorias, uma característica típica que o modo de produção capitalista impôs aos trabalhadores que vivem sob o seu domínio. Expressam, dessa forma, a peculiaridade da forma de produzir ditada pela cultura burguesa.

Se produzem nos marcos da cultura burguesa, também sua “*identidade*” ancestral foi destruída, daí só poderem se identificar hoje com os demais trabalhadores expropriados e compartilhar os seus ideais de igualdade e de superação da exploração do homem pelo homem. O movimento centrado na questão indígena não pode se reduzir a um movimento de questão única⁹, embebido no ideal irrealizável que postula

9 “A dificuldade não está apenas no fato de os perigos inseparáveis do atual processo de desenvolvimento serem hoje muito maiores do que em qualquer outro momento, mas também no fato de o sistema do capital global ter atingido seu zênite contraditório de maturação e saturação. Os perigos agora se estendem por todo o planeta; conseqüentemente, a urgência de soluções para eles, antes que seja tarde demais, é especialmente severa. Para agravar essa situação, tudo se torna mais complicado pela inviabilidade de soluções parciais para o problema a ser enfrentado. Assim,

um lugar especial e indepassado para as etnias indígenas dentro da sociedade capitalista. Tais redomas já não são factíveis.

Para superar esse entendimento reducionista é imperioso iluminar a questão do índio pelo conhecimento das leis que regem a ordenação social. O movimento de questão única faz exatamente o contrário, pois constrói sua compreensão da sociedade com suas limitadas lentes de pequena distância, que não permitem enxergar para além de seu interior. Por isso suas propostas políticas são reducionistas e inaplicáveis.

Mas os discursos reducionistas têm platéia. Contribui para tanto o senso comum, que absorve e põe em primeiro plano as diferenças captadas empiricamente, submetendo-as a um tratamento analítico caótico e desorganizado. Pessoas cultivando tradições milenares diferentes, religiões diferentes, línguas diferentes, dão a impressão de sobreposição de peculiaridades que excluem a experiência universal comum.

Objetivamente, no mundo da produção capitalista essas pessoas se igualam e tornam-se uma mesma forma concreta de trabalhador cuja especificidade se manifesta no fato de produzirem valores de troca. É no altar da produção capitalista, lastreado por uma mesma base cultural comum, que todos comungam uma forma de igualdade, por meio da qual realizam seus papéis no processo de produção das mercadorias. Voltaire considerava secundárias as crenças otimistas ou pessimistas dos personagens de *Cândido*, desde que trabalhassem. Também pode ser dito que não importam as religiões ou o ateísmo dos seres humanos, as línguas universais ou nativas que dominam; a cor de suas peles ou os seus gêneros, pois são simplesmente adornos que não colocam obstáculos ao processo de produção de mercadorias.

A história humana está plena de exemplos em que essas tradições e essas diferenças se ajustaram às determinações dos modos de produção.

nenhuma 'questão única' pode, realisticamente, ser considerada a única questão." (MÉSZÁROS, 2002, p. 95)

A própria Reforma Protestante surgiu como um recurso para adaptar a religião às necessidades do capital. A Igreja Católica, de religião de escravos oprimidos no Império Romano, transformou-se em instituição dominante na sociedade feudal, para, depois de derrotada pela burguesia, tornar-se uma instituição burguesa. Também os rituais negros e as religiões de origem africana ajustaram-se às leis que dão movimento à sociedade capitalista. O mesmo ocorreu com as tradições, as crenças e as formas de ser das etnias indígenas.

Na sociedade burguesa o imperativo é que todos, adornados de suas tradições, suas crenças e praticando seus rituais muitas vezes descarnados, produzam mercadorias. Qualquer proposta política que postule a regeneração da substância já morta das tradições de grupos sociais ou a ressurreição das relações sociais que estiveram em sua origem, formula não só objetivos inalcançáveis, mas resulta cruel, também, para aqueles que lutam e se afligem em sua defesa, frustrando-se pela não realização dos frutos almejados.

Uma questão ligada às raízes culturais em Mato Grosso do Sul ainda merece ser suscitada: até que ponto a influência cultural indígena, em seu espaço, deveu primazia aos guaicuru? Muitos estudiosos e, até mesmo, sul-mato-grossenses comuns colocariam em dúvida a relevância dada pelo Movimento Guaicuru à etnia correspondente.

Há que se reconhecer a resistência dos guaicuru aos castelhanos e paraguaios, dificultando sua presença no Alto Paraguai, e a incorporação dessa região ao Brasil, por força também da vontade dessa etnia, o que se expressou no tratado de amizade por ela firmado com o governo colonial português no final do século XVIII.

Mas é indiscutível, também, que em toda a fronteira sul, pioneira no processo de ocupação e colonização da região hoje correspondente ao território do estado, sempre foram especialmente marcantes os traços culturais herdados dos guarani. Após a Guerra da Tríplice Aliança, em

grandes levas uma “*população guaranizada*”, para usar a expressão de Melo e Silva (SILVA, 1939), deslocou-se do país vizinho para a região dos ervais, onde a extração do mate se converteu na sua principal atividade econômica, no último terço do século XIX e primeiras décadas do século XX. Seus hábitos e costumes marcaram profundamente a fronteira nos âmbitos do trabalho, da culinária, da música, do lazer e da própria língua. Nessa extensa região, não só os descendentes de paraguaios, mas muitos brasileiros aí radicados há longo tempo, falam o guarani.

Na literatura sul-mato-grossense, um de seus nomes mais prolíferos, Hélio Serejo, usou reiterativamente expressões denotativas de um portunhol recheado de termos e expressões do guarani, corrente nessa fronteira. Em sua extensa obra, Serejo delineou claramente os traços de comportamento de seus viventes, evidenciando suas formas de ser, de agir e de valorizar.

Também a música regional é um repositório da viva influência cultural da fronteira plasmada em todo o espaço sul-mato-grossense (GUIZZO, s.d., p. 19, 24, 26, 28-9, 33 e 38-9).

Nas artes plásticas revela-se o mesmo peso da presença cultural guarani. Os personagens das telas de Ilton Silva, um dos mais expressivos pintores de Mato Grosso do Sul, são exatamente os trabalhadores “*guaranizados*” da fronteira. As rudes feições de ervateiros e peões produzidos pela miscigenação, seus bigodes finos e alongados, cabelos negros descuidados, olhos vivos, uma indumentária que inclui o chapéu de grande aba, o poncho, as roupas de cores vivas e, às vezes, o próprio revolver e o machete, a companhia do cavalo, os vistosos apetrechos de montaria, o exercício das lidas típicas do campo, as práticas cotidianas, como o churrasco ou a roda de tereré, os bailes, as festas e as bebedeiras, os barracos, as ranchadas, bem como a paisagem onde se sobressai a campina suavemente ondulada – são expressivos, entre outros elementos de composição, do ambiente fronteiriço, de suas atividades econômicas e das relações sociais do homem que aí vive.

Por fim, pode-se fazer uma leitura ao revés da interpretação de Spengler e formular a hipótese de que a “*resistência guaicuru*” impediu uma influência cultural mais extensa dessa etnia indígena em Mato Grosso do Sul. Perdendo grandes contingentes nas refregas contra espanhóis e portugueses, distanciando-se dos pólos colonizadores e sendo vítima de epidemias, o povo guaicuru foi tendo sua população diminuída, ao ponto de se temer pela sua extinção.

Os guarani, ao contrário, mais permeáveis à aculturação desde as reduções jesuíticas e introduzindo-se em grande número pela fronteira sul, influenciaram profundamente os hábitos, os costumes, os valores, em síntese a forma de fazer, de ser e de sentir dos sul-mato-grossenses.

Essa influência foi tão ampla e profunda que fez Melo e Silva reecar pelas suas conseqüências. Segundo ele, a “*população guaranizada*” dominante, amante das festas e da música, andeja e não fixada à terra, beberrona, promíscua e pouco disciplinada ao trabalho, era uma ameaça à própria integridade do território brasileiro. Frouxamente subordinado ao governo da União, seria necessário colocar em prática um rígido programa de medidas visando nacionalizá-lo (CENTENO, 2007, 257 p.).

Passadas décadas, as preocupações com a nacionalização da fronteira e com a eugenia, presentes na obra de Melo e Silva, chegam a parecer estranhas. Em nossos dias, a constatação é de que a influência guarani deixou marcas culturais profundas em Mato Grosso do Sul. Muitos dos hábitos e costumes de sua população foram herdados dessa fonte ondulada são expressivos da singularidade regional. Inclusive os jovens de suas principais cidades realizam saudáveis *rodas de tereré* nas calçadas de suas residências, em bares, nos clubes sociais e nas praças. As boas lanchonetes oferecem ao consumo a chipa e a sopa paraguaia, pois são muito procuradas. E nas festas, bailes, bares e restaurantes, a clientela saúda com gritos e assovios as polcas, as guarânias e os chamamés, cultivados entre as suas preferências musicais.

Concluindo, cabe uma última e decisiva reflexão sobre a “*questão da identidade cultural*”. Sempre que a expressão é utilizada, verifica-se que ela denota a busca por uma peculiaridade que identificaria certo grupo social ou os habitantes de certa região. Essa busca por peculiaridade não é condenável em si. Condenável, nessa busca, é quando quem a realiza arranca, arbitrariamente, aquilo que seria peculiar de sua necessária vinculação com o universal.

Essa cisão mutila a investigação por velar, sobretudo, a relação existente entre o singular e o universal. Recompor teoricamente essa relação não leva à negação da peculiaridade cultural de um grupo social ou dos habitantes de uma região. Essa peculiaridade precisa ser traduzida como singularidade, o que significa dizer que ela é algo que só se revela em sua plenitude quando captada como expressão do universal.

No caso, a cultura na fronteira é, sobretudo, cultura burguesa, pois no seu processo de realização subordina-se à forma de produção de mercadorias generalizada pelo capital. Mas é uma configuração cultural singular, por força das tradições de seus habitantes e das características de seu espaço geográfico. Essa singularidade cultural não pode excluir o universal, isto é, a sociedade capitalista, pois é, na sua forma de realização, adaptação de tradições passadas de seus habitantes e de imposições do meio geográfico aos ditames do capital, que se amalgamaram numa forma única de ser.

As elaborações que rompem com o universal, rompem igualmente com o princípio de totalidade. Realizam, dessa forma, empreendimentos que resvalam para o regionalismo, para o nacionalismo, para o terceiro-mundismo e outros ismos, todos eles reveladores de uma incapacidade visceral de seus ideólogos para articular o singular e o universal. Ao mergulhar numa pretensa e excludente peculiaridade sul-mato-grossense – ela própria muito discutível – e fazer a ruptura de sua articulação com o universal, o discurso do Movimento Guaicuru realizou, tão somente, uma interpretação ideológica de escasso valor científico.

Por não ver a singularidade deste estado como manifestação do universal, realizou uma interpretação regionalista pouco adequada à revelação do que há de mais grandioso na história em Mato Grosso do Sul.

Referências Bibliográficas

ALVES, Gilberto Luiz. **Mato Grosso do Sul: o universal e o singular**. Campo Grande: UNIDERP, p. 100, 2003.

ANUÁRIO de Corumbá. São Paulo; Corumbá, p. 304, 1943.

BANDEIRA, Manuel. **Noções de história das literaturas**. 5.ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, v. 1, p. 296, 1960.

BANDEIRA, Manuel. **Noções de história das literaturas**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, v. 2, p. 353, 1954.

BERTELLI, Antonio de Pádua. **Os fatos e os acontecidos com a poderosa e soberana nação dos índios cavaleiros guaycurús no pantanal de Mato Grosso, entre os anos de 1526 até o ano de 1986**. São Paulo: Uyara, p. 174, 1987.

BOGGIANI, Guido. **Os caduveo**. Trad. Amadeu Amaral Júnior. São Paulo: Livraria Martins Editora, p. 310, 1945. Biblioteca histórica brasileira, 14.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, p. 404, 1992.

BRASIL. Estatuto da Unidade Guaicuru de Cultura. **Diário Oficial de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande, n. 1389, p. 28, 15 ago. 1984.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade: estudos de teoria literária**. 7. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, p. 193, 1985.

CENTENO, Carla Villamaina. **Educação e fronteira com o Paraguai na historiografia mato-grossense: 1870-1950**, Campinas, 2007. Tese (doutorado), UNICAMP, p. 257, 2007.

Cultura sul-mato-grossense? **Grifo**. Campo Grande, p. 40-4, jan. 1979.

GUIZZO, José Octávio (s.d.). **A moderna música popular urbana de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande, MS: s.ed. 48 p.

HERBERTS, Ana Lúcia. História dos mbyá-guaicurú: panorama geral. In: **Fronteiras**. Campo Grande, MS, v. 2, n. 4, p. 39-76, jul./dez 1998.

LÉVI-STRAUSS, C. **Tristes trópicos**. Trad. Wilson Martins. São Paulo: Anhembi, p. 454, 1957.

MELO e SILVA, José. **Fronteiras guaranis**. São Paulo: Imprensa Metodista, p. 335, 1939.

MÉSZÁROS, Istvan. **Para além do capital**. Tradução de Paulo Sérgio Castanheira e Sérgio Lessa. Campinas, SP: UNICAMP; São Paulo: Boitempo, p. 1102, 2002.

RIBEIRO, Darcy. **Kadiwéu: ensaios etnológicos sobre o saber, o azar e a beleza**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, p. 318, 1980.

RIVASSEAU, Emílio. **A vida dos índios guaycurús: quinze dias nas suas aldeias (Sul de Mato-Grosso)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, p. 331, 1936. (Brasiliiana, 60).

SEREJO, Hélio. Carai. In: **Ciclo da erva-mate em Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: Instituto Euvaldo Lodi, p. 27-193, 1986.

SEREJO, Hélio. **Pelas orilhas da fronteira...** Curitiba: o formigueiro, p. 117, 1981.

SPENGLER, Henrique de Melo; CARLITO, Marcos Paulo. **Porto Murtinho história e cultura: os guaicuru; o ciclo da erva-mate**. Coxim: Autores, p. 142, 2007.

SPENGLER, Henrique. Herança cultural; O Movimento Cultural Guaicuru; Os guaicuru na história de Mato Grosso do Sul. **MS Cultura**. Campo Grande, ano 5, n. 9, 2º. sem., p. 16-9, 1996,

VOLTAIRE, François Marie Arouet de. **Contos**. Tradução de Mário Quintana. São Paulo: Abril Cultural, p.415, 1979.

DESAFIOS EPISTEMOLÓGICOS EMERGENTES NA RELAÇÃO INTERCULTURAL¹

Reinaldo Matias Fleuri²

O objetivo deste texto, apresentado aqui ainda sob a forma de notas para um debate, é indicar algumas contradições e mediações epistemológicas que emergem nas relações socioculturais entre nações e culturas autóctones (colonialisticamente chamadas de indígenas) e culturas ocidentais, que vieram a constituir o povo brasileiro.

Tais indicações foram sugeridas inicialmente pelo debate realizado no Seminário “Fronteiras Etno-culturais e fronteiras da exclusão” (Campo Grande, Brasil, 2002), com representantes de vários grupos étnicos da região mato-grossense. A partir deste diálogo – particularmente com Daniel (Kaiowa-Guarani), com Sérgio (Mbyá-Guarani), com Agostinho (Boe/Bororo) e com Vanderlei (Terena) – focalizamos algumas questões, que retomamos aqui para analisar os limiares epistemológicos da relação intercultural dos povos nativos e a sociedade brasileira.

Coloquei-me neste diálogo com a atitude, proposta por Gregory Bateson (1976, 1986, 1997), de um observador que deixa que a sua

1 O presente texto apresenta resultados de pesquisas desenvolvidas por Reinaldo Matias Fleuri, no âmbito do Projeto Integrado de Pesquisa que vem desenvolvendo sob os auspícios do CNPq, em sucessivas etapas: (1.) *Educação intercultural: desafios e perspectivas da identidade e pluralidade étnica no Brasil* (2000-2004); (2.) *Educação intercultural: elaboração de referenciais epistemológicos, teóricos e pedagógicos para práticas educativas escolares e populares* (2004-2007); (3.) *Educação intercultural: desconstrução de subalternidades em práticas educativas e socioculturais* (2007-2010). A elaboração textual deste artigo também foi baseada nos debates realizados nos seguintes congressos: *Seminário Fronteiras Etno-Culturais e Fronteiras da Exclusão: Desafio da Interculturalidade e da Equidade*, realizado em Campo Grande (MS, Brasil), no período de 16 a 19 de setembro de 2002, focalizando particularmente o tema: a etnicidade no contexto de uma sociedade intercultural; *V Congresso Europeo CEISAL de Latinoamericanistas - Desafios Sociais em América Latina en el Siglo XXI*, realizado em Bratislava (Eslovênia), de 4 a 7 de julho de 2004; *III Seminário Internacional Fronteiras Étnico-Culturais e Fronteiras da Exclusão: As Identidades/Diferenças Culturais em Contextos Pós-Coloniais*, realizado em Campo Grande (MS, Brasil) no período de 22 a 25 de setembro de 2008; *II Seminário Internacional América Platina*, realizado em Campo Grande (MS, Brasil) entre os dias 5 e 8 de novembro de 2008, com o tema “*Diálogo regional e dilemas contemporâneos*” (disponível em: <<http://www.americaplatina.ufms.br/>>).

2 Reinaldo Matias Fleuri é professor titular no Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina; coordenador do Núcleo Mover “Educação intercultural e movimentos sociais” (www.mover.ufsc.br) e presidente da *Association Internationale pour la Recherche Interculturelle (ARIC)*. E-mail: fleuri@pesquisador.cnpq.br.

observação questione o seu pensamento, seus atos, sua realidade. E quando questionamos a própria estrutura lógica e conceitual a partir da qual compreendemos a realidade, estamos refletindo sobre a dimensão epistemológica de nosso conhecimento. Trata-se, pois, de buscar *compreender* o processo lógico e gnosiológico pelo qual nós *compreendemos* a realidade, ou seja, de *conhecer* de que forma se dá o *conhecimento*.

Nesta perspectiva, perguntei-me: qual a visão de mundo e a partir de qual estrutura lógica as pessoas desses povos com quem estamos dialogando conhecem, aprendem, interagem com o mundo e com os outros grupos? Que conflitos apresentam com a visão de mundo ocidental, assumida hegemonicamente pela sociedade brasileira? Que mediações epistemológicas vêm se construindo, ou se fazendo necessárias, nos diferentes campos de inter-relações socioculturais?

Em seu depoimento apresentado no referido colóquio, Daniel (Kaiowa-Guarani) disse que o processo de relação entre os brancos e os Guarani colocou em risco a vida deste povo. Isto porque os colonizadores, e posteriormente os missionários de diferentes credos e agentes governamentais, desenvolveram junto às nações autóctones uma educação de fora para dentro.

Os brancos desenvolveram junto aos Guarani processos de educação pautados no sistema escolar e catequético, realizando o que Paulo Freire identifica como “invasão cultural” através da “educação bancária”. Tal processo educativo pressupõe que a educação se faça de uma pessoa para outra, de um grupo sociocultural para outro, como um processo de transmissão de seu modo de perceber e de significar o mundo, de tal modo que o outro o absorva e o reproduza da mesma forma.

Paulo Suez, no mesmo colóquio, afirma que no processo de colonização os missionários católicos chegaram no Brasil despreparados ideologicamente para o reconhecimento da alteridade. Eram indisponíveis para acolher e para entender os significados peculiares de outras culturas

porque sua visão de mundo era pautada pela unicidade. Pressupunham que a *verdade*, o *ser*, identifica-se com o todo, o *universal*. Deste modo, o diferente (em sua diversidade e alteridade) apresenta-se como a falta de ser, e por ser uma ameaça à unidade, o *diferente* precisa ser reduzido ao *mesmo*.

Com esse pressuposto, é evidente que a relação com os outros, ou melhor, a relação dos colonizadores e missionários tenha sido direcionada no sentido de submetê-los, subjugar-los, assimilá-los a si mesmo, no sentido de recuperar ideologicamente a integridade do uno. Pela própria epistemologia do pensamento único, os colonizadores ocidentais não se dispunham a reconhecer os outros povos e suas respectivas culturas em sua alteridade como sujeitos autônomos, como grupos socioculturais soberanos, com quem fosse possível dialogar em pé de igualdade, e, em reciprocidade, aprenderem juntos.

Na perspectiva colonialista, a diversidade dos grupos socioculturais, que impossibilita a comunicação com todos os grupos mediante um único padrão lingüístico e cultural, é vista como um empecilho para o “avanço da civilização”. Padre Antônio Vieira considerava que a diferença de tantas línguas dos diferentes povos encontrados pelos colonizadores nas Américas era uma obra do demônio. Os demônios teriam produzido essa Babel, essa diversidade de línguas, justamente para impedir a pregação do evangelho. O que, do ponto de vista dos colonizadores, significava o recrutamento da mão-de-obra para sustentar os processos econômicos implantados nos territórios invadidos. Portanto, a diversidade linguística e cultural se coloca, para quem quer dominar, como um obstáculo ao seu projeto.

Para o pensamento colonizador, etnocêntrico, os diferentes significados propostos pelas outras culturas podem ter dois sentidos. De um lado, as concepções propostas pelas outras culturas podem ser consideradas como idênticas às já conhecidas pela sua própria cultura. Deste modo, os conceitos elaborados pela outra cultura são assimilados aos da própria cultura, e desta forma a cultura do outro é negada em sua alteridade.

De outro lado, os significados constitutivos da cultura alheia são vistos como diferentes e então assimilados dentro de uma organização hierárquica, na qual – “obviamente!” – a cultura alheia é sempre identificada como inferior. Ou seja, com base no pensamento único, a relação de reconhecimento, de diálogo e de reciprocidade com os outros se torna impossível.

Re-conhecer, todavia, a peculiaridade e singularidade de cada cultura é o que permite aos grupos socioculturais conversarem entre si. Esta tese pode ser sustentada com base na própria concepção de cultura desenvolvida por Clifford Geertz.

A opção de Clifford Geertz – um dos autores que mais contribuíram para repensar o conceito de cultura – orienta-se por um conceito de cultura essencialmente semiótico: “acreditando (...) que o homem é um animal amarrado a *teias de significados* que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e suas análises” (1989, p. 15, *grifo nosso*). O autor entende a cultura como a totalidade acumulada de *padrões culturais*, ou seja, de “sistemas organizados de símbolos significantes” (p. 58), com base nos quais os seres humanos identificam as finalidades de suas ações.

Diferentemente dos animais inferiores, cujas fontes genéticas de informação ordenam estreitamente suas ações, o ser humano é dotado de capacidades inatas de resposta muito gerais. Por isso sua capacidade de ação é muito mais plástica, complexa e criativa. Mas, por isso mesmo, depende de sistemas de controle extra-corporais para orientar sua ação. A cultura pode ser vista justamente como “um conjunto de mecanismos de controle – planos, receitas, regras, instruções (o que os engenheiros de computação chamam de ‘programas’) – para governar seu comportamento” (GEERTZ, 1989, p. 56).

Do ponto de vista do indivíduo, estes símbolos são dados. Ele os encontra já em uso na comunidade em que vive. Utiliza-os deliberada ou espontaneamente para se orientar na construção dos acontecimentos que

vivência, e, sobretudo, deles depende para se orientar. Sem a referência a padrões culturais – sistemas organizados de símbolos significantes – o ser humano seria incapaz de governar seu comportamento e sua experiência não apresentaria qualquer forma. A cultura – a totalidade acumulada de tais padrões – é, pois, uma condição essencial da existência humana e sua principal base de concretização específica.

Assim verificamos que *todos os grupos humanos desenvolvem padrões culturais* que tornam possível sua existência. Por outro lado, defrontamos com uma enorme *diversidade de padrões culturais existentes* na humanidade.

Na busca por entender a essência do ser humano, muitos estudiosos tentaram identificar *aspectos comuns* entre as diferentes culturas. Entretanto, mesmo verificando que a maioria dos povos desenvolve instituições como “religião”, “casamento” ou “propriedade”, constata-se que os padrões culturais relativos a estas instituições variam muito de uma sociedade para outra.

Contrapondo-se à noção de que a conceituação do ser humano se defina pelos aspectos *universais e similares* das culturas humanas, Geertz considera que a compreensão do ser humano, em sua dimensão essencial, pode ser encontrada justamente nas *particularidades* culturais dos povos. Trata-se, portanto, do ponto de vista científico de buscar entender nos fenômenos culturais, basicamente, não a *similaridade* empírica entre os comportamentos dos diferentes grupos sociais, mas a *relação* que diferentes grupos, com padrões culturais diferentes, estabelecem entre si. “Resumindo, precisamos procurar relações sistemáticas entre fenômenos diversos, não identidades substantivas entre fenômenos similares” (GEERTZ, 1989, p. 56).

Em outras palavras, podemos desenvolver o conhecimento do ser humano não através do estudo comparativo entre diferentes culturas, tomadas como objetos, buscando identificar *aspectos comuns* entre elas. O conhecimento da “essência” do ser humano pode ser desenvolvido na

medida em que pessoas e grupos de culturas diferentes entram em relação, na busca por compreender *os sentidos que suas ações assumem no contexto de seus respectivos padrões culturais*. “Compreender a cultura de um povo expõe a sua normalidade sem reduzir sua particularidade. (...) Isso os torna acessíveis” e torna possível “conversar *com* eles” (GEERTZ, op.cit., p.24).

A interação com os *outros* desafia-nos a entender os significados que eles atribuem a suas ações. A “estranheza” do comportamento de outro nos choca porque a lógica do contexto cultural que determina seu significado é diferente da lógica inerente aos nossos padrões culturais. Para entender o comportamento de outra pessoa, é preciso compreender a lógica da “organização dos símbolos significantes” desenvolvida por seu grupo. Ao mesmo tempo, a compreensão da lógica de padrões culturais diferentes permite, por contraste, entender a especificidade da lógica dos nossos padrões culturais e a relatividade dos significados que atribuímos aos nossos atos. Desta maneira, ao refletir sobre nossas ações sob a perspectiva de outros padrões culturais, podemos descobrir outros significados que nossas próprias ações podem assumir e, com isso, descobrir formas diferentes de orientá-las.

Conversar *com* os outros – e não apenas falar *sobre* eles ou *para* eles – é a condição para desenvolvermos a compreensão dos significados e das estruturas significantes de nossas próprias ações. A compreensão do sentido da ação do outro é uma condição importante para a compreensão dos sentidos de nossa própria ação. A compreensão da lógica de significação, inerente aos padrões culturais de outros grupos, facilita a compreensão da lógica inerente aos nossos próprios sistemas simbólicos de significação. Assim, a relação entre culturas é a condição para o desenvolvimento de cada cultura.

Destas considerações se levanta uma hipótese radical para o campo da educação. Já é sabido que, para o indivíduo, a educação é essencial como processo de aprendizagem da própria cultura. Sem apropriar-se de padrões culturais vigentes em seu contexto, o indivíduo seria virtualmente incapaz

de se orientar e mesmo de sobreviver em sociedade. E “os seres humanos se educam em relação, mediatizados pelo mundo”, tendo a própria cultura como mediação (FREIRE, 1975, p. 79).

Mas do ponto de vista da cultura como tal, cada grupo social, sem interagir com outras culturas, seria incapaz de compreender a lógica dos próprios padrões culturais, nos quais se baseia para dar sentido à sua vida coletiva. A interação com outras culturas aparece como essencial para a evolução da própria cultura. Deste modo, parafraseando Paulo Freire, poderíamos supor que *as culturas se educam em relação, mediadas pelas pessoas*. As pessoas que interagem, individual ou coletivamente, com pessoas de contextos sociais diferentes, colocam em questão os padrões culturais próprios, e vice-versa, colocam em cheque os princípios e a lógica que regem a cultura alheia.

Confrontar-se com estranhos não representa relações fáceis e tranquilas. São relações profundamente conflitantes e dramáticas. A História nos revela que muitas de tais relações entre povos e grupos sociais diferentes têm resultado em guerras, genocídios, processos de colonização e de dominação. Entender, pois, tais processos de relações interculturais torna-se a condição para, não só compreender as lógicas que conduzem à destruição mútua, mas sobretudo para descobrir as possibilidades criativas e evolutivas das relações entre grupos e contextos culturais diferentes.

As relações interculturais também não equivalem a relações cujos significados se configuram a partir de perspectivas singulares, individuais, nem se consolidam em pouco tempo. A formação dos padrões culturais e os processos educativos a ela inerentes se configuram no entrecruzamento paradoxal de muitas perspectivas que, por isso mesmo, constituem-se dinâmica e conflitualmente. E, embora cada ato tenha efeitos educativos, que contribuem para a configuração e transformação dos padrões culturais, estes só se constituem em processos históricos de longa duração.

Por isso, a perspectiva intercultural implica em uma compreensão complexa da educação, que busca, para além das estratégias pedagógicas

e mesmo das relações interpessoais imediatas, entender e promover lenta e prolongadamente a formação de contextos relacionais e coletivos de elaboração de significados que orientam a vida das pessoas.

Todavia, o estudo e a promoção de relações interculturais só podem se desenvolver a partir das relações interpessoais em sua facticidade histórica. O conhecimento das culturas e de suas inter-relações, objeto principal da Etnografia, implica a “descrição densa” das estruturas significantes a partir das quais cada pessoa, em cada contexto cultural, elabora os significados de seus atos e dos eventos de que participa. A compreensão dos padrões culturais, assim como de suas transformações e inter-relações, só evolui com base no estudo atento e minucioso dos significados que cada ato e cada relação dos sujeitos vão assumindo em seu contexto.

“Temos que descer aos detalhes, além das etiquetas enganadoras, além dos tipos metafísicos, além das similaridades vazias, para apreender corretamente o caráter essencial não apenas das várias culturas, mas também dos vários tipos de indivíduos dentro de cada cultura, se é que desejamos encontrar a humanidade face a face” (GEERTZ, 1989, p. 65).

Neste sentido, a relação entre pessoas é uma relação entre projetos, propostas, significados. E a relação entre culturas, que ocorre no encontro entre pessoas de culturas diferentes, coloca em questão todos os aparatos simbólicos a partir dos quais cada sujeito se orienta. E é nisso que consiste, a nosso ver, a relação intercultural. Sujeitos, pessoas de culturas diferentes que atribuem significados diferenciados às suas ações, ao interagirem colocam em questão não só o sentido de sua ação ou de seu discurso, mas colocam em cheque todo o seu referencial cultural, que lhes permite dar sentidos a cada uma de suas ações, escolhas, palavras, sentimentos. E isto em diferentes campos.

Para os Kaiowa-Guarani, afirma Daniel, o mundo é a criação de deus. Os seres humanos estão no mundo de passagem e, portanto, devem usar a natureza sem depredar. Tal visão da natureza se contrasta com a visão predominante nas culturas ocidentais: a natureza é concebida como

objeto a ser transformado – apropriado e transformado em mercadoria. O confronto entre estas duas visões de natureza no processo de colonização teve desdobramentos históricos desastrosos, sob certa perspectiva.

No caso dos Guarani, ao serem subjugados às crenças dos conquistadores, perderam a sua referência cultural de relação respeitosa com o mundo e com isso se sujeitaram à lógica do mercado.

Nesse confronto, nos perguntamos: qual a pedagogia e a visão de mundo dos povos autóctones, que vêm sustentando no Brasil seu processo de resistência e de autonomia cultural?

O depoimento de Daniel (Kaiowa-Guarani) indica que seu povo, ao contrário do processo de educação de “fora para dentro” tradicionalmente desenvolvido pelos brancos, procura hoje desenvolver a educação de dentro para fora. “É como uma fonte tapada que, ao ser desobstruída, jorra água em abundância. A água que jorra é a reflexão. A reflexão que se apresenta como a capacidade de se repensar o seu projeto a longo prazo: o que será do nosso povo daqui a cem anos?”.

Frente aos nossos novos desafios, as comunidades autóctones vivem em reservas cercadas de fazendas, o que os limita e impede a prática da caça e pesca, base de sustentação da sua organização econômica, política e cultural. O processo de desmatamento e destruição da natureza dificulta também a relação que os autóctones tinham com ela. E ao acatar a forma que os brancos têm de se relacionar com a natureza, no sentido de torná-la propriedade e mercadoria, as primeiras nações perderam sua identidade e sua autonomia.

Agora – diz Daniel – as comunidades autóctones Guarani buscam repensar esses desafios a partir do seu grupo, de suas necessidades e, com isso, torna-se possível desenvolver uma relação crítica com o modo de pensar dos outros grupos sociais, assim como identificar os mecanismos que pervertem a sua relação com o mundo. Assim, a reflexão constitui-se como elemento chave na constituição do modo de entender a relação dos Guaranis com o mundo.

Um segundo elemento muito importante do modo de constituição da forma de pensar autóctone é a participação. Para as comunidades autóctones brasileiras, a reflexão se processa fundamentalmente através da conversa, da discussão na comunidade. O conhecimento não se constitui a partir de processos individuais e formais de pesquisas, tradicionalmente assumidos no processo de produção científica ocidental. O conhecimento se constitui, para os autóctones, a partir do diálogo na comunidade, e isso implica uma forma própria de organização, baseada na cooperação. Por isso, torna-se incompatível com o tipo de organização política do Estado, baseada em partidos.

Isso ficou muito claro nos confrontos e conflitos que aparecem justamente nos processos eleitorais, em que se procura não só usar os votos dos índios, mas também induzi-los a assumir a forma de organização política baseada em partidos, contrária à sua forma de entender o processo de participação e de organização política.

Além da reflexão e da participação, a terceira dimensão importante na forma dos autóctones verem o mundo é a visão ecológica. O mundo é visto como um ser vivo, e o ser humano como uma parte viva desse mundo. Por isso, preservar o ambiente, cuidar da natureza é condição chave para a própria sobrevivência, de cada um e de cada comunidade. Exatamente o contrário da perspectiva predominante no modo capitalista de produção, que busca explorar a terra e transformá-la em propriedade, e seus produtos, em mercadoria.

Na cosmologia Guarani, segundo o depoimento de Daniel (Kaiowa-Guarani), é inconcebível que a terra possa ser considerada como objeto de posse e de troca pelos seres humanos, pois “além de não sair do lugar e não poder ser transportada pelos seres humanos”, a terra tem vida própria. A natureza sustenta e controla as possibilidades de vida dos seres humanos e por isso precisa ser cuidada com respeito e atenção, para garantir suas possibilidades de existência.

Entre esses dois modos de ver o mundo e de encarar as relações com o mundo, vêm-se desenvolvendo historicamente alguns campos de mediação. Sérgio (Mbyá-Guarani) perguntava: “quando se fala em *diferentes*, somente os ‘índios’ são considerados diferentes? Ou então, quando se fala de educação intercultural na escola, refere-se somente à escola ‘indígena?’” Tais perguntas colocam principalmente a questão de quais são os campos, ou processos, de mediação entre as culturas diferentes.

A principal mediação entre diferentes culturas é estabelecida pelas pessoas. Vanderlei (Terena), que coordenou a mesa redonda sobre as práticas educativas de formação de professores “indígenas”, disse ter-se sentido um bom experimento de relação entre culturas diferentes. Ao conviver com a sociedade brasileira, no trabalho, na escola, no cotidiano, e ao refletir sobre seus conceitos e seu modo de vida, vem buscando formas de tradução e negociação entre as duas culturas de tal forma a construir uma identidade mestiça, em que a mediação entre culturas diferentes se faz no próprio modo de viver.

De certa maneira, podemos parafrasear o que Paulo Freire disse a respeito da educação: se “as pessoas se educam em relação, mediatizadas pelo mundo”, também os mundos e as culturas se educam (se transformam), mediatizadas pelas pessoas.

Outro campo de mediação intercultural é a própria linguagem. A língua, elemento constitutivo de uma cultura, serve tanto para a construção da identidade de um grupo sociocultural quanto também como um instrumento de negociação e de tradução na relação com outras culturas. Agostinho (Boe/Bororo) diz que o aprendizado da língua portuguesa (língua oficial nacional brasileira) é encarada pelos Bororo como aprendizagem de uma segunda língua. Eles buscam aprender a língua nacional para poder lutar, para interagir com os brancos e evitar que os Bororo sejam enganados e dominados. A aprendizagem da própria língua e a da língua do outro é, ao mesmo tempo, um fator de construção da própria identidade e da relação crítica com os outros.

Um terceiro campo de mediação é a escola, que parece viver uma ambivalência: ao mesmo tempo em que constitui um processo de transmissão, de reprodução da cultura nacional, dominante; a escola também serve para reproduzir ou consolidar as culturas locais. Ao mesmo tempo em que a escola tem se constituído como um processo de sujeição disciplinar, de classificação e de exclusão, nela se constituem transversalmente múltiplos processos de interação, de diálogo e de resistência.

O fato de se considerar a escola como um espaço de mediação intercultural significa, sim, estabelecer formas de reprodução, de comunicação e de tradução entre a cultura nacional envolvente e as culturas locais. Mas isso coloca em crise, radicalmente, toda a estrutura e as estratégias disciplinares de sujeição, de hierarquização e de exclusão, constituídas por tal instituição. Nesse sentido, a educação intercultural vale não apenas para os povos autóctones, mas para todos os sujeitos e grupos culturais que participam da escola. A escola poderá assim cumprir sua tarefa educativa na medida em que se transformar radicalmente, superando sua estrutura disciplinar monocultural para constituir campos de relações entre sujeitos e culturas diferentes.

Muitos são os campos de relações interculturais, dentre os quais enfatizamos ainda dois (já mencionados anteriormente), por serem extremamente conflituais, dramáticos e, às vezes, trágicos. Um é o campo da propriedade e do uso da terra, assim como do manejo do ambiente. Neste campo, confronta-se a compreensão da terra como mãe e da terra como objeto e meio de produção. A maioria das culturas autóctones latinoamericanas entende a Terra como mãe que protege, que promove a vida através de uma prática da dádiva e da reciprocidade. Da mesma forma que a natureza cuida e torna possível a vida humana, os seres humanos, por reciprocidade, são convidados a cuidar da natureza e protegê-la.

Tal visão se contrapõe à compreensão da terra como objeto de exploração e de mercadoria de troca. A visão predominante na sociedade capitalista justifica um processo de exploração predatória do ambiente,

assim como da própria força de trabalho, da qual extrai os valores constitutivos da propriedade privada e do capital. Este sistema encontra-se hoje em profunda crise, juntamente com a visão de mundo e as ideologias que o justificam. Desta maneira, as culturas autóctones oferecem uma visão de mundo que pode apresentar perspectivas de superação dos impasses que a cultura ocidental e o sistema capitalista encontram hoje, no que diz respeito à sustentabilidade da vida e do ecossistema no planeta.

Outro campo de profundo confronto intercultural é o da religião. De um lado, está a perspectiva totalitária dos fundamentalismos monoteístas, propícia a incentivar a conquista e o proselitismo, ou seja, os processos de subjugação dos outros povos e das outras religiões. De outro lado, encontra-se a visão da religião como prática de conexão, de encontro e reciprocidade com os outros. Neste caso, as próprias crenças religiosas podem se constituir como canais e instrumentos simbólicos importantes para alimentar o reconhecimento e a interação com as outras as crenças, de povos diferentes e, por vezes, “opostos” aos nossos.

Nesse sentido, as relações interculturais aparecem como campos de mediações que, tal como nas práticas religiosas, favorecem a aprendizagem mútua entre as pessoas, entre as linguagens, entre os diferentes processos educativos e entre as formas de relação com a terra. Em tais campos interagem, de maneira complexa, múltiplos sujeitos, múltiplos projetos e múltiplos sistemas simbólicos, que constituem um universo polissêmico, relacional, interativo e fluido. Este é, a nosso ver, o grande desafio que a perspectiva intercultural da educação ou das relações sociais interétnicas vem evidenciando a partir do diálogo com os povos autóctones.

Referências Bibliográficas

BATESON, Gregory. **Mente e natureza**: a unidade necessária. Tradução de Claudia Gerpe. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

BATESON, Gregory. **Verso un'ecologia della mente**. Tradução de Giuseppe Longo. Milano: Adelphi, 1976. Versão italiana. Original em Inglês.

BATESON, Gregory. **Una sacra unità: altri passi verso un'ecologia della mente**. Tradução de Giuseppe Longo. Milano: Adelphi, 1997. Versão italiana. Original em inglês.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

POLÍTICAS DE LENGUAJE EN EL MERCOSUR: UNA CONTRAPOSICIÓN ENTRE LA LEY FEDERAL BRASILEÑA Y LAS DISPOSICIONES DEL BLOQUE

Suzana Mancilla Barreda¹

La propuesta de este trabajo es plantear una lectura crítica de las disposiciones que se han establecido con la firma del Tratado de Asunción, referente a las lenguas oficiales del Bloque, español y portugués, y la tentativa de implementación que plantea la Ley Federal 11.161/2005 sobre la enseñanza del español en Brasil, con énfasis en las repercusiones que se van a establecer en Mato Grosso do Sul – MS, Brasil. Tomo como referencia los documentos resultantes del Grupo de Trabajo de Políticas Lingüísticas, datos recabados en la Secretaria de Estado de Educación – SED/MS, así como apreciaciones de algunos teóricos como Rajagopalan, Calvet y Arnoux.

La firma del Tratado de Asunción, el 26 de marzo de 1991, presenta en el Artículo 17, la disposición que se refiere a las lenguas que se hablan en el bloque compuesto por Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay, países signatarios de dicho tratado, donde se lee: “Los idiomas oficiales del Mercado Común serán el español y el portugués (...)”. Al cabo de unos meses, en diciembre del mismo año, se firma el Protocolo de Intenciones, que amplía la disposición inicial referente a la lengua en el contexto del Bloque, insertando las instituciones educativas responsables por la enseñanza de lenguas en la sistema formal y “El interés de difundir el aprendizaje de los idiomas oficiales del MERCOSUR - español y portugués - a través de los sistemas educativos, en todos sus niveles y modalidades”.

¹ Profesora Asistente del curso de Letras de la Universidad Federal de Mato Grosso do Sul, campus Pantanal; miembro fundador del CADEF – Centro de Análisis y Difusión del Espacio Fronterizo.

Con este objetivo, se establece el Subprograma 1.2, en el marco del Plan Trienal para el Sector Educativo donde se trata del “aprendizaje de los idiomas oficiales del MERCOSUR”, para “Implementar la enseñanza del español y del portugués en Instituciones que ofrecen distintos niveles y modalidades correspondientes al sistema educativo y con el objeto de mejorar la comunicación entre los países componentes del MERCOSUR”.

Tales determinaciones generaron movilizaciones internas con diversas proporciones en los países señalados, sin embargo no se registraron hechos que puedan llamarse significativos con relación a la enseñanza de los idiomas oficiales en el sistema de educación básica del bloque, hecho que Arnoux (2008) expresa como ‘las débiles realizaciones de las Orientaciones programáticas del MERCOSUR educativo’, ya que no se han establecido trabajos de cooperación mutua que llegaran a resultar en impactos de alcance educativo o social.

Pese al casi silencio relacionado a la enseñanza de las lenguas extranjeras en el Bloque, algunos sectores, como las escuelas de idiomas, se han visto beneficiados por un incremento en el interés relacionado al aprendizaje del castellano, que se transformó en la búsqueda de cursos que impartieran dicha asignatura. En un primer momento, se pensó que se produciría un “boom” en la enseñanza del español en territorio brasileño, lo que en realidad no ha llegado a ocurrir, al menos no como se había previsto.

Mientras tanto, otras gestiones políticas que envolvían acuerdos entre España y Brasil señalaban que el interés por la oferta del español en Brasil tendría otro cauce que no el proveniente del Tratado de Asunción. Han sido notables los datos numéricos que se han propagado en la prensa internacional, principalmente en los medios de comunicación españoles, y en menor escala en la prensa nacional. Uno de los discursos que se presenta de forma unánime en la prensa española se refiere a la necesidad de formar “miles” de profesores de español para cumplir la propuesta gubernamental

de enseñar la lengua española como lengua extranjera en el sistema educativo brasileño. A este respecto, Neide Maia (2008) se refiere no sólo a la forma cómo se divulgan los números relacionados a la expectativa de mano de obra calificada necesaria para atender la necesidad impuesta por la “obligatoriedad” de la enseñanza del español en Brasil, sino también al discurso triunfante y muchas veces con aires belicosos que adquiere la “implantación del español” o “la difusión de la lengua española” en suelo no hispanohablante².

Las noticias vehiculadas no sólo trataban sobre la necesidad de formar profesores, sino también sobre un “posible mercado de trabajo próspero” para los profesores de español que por ventura quieran arribar a territorio brasileño en busca de otras oportunidades.

Tudo isso, que sem dúvida tem aspectos muito positivos, vem acompanhado de uma fala triunfalista, constantemente divulgada pela imprensa espanhola e nos meios de comunicação virtuais, no que se refere às expectativas em relação ao incremento do ensino do espanhol no Brasil e alarmista no que se refere à não-disponibilidade de mão-de-obra qualificada para levá-la a cabo bem como uma desconfiança implícita na capacidade das instituições brasileiras de formar os professores necessários para levar adiante a tarefa de implantação do espanhol³.

El discurso político, planteado por algunos órganos gestores de la educación, como el de Mato Grosso do Sul, alude a la falta de profesores habilitados en español para el cumplimiento de la Ley Federal

2 Más adelante trataré de esta cuestión, teniendo en vista la posición del principal órgano público español responsable por la difusión del español en el mundo: el Instituto Cervantes, y las contraposiciones críticas de distintos profesores y teóricos con relación a este tema.

3 Texto leído el pasado 5 de septiembre por Neide Maia González en la mesa redonda “Políticas públicas e ensino de espanhol como língua estrangeira no Brasil: desafios para sua implementação”, realizada en el marco del V Congresso Brasileiro de Hispanistas e I congresso Internacional da Associação Brasileira de Hispanistas (Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil).

11.161/2005, cuando se habla de la implantación de esa asignatura en la secundaria. La presumible falta de profesionales es un argumento que fundamenta la no inclusión del español en la escuela, como también es lo que ha impulsado a que el órgano central de educación – MEC, establezca acuerdos, principalmente con España, en lo referente a la enseñanza del español como un todo y más específicamente en la formación de profesores, elaboración de material didáctico e incluso orientaciones que atiendan una demanda cuantificada como alta.

Entonces, por un lado es perceptible la preocupación del gobierno central con relación a la enseñanza del español, que se refleja en acuerdos bilaterales con algunos gobiernos, bien como en la firma de una Ley Federal que dispone sobre la enseñanza del español, y sin embargo, es al menos curioso que esa preocupación no alcance a un proyecto único que contemple la formación de los profesores de lenguas extranjeras asociado al órgano que los contratará cuando se gradúen, de hecho, este diálogo entre las Universidades y las Secretarías de Educación de los respectivos estados todavía no se ha establecido en el ámbito nacional y, por supuesto, tampoco en Mato Grosso do Sul.

Por otro lado, existe ya en el currículo escolar el inglés como asignatura “oficial” de las lenguas extranjeras, situación hegemónica que data de la década de los 60, como relata Picanço (2003) y que en la actualidad es un punto neurálgico cuando se habla de reestructurar el currículo con el ingreso de la lengua española, como afirma la Ley, de oferta obligatoria. Es decir, se está hablando de la formulación de una política lingüística que afecta directamente a la educación secundaria, una vez que la Ley se refiere a esta etapa de la educación.

Para interpretar las políticas adoptadas hasta el momento, se hace necesario recurrir a bases teóricas que puedan brindarnos instrumentos de análisis con relación a la presencia de las lenguas oficiales del bloque y la aplicación de su enseñanza y presencia.

Política lingüística – algunas consideraciones

La estructura social propuesta por la constitución de bloques, como el caso del MERCOSUR, no necesariamente se conduce por idearios tales como los que se adoptan en la constitución de los estados, así, la existencia de una multiplicidad y pluralidad lingüística implica en la necesidad de delimitar las lenguas presentes mayoritariamente, u oficialmente en el nuevo territorio constituido, sin que ello implique en una intervención en la soberanía lingüística de los países, para que se las entienda como lenguas de comunicación, y quizá un poco más arriesgadamente se podría adoptar el planteamiento de lenguas de integración; dado que no serían propiamente lenguas que ocupen un espacio de disputa lingüístico, sino propiciar una aproximación socio-cultural.

Dada la proximidad geográfica de los países componentes, sería de suponer que ambas lenguas oficiales, tanto el español, como el portugués, estuvieran presentes en lo cotidiano de los ahora integrantes del bloque, lo que sin embargo sólo se da en las fronteras, donde los diferentes contactos lingüísticos presentan características muy peculiares cuando se refieren a los locus fronterizos, donde estudios con enfoque sociolingüístico intentan interpretar y estudiar bajo diferentes ópticas, como un fenómeno de lenguas en contacto.

En ese sentido, Saldanha, Cunha, Gomes (2005) destacan la existencia de un derecho comunitario, que dependerá del reconocimiento de los pueblos que lo componen, donde será necesario fundar una comunidad con iguales valores e instituciones. De esa forma, la concepción de regionalización revive idearios que no son nuevos en Latinoamérica, como destaca Arnoux, al afirmar que Latinoamérica cuenta con una larga tradición de pensar su unidad, lo que la ubicaría en una posición privilegiada para afianzar un proceso de integración, lo que nos reconduce a la idea de fortalecer los vínculos que se generan a partir de esas nuevas

configuraciones. Se evidencian entonces los elementos característicos e idiosincrásicos, considerados identificadores y que la referida autora identifica en los documentos oficiales de la constitución del Plan trienal de Sector Educativo del MERCOSUR (1998-2000), que incluye en su área prioritaria, el desarrollo de la identidad regional por medio del estímulo al conocimiento mutuo y a una cultura de integración.

Tomando en cuenta estas aprehensiones, y con el foco en la lengua, como una expresión de las identidades de un pueblo, se torna necesario revisar los presupuestos que orientan las discusiones que enfocan las políticas que involucren el aspecto de la comunicación, del conocer y reconocer al otro que ahora que comparte el mismo espacio geográfico. ¿Qué estatus alcanza el otro en el territorio donde ha dejado de ser extranjero? Al menos en el papel se considera un ciudadano del MERCOSUR. A este respecto Arnoux señala que existen diversos y, posiblemente, alternativos procesos de integración, que pueden dar lugar a identidades diferentes. Ante este abanico de posibilidades, ¿cómo se establecen las relaciones lingüísticas y qué mecanismos actúan ante la presencia de un hablante que trae una lengua que no es exactamente una lengua extranjera?⁴ Es significativo considerar que los aspectos señalados son definidores y prioritarios al plantear acciones que se establezcan en la educación, principalmente aquellas que demarquen cambios surgidos por el reordenamiento territorial reciente. A ese respecto, Elvira Arnoux considera que

algunas de las acciones destinadas a afianzar el imaginario colectivo de la integración deben ser realizadas en el ámbito educativo e involucran las políticas lingüísticas no sólo por la enseñanza cultural de la lengua sino por el poder de ésta en la construcción de subjetividades.

⁴ Celada (2002) en su tesis de doctorado se refiere al español como una lengua “singularmente extranjeras” para el brasileño.

A partir de estos presupuestos, planteamos conceptos que tienen la preocupación de identificar a qué se refiere la planificación lingüística y políticas lingüísticas, con la pretensión de centrarse únicamente en la lengua (o las lenguas) presente(s) en el MERCOSUR considerando aspectos como poder y prestigio, provenientes de valoraciones que tienen por base la perspectiva económica, social, política e histórica, entre otros puntos. Calvet (2007) plantea la distinción entre planificación y políticas lingüísticas enfatizando que “*é preciso distinguir as decisões do poder (a política) e a passagem à ação (o planeamento)*” ambos resultantes de situación de plurilingüismo. En determinadas ocasiones estos conceptos son considerados equivalentes, pues sus propuestas están ancladas necesariamente en una intervención dirigida a las lenguas.

Reflexionando sobre el proceso lingüístico resultante de la constitución de un bloque y considerando las dos lenguas oficiales representativas, portugués y español, es de amplio conocimiento que en los países componentes del grupo, sólo una de dichas lenguas es oficial en sus territorios, lo que implica que, para que se aprenda español en Brasil y portugués en los demás países constituyentes, una forma de promover su aprendizaje sería estar presente en la malla curricular de la educación básica. La problemática de una escuela moldada en la reproducción del conocimiento simple y llanamente es un tópico que no se tratará en este artículo.

A pesar de ello, se constata la ausencia de las referidas lenguas en los sistemas de educación básica, como lenguas extranjeras. Por eso se plantea la necesidad de incluirlas, como lo propone la Ley Federal que está bajo el análisis propuesto en este trabajo, así como las acciones del MERCOSUR educativo. Es interesante conocer el planteamiento de Kloss (1967) que se refiere a la distinción del corpus y del estatus de una lengua. El primero se refiere a una intervención en la forma de la lengua y el segundo, se refiere a la intervención en sus funciones, como se detalla a continuación: [...]

mas é possível que se queira modificar o status de uma língua promovê-la à função de língua oficial, introduzi-la na escola, etc. [...]. Evidentemente no se trata de oficializar una lengua sino de incluirla como lengua extranjera. Esta intervención implica una reformulación en lo ya instituido desde la década de 60, como ya había referido anteriormente, cuando comentaba la presencia del inglés en la escuela. Por lo tanto, las implicancias de esta nueva intervención van a alcanzar a otra intervención que ha sufrido el sistema educativo brasileño a partir de la cual se ha hegemonizado la enseñanza del inglés, hecho que no es una particularidad de Brasil, sino que se extiende a prácticamente todos los países de América Latina.

De esa forma, resulta fundamental discutir cuál y cómo serían los procedimientos que se podrían instituir para modificar el estatus de esas lenguas en la escuela y cuáles los reales impactos de la legislación que dispone sobre este punto. Cuando se hace referencia al estatus, como la posición que ocupa en la organización curricular brasileña, también es indispensable plantearse con relación al prestigio que estas lenguas ocupan en la sociedad donde se las pretende incluir en el sistema educativo. Por ello, Calvet infiere sobre las intervenciones en las lenguas considerando su carácter social y político. Haugen rescata el presupuesto de que sólo el Estado tiene los medios y el poder para implantar dichas intervenciones formulando políticas lingüísticas, o en otras palabras: *na maior parte dos casos, as políticas lingüísticas são iniciativa do Estado ou de uma entidade que disponha no seio do Estado de certa autonomia política.*

En la tentativa de establecer una contraposición documental que se constituya en una base para desarrollar una discusión sobre los puntos señalados anteriormente, se proponen los siguientes documentos: a) La promulgación de la Ley 11.161/2005 que dispone sobre la enseñanza del español en la secundaria en Brasil y la interpretación que ha elaborado el Conselho de Estado de Educação – CEE/MS; b) Los discursos y documentos resultantes del Acuerdo de Asunción registrados en el Sector Educacional; c) Algunos fundamentos históricos, sociales y culturales que

implican en la enseñanza del español con el foco en Mato Grosso do Sul, lugar de estudio que objetiva este trabajo.

La Ley 11.161/2005 y el Consejo de Educación del Estado de Mato Grosso do Sul

“Las leyes pueden elaborarse para que se olviden”, ésta no es una premisa distante de la realidad, principalmente si el objeto a que se refiere presenta puntos que se contradicen y que por lo tanto se fragiliza.

Sobre las leyes que no se cumplen, Neide Maia en su participación en la *V Congresso Brasileiro de Hispanistas*, realizado en septiembre de 2008, trae a consideración las ponderaciones que se habían hecho en 2006, durante el *IV Congresso Brasileiro de Hispanistas*, donde se afirmaba que existe una enorme distancia entre lo que se dice y lo que se hace y señala el temor de oír expresiones como “*a lei não pegou*” o “*a lei não vingou*”, ante la ambigüedad de su formulación inicial, la demora en su interpretación o adecuación en los diferentes estados y la perceptible lentitud por parte de los órganos centrales de la educación en su aplicación.

Presento a continuación algunos puntos que se consideran “problemáticos” en la implementación de la ley en cuestión.

Ley Federal 11.161, promulgada a 5 de agosto de 2005, que dispone sobre la enseñanza de la lengua española en territorio brasileño, prevé su aplicabilidad en el ámbito de los Estados de la federación. También dispone sobre la interpretación y/o adecuación de los Consejos de Educación de los Estados, conforme señala el Artículo 5º: “*Os Conselhos Estaduais de Educação e do Distrito Federal emitirão as normas necessárias à execução desta Lei, de acordo com as condições e peculiaridades de cada unidade federada*”.

Así, a continuación será relatado el trabajo desarrollado por el CEE (*Conselho Estadual de Educação*) de Mato Grosso do Sul y los resultados obtenidos hasta el momento.

En abril de 2006, la Asociación de Profesores de Español de Mato Grosso do Sul (APEEMS) entró en contacto con la Presidente del CEE/MS con el fin de conocer cuál y cómo sería realizado el trabajo de dicho órgano ante la determinación que la Ley 11 161/2005 planteaba y como se ejecutaría el Art. 5, que se refería específicamente al trabajo de los Consejos de los respectivos Estados de la Federación.

El trabajo empezó de inmediato. Para tanto se constituyó una Comisión compuesta por una consejera que presidía la comisión, técnicos del CEE/MS y una especialista, la propia representante de la APEEMS.

Se organizaron reuniones periódicas donde se discutieron diversos puntos que atañen a la presencia de la enseñanza de la lengua española en el ámbito del estado de Mato Grosso do Sul. La APEEMS cedió documentos que se habían recabado a lo largo de todos sus años de existencia (la fundación de esa asociación data de mayo de 1990).

Así se dividió el contenido estudiado a un histórico de contextualización en ámbito brasileño y en ámbito estatal, las singularidades del estado de Mato Grosso do Sul, estado fronterizo con dos países hispanohablantes, los factores socio culturales de un estado de frontera, la enseñanza del español en las escuelas (públicas y privadas), la formación de profesores, la situación de la enseñanza del español en algunos municipios, y las actividades de la APEEMS con relación a los programas de actualización que se ofrecen a los profesores asociados (asociados o no y graduados o legos).

La obligatoriedad desobligada

La Ley 11.161/05 en el artículo primero declara: *“O ensino da língua espanhola, de oferta obrigatória pela escola e de matrícula facultativa para o aluno, será implantado, gradativamente, nos currículos plenos do ensino médio”*

Interpretar lo que una ley determina y tornarla aplicable en su ámbito de actuación, es una de las funciones que caben al Consejo de

Educación, de este modo, un conflicto que encontró el CEE/MS se refiere a interpretar, cómo una asignatura (en este acaso Español como Lengua Extranjera) puede ser de oferta obligatoria y de matrícula facultativa para el alumno. .

Observemos la cuestión de este prisma: una escuela pública de secundaria no tiene flexibilidad de organización con relación a la oferta de las lenguas extranjeras. La malla curricular de la enseñanza secundaria está establecida por la Secretaría de Estado de Educación / MS y caso se aplique la Ley tal y como se expone, en carácter optativo, es decir, será necesario dividir un grupo de alumnos para atender su demanda, no hay, en la actualidad, una reserva técnica de profesores de español que pueda atender esa demanda. El último concurso que el Estado abrió para profesores de español fue en 2005, con la oferta de 44 plazas para todo el estado, frente a 420 que se ofreció para el inglés, además, no han sido convocados todos los profesores aprobados en dicho concurso.

Además, una escuela (de tamaño mediano) con estos patrones, suele contratar un profesor de lengua extranjera por periodo, o a lo sumo dos, que se turnarán atendiendo a las distintas clases, considerando que cada clase, conforme consta en la malla curricular planteada, estudia 2 horas / clase por semana de lengua extranjera.

Las escuelas ocupan edificios que no tienen salas ociosas, por lo tanto, dividir un grupo en dos para estudiar las dos lenguas en el mismo horario, resulta inviable.

Tras la formación de la Comisión en el CEE/MS, los estudios y debates sobre las inconsistencias textuales de la ley, principalmente al intentar transportar de sus presupuestos teóricos a la práctica, han sido muchos. En vista de la dificultad generada por la interpretación de una ley que obliga a la institución escolar su oferta y al mismo tiempo desobliga al alumno, hubo una consulta previa al *Conselho Nacional de Educação* – CNE, que, por haber recibido otras consultas al respecto, elaboró una orientación

general. Así, se llegó a la elaboración del esbozo de una Deliberación en MS y su respectiva Indicación.

Dicho esbozo se presentó a la comunidad interesada en el área y a la comunidad general en audiencia pública en agosto de 2007, donde se discutió sobre sus planteamientos. Aunque este hecho haya alcanzado una importancia histórica, en vista de la precaria situación de la enseñanza del español en Mato Grosso do Sul, cuyo sistema educativo cuenta con 33 escuelas en todo el estado que ofrecen la lengua española como lengua extranjera⁵, la representación de la clase de profesores y estudiantes del curso de Letras de las universidades locales ha sido bastante reducida, aproximadamente un 30% del total presente al evento.

Los documentos finales se publicaron en el Diario Oficial nº 7086 del 05 de noviembre de 2007, donde se puede leer en la página 8 la *Deliberação* CEE/MS Nº 8434, de 02 de octubre de 2007 y la *Indicação* nº 51/2007.

A respecto de la interpretación final sobre la obligatoriedad de la enseñanza del español el CEE/ MS delibera en el artículo 3:

Art. 3º O ensino da Língua Espanhola no Ensino Médio será de oferta obrigatória pelas instituições de ensino e de matrícula facultativa para os alunos.

Parágrafo único. A Língua Espanhola, se escolhida pela comunidade escolar como língua estrangeira moderna obrigatória, deixa de ser matrícula facultativa para o aluno.

Es decir, se vuelve a dejar en manos de la comunidad, así como lo determina la Ley de Directrices y Bases Nacional, LDB 9394/96. Éste ha sido uno de los grandes motivadores a la interpretación anteriormente citada, pues, en el entender del CEE no sería posible sobreponer otra ley

⁵ Datos recogidos en la Secretaria de Estado de Educación – SED/MS en 2007.

a la ley nacional ya existente. Más adelante expongo algunos comentarios sobre este hecho y cómo se ha manejado el concepto de “elección de la comunidad” en determinados contextos.

¿Faltan profesores de español en Mato Grosso do Sul?

Las anteriores gestiones de los órganos administradores de la educación en el Estado y municipio mantenían el discurso que alegaba la falta de profesionales para asumir las clases de español, caso fuera implantada dicha asignatura en la malla curricular de las escuelas y aún hoy surge la pregunta de si existen profesores de español para cumplir la ley que se está tratando en esta ocasión.

Como una respuesta con base numérica a esta indagación, presento el cuadro a continuación, con el cuantitativo de alumnos que ingresan por año a algunas instituciones de enseñanza superior en MS⁶.

Cuadro 1 - Cuantitativo de vacancias /año en el Curso de Letras español en las instituciones de enseñanza superior en Mato Grosso do Sul.

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS		
Campus	Año de inicio	Número de vacancias / año
Campo Grande	1991	30
Coxim	2002	50
Aquidauana*	2001	40
	2002	20
Corumbá	2007	30
Três Lagoas**	2009	20

⁶ Datos recogidos en las instituciones mencionadas en agosto de 2008.

* En el campus de Aquidauana se ofrecieron 40 plazas en el primer grupo y a partir de 2002 quedó establecido el cuantitativo de 20 vacancias/año.

** El Campus de Tres Lagoas tiene previsto el inicio del curso en 2009 con un total de 20 vacancias.

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS EAD

Polo	Año de inicio	Número de vacancias/año
Apiáí	2008	75
Rio Brillhante	2008	75
São Gabriel d' Oeste	2008	75
Água Clara	2008	75
Camapuã	2008	75

Datos obtenidos en: <<http://www.ead.ufms.br/portal/>>. Acceso en: agosto/2008.

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS

Campus	Año de inicio	Número de vacancias / año
Dourados	1999	40

Universidade Católica Dom Bosco- UCDB

Campus	Año de inicio	Número de vacancias / año
Campo Grande	2000	35

Se ha incluido también la enseñanza a distancia por la gran cantidad de alumnos en formación por esa modalidad, que ha tenido inicio este año y cuyos resultados todavía no se han cuantificado por su reciente inicio.

Podemos considerar que existe un contingente fantasma de profesores de español graduados. Estos profesionales concluyeron el curso de Letras, con la respectiva habilitación y al buscar trabajo en su área específica encuentran un mercado incipiente, con el que ya se habían enfrentado en la graduación, al intentar realizar sus prácticas obligatorias en la escuela, de

ese modo, terminan por escoger otras áreas de actuación.

Como un contrapunto al cuadro 1, presento el cuadro 2 muestra el cuantitativo de escuelas del estado que ofrecen español como lengua extranjera:

Cuadro 2 – Escuelas que ofrecen español en la escuela secundaria en MS⁷

MUNICIPIOS	ESCUELAS	N. PROFESORES
AMAMBAI *	03	08
ANAUROLÂNDIA	01	01
AQUIDAUANA	01	01
BELA VISTA *	01	02
CAMPO GRANDE	04	07
CORUMBÁ *	01	01
COXIM	01	01
DOURADOS	02	05
NOVA ALVORADA DO SUL	04	07
PONTA PORÁ *	09	28
PORTO MURTINHO *	01	02
SANGA PUITÁ *	01	03
SÃO GABRIEL DO OESTE	02	02
TERENOS	01	03
total	32	51

* Escuelas ubicadas en municipio de frontera con Paraguay y Bolivia.

De los 78 municipios que componen Mato Grosso do Sul, son 32 los municipios que ofrecen español. Observamos que en Campo Grande, capital del estado, de más de 70 escuelas existentes en el área urbana, sólo 4

⁷ Datos recogidos en 2007 en la *Secretaria de Estado de Educação* – SED/MS

ofrecen español como opción en las lenguas extranjeras. Como un punto a parte, se observa en Ponta Porá un alto índice de escuelas (casi la totalidad del municipio) que ofrece español, son datos peculiares que se tratarán más adelante al enfocar la cuestión fronteriza del estado.

Con relación a los docentes que asumirán la asignatura español en la escuela, y tomando en cuenta su formación, la Deliberación del CEE/MS, dispone:

Art. 7º Para o exercício da docência da Língua Espanhola será exigida licenciatura com habilitação em Língua Espanhola.

Parágrafo único. Na falta de professor habilitado, poderão ser admitidos, em caráter temporário, licenciados em Letras e sem habilitação específica, desde que, com proficiência em Língua Espanhola, dominando as habilidades de ouvir, falar, ler e escrever em nível intermediário; licenciados em outras áreas, desde que, com proficiência em Língua Espanhola, dominando as habilidades de ouvir, falar, ler e escrever em nível intermediário e portadores do Diploma de Espanhol como Língua Estrangeira – DELE, em nível superior.

Por este artículo se aprehende que faltan profesores formados, y por tanto el CEE ha tomado el cuidado de referirse a profesores legos que podrían asumir la enseñanza del español, o quizá profesores en formación y portadores de uno de los diplomas oficiales de suficiencia en español, en este caso, el Diploma de Español como Lengua Extranjera – DELE, por ser un diploma más antiguo y con representación en MS.

En realidad, uno de los grandes desafíos de la Secretaría de Educación de MS no se refiere tanto a encontrar y contratar los profesionales aptos para enseñar español en la escuela, por supuesto los profesores graduados a lo largo de los años y que no han ejercido su docencia en español por falta de mercado de trabajo deberán participar de cursos de actualización profesional, por un desfase natural y cursos de formación continua, como se entiende que deba ser la formación permanente del profesorado. Sin

embargo, como refería anteriormente, este es un problema que se puede solucionar desde que haya buena voluntad y empeño. Por otro lado, ¿cómo se puede reubicar al profesorado de inglés que llegue a perder sus clases, si la escuela donde está trabajando opta por el español?

Una propuesta posible sería incorporarlos a esos profesores a las clases de los Centros de lenguas, espacios contemplados en la Ley Federal y en la Deliberación Estatal del siguiente modo:

Art. 6º O órgão próprio do Sistema Estadual de Ensino deverá adotar providências no sentido de implantar Centros de Ensino de Língua Estrangeira, cuja programação incluirá, necessariamente, a oferta de Língua Espanhola.

Evidentemente, tendrán que ser sanadas las deficiencias de esos profesores de inglés, deficiencia que el propio órgano central de la educación, MEC, reconoce y plantea en las *Orientações Curriculares para o Ensino Médio* (2006, p. 89) cuando se refiere a la existencia de institutos de idiomas privados que se hacen responsables por la enseñanza del inglés:

[...] depreende-se que as falas dos alunos e dos pesquisadores defendem que o aprendizado de uma língua estrangeira se concretiza em cursos de idiomas, levando-nos a inferir que não há essa expectativa quanto à escola regular.

Son muchos los desafíos que implica la aplicación de la Ley Federal y todavía no se registran cambios siquiera mínimos con relación a su implementación. Algunos órganos gestores han manifestado la intención de “capacitar” a los profesores de inglés para que enseñen español, hasta el momento, al menos en el estado de MS, la *Secretaria de Estado de Educação* – SED, no ha manifestado claramente su posicionamiento con relación a esta cuestión, lo que deja en la incertidumbre a los profesionales responsables por la enseñanza de las lenguas extranjeras en el estado.

Perspectivas a través del MERCOSUR

Para presentar el contrapunto del Bloque con relación a la Ley 11.161/05, tomo como parámetro los resultados del Grupo de Trabajo sobre Políticas Lingüísticas – GTPL⁸ que tuvo una serie de encuentros y cuyos resultados expongo a continuación:

El Primer encuentro del GTPL, realizado en Montevideo en 1997. El grupo realiza un diagnóstico sobre la enseñanza de lenguas extranjeras en los países signatarios del Tratado, donde queda evidente la no existencia de políticas lingüísticas definidas, por lo que es de consenso en el grupo la necesidad de organizar un diagnóstico más elaborado y detallado, que permita planificar la inserción del español en territorio brasileño y del portugués en los demás países signatarios.

Por otro lado, existe una recomendación específica que se refiere a la necesidad de delimitar la mecánica de la enseñanza del español en Brasil (y el portugués en los otros países), sin olvidarse del contexto multilingüe. Con la observancia de tener en cuenta las variedades de la región.

Esta última recomendación trata de un aspecto que, si a simple vista es sencillo, está revestido de una densa polémica relativa a las variedades, recordemos cuestiones como prestigio y legitimidad involucradas a las lenguas, y que van a ser tópicos definidores en la aceptación y uso o rechazo de una u otra variedad.

Existen otras recomendaciones consecuentes de esta primera reunión citadas a continuación:

⁸ El documento resultante de este encuentro está en la íntegra en la página web de IPOL (Instituto de Políticas Lingüísticas, disponible en: <www.ipol.com>).

Recomendaciones 1° GTPL	
Recomendación 1/97	Desarrollo de políticas lingüísticas claras con acciones a corto, mediano y largo plazo.
Recomendación 2/97	Elaboración de censos lingüísticos.
Recomendación 3/97	Elaboración de campañas de sensibilización e información.
Recomendación 4/97	Fortalecimiento de la formación docente en el área de las lenguas oficiales, nacionales, regionales y extranjeras.
Recomendación 5/97	Respaldo a la aplicación de exámenes de conocimiento de lengua, elaborados en la región.
Recomendación 6/97	Ampliación de la formación en lengua materna.
Recomendación 7/97	Inclusión de lenguas extranjeras en los currículos educativos.
Recomendación 8/97	Análisis de la situación de otras lenguas no oficiales de la región del MERCOSUR.

Es conveniente comentar las recomendaciones citadas anteriormente, considerando que éstas podrían transformarse en determinaciones a posteriori.

El punto 1.97, que declara la necesidad de desarrollar políticas claras, con acciones sin limitantes temporales de realización va a tener un fuerte elemento problematizador, la existencia de políticas lingüísticas, instituidas como tales o aquellas que se asumen como necesarias por su uso. Me refiero a que si observamos el caso de Brasil, por ejemplo, la ya citada reforma educativa de la década de 60 ha dejado un rastro que se sigue hasta hoy. Por otro lado, las lenguas extranjeras se enseñan fuera de la escuela, y esto es algo que la población ha adoptado al percibir la ineficacia de la escuela en ese punto. Así, los padres se esfuerzan por pagarles a sus hijos cursos de inglés y/o español, prioritariamente. A este hecho denomino que se trata de una política lingüística asumida por la comunidad. En su interior observamos aún, la cuestión de poder instituido por el poder adquisitivo.

Quien tiene recursos, estudia en una escuela de idiomas mejor, con más recursos tecnológicos y con un prestigio elevado, mientras que quien tiene pocos recursos va a buscar una escuela al alcance de sus posibilidades y aún hay aquellos que no tendrán recursos para estudiar en un instituto de idiomas y por falta de recursos económicos no lo harán. Esto denota un gesto excluyente, como resultado de la mala calidad de la enseñanza de lenguas extranjeras en la escuela regular, un acto que la sociedad asume como tal sin cuestionarse que de ahí deriva un factor de exclusión que se contrapone a la pretendida escuela inclusiva y formadora de ciudadanos críticos:

As orientações curriculares para Línguas Estrangeiras têm como objetivo retomar a reflexão sobre a função educacional do ensino de Línguas Estrangeiras no ensino médio e ressaltar a importância dessas; reafirmar a relevância da noção de cidadania e discutir a prática dessa noção no ensino de línguas estrangeiras (Orientações curriculares para o ensino Médio, vol 1, Linguagens, Códigos e suas Tecnologias. Brasília, MEC – Secretaria de Educação Básica, 2006, cap. 4.

El punto 5/97 plantea la cuestión sobre los exámenes de conocimiento, ya que se parte del presupuesto de que hay dos exámenes oficiales de español en Brasil; el DELE - Diploma de Español como Lengua Extranjera -, elaborado por la Universidad de Salamanca y divulgado a través del Instituto Cervantes y el CELU - Certificado de Español Lengua y Uso, elaborado por la Universidad Autónoma de Buenos Aires. Conforme citado, existe la propuesta de intentar privilegiar las variedades regionales, lo que beneficiaría al CELU ante la comunidad del Cono Sur, ya que Argentina se destaca como un país pionero en Latinoamérica, en el sentido de ofrecer el Español como Lengua Extranjera, lo que le deja en una situación privilegiada “si consolida sus propias políticas lingüísticas y aprovecha las ventajas regionales”. Ya que estamos hablando de un

contexto donde impera como variedad mayoritaria el voseo⁹, ¿este sería un factor determinante que excluiría la aplicación del DELE en el ámbito del MERCOSUR? Son planteamientos que exigen un debate abierto ante la posibilidad de caer en otra situación de hegemonía y unilateralidad.

El Segundo encuentro del GTPL se da en Buenos Aires en 2000, tres años después de la primera reunión. En esta ocasión se plantea el trabajo en ejes, para intentar promover efectividad al encuentro. Así, estos son los tres grandes ejes en discusión:

Elaboración de censos lingüísticos y de diagnóstico sociolingüista de la región.

Del documento resultante de dicho encuentro se extrae la siguiente ponderación: Contar con diagnósticos confiables es requisito indispensable para tomar decisiones acerca de la inclusión del español y el portugués en los currículos de los países miembros. Asimismo, serán importantes para desarrollar a medio y largo plazo estrategias para la formación, capacitación y actualización docente; la enseñanza de lenguas maternas, segundas y extranjeras; el desarrollo curricular; la producción de recursos; la orientación y promoción de la oferta editorial.

Diploma de certificación de competencia de español y portugués como lenguas extranjeras (ELE y PLE)

Este punto ya lo he tratado un poco más en detalle entre las recomendaciones del Primer Encuentro: El GTPL defiende la realización de este tipo de diploma en la región, debido a la estrecha relación entre la variedad lingüística, la cultura y la identidad de una comunidad. En este sentido, la promoción de las variedades americanas de español y portugués es un camino indispensable para la integración regional y el conocimiento mutuo entre sus pueblos.

⁹ A respecto del voseo, quiero exponer, que los países que hacen frontera con Mato Grosso do Sul son voseantes con diferentes rasgos. Mientras en Paraguay el voseo es la forma más usual de tratamiento en el registro informal, en Bolivia, los colindantes, cruceños también son voseantes, sin embargo, los emigrantes que componen la mayor parte de los habitantes de Arroyo Concepción, distrito ubicado al atravesar la línea de frontera, no lo son totalmente.

Formación docente

A respecto de la formación docente, se recomienda: “Elaborar, según las características de organización educativa de cada país, proyectos de formación y actualización del profesorado en portugués o español como LE.”

“Definir criterios básicos estándares para la certificación de los profesores de portugués o español como LE en la región”

Como una observación a este segundo encuentro, es relevante considerar el tiempo de realización entre el primero y el segundo encuentro, con el intervalo de 3 años. Al mismo tiempo que se observan pocos avances en las propuestas planteadas.

El Tercer encuentro del GTPL se da en Porto Alegre el mismo año del Segundo Encuentro. En primera instancia, hay un avance con relación a la necesidad de crear una base de datos confiable.

El Banco de datos – denominado MERCOLÍNGUA que tiene por objetivo formular políticas de alcance regional y poner a disposición esos elementos derivados de dicha investigación.

Elaboración del examen de nivel de E/LE

Además de la propuesta de la creación de los cursos de formación de profesores de ELE y PLE para suplir la demanda de la enseñanza básica en los centros de enseñanza de los cuatro países, se vuelven a retomar los puntos que se habían discutido en los otros encuentros.

Cuarto encuentro del GTPL se da en Asunción en 2001, es decir, un año después del Tercer Encuentro. Ésta fue la última reunión del grupo que presenta como un punto novedoso en los debates la movilidad de los profesionales en el ámbito del MERCOSUR, así, este punto atiende la demanda de la falta de profesores especialistas en la enseñanza de idiomas, números que en realidad están disminuyendo año tras año, con la graduación de nuevos profesores.

Un aspecto de destaque en esta reunión, es la reivindicación de considerar el Guaraní como lengua oficial en el MERCOSUR, lo que de hecho tiene fundamento válido una vez que el guaraní ha sido declarado idioma oficial en Paraguay en 1992. El proceso de inclusión del Guaraní va muy avanzado hasta la fecha.

En 2004 se firma el Protocolo de Ouro Preto que señala en el Capítulo VIII, Artículo 46: Los idiomas oficiales del Mercosur son el español y el portugués. Se determina así que la versión de los documentos de trabajo, será la del idioma del país sede de cada reunión y se refrenda la disposición legal las leyes oficiales que tratan sobre las lenguas y su papel en un proceso de integración.

Como una propuesta conceptual de lenguas próximas en el ámbito del MERCOSUR, Arnoux concibe el portugués y español como “lenguas de enseñanza”, por la proximidad que presentan, aunque, como vimos anteriormente no siempre tengan un valor equitativo en prestigio y aceptabilidad. Lo que se toma en consideración para este planteamiento es la necesidad existente de consolidar el desarrollo de una identidad regional, por medio del estímulo al conocimiento mutuo, fortaleciendo una cultura de integrar, por medio de su estudio obligatorio, con la consolidación de un programa bilingüe en la enseñanza primaria y secundaria. De ese modo, las lenguas como el inglés, francés, alemán, chino, etc., asumirían el rol de “lenguas extranjeras”.

Concomitantemente a estas cuestiones que abarcan las “lenguas oficiales” del bloque, están las lenguas amerindias que a los pocos están ingresando en los programas de enseñanza oficial, como señala José del Valle (2005): “en las últimas décadas parece haberse sentido con especial intensidad la necesidad de intervenir en la protección y promoción de lenguas (...) y así han proliferado políticas destinadas al ordenamiento de la vida lingüística y con ellas las ideologías”, hecho que en sí, no ha promocionado grandes cambios que favorezcan a los hablantes de dichas

lenguas, consideradas minoritarias. Existe una posición muy tibia con relación a este punto en lo que se refiere a la efectividad de consolidar en políticas lingüísticas factibles que avancen del discurso académico y político hacia la práctica.

Peculiaridades en las fronteras en Mato Grosso do Sul

Mato Grosso do Sul es un estado “joven”, ya que su fundación como estado independiente data de 1977, año en que se produjo la división territorial del antiguo estado de Mato Grosso en Mato Grosso do Sul y Mato Grosso. Este trabajo plantea discutir las políticas lingüísticas en el ámbito de Mato Grosso do Sul, estado que tiene por frontera internacional dos países hispanohablantes: Paraguay y Bolivia.

Se registran diversos flujos de emigración de una gran variedad de pueblos, entre los cuales bolivianos y paraguayos, cuya peculiaridad se distingue en aspectos como: su instalación y la circulación de sus productos culturales, entre ellos el tereré, la música, la culinaria, la religiosidad y la lengua, entre otros más específicos, presentes en lo cotidiano del estado de formas variadas.

Observemos, por ejemplo, cómo se da la enseñanza secundaria en la escuela pública, bajo administración del Estado en Ponta Porá, frontera con Paraguay y cómo se presenta este mismo tipo de escuela en el municipio de Corumbá, frontera con Bolivia.

Ateniéndonos a los datos numéricos¹⁰, se registra que mientras en Ponta Porá, de las 11 escuelas de administración estatal, 9 ofrecen español en la malla curricular, en Corumbá existe el registro de una escuela, ubicada en un asentamiento, que ofrece español en las escuelas de administración

10 Citados ya en la página 09 de este trabajo.

estatal. Por otro lado, en el ámbito de las escuelas de administración municipal, mientras todas las escuelas ofrecen español en Ponta Porá, ninguna escuela municipal ofrece español en Corumbá.

Estos datos evidencian circunstancias que por sí solas reflejan una situación que merece un estudio multidisciplinario, que tenga el compromiso y rescate de características propias de la mismidad que están traspasadas por valoraciones socioculturales.

Si observamos las características de frontera, propiamente, hay una diferenciación relevante en la forma de asentamiento humano en las regiones citadas, aunque ambas presenten un gran flujo de tránsito humano (eventual y definitivo), se observa que el flujo humano proveniente del Paraguay tiene como destino el estado de Mato Grosso do Sul, mientras el flujo humano proveniente de Bolivia tiene como destino prioritario los grandes centros como San Pablo, Rio de Janeiro u otros centros que absorban mano de obra en las industrias.

Con relación al flujo humano en las fronteras de Corumbá y Ponta Porá que cito, Cunha (2005) se refiere de la siguiente forma:

[...] no que se refere às migrações bolivianas e paraguaias no Brasil, os volumes parecem ser comparáveis. Contudo, a distribuição no espaço é nitidamente distinta e observa-se uma dispersão maior da comunidade boliviana em relação à paraguaia [...](CUNHA et al. Espaços migratórios e problemática ambiental no Mercosul, 2005).

Como el autor afirma, se observa que la distribución del espacio adquiere una ocupación singular, con apropiaciones que van desde la falta de identificación con el lugar a la necesidad de estar en territorio ajeno y por lo tanto se desarrolla una noción de falsa proximidad, pues se puede habitarlo pero con la expectativa de abandonarlo todo así tenga una posibilidad.

(...) têm-se algumas indicações que levam a pensar que os lugares de origem dos migrantes evoluem, sendo mais distantes geograficamente da fronteira. Desenvolvendo este elemento, **a fronteira parece assumir, cada vez mais, o papel de espaço de trânsito, de intermediário, em circuitos migratórios mais amplos que unem pólos urbanos distantes**, os quais a priori tecem poucos laços com os espaços de fronteiras (...).

Ésa sería la perspectiva de tránsito e intermediación, el ejercicio de adaptarse en una tierra que ya está al otro lado de la frontera, pero que al mismo tiempo permite una vuelta a la raíces en un corto espacio de tiempo y a bajo costo.

Campo Grande, la capital, que está a 6 horas de viaje en autobús, no presenta la misma característica aunque esté en el mismo estado. Lo que ocurre es que una vez superada la aprehensión a la salida, el próximo objetivo es un gran centro, como ocurre con la mayoría de los bolivianos que van en busca de oportunidades de trabajo a San Pablo, ejerciendo la función de costureros, o en otros servicios que no exijan formación, ya que de un modo general, son personas con un nivel bajo de escolaridad y con casos registrados de hablantes de quechua o aymara y no de español.

Aunque este tránsito humano entre Bolivia - Brasil y Paraguay - Brasil no sea novedoso por la frontera del antiguo Mato Grosso y del actual Mato Grosso do Sul, pues se realiza, con mayor o menor flujo, desde hace mucho, los estudios que se refieran al contacto lingüístico en esta frontera recién empiezan a esbozarse. De Lipski (1977) extraigo esta observación decurrente de sus investigaciones en la región norte boliviana, en el departamento de Pando:

“... Las calles, los mercados y los locales comerciales de Cobija se llenan de centenares de brasileños todos los días, de hecho, en esta zona se escucha más el idioma portugués que el español durante el horario comercial. El portugués es el idioma manejado por los comerciantes

bolivianos En muchos casos, el portugués y el castellano son las segundas lenguas de estos hablantes” (LIPSKI, J.M., 1977).

Con relación a los hablantes de la frontera, del lado boliviano existe una compleja conformación étnica, que para su mejor comprensión exige un estudio profundo del movimiento de emigración y asentamiento interno en territorio boliviano. Sin enfocar el aspecto cuantitativo, la conformación del área urbana de esta región es la siguiente: Al pasar la frontera hacia Bolivia, se encuentra Arroyo Concepción, distrito de Puerto Quijarro, en ese pequeño espacio de tierra están asentados en su mayoría emigrantes del altiplano y del valle boliviano, es decir, hispano-quechuistas o hispano-aymaras, muchos de los cuales se comunican entre sí en quechua o aymara, y a veces en español. Con relación a la designación de la lengua, español/castellano, hago referencia a José del Valle (2005) que dice:

La lengua española es muchas cosas. **Para algunos ni español es; es castellano.** Y lo es, en cada caso, por muy distintas razones. Se habla esta lengua en lugares lejanos y de maneras diferentes. Vive en comunidades muy dispares y en todas ellas asume valores materiales y simbólicos peculiares. Coexiste con otras en mundos plurilingües que, con frecuencia, los hablantes saben negociar con mucha más serenidad, con mucha menos estridencia que los guardianes del lenguaje y la cultura.

Estos emigrantes han formado una isla quechua-aymara en pleno territorio oriental, formado por habitantes conocidos como cambas. Además, como se registra un gran movimiento económico por la feria instalada en Arroyo Concepción, se puede afirmar que dichos emigrantes son los que manejan la economía local que interfiere de forma clara en la economía de Puerto Quijarro, donde está ubicada la estación de trenes, lugar de desembarque de los emigrantes anteriormente citado.

Así convive el castellano o español con el portugués, el quechua y el aymara al otro lado de la frontera brasileña. A este lado, el portugués apenas

sufre algunos rasguños del castellano, en expresiones o frases hechas, con poquísima interferencias (a no ser las voluntarias del lusohablante).

Hay un campo abierto y extenso que puede ser explorado en el área del lenguaje, de la comunicación en esta región de “casi” vecinos, donde las distancias se mantienen por la utilización de códigos de aceptabilidad o rechazo de ambas partes, donde se puede leer un discurso asimétrico mantenido no sólo por el poder económico y el prestigio social, sino también cuando se evidencia el conocimiento (o el desconocimiento) de una u otra lengua a ambos lados.

Con relación a la educación y enseñanza del español en las escuelas de Corumbá, quiero aludir a la Ley Municipal n° 1.322/93 que “*implanta nas escolas municipais de Corumbá o ensino da língua espanhola*”, y con ello hago referencia a lo que se entendería por implementar una ley y cómo se utilizan estrategias para la no ejecución e aplicabilidad.

La Secretaría Municipal de Educación optó por aplicar la ley anteriormente citada aplicando el sistema de “consulta a la comunidad” preguntando a los padres de familia cuál sería la lengua que quería que su hijo estudiara. Es curioso constatar el resultado obtenido en todas las escuelas, donde unánimemente se optó por el inglés. Cabe el cuestionamiento, de cuál habría sido la solución aplicada ante la opción por el español de algunos padres pues no existía entonces (como no existe hasta hoy) ningún profesor de español en la plantilla de dicho órgano. A esa problematización me refería anteriormente cuando expuse la Deliberación del CEE con relación a la enseñanza del español, cuando la elección queda en manos de la comunidad.

¿No resulta muy simplista dejar a manos de la comunidad sin que haya de hecho una posición del órgano gestor de la educación? ¿No se tendría que hacer un planteamiento con más responsabilidad, es decir, con el involucramiento de una política lingüística para la enseñanza de las lenguas extranjeras?

Son reconocidos los conflictos que tienen que superarse para pensar en un plan de integración, tal vez, sería factible pensar y plantear acciones que tengan en vista esta perspectiva regional. Ello depende de cada contexto donde se dan esos puntos de convergencia, o sea, las fronteras. Como un contrapunto a la situación de Corumbá, cito el ejemplo de Ponta-Porá, conforme narra la profesora Flavia Carolina L. Duarte, al describir el proceso de implantación del español:

[...] Essa implantação exigiu muita audácia da rede, pois o que serve de “empecilho” para outros municípios quando se questiona a implantação da LEE, nas redes educacionais das outras cidades do Estado, colocam como obstáculo a falta de profissionais. Em Ponta Porã, isso não foi problema pois, de início, os profissionais foram selecionados por análise de currículo, sendo escolhidos os que tinham certificados como o DELE, certificados de curso em escola de idiomas e também optou-se pelos acadêmicos que cursavam a faculdade de Letras com ênfases em espanhol.

En la actualidad esos profesores que ingresaron en la condición de profesores legos están graduados, muchos de ellos son especialistas en el área y son profesores *efectivos*¹¹ del sistema de enseñanza municipal del local. Si bien esta experiencia narra la implantación del español en la escuela primaria, en la escuela secundaria también existe un disposición muy distinta a la de todo el estado: de las 11 escuelas en total que existen, bajo la administración del estado, 9 ofrecen español como LE, y las otras están en vías de ofrecerlo.

Se constata así que no sólo por las leyes se da un cambio significativo en el currículo escolar, cambio que en este caso obedeció a la realidad del lugar y a un arduo trabajo de los gestores en el proceso de implantación.

¹¹ Los profesores efectivos son aquellos que han ingreso por medio de concurso público y que trabajan en carácter permanente en la red de enseñanza pública municipal.

Las lenguas (en este caso, el español y el portugués), su práctica, utilización y enseñanza, sobrepasan los ánimos integracionistas, los modismos o deslumbres de lo “multicultural” como algunos lo pintan, tal como si fuera un fenómeno jamás visto en la historia (la historia que a lo largo de su trayectoria nos cuenta de hechos imbricados a los principios de aproximaciones, contactos y luchas con la consigna de la constitución de los estados). El idioma, como elemento expresivo, comunicativo y principalmente como la mismidad indispensable del ser humano ha estado en el centro de esos espacios, y así se ha comportado, definiendo sus características. De esa forma, el portugués y el español tienen un encuentro histórico inevitable, sus hablantes así lo viven, con las aceptaciones y rechazos, con mucha más naturalidad y espontaneidad que los dictámenes legales e impuestos lo plantean.

Referencias Bibliograficas

ARNOUX, E. V. de. El conocimiento del otro en el proceso de integración regional. Propuestas para la enseñanza media. In: DA HORA, D. (Org.). **Política lingüística na América Latina**. João Pessoa: Idéia Ed, 2008.

CALVET, J. L. **As políticas lingüísticas**. São Paulo: Parábola Editorial – IPOL, 2007.

CUNHA, J. L. da; SALDANHA, J. M. L.; GOMES, J. F. Educar para a integração: a formação de uma identidade e de uma cidadania comuns como condição de possibilidade para a consolidação da ordem comunitária nos blocos regionais. **RILA. Revista de Integração Latino-Americana**, Santa Maria, v. 02, n. 1, p. 99-109, 2005.

CUNHA, J. M. da; SOUCHAUD, S.; BAENINGER, R.; CARMO, R. L. do. Espaços migratórios e problemática ambiental no Mercosul. **Revista brasileira estud. popul. [online]**, vol.23, n.1, p. 191-193, 2006. ISSN 0102-3098.

DEL VALLE, J. **La lengua, patria común**: política lingüística, política exterior y el post-nacionalismo hispánico – studies on Ibero-Romance Linguistics Dedicated to Ralph Penny. Newark [Delaware]: Juan de la Cuesta Monographs, 2005.

DUARTE, F. K. L. A implantação da língua estrangeira espanhola em Ponta Porã. **Boletim da APEEMS**. Campo Grande: 2008.

FERNÁNDEZ, I. G; GONZÁLEZ, N. T. (Cons.). Conhecimentos de espanhol. In: **Orientações curriculares para o ensino médio**, v. 1: linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília, MEC – Secretaria de Educação Básica, cap. 4, p. 127-164, 2006.

GONZÁLEZ, N. M. A lei 11.161, as orientações curriculares e as políticas públicas de formação de professores: uma história de um descompasso entre o dizer e o fazer. In: V CONGRESSO BRASILEIRO DE HISPANISTAS E I CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE HISPANISTAS. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LIPSKI, J. M. **Cruzando fronteras, lenguas en contacto**. University of Pennsylvania, 2003.

CRISIS Y TRANSFORMACIÓN DE LA IDENTIDAD-ACCIÓN COLECTIVA EN MÉXICO

Josè G. Vargas-Hernàndez

1. Identidad y globalización

La globalización dinamiza y complica los arreglos de identidades culturales, reconfigura la geografía de los territorios y reinventa la gobernabilidad. En el nuevo orden globalizado, la sociedad pluricultural requiere de una forma de identidad de nacionalismo cosmopolita que sustente las bases de una democracia social. El surgimiento de un nacionalismo cosmopolita formador de identidad postnacional es la consecuencia directa de identidades nacionales que están en apertura a entornos que exigen más tolerancia y pluralidad ideológica, y que se basa en los principios universalistas del Estado de Derecho y de la democracia. Habermas sustituye la identidad nacional por la identidad postnacional con fundamento en el Estado de Derecho y la democracia.

La globalización económica que impone áreas de integración regional e instituciones supranacionales tiene un impacto evidente en la formación de nuevas naciones y en las funciones del Estado a partir del avance de los procesos de descolonización y separación, de una evidente erosión de los sistemas de seguridad nacionales que inciden en sentimientos de identidad nacional, regional o local. La globalización se perpetúa en los contenidos de la información y la comunicación excluyendo a más individuos que quedan fuera de los beneficios de la nueva cultura e identidad global.

En los mercados globales existe una demanda de productos y servicios con un alto contenido de identidad cultural asociada a espacios territoriales, cuyos consumidores prefieren sobre otras alternativas. Dados

los procesos de identificación y adhesión a ciertas representaciones sociales, la identidad cultural individual en que “cada ciudadano de este planeta interconectado –la patria de todos- construya su propia identidad cultural, de acuerdo a sus preferencias y motivaciones íntimas y mediante acciones voluntariamente decididas” no tiene mucho sentido.

Estos procesos de afirmación de la identidad cultural son opuestos a los procesos de la globalización económica, los cuales profundizan más las fracturas sociales. Para Huntignton (1997), la cultura e identidad cultural dan forma a los patrones de cohesión, desintegración y conflicto en la posguerra fría. El final de la historia y continuidad del sistema económico ha sido declarado por los agoreros del desarrollo capitalista, el que pesar de las crisis sobrevive como la última utopía erigida en el modelo único y por tanto hegemónico.

El desarrollo en la globalización ha sido en general capitalocéntrica porque sitúa al capitalismo “en el centro de las narrativas de desarrollo, tendiendo en consecuencia, a devaluar o marginar cualquier posibilidad de desarrollo no capitalista”. “... la naturalidad de la identidad capitalista como plantilla de toda identidad económica puede ser puesta en cuestión” (GRAHAM y GIBSON, 1996, p.146) por diversas opciones de desarrollo económico propias del mismo posdesarrollo que valoran los modelos locales no necesariamente complementarios, ni opuestos ni subordinados al capitalismo.

Este a su vez es otro paso de la hiper mundialización, la que según Laïdi (2000), es una realidad más inquietante, en donde los Estados, las fronteras, los sistemas sociales o los sistemas educativos y las identidades políticas no tienen ya más sentido a escala nacional.

Las formas de transmitir los estilos de vida en una sociedad globalizada están generando dualidades sociales que fragmentan, dividen y marginalizan a sectores y poblaciones enteras que contribuyen a formar altos niveles de incertidumbre en sus identidades sociales, políticas y

culturales. La fragmentación de las identidades culturales, étnicas, religiosas, políticas, etc., provoca profundos conflictos entre las sociedades. El discurso neoliberal es fuerte y difícil de combatir. Los procesos de globalización neoliberal fragmentan y debilitan a los actores políticos y sociales, los mecanismos de representación de la ciudadanía y diluyen las identidades colectivas. La identidad ciudadana se abandona y quiere ser sustituida por la condición de súbditos imperiales y consumidores-clientes.

Estas identidades ya tocadas por los procesos de globalización económica se están movilizandohacia una mayor identidad local y fuera del campo de acción del Estado nacional mediante expresiones políticas de grupos y organizaciones a ras de tierra. Sin embargo, la pérdida de identidades locales existentes que confrontan los individuos y los grupos, hace que sientan la necesidad de construir o inventar tradiciones y nuevas identidades.

Si las comunidades quieren controlar y condicionar el impacto de las fuerzas globales en la identidad local y la tradición cultural, se tienen que planear más que reaccionar a los procesos de desarrollo en la política local (LAVALLE y BOYER, 2006). Los derechos fundamentales y políticamente relevantes para la gestión sustentable del desarrollo local son el derecho a la identidad, al territorio, a la autonomía y a su propia visión del desarrollo.

Las ciudades globales son lugares de creación de nuevas identidades culturales y políticas para sus habitantes que comparten una cultura masiva global sofisticada, como parte de un proceso de McDonalización del mundo paralelo a la polarización socioeconómica.

Los procesos de globalización transforman las configuraciones de organización, agencia e identidad, en las fronteras de las disciplinas económico-administrativas.

Todavía está por verse si se cumplen las predicciones de Eliot acerca de que la humanidad tendría un renacimiento en sus culturas locales y regionales bajo el fuerte influjo de la globalización en un diálogo transcultural

y sus efectos en las identidades culturales nacionales. Se necesita de una revolución cultural para no aceptar las formas de dominación, poder y alineación del capitalismo globalizador y para reconstruir la identidad de las comunidades mediante la acción individual y colectiva que afirme la autodeterminación, independencia y autogestión.

Los fenómenos de resistencia a los procesos de globalización como expresiones de movilización política y organización social se manifiestan en formas de identidad sociointercultural para la protección y seguridad de las comunidades, mientras que las identidades centradas en la geografía están siendo menos naturales debido a los procesos de desterritorialización como efecto de los procesos de globalización.

Las capacidades del Estado-nación para eliminar las brechas existentes en las disociaciones y disfuncionalidades entre los alcances de los procesos de globalización económica y los procesos de identidad cultural son muy limitados. Por lo mismo, no necesariamente la identidad nacional puede ser contraria a los procesos de globalización como sucedió con la rigidez del Estado-nación en que algunas identidades culturales fueron sometidas o marginadas.

2. Diversidad de identidades

La diversidad y ambigüedad de las identidades se debe a que los individuos y grupos tienen múltiples identidades. Estas identidades siempre encuentran los vehículos de expresión en las diferentes unidades espaciales territoriales en unidades locales, regionales, nacionales e internacionales. Las identidades territoriales se reconocen por el conjunto de significados comunes y compartidos por los colectivos poblacionales que habitan en determinadas unidades espaciales influidas por los factores ambientales, naturales, económicos, demográficos, históricos, sociales, políticos, culturales, etc.

La proximidad geográfica puede favorecer el fortalecimiento de las identidades territoriales en tal forma que permitan la propia expresión diferenciada de dichas identidades, como en el caso de proyectos colectivos.

Las identidades fuertes permiten la expresión de intereses que son comunes en las diferentes instancias espaciales territoriales nacionales e internacionales. Por lo tanto, las diferencias culturales y económicas son representativas de las grandes ciudades globales. Las personas experimentan cada vez más diferencias culturales debido a la glocalización y junto con la fragmentación crean retos de identidad, inseguridad, ansiedad, incertidumbre. Para enfrentar los retos que plantean la diversidad sociocultural es necesario desarrollar habilidades para la administración de esa diversidad para manejar la incertidumbre y la identidad.

3. Identidad social, cultural y política

La naturaleza de la identidad social y política tiene implicaciones en la actividad política colectiva desplegada en las reacciones locales a las fuerzas globales. La identidad social resulta de los valores individuales y comunitarios en procesos de inclusión y exclusión en los mercados globales. El término mercado global es de reciente uso para indicar los cambios cualitativos en las características de los mercados mundiales.

La lógica de los mercados sustituye las relaciones basadas en la reciprocidad de las obligaciones entre las personas por las relaciones centradas en transacciones monetarias, lo cual debilita la solidaridad entre los individuos y los pueblos y las identidades comunitarias. La identidad cultural se respalda en las innovaciones de políticas públicas, instituciones, actores y redes involucradas en la implementación de estrategias de desarrollo territorial que promuevan la producción de bienes y servicios de identidad cultural y fomenten la equidad en el acceso a la distribución y consumo en los mercados.

Los efectos de estas estrategias contribuirán a fortalecer la identidad cultural y a impulsar el desarrollo económico y social. La identidad cultural formada por elementos culturales, productivos, de paisajes, ambientales, históricos, sociales de un territorio, puede ser una de las ventajas competitivas para promover el desarrollo endógeno territorial.

La reconfiguración política transnacional queda en función de ciertas limitaciones al ejercicio de la democracia liberal postnacional que entra en contradicción con los requerimientos institucionales de soberanía nacional, autonomía, procesos de representación y participación ciudadana, debilitan los lazos de solidaridad e identidad social, y por lo tanto se erosionan los procesos de legitimación y responsabilidad democráticas, como en el dilema de las mayorías múltiples. En el modelo republicano de democracia el centramiento es en la construcción de las identidades individuales y colectivas a través del diálogo en un espacio público para la participación de los ciudadanos activos en el cual la política crea preferencias en la búsqueda del bien común considerados como sujetos responsables, libres e iguales en una comunidad.

La política como actividad de irrupción del orden establecido, en el concepto de Rancière (1996), implica modos de subjetivación desidentificadores capaces de producir multiplicidades de funciones e identidades colectivas en el orden constituido para ser reconocidos en la esfera pública. La falta de participación y debate de los ciudadanos en los procesos políticos de integración no contribuyen a crear una identidad social que sea el fundamento a una democracia post-nacional. La ciudadanía como una identidad abstracta es una construcción política que es cuestionada por la identidad social.

La actividad económica que define la dimensión social reclama un espacio fuera de las estructuras políticas de la sociedad y por tanto sin identidad política, pero además fuera del espacio del Estado, integrando lo que se ha denominado sociedad civil. La incorporación de las organizaciones de la sociedad civil (OSC) en los procesos de formulación

e implementación de las políticas públicas se establece mediante relaciones que son gobernadas por el “respeto a la independencia y autonomía de las OSC, por el reconocimiento de su identidad especial y por la transparencia y la imparcialidad en los tratos” según Martínez Nogueira (2001). La asociación voluntaria de los individuos en la denominada sociedad civil contribuye a la formación de redes de solidaridad, al forjamiento de identidades colectivas de los pueblos y a la organización para lograr fines colectivos y superar cualquier contingencia.

El surgimiento de nuevas culturas políticas bajo el concepto de “Nueva Política”, implica que los actores sociales y políticos adquieren nuevos símbolos y medios para dar lugar a nuevas formas de identidad ciudadana y de participación política. Al respecto, Ramos (2001) concluye que las respuestas adaptativas de los actores sociales atrapados en las redes de poder, consisten en apostar por estrategias dobles que permiten construir contraintuitivas identidades paradójicas, con lo cual los actores logran reproducir las redes, consolidarse y “enjaularse” e “incapacitándose para romper la lógica perversa que la anima”. Esta congruencia entre la cultura política y el sistema político adquiere importancia en la nueva ola democratizadora, la cual es una oportunidad para analizar y evaluar aspectos como la formación de la identidad, la formación de culturas políticas y su conexión con las normas y conductas políticas.

3. Crisis de identidad nacional y resurgimiento de identidad comunitaria

La identidad comunitaria se expresa como una reacción a las crisis de legitimación e integración del Estado nacional, lo que también implica que los gobiernos nacionales atraviesen por una crisis de legitimidad y por lo tanto requieren del apoyo de actores sociales representativos para lograr su legitimación. La crisis de identidad nacional es resultado de la crisis del Estado nación, es decir, de la separación entre ambos, lo que da lugar a

que la ideología nacional sea reemplazada por la ideología del mercado. Las instituciones financieras internacionales y las grandes corporaciones transnacionales no solamente ejercen un implacable control social y económico sino también una profunda transformación del sustrato cultural e ideológico hasta lograr una anulación de la identidad de los pueblos y comunidades mediante la manipulación de los medios de comunicación en función de sus intereses económicos.

La crisis de identidad del Estado nación que se manifiesta en su pérdida de soberanía y da lugar a la expresión de una sociedad multicultural, es también producto de la crisis de las instituciones que no tienen la capacidad para la resolución de los conflictos. Estos conflictos se manifiestan en tal forma que las identidades socioculturales individuales y comunitarias destruyen la legitimidad del Estado transformando sus funciones mediante una nueva forma de organización en redes para desarrollar las capacidades de negociación con las redes globalizadoras de la información, la telecomunicación y la economía.

Las manifestaciones multiculturales en estas sociedades hasta cierto punto configuran estos rasgos que por un lado desintegran la identidad individual y las referencias comunitarias, destruyen las estructuras familiares y sociales, así como las manifestaciones religiosas, culturales e intelectuales. Cuando la sociedad civil está en contra del Estado se sustenta en principios de identidad comunitaria. Los valores sociales compartidos favorecen el sentido de pertenencia, fortalecen la identidad comunitaria y sustentan el mercado y el Estado como mecanismos de integración y ordenamiento social. La adopción de un conjunto de valores distintivos por las comunidades y organizaciones las identifica y si sus estructuras son cuestionadas, mantener la identidad es una lucha para preservar su conjunto de valores.

La identidad del movimiento dentro de los procesos de acción colectiva por sí misma puede ser codificada por una crisis instigada por el Estado. Los movimientos nacionalistas tienen su propia solución para las

crisis de identidad y legitimidad. La crisis institucional se profundiza por la falta de una ideología de identidad, en parte porque la identidad nacional disociada del Estado se convierte en ideología con corresponsabilidad en el modelo de desarrollo.

La crisis institucional se profundiza con la tendencia al individualismo que carga la acción política en una fragmentación de movimientos y actores sociales. La sociedad del trabajo centrada en el individualismo aniquila la percepción de la identidad nacional. La ideología estadounidense se ha visto fortalecida con las olas de inmigrantes que cambian su sufrimiento por un individualismo marcado por una ideología liberal dominante que retrasa el surgimiento de una expresión política de conciencia de clase y la ciudadanía activa aunque fortalece las identidades étnicas para una mayor manipulación política.

Los individuos al formar parte de la una comunidad tienen identidad colectiva, requisito para que los bienes públicos producidos sean también bienes colectivos contrario al planteamiento del hombre económico centrado en la utilidad individual. La identidad colectiva es una definición interactiva y compartida producida por un número de individuos (o grupos, en un nivel de mayor complejidad) respecto de las orientaciones de su acción y el campo de oportunidades y constreñimientos en el que tal acción tiene lugar. A pesar de que el cuestionamiento de si las identidades colectivas son una ficción ideológica (VARGAS LLOSA, 2000), no parece ser muy consistente.

La identidad colectiva se basa en ligas socioculturales y en comunicación simbólica de intereses articulados en circunstancias donde los ciclos de protesta permiten que el acceso al centro del Estado por los grupos marginados sea limitado (MELUCCI, 1985, 1996). La protesta en los tiempos actuales se caracteriza por una madeja de organizaciones coordinadas en nuevas formas de organización en red que enfatizan los códigos culturales y los roles de identidad de las comunidades.

El análisis de los roles de las emociones, la conducta colectiva, conflictos y movimientos sociales, permitirán forjar y mantener identidades colectivas políticas. De acuerdo a Melucci (1996, p. 70) la identidad colectiva es un proceso por el que se construye un sistema. El concepto de identidad colectiva ha sido estudiado en la teoría de los movimientos sociales (MORRIS and MUELLER, 1992; LARAÑA, JOHNSON and GUSFIELD, 1994; MELUCCI, 1989; 1996). Poco ha sido estudiado relacionado con las dimensiones de la religión y la cultura de las identidades colectivas (MELUCCI, 1998).

Como un proceso dinámico de construcción y negociación de los elementos de la identidad colectiva que implica definiciones cognitivas respecto de las finalidades, los medios y el campo de acción, se refiere a una red de relaciones activas entre actores que interactúan, se comunican, negocian o toman decisiones, y, finalmente, requiere una cierta inversión emocional que permita a éstos sentirse parte de una unidad común (RODÍGUEZ GIRALT, 2002). Para Snow et al. (1986) El marco de alineación de procesos es útil en el análisis de puente, amplificación, transformación y formación sincrética de la identidad colectiva marco de alineación de procesos es útil en el análisis de puente, amplificación, transformación y formación sincrética de la identidad colectiva.

La identidad colectiva es como un hilo que une, aunque sea temporalmente, a individuos, grupos y organizaciones que con percepciones similares sobre los impactos de los procesos de globalización, reaccionan a los impulsos negativos en aparentes contradicciones entre una multiplicidad de fuerzas políticas, económicas, sociales y culturales existentes en el sistema mundial contemporáneo. La imagen e identidad de los grupos son parte de los recursos críticos de las organizaciones modulares. Bobrow and Boyer (2005) sostienen que la emergencia de la identidad colectiva que aglutina intereses comunes de los actores es el centro del multilateralismo incremental que se desarrolla en las economías más industrializadas.

El principio de la identidad colectiva se debilita por las políticas económicas y sociales neoliberales y neoconservadoras. El mercado tiene efectos que desintegran la identidad comunitaria y en la solidaridad social, los cuales pueden ser contrarrestados por la acción de una sociedad civil organizada. Tanto el individualismo como la identidad comunitaria, étnica o religiosa debilitan la identidad nacional al extremo de desaparecerla. La identidad étnica o cultural es reforzada porque la gente recurre a seguir sintiéndose anclada a un área geográfica.

Bajo la premisa de que la globalización representa una constricción, los gobiernos aplican políticas que dan prioridad a la creación de empleos precarios y que incrementan la desigualdad, refuerzan la desafección democrática, debilitan la identidad colectiva y con ello los lazos solidarios. Las identidades, las prácticas sociales y el conocimiento se construyen en contextos de desigualdad de poder y de acceso a recursos escasos. En efecto, todas las sociedades de la región vienen experimentando, con mayor o menor intensidad, una pérdida de sentido de pertenencia de las personas a la sociedad, de identidad con propósitos colectivos y de desarrollo de lazos de solidaridad.

La democracia se identifica con la política como una manera de ser de lo político y un modo de subjetivación de lo político para interrumpir el orden de una comunidad por un actor que se define en una identidad colectiva para disputar el espacio de poder. Hay democracia si hay una esfera específica de apariencia del pueblo.

4. Identidad y acción colectiva

Las preocupaciones por la identidad colectiva combinan con la ideología y los asuntos estratégicos para influenciar los marcos de referencia de la acción colectiva. El enfoque de acción identidad considera las diferencias entre las clases de las sociedades industriales y post industriales, que permanecen como clases con intereses materiales.

La identidad colectiva y acción es socialmente construida a través de redes de comunicación dentro, entre y más allá de las fronteras inmediatas de los participantes de los movimientos. La construcción de la identidad se explica por el análisis del marco de referencia (GOFFMAN'S, 1974), que involucra la imputación de la identidad compartida y los motivos que sirven como ímpetus para la acción colectiva.

Las normas, reglas y acciones constituyen las identidades de los individuos, los grupos y de las comunidades que derivan en conflictos de clases y que son el punto de partida para la interpretación de la acción colectiva. La acción colectiva de los movimientos involucra asuntos de normas sociales e identidad y negociaciones y cálculos menos estratégicas, y la lucha tiene lugar en el campo de la sociedad civil más que en el campo de la política. Buenos ejemplos son el acercamiento del análisis de acción identidad y los movimientos políticos del final de los sesenta y 1970s: la movilización antinuclear, los levantamientos estudiantiles y las protestas urbanas.

La corriente europea, pone un marcado énfasis en los procesos de identidad y su preeminencia, poco racional, en toda acción colectiva. El impacto de los cambios de la racionalidad en las identidades individual y organizacional es una importante dimensión de la teoría institucional (TOWNLEY, 2002). Wendt (1994) hace una relación entre la acción racional y los acercamientos a los bienes públicos para explicar los enfoques constructivistas y de cooperación para analizar las implicaciones individuales y sus agregaciones transnacionales que definen sus identidades en espacios políticos y subsecuentemente toman acción en sus intereses.

La identidad colectiva como una definición interactiva y compartida producida por varios individuos interactuando que están preocupados con la orientación de sus acciones así como también el campo de oportunidades y limitaciones en las cuales sus acciones tienen lugar (MELUCCI, 1989, p. 26). El sentido de acción colectiva que construyen por los actores sociales en función de atributos sociointerculturales delimitan las identidades

individuales y comunitarias. Wendt (1994, p. 386) argumenta que la resolución de los problemas de acción colectiva depende en gran medida de las identidades sociales generadas por los intereses propios y los intereses colectivos de las partes involucradas.

La formación de alianzas entre las personas basadas en la solidaridad e identidad a través de redes de conocimiento permitirá una mayor movilización política de las comunidades para ejercer acción colectiva contra prácticas nocivas tanto del gobierno como de las grandes corporaciones transnacionales. Las dimensiones espaciales y temporales son modificadas por las tecnologías de la información y la comunicación, lo cual afecta las formas de acción colectiva y por tanto, la configuración de las identidades sociales y comunitarias.

5. Identidad y movimientos sociales

La identidad es una fuente de la movilización de movimiento. Un movimiento social es una red de interacciones informales entre una pluralidad de individuos, grupos y organizaciones enganchadas en conflictos políticos y culturales sobre la base de identidad colectiva compartida (Mario Diani). Un movimiento social es considerado como un grupo de individuos y organizaciones que protestan porque tienen una visión del mundo y una identidad colectiva que les permite a los participantes en varios eventos de protesta poner su acción en una perspectiva amplia (DELLA PORTA and DIANI, 1999, p. 19).

Un conjunto compartido de creencias y un sentido de pertenencia es necesario para ser considerado como un movimiento social, esto es lo que crea nuevas identidades colectivas y sistemas de valores y que mantiene al movimiento incluso cuando la actividad es baja (DELLA PORTA and DIANI, 1999 14-15). Los movimientos sociales son activos y constructivos parte de las sociedades civiles modernas en tanto que empujan hacia nuevos

valores, identidades y paradigmas culturales (COHEN and ARATO, 1997).

La naturaleza de la formación ideológica de los movimientos se fija en la naturaleza de la formación de la identidad. Las construcciones de la identidad colectiva juegan múltiples roles en los movimientos sociales y en las redes de asuntos. El grado de presión generada por las redes depende de variables que están relacionadas a los teóricos de los movimientos sociales: marcos de referencia de recursos y capacidades organizacionales, dinámicas inter organizacionales, oportunidades políticas, identidades colectivas y acciones colectivas y las formas de contención elegidas

La literatura de los movimientos sociales se enfoca en la estrategia política, la ideología, la acción, incentivos de solidaridad y las identidades colectivas. Los acercamientos teóricos al estudio de los movimientos sociales que enfatizan las causas de los movimientos sociales son el acercamiento a la identidad, los modelos de procesos políticos, la elección racional y las teorías estructurales. Se argumenta que la teoría del movimiento social retiene un reduccionista concepto de acción política y es bajo el área teorizada de intereses e identidad relacionados con los movimientos entendidos como organización política, la clase, entendida como intereses dados (PAKULSKI, 1995). El paradigma de identidad de Melucci reemplaza la actividad de los movimientos sociales dentro de los contextos socioculturales de los cuales procede.

Los movimientos sociales bajo la teoría de acción identidad son normales como la expresión de diferentes intereses de clases que finalizan en contradicciones agudas. Los movimientos desarrollan identidades colectivas como parte de sus actividades originales, una compleja definición de procesos como grupos retadores y a través de apostar al conflicto para traer el cambio social. La transformación del capital social tiene relación con los cambios a niveles sociales y con los cambios en la identidad de los individuos. Los movimientos sociales desarrollan identidades colectivas

para cambiar realidades y transformar la cultura política y las relaciones sociales autoritarias (ESCOBAR and ALVAREZ, 1992)

El debate contemporáneo es sobre los movimientos sociales viejos y nuevos, entre los proponentes de los paradigmas de la movilización de los recursos y los orientados a la identidad. La noción de identidad subraya la teoría de los Nuevos Movimientos Sociales. En la literatura europea sobre los movimientos sociales se ha desarrollado la teoría de los nuevos movimientos sociales enfocándose en el origen de los movimientos, los motivos por los que los movimientos sociales surgen, y como la creación de las nuevas identidades reta el orden social y político.

La identidad colectiva es la más importante tarea de la formación del movimiento y éxito. (MELUCCI, 1996; LARAÑA et al, 1994). La identidad de un movimiento colectivo puede cambiar cuando el clima político modifica las expansivas oportunidades políticas y se convierten en más favorables a los movimientos retadores y sus metas.

La existencia de una cultura global y su impacto en las tradiciones y mitos nacionales, la identidad nacional, la afiliación religiosa, las familias, la etnicidad, etc. son asuntos muy cuestionados por autores como Barber (1995), Held (1996), Castells (2000) y Harvey (2000). Diani (1990) analiza estos efectos en las organizaciones que movilizan recursos de participación, organizaciones que se centran en recursos profesionales y redes transnacionales para concluir que los movimientos sociales deben ser interpretados en sus estructuras de redes y en sus procesos de construcción de identidades sociales, políticas y culturales.

Sin embargo, la globalización de los flujos de capitales, producción, distribución y consumo, está debilitando las identidades colectivas de los pueblos (HARVEY, 2000; MITTELMAN, 2000), lo que está dando lugar a movimientos de resistencia que arraigados en las identidades culturales locales e indígenas, reaccionen a las tendencias globalistas hegemónicas (TEHRANIAN, 1998). Un movimiento local

luchando para ganar apoyo de las organizaciones no gubernamentales debería conocer sus identidades, metas, etc.

Las identidades alternativas dentro del movimiento proveen una estructura de identificación política y un marco de referencia al conflicto que origina (TARROW, 1992; MELUCCI, 1995; ZALD, 1996). Los conflictos de distribución económica notan la afirmación de las identidades colectivas en los movimientos de resistencia local los cuales se conectan en redes globales. Las redes de interrelación entre actores y movimientos con su contexto institucional espacial desempeñan un papel importante en el proceso de transformación social o de protesta, por lo que su formación y acción colectiva crea una identidad pública no sujeta a fronteras de ningún tipo.

Las formas de globalización de lo local se transforman en fuerzas políticas en defensa de los lugares y sus identidades, mientras que las formas de localización de lo global se transforman en movimientos que los locales pueden utilizar para sus propios fines. Brosius (1997), afirma que no es fácil conceptualizar las formas concretas en que se presenta el tráfico en dos sentidos entre lo local y lo global y argumenta que “Incluso el componente local de los movimientos sociales en contra de las naturalezas del capital y de la modernidad está de alguna manera globalizado, por ejemplo en la medida en que dichos movimientos sociales toman prestados discursos metropolitanos sobre la identidad y el entorno”. La modernidad implica el desarrollo democrático y por lo tanto, es la adopción del principio de que los seres humanos individuales y colectivamente (esto es, como sociedades) son responsables de su historia (AMÍN, 2001).

El acercamiento de la identidad al estudio de los movimientos sociales argumenta que los movimientos sociales democratizaran la democracia y eventualmente traerán la democracia radical (BEER, 1997) Los acercamientos teóricos de Ernesto Laclau, David Slater, Tilman Evers, Escobar and Alvarez, sin embargo, carecen de evidencia empírica. Los

movimientos sociales son medios de desarrollo de la identidad social y recuperación democrática mientras que organiza la movilización política contra la dictadura.

El mismo movimiento por el que los sistemas sociales distribuyen recursos para la individualización sirve de manera simultánea para fortalecer las formas de control y transferirlas a ese nivel básico en el que se da forma al significado y la identidad individual. Los procesos de la individualización enfatizan la presencia del individuo por sobre lo colectivo, escindiendo en forma nominalista entre el individuo y la sociedad, mediante el debilitamiento de los referentes materiales y simbólicos de las identidades colectivas.

Una relación dinámica define los movimientos de acuerdo a un marco de acción que se ubica dentro de una perpetuidad cíclica de la identidad movilizada de cada uno de los otros (BRUBAKER, 1996, p. 20-21). Los movimientos sociales se comportan en ciclos de sus propias relaciones a ciclos sistémicos estructurales más amplios, desplegando variedad e intercambiabilidad, compartiendo movilización individual a través del sentido de moralidad e injusticia y por la sobre vivencia e identidad.

El movimiento esta estructurado desde arriba y expresa un cambio en la forma en la cual las identidades colectivas, las orientaciones normativas y las metas comunes se definen (ARMONY, 2003). Cuando los ciclos ideológicos se entrecruzan con las olas de movimientos de protesta social, es difícil demostrar que las altas y bajas de los movimientos sociales coinciden con un ciclo ideológico y su identidad en la historia.

El nacionalismo es un movimiento ideológico para el logro y mantenimiento de la autonomía, unidad e identidad en nombre de la población recomendado por algunos de sus miembros para constituir una nación actual o potencial Smith (1991, p. 73). El nacionalismo incrementa un repertorio creando una gran escala en la cual el movimiento puede

interactuar en la batalla contra la identidad competitiva del Estado (SCHÖPFLIN, 1995; KUPCHAN, 1995).

La formación de la identidad cultural comunitaria es un proceso histórico social que da sentido a las expresiones políticas. Valorar la identidad cultural es considerar las estrategias efectivas para transformar el conocimiento y la cultura local en un recurso económico que contribuya al desarrollo sustentable e incluyente de las unidades espaciales. La estrategia de valorización de la identidad cultural para el desarrollo regional es considerada en Europa, basada en la continuidad de la herencia cultural bajo procesos de regeneración de la identidad de los grupos sociales pertenecientes a territorios específicos.

La identidad cultural, el proteccionismo y la política económica orientada a la demanda son algunas de las características de este nacionalismo que ya no resiste frente a los embates de los procesos de globalización. La identidad del estado es eventualmente evaluada, procesada y actuada con el movimiento a efecto de crear un espacio autónomo. La causa de conflicto entre el Estado y los movimientos dentro del ciclo de acción-reacción-acción que la identidad enmarca son refinada.

Algunas de las transformaciones que han ocurrido desde el movimiento estudiantil son la emergencia de una red de movimientos sociales y el despertar de la conciencia de un partido que ha gobernado por largo plazo, el Revolucionario Institucional que clama ser el cuidador del nacionalismo mexicano y de la identidad nacional.

La identidad nacional provee a los movimientos con una nueva codificación y estructuración. El movimiento nacional profesa una alternativa ideológica a la organización social que puede afectar tanto a la identidad individual como colectiva (ERCEGOVAC, 1999). El movimiento nacional a través de la movilización de los valores culturales étnicos, amenaza la identidad de las elites, la legitimidad del Estado y su lugar dentro de la estructura orgánica de la sociedad (HAVEEL, 1985, p.

82). Una movilización de un movimiento nacional reciproca en el centro del Estado crea riesgos de su identidad propia.

La búsqueda por la identidad tangible para sostener la lealtad pública debido a la naturaleza fluida y transitoria de los movimientos, que la extensión de marcos de referencia interpretativos es uno de los principales mecanismos para la difusión de un ciclo de protesta (TARROW, 1989, p. 24).

Algunos movimientos están centrados en grupos minoritarios los cuales representan la fortaleza del movimiento con la inserción y reafirmaron de la identidad o los antecedentes culturales y la identidad (HIGLEY and GUNTHER, 1992), que ponen en la movilización de los movimientos nacionales como opuestos a la alternativa estatista de alguna historicidad y permanencia que los Nuevos Movimientos Sociales y otros movimientos no pueden tener (HECHTER and FRIEDMAN, 1984).

Los movimientos identitarios antiglobalizadores se identifican como movimientos de resistencia, repliegue y reconstrucción de las identidades culturales comunitarias que cuestionan los valores económicos centrados en los mercados y en las formas de representación democrática promovidos por los procesos globalizadores. El surgimiento de las identidades de resistencia colectiva representa una amenaza al desarrollo de la nación estado en un proyecto de identidades con objetivos de transformación socialmente específicos (CASTELLS, 2003).

Los Nuevos Movimientos Sociales son una forma colectiva de acción para contestar a los abusos del poder económico y político el cual involucra procesos de auto conciencia para crear identidades humanas y sociales libres de dominación del Estado y del Mercado. Los nuevos Movimientos Sociales se relacionan con la construcción de nuevas identidades políticas sociales y económicas, las cuales entran en conflicto con las normas existentes y valores, algunos de los cuales son negados por el Estado o por el mercado.

Los nuevos movimientos sociales significativos problematizan la identidad y cuestionan nuevos estilos de vida y significados culturales más allá de inquietudes políticas y con énfasis en conocimientos, saberes y códigos culturales de especial importancia para las sociedades actuales (RODRÍGUEZ GIRART, 2002). Estudios europeos en los Nuevos Movimientos Sociales enfatizan la cultura y la religión pero no consideran las luchas económicas y políticas en la construcción de la identidad colectiva.

Los Nuevos movimientos Sociales son más defensivos, movilizan el poder social que atrae a la identidad, moralidad, justicia, y sobre vivencia. Los nuevos movimientos sociales actúan como fuerzas que resisten las presiones sistémicas que empujan hacia la conformidad, reivindican nuevos espacios de autorrealización y construcción de significados generadores de códigos culturales alternativos a los dominantes, construyen nuevas identidades colectivas con nuevos procesos de acción.

Los nuevos movimientos sociales se desarrollan como redes más que como organizaciones estables en períodos activos y en períodos latentes de actividad modificando sus características y presencia mediante la construcción de identidades colectivas. Así, los nuevos movimientos sociales forman redes informales de relaciones de individuos y organizaciones aglutinadas en una identidad colectiva que movilizan recursos para resolución de conflictos.

Existen muchos ejemplos que demuestran la acción de los movimientos de identidad cultural inter estatales en un mundo globalizado y que reaccionan a los impactos de los procesos de la globalización económica. La participación en estas redes ha implicado ajustes de su identidad en la perspectiva nacional o regional cuando la interacción con otros movimientos tales como las feministas y ecologistas. Los movimientos regionales que buscan permanecer dentro de estado requieren una base cultural, de identidad e ideológica. Los Nuevos Movimientos Sociales son

los contemporáneos verdes, de mujeres y otros movimientos de identidad del Norte.

6. Identidad de los movimientos sociales en México

Los movimientos sociales en Latino América guían a la formación de nuevas identidades, la emergencia de nuevos actores sociales y políticos, la creación de nuevos espacios políticos y la expansión de la sociedad civil (HELLMAN, 1994). La mayoría de los partidos y movimientos progresistas en Latinoamérica reconocen que están seriamente lesionados por sus fracasos para ofrecer una alternativa efectiva al opresor proyecto neoliberal y como resultado establecen un diálogo internacional dirigido a desarrollar una nueva identidad y una estrategia para la nueva era.

Los Nuevos Movimientos en Latino América son caracterizados por la emergencia de las nuevas identidades, la búsqueda de autonomía y las practicas nuevas (HELLMAN, 1992), mas participación de la mujer (JAQUETTE et al, 1989), la defensa y afirmación de la solidaridad, la lucha contra la jerarquía y la alineación (SLATER, 1988, p. 6).

Los estudios de los movimientos sociales latinoamericanos se concentran en la ciudadanía y en la lucha por la sociedad civil, por no consideran como los puntos de vista de la religión y la cultura dan forma a la identidad y a la acción. Los movimientos ciudadanos son formas nuevas de expresión de las identidades colectivas como una respuesta a las reformas del libre mercado de los noventa y son diferentes desde otras formas de movilización social, tales como los retos populistas e insurgentes al orden social.

Ya sea que los nuevos movimientos sociales construyen nuevas identidades enraizadas en el pasado, es un dilema que surge con respecto a los movimientos indígenas que miran a los tiempos pre coloniales para proponer una nueva forma de comunidad. Los movimientos indígenas son caracterizados como procesos de construcción nacional en la búsqueda de

identidades colectivas mirando a la identidad social compartida basada en la tradición cultural. Los movimientos indígenas retan a la búsqueda de equilibrio entre la identidad cultural y los logros políticos, económicos y sociales dentro de una sociedad capitalista. Estos movimientos tienen también simultáneamente identidades subnacionales vindicadas.

Algunos movimientos locales fueron defecciones del partido corporativista que estuvo en el poder, mientras que otros emergieron de una apertura dentro de la clase política gobernante en los inicios de los setenta y han sido promovidos independientemente desde abajo con una fuerte movilización basada en la identidad étnica, como en el caso de Juchitlan, el pueblo mercado Zapoteca de Oaxaca

El arte es uno de los medios que los movimientos sociales usan para contestar significados atribuidos a cualquier cosa desde la revolución, la democracia y la justicia a lo más íntimos de las expresiones de identidad y vida diaria. El arte asociado con los movimientos de oposición desde los sesenta es uno de los múltiples esfuerzos contra hegemónicos para representar y redefinir los significados de la identidad y cultura mexicana. El movimiento asociado del arte de México estaba en transición de los movimientos basados en clases de los setenta y ochenta a los nuevos movimientos basados en la identidad de los ochenta y noventa con el surgimiento de movimientos populares centrados en la nueva mujer – arte.

La presencia de los movimientos feministas y de homosexuales se incrementó durante los ochenta y los noventa, a pesar de que las interconexiones entre los movimientos asociados al arte, el género, la sexualidad, la identidad nacional y el poder son difíciles de presentar y resolver; pero sus activistas estaban presentes influenciando muchos otros movimientos sociales y populares. Vaughan (1997); and Rubin (1997) enfatizaron la identidad nacional y construyeron en el contexto de los esfuerzos contra hegemónicos de los movimientos y comunidades de base

en México. La identidad entre las comunidades provee involucramiento emocional en la acción colectiva. Los movimientos tienen un instrumental para reconocer la centralidad del género, sexualidad, y objetividad y en retar la configuración del poder, la identidad nacional y la ciudadanía.

Las emociones surgidas por los rituales como medios para afirmar las identidades dramatizan las injusticias y construyen solidaridades, explican el activismo por las respuestas públicas y la acción colectiva política de los movimientos sociales urbanos en México (AMINZADE and MCADAM, 2001). Los candidatos políticos que pertenecen a los movimientos sociales hicieron campañas bajo su propia identidad organizacional. Los activistas de los movimientos sociales bajo el liderazgo de Cuauhtémoc Cárdenas, hijo del creador del Estado mexicano, presidente Lázaro Cárdenas (1934-1940), ofreció recobrar la identidad nacional perdida por la implementación de las políticas económicas neoliberales, pero perdió las elecciones presidenciales de 1988.

La cuestión de identidad y autonomía desde los partidos políticos son fundamentalmente para los nuevos movimientos sociales que emergen en México. Las organizaciones No Gubernamentales de la izquierda y los movimientos pro democracia en México trataron de volver a capturar la identidad de la sociedad civil excluyendo las otras fuerzas y los actores sociales y en una forma exclusiva por sí mismos a través de los noventa. Los movimientos sociales encontraron difícil resistir la atracción de las ofertas de co optación del régimen y fueron absorbidas por el partido oficial o uno de sus sectores a cambio de favores, a pesar de que retienen su estatus, identidad y autonomía.

La territorialización de la identidad en el contexto de una transnacional y más global movimiento ambiental en los bosques de Chimalapas, Oaxaca, descansa crecientemente en imágenes de lo local en las representaciones públicas de los asuntos ambientales. Conflictos de clase y étnicos están en la base de la lucha por la identidad de los

pueblos indígenas. A pesar de que los movimientos indígenas tienen un componente étnico importante, comparten elementos comunes con otros movimientos sociales.

En enero del 94, la revuelta Zapatista de las comunidades indígenas Mayas en Chiapas recibió solidaridad de las organizaciones de los movimientos indígenas y de campesinos, redes, alianzas y coaliciones. El movimiento Zapatista parece llenar la definición de un nuevo movimiento social porque concierne con la identidad étnica, busca su total autonomía de las organizaciones y los partidos políticos, llama por una liberación cultural y sobre vivencia de los indígenas de México y de los campesinos de Chiapas, el consumo colectivo y demanda de servicios públicos. Las interacciones entre miembros, de una única identidad sincrética global, la cual inspira el movimiento en su acción colectiva de resistencia contra el desplazamiento e invasión de tierras.

A través del uso creativo de imágenes e información, las gentes indígenas han volteado la marginalidad y la pobreza en su más grande fortaleza en la emergencia de los movimientos basados en la identidad internacionalizada. Es todavía temprano para evaluar el grado e el cual el movimiento del EZLN está logrando cambiar de cultura política a través de elementos que son parte de la historia de los movimientos, tales como la democracia radical y las prácticas autónomas, claman su identidad indígena, tradiciones y dignidad. Los movimientos indígenas mantienen algunos niveles de autonomía y ha incrementado su capacidad de negociar con el Estado.

El Congreso Nacional Indígena empezó en 1996 a traer consigo los movimientos indígenas alineados con los Zapatistas bajo el supuesto de crear un entendimiento del sentido colectivo de sí mismo en movimiento en contraste a homogeneizar el mestizaje (mixed-race) y las categorías de identidad así como a ganar reconocimiento como ciudadanos (ROSALDO, 2000).

La Alianza Cívica tuvo un perfil del movimiento social y el Movimiento Cívico por la Democracia que opero mas como una Organización No Gubernamental, tomo en tareas compartidas la identidad de la sociedad civil mexicana con las Organizaciones No Gubernamentales.

La participación de las mujeres indígenas en los movimientos desde 1994, una década de prácticas políticas de los movimientos, apoya el argumento de la multi dimensionalidad de la identidad y las experiencias de opresión por el Estado mexicano para crear las dicotomías entre los derechos de las mujeres y los derechos de los indígenas. La participación de las mujeres urbanas pobres en los movimientos populares y protestas los hacen sujetos activos del cambio social y contribuyen a reformular sus identidades como ciudadanos, para incluir los derechos a condiciones de una vida decente y a derechos a la voz en dominios públicos y privados (BENNETT, 1998, p. 129).

El movimiento anti golf creo una única cultura híbrida: identidades transnacionales, Greenpeace y Amnistía Internacional mezcladas con locales, la rebelión de los tepoztecos, para crear identidades que el movimiento era un ambiental dedicado a los principios de los derechos humanos. Como un movimiento, la sociedad civil resistió los abusos del Gobernador en Tepoztlan, Estado de Morelos cuando en 1998, la sociedad civil impuso su criterio de una perspectiva democrática a la legalidad y respeto por el Estado de Derecho, y una rendición de cuentas de la administración. A través de sus experiencias, los movimientos reafirmaron las viejas identidades y combinaron con nuevos elementos para crea una cultura local dinámica y envolvente dentro de un contexto de realidades nacionales y globales (MCALLISTER, 2005).

Las gentes indígenas creen y participan en sindicatos, partidos políticos o cooperativas que, hasta 1980, no articularon sus demandas en términos de su identidad, mas bien tendieron a identificarse por sí mismos como organizaciones de campesinos (YASHAR, 1998; ALBÓ. 1999). Los

movimientos indígenas están formados por las luchas por la identidad y la necesidad para abrir un espacio para la sobrevivencia dentro de la política nacional, y en ambiente económico y social, movimientos de indígenas que tienen sus raíces durante el periodo colonial. Los movimientos agrarios y étnicos son conscientes de la lucha por la identidad y empiezan a establecer sus demandas como derechos, derechos de las tierras, o derechos educacionales.

Hay una influencia creciente en movimientos asociados al arte en temas de género, sexualidad, subjetividad e identidad nacional e incrementar los efectos de movimientos feministas, homosexualidad y subjetividad en la cultura política de México. La poética cultural de estos artistas redefine colectivamente las identidades y a través de las relaciones con los movimientos sociales progresivos contribuyen a la reconstrucción del poder social.

Townsend, Porter and Mawdsley (2004), reporta que en México, las mujeres participan en movimientos sociales, siendo transformadas en quienes son ellas (p. 194). Las Organizaciones No Gubernamentales han estado ayudando a desarrollar el poder de las mujeres rurales en cuestiones prácticas y en la búsqueda de formas alternativas de vida. Las mujeres campesinas dejan sus casas, se unen a grupos, dibujan cuadros de sí mismas y de sus vías en términos de movimiento, soledad, barreras y grupos. Todas compartieron estas narrativas y construyeron una identidad compartida.

El movimiento construye una convergencia de movimientos respetado la identidad de otros movimientos y redes, abriendo espacios para enfocarse en el género, denunciando proyectos bio prospectivos y promoviendo el medio ambiente como espacio común para garantizar la vida para todos.

7. Referencias Bibliográficas

ALBÓ, X. Andean people in the twentieth century. In: SALOMON, F.; SCHWARTZ, F. (Eds.). **The cambridge history of the native peoples of the Americas**. v. 3. South America. Cambridge: Cambridge University Press, p. 765–869, 1999.

ARMONY, V. **Building Citizenship**: social protest and citizen mobilization. In: Latin America. CONFÉRENCE ORGANISÉE PAR L'HEMISPHERIC CIVIL SOCIETY CONFERENCE UNIVERSITÉ. McGill Université du Québec à Montréal, 2003.

AMÍN, S. **Imperialismo y globalización**, 2001. Disponible en: <<http://www.rcci.net/globalización/2001/fg175.htm>>.

AMINZADE, R.; MCADAM, D. Emotions and contentious politics. In: AMINZADE, R.; GOLDSTONE J.; MCADAM, D.; PERRY, E. J. **Silence and voices in the study of contentious politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

BARBER, B. **Jihad vs. McWorld**. New York: Times Books, 1995.

BEER, C. **Measuring the impact of popular organization**: the frente democrático campesino in Chihuahua, Mexico. MEETING OF THE LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION, 1997.

BENNETT, V. Everyday struggles: women in urban popular movements and territorially based protests in Mexico. In: Rodríguez, V. E. **Women's participation in mexican political life**. Oxford: Westview Press, p.116-130, 1998.

BOBROW, D. B.; BOYER, M. A. **Defensive internationalis**: providing public goods in an uncertain world. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2005.

BRUBAKER, R. **Nationalism reframed**: nationhood and the national question in the new Europe. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

CASTELLS, M. **The power of identity**. Published by Blackwell Publishers, 2003.

CASTELLS, M. The network society: in the global transformation reader – an introduction to the globalization debate. Edited by Held and McGrew. London: Blackwell Publishing, 2000.

CD Interactivo del Taller. **Territorios con Identidad Cultural**. (Cusco, 19 y 20 abr. 2006).

COHEN, J.; ARATO, A. **Civil society and political theory**. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1997.

PORTA, D.D. ; DIANI, M. **Social movements: an introduction**. Oxford: Blackwell Publishers, 1999.

DIANI, M. The network structure of the Italian ecology movement. **Social Science Information**, v. 29, n. 1, p. 5-31, mar. 1990.

ERCEGOVAC, A. **Competing national ideologies, cyclical responses: the mobilisation of the irish, basque and croat national movements to rebellion against the state**. Sydney, 1999. Thesis, Department of Government and Public Administration, University of Sydney, 1999. Disponible en: <<http://www.nationalismproject.org/articles/Pero/title.html>>.

ESCOBAR A.; ALVAREZ, S. (Eds.). **The making of social movement in Latin America: identity, strategy and democracy**. Westview Press, p. 62-85, 1992.

GIBSON, K; GRAHAM, J. **The end of capitalism** (as we knew it). Basil Blackwell. Oxford: Blackwell Publishers, 1996.

HARVEY, D. Time-space compression and the postmodern. In: HELD, D.; MCGREW, A. (Eds.). **The global transformation reader: an introduction to the globalization debate**. Edited. London: Blackwell Publishing, 2000.

HAVEL, V. The power of the powerless. In: KEANE, J. (Ed.). **The power of the powerless: citizens against the state in central-eastern Europe**. London: Hutchinson, 1985.

Dilemas e Diálogos Platinos: RELAÇÕES E PRÁTICA SOCIOCULTURAIS

HECHTER, M.; FRIEDMAN, D. Does Rational Theory Suffice ? Response to Adam . **International Migration Review**, v. 18, n. 2, p.381-388 , 1984.

HELD, D. **Models Of democracy**. 2. ed. Stanford : Stanford University Press, 1996.

HELLMAN, J. A. Mexican popular movements, clientelism and the process of democratization. **Latina American Perspectives**, issue 81, v. 2, n. 21, p. 124-142, 1994.

HELLMAN, J. A. **The study of new social moments in Latin American and the question of autonomy**. In: ESCOLBAR , A. ; ALVAREZ , S. (Eds.) . The making of social movements in Latin America. Westview, p. 52- 61, 1992.

HUNTINGTON, S. **The Clash of civilization and the remaking of world order**. New York : Touchtone Edition, 1997.

KUPCHAN, C. A. (Ed.). **Nationalism and nationalities in the new Europe**. Ithaca: Cornell University Press, 1995.

LAIDI, Z. **El desafío de la hipermundialización**. Nexos, n. 268, abril 2000.

LARAÑA , E.; JOHNSON, H.; GUSFIELD, J. R. (Eds.) **New social movements: from ideology to identity** . Philadelphia : Temple University Press , 1994.

LAVALLE , T. M.; BYER , M. A. Globalization and local governance : implications from Wal-mart's expansion. *International Studies Perspectives* , v.7, p. 254-266, 2006.

NOGUEIRA, R. M. **Estado , sociedad civil y gestión pública**. Parte I y II . Magazine Instituto Internacional de Gobernabilidad, n. 25, 18 dec. 2001.

MCALLISTER, J. S. **Grounding theory: cultural politics in Mexican social movements** in Kumar, Avitama and Ryan Michel : *politics and culture*, 2005. Disponible en: <<http://aspen.conncoll.edu/politicsandculture/page.cfm?key=239>>.

MELUCCI, A. Third world or planetary conflicts? In: ALVAREZ, S.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (Eds.). **Culture of politics, politics of culture: re-visioning Latin America social movements**. Boulder, CO: Westview Press, p. 422-29.

MELUCCI, A. **Challenging codes**: collective action in the Information Age. New York: Cambridge University Press, 1996.

MELUCCI, A. **The process of collective identity** . In: JOHNSTON , H. ; KLANDERMANS, B. (Eds.) .op. cit. , 1995.

MELUCCI, A. **Nomads of the present. social movements and individual needs in contemporary society**. Philadelphia : Temple University Press, 1989.

MELUCCI, A. **The symbolic challenge of contemporary movements** . Social Research , v. 4, n. 32, 1985.

MITTELMAN, J. H. **The globalization syndrome**: transformation and resistance. Princeton: Princeton University Press, 2000.

MORRIS, A.; MULLER, C. **Frontiers in social movement theor**. New Haven : Yale University Press, 1992.

PAKULSKI, J. Social movements and class: the decline of the Marxist paradigm. In: MAHEU, L. (Ed.) . **Social movements and social classes**: the future of collective action. London: Sage , 1995.

RAMOS, R. La jaula del poder: reflexiones sobre las sociedades democráticas. **Claves de La razón práctica**, n. 39, ene : 1994.

GIRALT, I. R. **El efecto de las TIC en la organización de la acción colectiva**: la virtualización de los movimientos sociales , 2002.

ROSALDO, R. La pertenencia no es un lujo: procesos de ciudadanía cultural dentro de una sociedad multicultural . **Desacatos**. Ciudad de México: CIESAS, Spring, p. 39-49, Speed, Shannon, 2000.

RUBIN, J. **Decentering the regime**: ethnicity, radicalism, and democracy in Juchitán, Mexico, Durham, NC: Duke University Press, 1997.

SCHÖPFLIN, G. Nationalism and ethnicity in Europe , east and west . In: KUPCHAN, C., A. (Eds.). op. cit., 1995.

SLATER, D. 1998.

SNOW, A. D.; ROCHFORD, E.; WORDEN, S. K.; BENFORD, R. D. Frame alignment processes, micromobilization, and movement participation. **American Sociological Review**, n. 5, p. 464-81, 1986.

TARROW, S. **Mentalities, political cultures, and collective action frames**: constructing meanings through action . In : MORRIS , A. D. ; MUELLER, C. M. (Eds.). op. cit, 1992.

TARROW, S. 1989.

TEHRANIAN, M. Pancapitalism and migration in historical perspective. **International Political Science Review**, v. 3, n. 19, p. 289-303, 1998.

TOWNLEY, B. The role of competing rationalities in institutional change. **Academy of Management Journal**, v. 45, n, 1 , p. 163-169, 2002.

TOWNSEND, J. G.; PORTER, G.; MAWDSLEY, E. **Creating spaces of resistance**: development NGOs and their clients in Ghana , India and Mexico, Antipode, 2004.

LLOSA, M. V. **Las culturas y la globalización**, 2000. Disponível em: <<http://WWW.elpais.es/p/d/graficos/cabezas/filete.gif>>.

VAUGHAN , M. K. **Cultural politics in revolution teachers**: peasants, and schools in Mexico- 1930-1940. Turcson: University of Arizona Press, 1997.

WENDT, A. Collective identity formation and the international state. **American Political Science Review**, v. 2, n. 88, p. 284-396, 1994.

YASHAR, D. Indigenous movements and democracy in Latin American. **Comparative Politics**, v. 3, n. 1, p. 23-43, 1998.

ZALD, M. N. (1996). Culture, Ideology and Strategic Framing. In: MCADAM , D.; MCCARTHY, J. D.; ZALD, M. N. (Eds.). op. cit., 1996.

GASPAR SILVEIRA MARTINS, A FRONTEIRA PLATINA E O FEDERALISMO

Maria Medianeira Padoin¹

O federalismo no processo histórico de colonização e de construção dos estados nacionais no Continente Americano apresenta variados significados, vinculados às interpretações e propostas políticas relacionadas aos espaços, temporalidades e contextos históricos e a discursos de diferentes facções, grupos ou partidos políticos.

Desde o final do século XVIII, tanto na independência das Treze Colônias inglesas e na formação dos Estados Unidos, como nas lutas que envolveram os processos de independência das colônias espanholas e portuguesa, havia a presença de projetos e idéias federalistas, de independência ou de autonomia.

O Brasil vivenciou fortemente essa experiência em todo o processo de independência, como na própria formulação de sua primeira Constituição. Porém, com a Constituição outorgada, a esperança dos poderes regionais em organizar uma Monarquia Federalista não iria se concretizar. Assim, com o descontentamento com a Constituição de 1824, houve uma proposta de sua reforma pela Câmara dos Deputados, no sentido de se criar uma Monarquia Federal e Constitucional.

Foram sugeridas as criações de Assembléias Provinciais e de Executivos municipais, onde houvesse a divisão de ingressos entre o governo central e as províncias, e a extinção do Conselho de Estado, do Poder Moderador e o do caráter vitalício do Senado.

¹ Professora Adjunta do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Maria/UFSM-Brasil; Doutora em História. E-mail: mepadoin@terra.com.br

Porém, esta proposta não foi aceita pelo Senado Brasileiro e abriu-se o debate entre os reformistas e os paulistas oriundos da Universidade de Coimbra. Os primeiros defendiam o modelo de federação como a dos Estados Unidos (EUA); os segundos estavam preocupados com a possibilidade de a federação ocasionar a fragmentação do país, pois segundo Bernardo Vasconcelos, o problema não estava no federalismo, mas no “estado de civilização do Brasil”, que para ele não se comparava aos EUA, onde o povo possuía experiência no exercício de seus direitos políticos.

Em 1834, a pressão levou à Reforma Constitucional, que adotou alguns dos elementos defendidos anteriormente e que caracterizam uma organização federalista, ou seja, a criação das Assembléias provinciais e a divisão dos ingressos fiscais. Tal reforma foi denominada por alguns como “experiência Republicana do Império”, pois além daqueles aspectos, devido à minoridade do Imperador brasileiro, o Regente seria eleito pelo voto.

A Constituição de 1824, a tentativa de Reforma Constitucional de 1831 e a Reforma de 1834 causaram desilusão nas elites regionais que não se encontravam e não participavam diretamente do centro de decisões e do poder do Brasil – como as do Pará, do Maranhão, da Bahía e do Rio Grande do Sul, que promoveram rebeliões e guerras civis como a Cabanagem (1835-40), Balaiada (1838-41), Sabinada (1837) e a Revolução Farrroupilha (1835-45), respectivamente. Nesta última, os farrapos proclamaram, em 1836, a República Rio Grandense, com uma proposta federalista e republicana.

A experiência regencial demonstrou as semelhanças que a realidade vivenciada no Brasil possuía em relação às regiões de colonização espanhola, que estavam em processo de lutas e de construção dos novos estados nacionais, especialmente a região da bacia Platina. Nisto, destaca-se a afirmação do Conde Suzannet (1842), expressando: “que a unidade do Brasil é aparente e que o sonho de ser república como os EUA é muito grande”.

Assim, em 1837 veio a reação e a reforma conservadora, que reduziu o poder das Assembléias Provinciais e dos Juizes de Paz. Em reação a isso, os liberais proclamaram a maioria do Imperador Dom Pedro II (1840), o que significava o retorno da unidade do Império contra a centralização política, especialmente da elite do Rio de Janeiro. Em 1841 há o fim desta denominada “experiência republicana e federal” e o regresso conservador. A centralização política e administrativa continuava, mas mesmo assim o poder local/regional permanecia forte. O embate entre os liberais e os conservadores se acirrou muito em 1860.

No RS, segundo Helga Piccolo (1979, p. 110), “o Partido Liberal provava ser a mais forte agremiação política da Província e sua hegemonia no Rio Grande do Sul seria incontestável até o fim do Império.” No entanto, em nível de representação nacional, como na figura dos presidentes de Província, o Partido Conservador continuaria a dominar, ao menos de 1873 a 1877.

Na segunda metade do século XIX, aumentam os debates em torno dos modelos de república, de monarquia e de federalismo, especialmente entre as elites políticas regionais. Tais idéias estão presentes no Manifesto Republicano de 1870, no qual se percebe que uma república descentralizada é capaz de garantir a unidade e que a centralização absoluta leva à fragmentação. Percebe-se aí a tentativa de equilibrar os interesses e os poderes regionais.

Por exemplo, Tavares Bastos defendeu o federalismo por ser sinônimo de autonomia das províncias, de liberdade e de república, fundamentado especialmente nos Artigos Federalistas e na organização dos Estados Unidos. Para ele, o Império era sinônimo de centralismo, de despotismo e de absolutismo.

No que tange a discussão sobre o federalismo, percebe-se que este corresponde, na época, à defesa do poder privado e local/regional em

relação à interferência do poder central, pois é clássico e tradicional na história brasileira a forte presença do poder do local/regional.

Desta forma, o processo histórico brasileiro de constituição de seu estado nacional caracterizou-se pelo embate entre o Unitarismo/Centralismo X o Federalismo/Descentralização, como também ocorreu nos demais países americanos de origem espanhola e inglesa.

Assim, na segunda metade do século XIX, cresce no Brasil a defesa do federalismo como uma forma administrativa descentralizada, com a divisão política e eqüitativa dos poderes. Esse discurso se refere ao poder e a organização do poder da União, do Estado Nacional, ou seja, da relação do poder local/regional com o nacional. Com esta perspectiva também estava a defesa da República. Tais idéias foram propostas da elite brasileira, que interpretou o federalismo conjuntamente com a defesa da república quanto aos aspectos político e econômico, mais do que a defesa pela liberdade (para eles era condição para a liberdade e não a liberdade em si).

Nesse sentido, a explicação dada por Pierre Joseph Proudhon (1848), um estudioso do federalismo, é que o federalismo é o equilíbrio e a convivência da liberdade com a autoridade, pensamento que a maioria dos defensores da República brasileira, especialmente na perspectiva positivista, desconsideraram.

No Rio Grande do Sul, na segunda metade do século XIX o federalismo teve expressão no Partido Federal (PF) e no Partido Republicano Rio Grandense (PRR), que defendiam a garantia do poder local (autonomia local/regional), mas diferenciavam-se na interpretação da forma de organização política, da divisão e relação dos poderes e da relação entre estado-província e a União.

Tanto o PRR como o PF em seu discurso buscaram seus fundamentos históricos na Revolução Farroupilha, no que tange a defesa do Federalismo e da República.

Na época da Revolução Farroupilha (1835-45) havia interpretações e projetos políticos diferenciados entre os farrapos, com significados diferentes ao entendimento do federalismo. O federalismo defendido nesse período poderia significar uma proposta de união de estados independentes através de um tratado ou aliança, ou seja, de uma Confederação; ou significava a união de estados autônomos (estados membros, não soberanos/independentes) em um único estado, o Estado Federal. Poderia ainda significar um federalismo enquanto discurso em defesa da descentralização administrativa em um Estado unitário².

Assim, no período de transição da Monarquia para a República no RS, havia os que defendiam uma República Federal que apresentava a divisão dos poderes, na qual o poder Executivo, centrado na figura do presidente, era o que garantiria a unidade nacional. Tratava especialmente das questões de autonomia na relação entre estados-membros e a União, das garantias dos estados-membros.

Nesta perspectiva de interpretação encontra-se Júlio de Castilhos, que buscou inspiração na filosofia positivista como meio de propor um estado moderno e progressista, forte e autoritário, que será explicitada na Constituição estadual do RS de 1891 – que se destacou pelo centralismo do poder do Executivo, que acumulou as funções legislativas e de administração, enquanto a Assembléia Legislativa teve função exclusivamente orçamentária. A autoridade central prevaleceu sobre a liberdade e sobre a representação popular.

A defesa do federalismo inspirado nos EUA estava presente no discurso de Júlio de Castilhos, mas especialmente quando tratava da relação de poder que se deveria estabelecer entre o poder central brasileiro e o estado do RS, onde a autonomia regional deveria ser respeitada e entendida como os interesses de quem a governa, ou seja, o PRR.

2 PADOIN, Maria Medianeira. *O federalismo gaúcho*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

Havia também os que defendiam uma República Federal Parlamentar, especialmente os do Partido Federalista (fundado no RS em 1892), que entendiam que o republicanismo significava representação, ou seja, “o povo deve ser ouvido antes de passar à jurisdição de outros autorizados; e o representante mais direto da soberania popular é a assembléia legislativa” (Carlos Maximiliano, 1929, p.143). Defendiam assim uma relação harmônica entre os estados membros e a União, bem como a autonomia municipal, a eleição do presidente do estado por quatro anos –não podendo ser reeleito, e a eleição da Câmara (Assembléia Estadual) pelos distritos eleitorais também por quatro anos, entre outros.

Um dos principais representantes destas idéias foi o senador do Império brasileiro, Gaspar Silveira Martins, do Partido Liberal, que pregava: “e o Brasil não garantirá perfeita a liberdade individual, se as suas instituições não se fundarem todas na liberdade provincial” (21.08.1882).

Segundo seu registro de batismo, Gaspar Silveira Martins nasceu em 5 de agosto de 1835 em Cerro Largo (Melo), na República Oriental do Uruguai. Faleceu em 23 de julho de 1901, em Montevideú. Seu pai foi Carlos Silveira de Moraes Ramos (nasceu em Rio Pardo, RS, em 1791) e sua mãe Maria Joaquina das Dores Martins (nasceu em Encruzilhada, RS, 1802). É um filho da fronteira de um período de instabilidades (Revolução Farrroupilha).

Gaspar Silveira Martins iniciou sua vida pública como juiz municipal no Rio de Janeiro no período de 1858 a 1859. Em sua carreira política foi deputado liberal, senador, ministro da Fazenda, um dos fundadores do Partido Federalista e Presidente da Província do Rio Grande do Sul. Em 1862, foi eleito deputado provincial pelo Rio Grande do Sul, e em 1865 fundou o jornal “A Reforma”, principal instrumento de divulgação das idéias do PL/Federalista do RS. Em 1872, era deputado-geral. Em 1878, demitiu-se poucos meses após assumir o Ministério da Fazenda,

por não aceitar um projeto do governo para tornar inelegíveis os cidadãos não-católicos. Em 1880 foi senador do Império e em 1889 foi nomeado presidente da Província do RS.

Como um liberal Silveira Martins foi defensor da laicização do Estado e contra o padroado do Estado brasileiro. Ou seja, combatia a existência de uma religião oficial de Estado e o vínculo da Instituição Igreja, de seus princípios e hierarquia na administração do Estado. Para ele “a ordem política-civil e a ordem espiritual-religiosa não são apenas diferentes, mas totalmente separadas” (MENDONÇA, p.6).

Acrescido a essa posição, Silveira Martins defendia veementemente em seus discursos a liberdade religiosa (especialmente dos imigrantes que eram protestantes e judeus), o casamento civil e toda a legislação pertinente, como também a participação política dos imigrantes nos poderes municipais, com o direito de votar e serem votados.

Silveira Martins era um observador do surgimento de uma nova classe social na qual os imigrantes e seus descendentes eram os principais integrantes; com isso procurou fazer-se também um dos seus representantes políticos nos âmbitos estadual e nacional. Esta percepção e atuação foi tão notável que, em sua homenagem, foi dado seu nome à quarta colônia imperial de imigração italiana no Rio Grande do Sul, criada em 1877.

A Câmara de Vereadores de Santa Maria, com o objetivo de promover o desenvolvimento regional solicitou a Gaspar Silveira Martins a intermediação da criação de uma colônia de imigrantes europeus próxima do seu município. Assim, em 1878, foi criada a Quarta Colônia Imperial de imigrantes italianos no RS, situada junto às terras de Santa Maria, que inicialmente foi chamada Núcleo Colonial de Santa Maria da Boca do Monte, mas seu nome oficial foi Colônia Silveira Martins. A partir do núcleo inicial/fundador desta Colônia surgiram outros núcleos, que se tornaram município a partir dos anos 70 do século XX.

Esta região colonial não obteve o desenvolvimento econômico como as demais regiões coloniais do nordeste³ do RS. Acredita-se que a sua denominação (Silveira Martins) possa ter sido um dos grandes motivos, pois tão logo a quarta colônia foi criada, houve a queda do Império e a criação da República no Brasil. No Rio Grande do Sul, o poder esteve com o Partido Republicado Rio-Grandense, em que Júlio de Castilhos foi seu maior expoente. E, como já foi afirmado, o positivista Júlio de Castilhos foi um dos grandes opositores de Gaspar Silveira Martins.

Este dado leva-nos a acreditar-se que a denominação da Quarta Colônia de “Silveira Martins” foi um dos principais motivos do descaso e o não-investimento do governo republicano estadual de Júlio de Castilhos (PRR) e Borges de Medeiros na região, pois esta colônia não obteve o mesmo apoio político para o seu desenvolvimento do que as primeiras três colônias de imigração italiana do RS.

Atualmente, o núcleo de fundação desta colônia se tornou o município de Silveira Martins, que hoje questiona o motivo de sua denominação ou por que recebeu o nome de um senador do Império pertencente à classe social e política da metade sul do RS, vinculada à tradição fronteiriça e latifundiária, de um líder maragato da tão “famigerada” Revolução Federalista (1893-95).

Observa-se que a história local desta região colonial no processo de consolidação da república no Brasil, e assim no Rio Grande do Sul, esqueceu ou silenciou a memória histórica de Silveira Martins e seu vínculo com a política imigratória. A necessidade de integrar-se enquanto colônia e colonos no processo de construção de uma identidade gaúcha e também brasileira fez com que a concepção de fronteira platina (e de sua gente) pertencesse ao quadro dos estrangeiros, dos não-brasileiros, dos sentimentos não-patrióticos e não-nacionalistas.

³ Em 1875: criação das três primeiras Colônias Imperiais de Imigrantes Italianos: Conde d' Eu (Garibaldi), Dona Isabel (Bento Gonçalves) e Campo dos Bugres (Caxias).

A Revolução Federalista (“a revolução da degola”); Silveira Martins; maragato e o separatismo não podiam pertencer ao universo daqueles que, sendo imigrantes ou descendentes de europeu necessitavam no contexto histórico dos primeiros 50 anos da república brasileira – precisavam ser incorporados como cidadãos da nação brasileira, sentirem-se brasileiros.

Desta forma, a produção da história rio-grandense também de caráter local, como a da quarta colônia de imigração italiana do RS, foi marcada, em um longo período, pela desconsideração ou negação de sua relação com o processo de conquista territorial, formação e consolidação dos estados nacionais.

Portanto, a história regional do sul do Brasil somente pode ser entendida neste contexto/realidade da história do espaço fronteiriço platino (que não se estrutura nos limites do estado RS), que influenciou o surgimento de líderes políticos como o fronteiriço, maragato e federalista Gaspar Silveira Martins, defensor de um estado laico, da liberdade religiosa, da vinda de imigrantes europeus e do federalismo.

Referências Bibliográficas

CARMAGNANI, M. (Coord.). **Federalismos latinoamericanos**: México, Brasil, Argentina, México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

CARVALHO, J. M. Federalismo y regionalismo em Brasil – 1889-1937. In: CARMAGNANI, M. (Coord.). **Federalismo latinoamericanos**. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

CARVALHO, J. M. **A formação das almas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

FÉLIX, L. O. **Coronelismo , borgismo e cooptação política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990.

FRANCO, S. da C. O. O Partido Federalista. In: RECKIZIEGEL, Ana Luiza Setti; AXT, Günter (Dir.): BOEIRA, Nelson, GOLIN, Tau (Coord. Geral). **História geral do Rio Grande do Sul**: república. Passo Fundo: Méritos, v. 3, Tomo I, p. 129-170, 2007.

MENDONÇA, N. D. **O pensamento político de Silveira Martins**.

PADOIN, M. M. **O federalismo gaúcho**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

PICCOLO, H. I. O nacional e o regional na Revolução Federalista. In: XIII REUNIÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRICA – SBPH, Florianópolis, 1993. **Anais...** Florianópolis, 1993.

RODRIGUES, M. A. Universidade de Coimbra e a elite intelectual brasileira na última fase do período colonial. **Revista de História das Idéias**, Coimbra, v. 2, 1990.

TORRES, J. C. de O. **A formação do federalismo no Brasil**. São Paulo: Companhia Editor Nacional, 1961.

EXTRAÑAMIENTO Y TRANSTIERRO DE LOS MISIONEROS ARGENTINOS EN 1817

Ángel Núñez

Anotación previa

Hablar de enfrentamientos y guerras sangrientas entre pueblos que hoy son hermanos, y que se empeñan en forjar el Mercosur y una alianza de América del Sur, puede parecer un anacronismo. Pero por un lado demuestra cuánto hemos avanzado, cuántas heridas y dificultades hemos superado, y también nos recuerda la magnitud de la empresa de forjar la hermandad. Con ese espíritu escribo esta historia, que también demuestra la heroicidad del pueblo misionero y la dura lucha por el federalismo que perdimos con el heroico general José Artigas. Porque la historia tiene estas contradicciones, pero siempre nos deja lecciones: y la del heroísmo y el temple de un pueblo entero es una hermosa lección.

Capítulo primero

Seis circunstancias históricas caracterizan la peculiar conformación que tiene la provincia argentina de Misiones: la organización de los treinta pueblos de guaraní por la Compañía de Jesús (1605-1768); la llamada *guerra guaranítica* (1754-1756), cuando los indios se sublevan ante el orden de trasladar los siete pueblos orientales a la margen occidental del río Uruguay; la expulsión de los jesuitas del inmenso reino español (1767); el extrañamiento de toda la población de los quince pueblos ubicados entre los ríos Paraná y Uruguay, en la Argentina, y la destrucción física de los mismos (1817); la progresiva configuración de las nacionalidades del Paraguay, el Brasil y la Argentina, territorios donde fueron divididos los

pueblos; finalmente, la gran inmigración de europeos que constituyó una política oficial en el siglo XIX.

La organización de los treinta pueblos de indios guaraníes por parte de los sacerdotes jesuitas —*conquista espiritual* la llamó el padre Ruiz de Montoya— creó una muy particular cultura hispano indígena, diferenciada de la de otras regiones del dominio español. Sin ser zonas separadas o totalmente aisladas, tenían un idioma propio —el guaraní— y también características raciales, puesto que solamente vivían en sus pueblos hombres y mujeres de la misma etnia. Esto más la incorporación del arte europeo, en el que los indios se hicieron maestros matizándolo con su propia cultura, la profunda conversión al catolicismo, la adopción del derecho español en lo organizativo, centrado en los cabildos, y la gran riqueza de sus estancias y yerbales configuraron una sociedad con características propias.

El catolicismo vivido como una religión de todos los días y de todas las horas del día, con frecuentes prácticas de oración y misa cotidiana forjaron también, de alguna manera, una religión diferente de la puramente formal, mezclada con la ambición y el desenfreno que caracterizó en gran medida a la sociedad colonial. La cultura hispano indígena tuvo allí una manera que ha dado lugar a ricas, innumerables y ásperas discusiones acerca del acierto o no de su organización.

La guerra guaraníca se produjo cuando, por un tratado de 1750 entre España y Portugal, España cedía la región oriental del río Uruguay donde había siete pueblos guaraníes, y recuperaba la Colonia del Sacramento ubicada sobre el río de la Plata. Esto exigía que los pueblos fueran trasladados a la otra margen del río y la pérdida de los principales yerbales y estancias de casi todas las misiones, incluso las occidentales. Los indios no aceptaron el traslado, se armaron como pudieron y enfrentaron a las tropas conjuntas, españolas y portuguesas que fueron enviadas para ocupar las reducciones. Se comprende entonces que fueran derrotados.

Pero la rebelión es testimonio de un protonacionalismo¹ americano, que desconoce órdenes reales en defensa de su suelo, sus casas, sus iglesias, sus propiedades que les permitían una vida digna. Los guaraníes eran anti portugueses. Anteriormente los jesuitas habían tenido que trasladar más al sur pueblos que eran atacados por los bandeirantes. Dice el padre Guillermo Furlong (1962), gran estudioso de las misiones:

Perseguidos otrora encarnizadamente por los paulistas, [los guaraníes] no podían olvidar lo que en esas malocas sufrieron sus antepasados, y día a día eran objeto de depredaciones y robos ejecutados por los lusitanos en las estancias de sus pueblos.

Hay algo muy contradictorio y absurdo luego de la guerra guaraníca: en 1760 se anula el tratado de 1750, y los indios pueden volver ¡10 años después! a sus tierras. Escribe Furlong:

Los indios debieron de hacerse cruces al ver cómo obraban los grandes políticos en las cortes europeas. Después de atormentarlos, esclavizarlos y sacrificarlos, y después de aniquilar sus pueblos, sus estancias y sus haciendas, se les dice que todo eso ha sido nada y que vuelvan a cruzar el Uruguay y vuelvan a ocupar sus queridos pueblos, si así lo prefieren. Asombrados ante tales hechos y en pos de sus curas, regresaron todos, con la excepción de los que habían huido a los bosques, al ruido de las armas, y con excepción de los que gloriosamente habían muerto en los campos del honor. (FURLONG, 1962)²

En el siglo XIX, los guaraníes argentinos trataron infructuosamente de recuperar las misiones orientales, pero aceptaban el límite del río Paraná, que hacía que ocho pueblos quedaran en poder del Paraguay. Aun en conflicto militar con el Paraguay, aceptaban el límite como válido. La

¹ En el sentido de sentimiento profundo de la tierra patria y de la comunidad a la que se pertenece, y disposición para defenderla.

² En aquél trágico ir y venir, en 1801 Portugal invade los pueblos orientales y los ocupa ya definitivamente.

configuración hispánica los había marcado, y el permanente conflicto con el Brasil era un elemento de la misma.

La expulsión de la Compañía de Jesús del reino de España (1767, concretada en las Misiones al año siguiente) significó un brusco cambio en la convivencia de los pueblos, puesto que los jesuitas eran un eje en su organización, pues, además de organizadores de las prácticas religiosas, cumplían el rol de administradores. Y sobre todo el de inspiradores de los ideales de la comunidad.

Del extrañamiento me ocuparé a continuación, pero se hace necesario ubicarnos en la situación de la región misional guaranítica a comienzos del siglo XIX.

Cuenca Del Plata, región de máximo conflicto

La caracterización del conflicto que enmarcan los hechos históricos que deseo destacar, puede indicarse con los siguientes *items*:

- Guerra de España contra las Provincias Unidas de Sudamérica, que luchaban por su independencia.
- Decidida expansión de la corona portuguesa hacia los ríos Paraguay, Paraná, Uruguay y de la Plata en perjuicio del Paraguay y de las Provincias Unidas.
- Redefinición del antiguo Virreinato del Río de la Plata con la progresiva afirmación nacional del Alto Perú, el Paraguay, las Provincias Unidas de Sudamérica y la Banda Oriental del Uruguay³.
- Guerra civil en las Provincias Unidas entre los partidarios del sistema unitario centralizado en Buenos Aires, y los que optaban por

³ El Paraguay se declaró tempranamente independiente, en 1811; las Provincias Unidas, que luego adoptaron el nombre de República Argentina en 1816; el Alto Perú, con el nombre de Bolivia en 1825, y el Uruguay en 1825 (y según algunos historiadores, en 1828).

el régimen federal que afirmaba la individualidad de cada provincia. Guerra entre un gobierno con una Dirección Suprema del Estado, instalado en Buenos Aires, y el federalismo sostenido por Misiones, Corrientes, Entre Ríos, Santa Fe, Córdoba y la Banda Oriental --liderado por José Artigas--, y que tenía cierto predicamento en Rio Grande do Sul.

Ejes del conflicto general eran los diversos planes en interacción en los años de los que me ocupo: guerra de España en el Alto Perú contra las Provincias Unidas, que se desarrollaba desde La Paz, Cochabamba, Charcas y Potosí hasta las provincias hoy argentinas de Jujuy, Salta y Tucumán. Invasión militar de Portugal para ocupar la Banda Oriental del Uruguay y derrotar a Artigas en la Banda y en las provincias occidentales de Misiones y Corrientes (1816 - 1817). Intentos del Paraguay para ocupar zonas occidentales del río Paraná en Misiones y Corrientes como forma de reforzar la defensa de su territorio alejando la frontera (1816 – 1817). Y finalmente, la guerra civil de Buenos Aires contra las provincias que se llamaban *Pueblos Libres*, y en los cuales Artigas había sido proclamado Protector.

Artigas a su vez tenía un doble frente de guerra: contra los portugueses en su tierra, y contra las tropas que enviaba el directorio a su zona de influencia. Con respecto al esperado ataque portugués, Artigas diseña un plan ofensivo para intentar distraerles fuerzas a los portugueses. En 1816 Andresito Guacurarí Artigas⁴, su hijo adoptivo y comandante de Misiones, cruza el río e intenta liberar los siete pueblos guaranícos orientales, pero fracasa en su intento. El plan incluía cubrir con tropas propias en la Banda Oriental desde aproximadamente la actual Paysandú hasta las Misiones, más al norte. Pero el fracaso de Andresito y la contundencia de la invasión portuguesa superaron ampliamente esos intentos.

⁴ Siempre se lo llamó con el diminutivo de su nombre, y así es conocido incluso en los textos de historia.

Presencia de José Artigas

Los ideales declamados a partir del 25 de mayo de 1810, fecha en que se instituyó en Buenos Aires el ‘primer gobierno patrio’, diferenciado de España, tuvo en José Artigas un verdadero líder.

La idea de independencia total e inmediata de España y de todo otro poder —que tardaría seis años en imponerse—, fue una de sus banderas, contra los manejos e indecisiones de los burócratas. Otra, la noción de federalismo, en la que cada provincia —nueva configuración de las diferentes regiones— tenía su propia personalidad y estructura jurídica, integrando todas ellas una confederación: el nombre oficial de la nueva entidad era *Provincias Unidas del Sur*, también llamadas *del Río de la Plata*. Además Artigas era partidario de una amplia democracia basada en la decisión popular, y de una economía que incluía el reparto equitativo de la tierra, donde indios y negros tenían el derecho de acceder a ella.

Desde el primer momento, en 1810, los hombres de Buenos Aires procuraron que el país tuviera una estructura centralizada en la antigua capital del Virreinato, y en el caso del gran caudillo del federalismo de comienzos del XIX, que era Artigas, no dudaron en ceder en más de una oportunidad el territorio de la llamada Banda Oriental, o Provincia Oriental —la actual República uruguaya—, ya fuera al poder del virrey español, asentado en Montevideo, o bien a la ambición portuguesa.

Artigas era el enemigo del poder que Buenos Aires buscaba imponer sobre todo el territorio argentino, y como tal fue combatido durante la década que va de 1810 a 1820. Era además enemigo de la concentración económica en manos de unos pocos o de los extranjeros, contra las ideas de aceptar un tutelaje económico de Inglaterra que profesaban las clases altas porteñas. Y también era el enemigo de Portugal, que buscaba anexarse su provincia, como lo hizo en alguna etapa como provincia *Cisplatina*.

Uno de sus grandes jefes era el caudillo de Misiones, su hijo adoptivo Andresito Artigas, de allí que para los portugueses fuera muy importante derrotarlo y quitarle toda base operativa. Fue además el único de sus jefes que no traicionó al caudillo oriental.

El éxodo del pueblo oriental

En octubre de 1811 el triunvirato que gobernaba en Buenos Aires firma un tratado con el virrey Francisco Elío, con sede en Montevideo por el cual se reconoce como rey a Fernando VII y se retiran las tropas de la Banda Oriental, que queda así cedida al poder español. La provincia estaba en gran parte ocupada por tropas portuguesas, que Elío había llamado en su auxilio. Dice de este tratado el historiador José María Rosa: “Había concluido la revolución empezada en 1810”.

Entonces Artigas, como forma de protesta y para debilitar la presencia del enemigo, inicia el épico Éxodo, trasladando a toda la población uruguaya hacia el norte y hacia la otra banda del río, ubicándose en Ayuí, en territorio de la actual provincia argentina de Entre Ríos, hecho conocido como *La Redota*, palabra paisana que tanto alude a la causa perdida como a la ruta que se recorre para buscar una tierra de libertad.⁵ Pero Artigas volverá a la Banda Oriental e intentará una sociedad con justicia social.

En 1815 instala como sede o cuartel general la Villa de la Purificación, y en septiembre de ese año dicta el célebre Reglamento para el Fomento de la Campaña donde se disponía, entre otras cosas, “... revisará cada uno [el alcalde provincial y sus colaboradores] en sus respectivas jurisdicciones los terrenos disponibles, y los sujetos dignos de esta gracia: con prevención

⁵ Asocio este desplazamiento con la noción guaraní de Tierra sin Mal, lugar real que los indios procuraban en largas excursiones para superar los dolores de la vida.

que los más infelices serán los más privilegiados. En consecuencia los negros libres, los zambos de esta clase, los indios y los criollos pobres, todos podrán ser agraciados en suertes de estancia si con su trabajo y hombría de bien propenden a su felicidad y a la de la Provincia” (art. 6º; BARRÁN; NAHUM, 2007, p. 142). Las estancias tenían “legua y media de frente y dos de fondo” (art. 16), y debían tener buenas aguadas, o sea que eran superficies muy grandes y de calidad. El planteo es, como se ve, sencillamente revolucionario.

En los ataques a las misiones argentinas se conjugan tanto la lucha contra Artigas desde Buenos Aires —o sea contra el federalismo y la justicia social—, como la ambición geopolítica de Portugal de ocupar el territorio oriental e incluso de avanzar hasta el Paraná. Recordemos que en 1814 el Director Supremo Gervasio Antonio de Posadas declaró a Artigas “infame, privado de sus empleos [o sea grado militar], fuera de la ley y enemigo de la Patria”, y puso su cabeza al precio de seis mil pesos, vivo o muerto (BUSANICHE, 2005, p. 351). La cosa iba en serio...

En junio de 1816 los portugueses hacen efectivo su intento de apoderarse de la Banda Oriental y la invaden con un poderoso ejército. Manda Carlos Federico Lecor, que con la división de Voluntarios Reales de 4.831 plazas, caballería y parque de artillería cruza la frontera y avanza del lado de la costa hacia Maldonado, Montevideo y Colonia. Tiene además, por si fuera necesario, el apoyo de tropas estacionadas en Santa Catalina.

Por el centro el marqués de Alegrete, capitán general de Río Grande, envía al general Bernardo da Silveira Pinto con 800 hombres que entran por Cerro Largo y siguen por el valle del río Negro buscando el río Uruguay.

Bien al norte, en las Misiones orientales, que desde 1801 son portuguesas, está el coronel Francisco das Chagas Santos con 500 jinetes, 200 infantes y 14 piezas de artillería, y el teniente coronel José de Abreu con 650 hombres.

El plan de Artigas incluía a Andresito⁶ en las Misiones; Verdún, Latorre y Otorgués en la frontera con Rio Grande, y Fructuoso Rivera sobre las tropas invasoras de Lecor.

Escriben los historiadores Cantero y Machón (2006):

El plan de Artigas consistía en llevar el teatro principal de la guerra a territorio enemigo, hacia Rio Grande do Sul, tras ocupar las Misiones Orientales y aislar por el norte las tropas de Lecor, si estas ya hubieran avanzado hasta la Banda oriental, cortándoles las comunicaciones y dejándolas sin posibilidades de recibir refuerzos. Artigas buscaba adelantarse a la invasión, *robarles la vuelta*, como le escribió a Andresito ya el 26 de febrero. En este momento le indicaba al jefe guaraní: *Mientras ustedes avanzan por ahí nosotros los hemos de apurar por acá.*

Estas disposiciones han sido elogiadas por Mitre en su *Historia de Belgrano* al decir que “el plan de Artigas, teóricamente considerado, haría honor a cualquier general” (MITRE 1947: III p. 271).

La sagrada causa

El plan defensivo y ofensivo de Artigas hace que en septiembre del ‘16 Andresito Artigas cruce el río Uruguay en una zona próxima a la actual población de Alvear para atacar São Borja.

Andresito consigue la adhesión de los guaraníes orientales, que se van sumando a sus tropas, a los cuales ha dirigido un solemne “Exhorto” de tono religioso. Afirma que viene a libertar

⁶ Así es conocido el caudillo guaraní Andrés Guacurari y Artigas, apellido que usaba habitualmente por ser hijo adoptivo de José Artigas. El diminutivo, además de la connotación afectiva positiva, dice de su físico. Escribe en sus *Memorias* Fermín Félix Pampín, que lo conoció en Corrientes en 1818: “Era el indio Dn. Andrés Artigas, natural de Santo Tomé de las Misiones, era de estatura más baja que lo regular, rehecho como verdadero tape, con un regular apersonamiento, bastante señalado de las viruelas, su vista perspicaz, con vistos de taimado, su edad como de 35 años, sin estudio y sabía leer y escribir muy bien y tenía regular dictado...” (MANTILLA, 2004, p. 125).

los Siete Pueblos de esta banda del tiránico dominio de los Portugueses; “acordaos –les dice— de aquel famoso pasaje de la Sagrada Escritura en el que se dice que Moisés y Aarón libertaron al pueblo de Israel de la tiranía del faraón; así yo, siguiendo este apreciable ejemplo, he tomado mis medidas para el mismo fin”; y cierra exhortando: “E a pues, compaisanos míos, levantad el sagrado grito de la Libertad, destruid la tiranía y gustad del deleitable néctar que os ofrezco con las venas del corazón, que lo traigo deshecho por vuestro amor. (CANTERO; MACHÓN, 2006, p. 93-94).

La campaña de Andresito fue del 12 de septiembre al 3 de octubre, fecha en que fue derrotado y se vio obligado a repasar el río. Por esos días, el 27 de octubre, José Artigas era derrotado en Corumbé donde pierde muchos de sus hombres.

Los portugueses se propusieron no solo derrotar completamente a Artigas, sino también quitarle todo posible apoyo futuro. Y Misiones era una de las regiones donde era fuerte. El Marqués de Alegrete le ordena al brigadier Francisco das Chagas Santos,

[...] atacar a viva fuerza las poblaciones misioneras, arruinarlas y quemarlas y también que hostilizasse e fizesse saquear e arrazar as habitações dos indios, e todos os lugares que pudessem servir de guarida aos insurgentes, fazendo passar os habitantes e suas familias para o nosso lado do rio, bem com os despojos ou espolios (MACHÓN, 1996, p. 6).⁷

Chagas Santos, asentado en São Borja, cruza el río comenzando 1817. En pocos días, entre el 19 de enero, en que pisa territorio occidental, y el 13 de febrero, en que regresa al oriente con sus tropas realiza una terrible campaña. Hostiliza las fuerzas de Andresito y las persigue hasta más allá de la Tranquera de Loreto (actual Ituzaingó, Corrientes).

⁷ Machón, 1996: 6. La fuente que indica es Barão do Rio Branco (1946). *Efêmerides Brasileiras*. Rio de Janeiro, p. 27.

Destruye y saquea todos los pueblos al occidente del río Uruguay: Yapeyú, La Cruz, Santo Tomé, Concepción, Santa María y San Javier, y también Mártires, algo alejado del río. Se los vacía e incendia, y se demuele el cuartel de Santo Tomé que podía constituir una especie de fuerte.

Tres pueblos intermedios entre el Uruguay y el Paraná son “solamente” saqueados: Apóstoles, San Carlos y San José.

Son arrasados los campos adyacentes a los pueblos, sus chacras y plantaciones, en un área de 50 leguas de cada uno. Se dismantelan las iglesias, robándose las imágenes y sus adornos, así como las campanas. Son numerosísimas las tallas de santos en madera, forma habitual de reproducción usada en las reducciones, que se trasladaron.

Se lleva 50 arrobas de plata, unos 575 Kg., traduciendo a su peso candelabros, incensarios, pebeteros, coronas de la Virgen y de los santos, planchas decoradas de los frentes y los laterales de los altares y diversas piezas de culto. Se lleva 3.000 caballos y 3.000 yeguas, además de mulas y numeroso ganado vacuno: deja desiertos los campos, que además son incendiados. Y además traslada 1.800 “almas” con sus bienes y ganados, fundamentando que “han estimado que se veían libres del yugo artiguero”, según declaración interesada del propio Chagas Santos.

Éste comunica la invasión al dictador supremo del Paraguay, Dr. José Gaspar Rodríguez de Francia, quien aprovechó la circunstancia para volver a ingresar al oriente del Paraná y retomar los pueblos ubicados sobre ese río, a saber Candelaria –el principal de ellos–, Santa Ana, Loreto, San Ignacio Miní y Corpus. También aprovecharon los paraguayos para trasladar la población al otro lado del río, cometiendo asesinato de los que habían sido soldados de Andresito, e infligiendo castigos físicos al resto de la población.

El relato de lo obrado por la tropa portuguesa, que consigno a continuación, también devela características del entramado de esta lucha. Se da una confrontación ideológica entre ambos combatientes. Ya

mencioné el “Exhorto” de Andresito a los guaraní para que se sumaran a su lucha. También Chagas Santos formula una proclama que distribuye en castellano y guaraní, como seguramente también lo era la del argentino.

Independencia de portugueses, españoles y porteños, autogobierno –como lo habían tenido durante casi dos siglos--, de un lado, con los ideales sintetizados en la consigna de “la hermosa luz de la libertad”. Del otro, la denostación de “la tiranía y el yugo de Artigas” por parte de los portugueses, y también la crítica al federalismo y los ideales de justicia social del jefe de la Banda Oriental. Que explica la traición de quienes se alían a la invasión, entre los cuales Chagas Santos menciona a los capitanes León Esquivel y Francisco Antonio Fernández.

La campaña significa un conflicto para los guaraní, que están como soldados en ambos bandos, y se producen deserciones en el portugués, donde consta que existía una compañía de un regimiento de guaraní. También consta la mala opinión de muchos paraguayos por las depredaciones de los portugueses.

Otra terrible consecuencia de la invasión es la fuga de la población civil que huye de las fuerzas militares atacantes. Desde los distintos pueblos las gentes escapan, y se nuclean alrededor del comandante Ignacio Mbaibé, que encabeza la migración hacia lo profundo de Corrientes, donde incluso llegan a fundar pueblos nuevos como Loreto y San Miguel hacia el norte, y otros como San Roquito próximo a Yapeyú, y Asunción del Cambay. Merece consignarse que los dos primeros existen hasta hoy.

Excursus:

*INFORMES DEL JEFE PORTUGUÉS
BRIGADIER FRANCISCO DAS CHAGAS SANTOS
SOBRE LA INVASIÓN A MISIONES EN 1817⁸*

8 Se publicaron originalmente en el “Boletín de la Comisión Nacional de Museos y Monumentos Históricos”, Año IX, N° 9, Buenos Aires 1948, pp. 121 – 132, con el título de ‘Cómo fueron destruidos los pueblos de las Misiones Occidentales del Uruguay en 1817’.

1

Oficio del Brigadier portugués Francisco das Chagas Santos, dirigido al Teniente General Curado para dar cuenta del incendio y destrucción de los pueblos de las antiguas Misiones Jesuíticas situadas en territorio argentino.

(Febrero 1817)

Ilustrísimo y Exmo. Señor:

Después de recibir los dos oficios de V. E. datados el 23 de diciembre, con orden del Exmo. Señor Marqués [de Alegrete], gobernador y capitán general, por los que se me encomienda atacar a viva fuerza a los pueblos de los insurgentes, destruirlos y quemarlos, no perdí tiempo en hacer preparar todo lo que me pareció necesario para ese fin, a cuyo respecto me dice el mismo señor Marqués que espera ansioso mis noticias, una vez ejecutadas por mí las órdenes que me transmite por intermedio de V. E.

En consecuencia, salí de San Borja el 14 del mes pasado con once buenas canoas, nueve carretas para conducir las canoas y con ellas municiones de cinco bocas de fuego, llevando también quinientos cincuenta hombres, incluso ciento cincuenta de infantería escogidos, con el fin de atacar a Andrés Artigas que se hallaba en el pueblo de La Cruz con gran número de insurgentes. El 19 pasé el Uruguay, una legua abajo ⁹ de dicho pueblo, en la barra del Aguapey, para lo que mandé antes al teniente Carvalho con una guardia avanzada, a que pasara media legua arriba del Itaquy, para cubrir el paso en la dicha barra. Estando prontas las canoas, al amanecer oímos tiros de artillería del enemigo, que en número de más de cien hombres del escuadrón del capitán Vicente Tiraparé ¹⁰

(Agrego unas pocas aclaraciones para una mejor comprensión del texto. A. N.)

⁹ Debe ser "arriba de dicho pueblo", porque la barra del Aguapey está al norte de la Cruz, es decir, "arriba", según el curso del río Uruguay. Quizás se trate de un error de copia.

¹⁰ El capitán Vicente Tiraparé pertenecía al regimiento de guaraníes de Misiones y en ocasión del sitio de San Borja,

querían impedir el paso en Itaquy. Mandé, sin embargo, que inmediatamente se embarcase la compañía de granaderos y seguidamente la demás infantería, la que de inmediato pasó a este lado para atacar la retaguardia de los insurgentes, los cuales, viéndose repelidos en Itaquy por nuestros milicianos –que les mataron cinco y les tomaron una pieza calibre 1, y una canoa, aparte de los heridos que escaparon, incluso el capitán Vicente que se supone haya fallecido- se desbandaron y queriendo algunos ganar el paso de dicha barra, huyeron, heridos por nuestra infantería, que tomó tres canoas. Siguióse el pasaje de los milicianos, la artillería y los caballos y todo quedó listo de este lado¹¹.

El 20 por la mañana me puse en marcha con poco más de quinientos hombres, dos piezas de a 9, y un obús para atacar al referido pueblo [La Cruz], en donde entramos y me dijeron haber huido de allí en aquella madrugada para Yapeyú, Andrés Artigas, con más de cuatrocientos insurgentes, y muchas familias. Mandé dar de comer a los caballos y al anochecer destaqué al capitán de granaderos con trescientos treinta hombres de caballería para atacar al mismo Artigas en Yapeyú, ocho leguas más abajo y destruir aquel pueblo, en el cual, habiendo llegado nuestra partida al amanecer del día 21, no halló más que un portugués desertor de dragones. Antes había matado cinco espías del enemigo y tomado tres canoas. Por la tarde mandó el mismo capitán al alférez Eleuterio dos Santos con sesenta hombres a perseguir la retaguardia de los insurgentes, a los cuales no pudiéndolos alcanzar por falta de caballos, mató ocho espías y se retiró haciendo arrear los caballos que encontró y destruyendo las chacras del campo.

Destruídos los pueblos de Yapeyú y de La Cruz, me puse en marcha el día 26 por la costa occidental del Uruguay, mientras nuestras canoas me acompañaban por el río. El 31 llegamos a Santo Tomé, en donde no encontré sino al corregidor y cuatro indios. En esta marcha, la vanguardia tomó cuatro espías del enemigo

pasóse a los insurgentes con otros rebeldes de la provincia.

11 [Se refiere al occidental]

que dijeron había retrocedido una partida de doscientos insurgentes para unirse a Andrés Artigas en el Aguapey al saber que nos encontrábamos de este lado. El día 1º del corriente llegó una partida nuestra de cincuenta hombres mandados por el teniente Carvalho, con seiscientos animales entre caballos, mulas y ganado vacuno. Había encontrado varias partidas de insurgentes que procuraban unirse a Andrés, a las cuales dispersó, matando e hiriendo a algunos. El 2 mandé desde aquí al mismo teniente con ciento veinticinco hombres bien armados, a fin de derrotar varias partidas de insurgentes y hostilizar la campaña. Ya me consta que el referido teniente ha hecho grandes estragos al enemigo y arreado muchos caballos. Otra partida de cincuenta hombres se nos reunió con doscientos caballos.

Cuando salí de San Borja, expedí orden al comandante de la frontera de San Nicolás para que hiciese botar canoas en el Uruguay y atacase el paso y guardia de San Fernando, lo que hizo en seguida quedando mortalmente herido el comandante de aquella guardia y varios insurgentes muertos. El resto huyó. Siguieron los nuestros al pueblo de Concepción que fue saqueado y a esta hora estará destruido. Al ayudante Mello, lo mandé a San Nicolás [a buscar refuerzos] para que con ochenta milicianos de aquella frontera, destruyese los pueblos de Santa María, San Javier y Mártires, próximos a esta margen del Uruguay. Los cuarteles de este pueblo de Santo Tomé, que podían considerarse como un buen fuerte, ya están demolidos; lo que en breve se hará con los demás. Una partida de insurgentes que se hallaba en Candelaria, me consta que, al saber que estábamos aquí, se desbandó y huyó para los distritos de Corrientes. Un gran número de correntinos que se juntaron para unirse a [Andresito] Artigas, han hecho lo mismo. Otra partida de trescientos insurgentes que marchaban con mucho ganado vacuno y caballar para incorporarse a Andrés Artigas, ha sido perseguida y batida por la partida de Carvalho, según las noticias que tengo. En suma, las hostilidades y daños que hemos hecho y continuamos haciendo en este país, que va a quedar destruido (excepto los pueblos de la costa del Paraná que pertenecen al Paraguay), es, sin duda, el golpe más sensible para [José] Artigas.

Este malvado, cada vez más enfurecido contra los portugueses, había mandado orden a Andrés Artigas de que, juntando el mayor número de insurgentes que pudiese, pasase el Uruguay, no para atacarme directamente, sino para devastar, incendiar todos los edificios y establecimientos portugueses y matar a los que encontrase y a todos los animales que no pudiese llevar de las estancias. El mismo Andrés Artigas, me consta que se halla en Rosario, del lado del río Miriñay, reuniendo gente. En estas circunstancias en que me hallo en territorio enemigo y nuestras partidas destacadas en número de más de doscientos hombres, cubren y hostilizan este país, recibo el oficio de V. E. datado el 2 del corriente en que me participa la orden del Señor Marqués y capitán general para que mande reunir a ese ejército doscientos hombres del regimiento de Santa Catalina y la cuarta compañía del regimiento de guaraníes mandada por el teniente Chará, que se halla con cincuenta milicianos guaraníes unida a la partida del teniente Carvalho. Sin embargo, me parece que, en vista de lo que tengo expuesto, el mismo Exmo. Señor no tomará a mal la imposibilidad en que me veo de cumplir la orden de S. E. que no dejará de reconocer la importancia de las ventajas obtenidas con felicidad, y de las cuales resultará el total aniquilamiento de los principales recursos de [José] Artigas. Dios guarde a V. E. Cuartel General de Santo Tomé, el 13 de febrero de 1817. – Illmo. y Exmo. Señor Joaquín Xavier Curado. – (Firmado): Francisco das Chagas Santos.

2

Oficio del mismo Brigadier Chagas, al teniente general Curado, sobre el resultado de la expedición al occidente del Uruguay y las operaciones hechas en aquel territorio.

(Marzo 1817)

Illmo. y Exmo. Señor:

Recibí con placer y satisfacción la de V. E. datada el 22 de febrero, cuyas expresiones a mi respecto agradezco, estimando infinito que mis pormenores hasta fines de febrero hayan sido del agrado de V. E. a quien hubiera dado cuenta antes sobre la continuación e importantes resultados de las operaciones que felizmente hemos practicado, si la falta de salud no me hubiera impedido cumplir este deber que ahora cumplo utilizando los datos del mismo parte que acabo de comunicar al Exmo. Señor Marqués, capitán general.

Los insurgentes que trataban de unirse a Andrés Artigas, quedaron separados por el arroyo Aguapey, donde pasamos el Uruguay, retrocedieron, y el nuevo comandante de Candelaria, Ignacio Mbaivé, con su partida de 300 hombres, estaba encargado de reunir gente para enviar a dicho [Andresito] Artigas.

Así que llegué a Santo Tomé, no perdí tiempo, como ya participé a V. E., en destacar 125 hombres escogidos y bien armados a cargo del teniente Luis de Carvalho, por la parte de la campaña, con el fin de atacar y destruir a los insurgentes que encontrase; y por la parte del Uruguay encargué al ayudante Manuel José de Mello, que con 80 hombres bien armados, de la guarnición de la frontera de San Nicolás, destruyese los cuatro pueblos de la costa del Uruguay, desde la Concepción hasta San Javier, quedando el capitán Elías Antonio con las canoas en el paso de San Isidro.

Algunos días después mandé al capitán Alejandro José de Campos con treinta hombres a la capilla de Tararí con una carreta a fin de conducir la plata que allí se hallaba, perteneciente a la iglesia del pueblo de San Borja, de donde los españoles la habían llevado en la guerra de 1801.

La mencionada partida de Carvalho, al encaminarse para el Aguapey, y siguiendo por la banda occidental, mató, hasta el día 8 de febrero, 38 de los insurgentes, en diversos encuentros, y caminando toda aquella noche veinticinco leguas hasta el amanecer del siguiente día 9, sorprendió en la tranquera de Loreto una partida de veinte hombres que marchaban a unirse con el comandante Mbaivé. A éste lo encontró con cien hombres mientras buscaban a la partida nuestra, a ocho leguas más allá de la dicha tranquera, donde después de pelear

por espacio de media hora, los insurgentes se pusieron en fuga dejando treinta y tres muertos, incluso un capitán, un ayudante, y un sargento sin que peligrara ninguno de nuestra parte. Fueron perseguidos en distancia de cinco leguas hasta su campamento de Ibiratingahy, donde el mismo Mbaivé se presentó en batalla con doscientos insurgentes armados de carabinas y lanzas, los cuales, viendo que nuestra partida los atacaba con denuedo, se pusieron en retirada corriendo cuanto podían. Pero, habiendo sido perseguidos hasta media noche por los nuestros, que les mataron cuarenta y cuatro, atropellaron los más por entre las guardias correntinas de Santa Lucía e Ibiratingahy, donde quedaron veintiocho muertos, a más de los heridos que huyeron por la costa del Paraná. La mayoría se dispersó con su comandante Mbaivé que dicen fue gravemente herido y se internó con diez y ocho hombres por los territorios de Corrientes, cuyos habitantes destacados en las dichas guardias, protestaron en esta ocasión que ellos no eran del partido de Artigas y que preferían unirse y ayudar a los portugueses contra la tiranía de [Andresito] Artigas que, además de empobrecerlos, los había privado de sus mujeres e hijas. Lo mismo decían los habitantes de la campaña, dando vivas a S. M. F. [Su Majestad Fidelísima el rey de Portugal] y a los portugueses, quejándose de los paraguayos porque no habían querido socorrerlos.

Habiéndome trasladado hasta la costa del Uruguay, frente al paso de San Borja, donde acampamos para esperar y dar lugar a que fuese destruido el pueblo de Santo Tomé y los cuatro que se encuentran más arriba, se nos reunió el 26 de febrero nuestra partida al mando del teniente Carvalho que se había demorado en razón de conducir tres carretas con alguna yerba mate, 740 caballos, 130 mulas y 308 reses de ganado vacuno, habiendo dejado recomendado en una casa conocida a un miliciano guaraní que se quebró una pierna.

El comandante Castro, de la frontera del Paraguay, así que recibió mi carta y la que dirigí al dictador supremo [del Paraguay, Dr. Francia] y cuando supo que había sido derrotada la partida de Mbaivé por nuestras tropas, pasó el Paraná con dos compañías de milicianos paraguayos en número de 140 y se acuarteló en Candelaria, desde donde me escribió el oficio adjunto al que respondí con otro de que incluyo copia. Después me escribió el mismo comandante

diciéndome, para mi gobierno, que me enviaba una carta y proclama de Andrés Artigas, interceptada.

En el campamento de Santo Tomé, creí conveniente expedir la proclama que acompaño, de la cual remití copias en español y guaraní al mencionado comandante, que en seguida la desparramó por territorio de Corrientes, y me consta ha sido aplaudida por paraguayos y correntinos, entre los que ha causado el mejor efecto porque están divididos en partidos, siendo mayor el de los que niegan obediencia a las órdenes de [Andresito] Artigas. Y un gran número de habitantes de la ciudad de Corrientes y de los campos, han pasado al Paraná, trasladándose a Santa Fe, Buenos Aires y distritos del Paraguay, a lo que ha de haber contribuido también la invasión y hostilidades hechas por nuestras tropas que han producido el mayor respeto y terror a los insurgentes que se habían reclutado para prestar socorro a [Andresito] Artigas. Todos se han dispersado huyendo a los bosques, a la costa del Paraná y a Corrientes, al par que casi todos los moradores españoles y guaraníes de la margen occidental de Uruguay, con la presencia de nuestras tropas, han estimado que se veían libres del yugo artiguero y han pasado a nuestro territorio en número de 1.800 almas, poco más o menos, con sus ganados, vacuno y caballar, según me consta.

Tengo noticias de que, desde que pasamos el Uruguay, el 19 de enero, el comandante Castro, de la frontera del Paraguay, ha juntado más de quinientos fusiles del gran número de insurgentes fugitivos que han pasado el Paraná por los pasos de Itapúa y Candelaria; y es tan grande el odio que los paraguayos les tienen, como inhumano y atroz el procedimiento que observan con ellos; pues a medida que van apareciendo, en virtud de las órdenes dadas por el comandante para que se presenten, examina a los que han sido soldados de Artigas y los hace pasar a la otra banda del Paraná, donde son degollados; y a los otros les manda dar doscientos azotes y los envía para los pueblos del interior.

Al refugio Mbaivé, que se había refugiado con 80 insurgentes en el pueblo de Itatí, los correntinos lo retuvieron allí, no obstante las reclamaciones de Artigas, hasta que lograron huir.

José Artigas mandó al correntino Méndez, gobernador que fue de Corrientes, a San Roque, para reunir gente y sosegar aquellos habitantes; sin embargo, en Curuzú Cuatiá estaban cuatrocientos correntinos que intimaron a Andrés Artigas que no pasase adelante y se retirase: en efecto, consta que el dicho Andrés salió del Paso de las Yeguas, donde se hallaba, y acampó cerca de la barra del Miriñay, por la parte occidental, frente a la capilla de San Pedro y de la barra del Quarehim.

Destruídos y saqueados los siete pueblos de la margen occidental del Uruguay, y saqueados solamente los pueblos de Apóstoles, San José y San Carlos, quedando hostilizada y talada toda la campaña adyacente a los mismos pueblos por espacio de cincuenta leguas que recorrió nuestra partida de Carvalho para perseguir y derrotar a los insurgentes como queda dicho, no pudiendo yo continuar para perseguir y atacar a Andrés Artigas en su propio campamento, como era mi deseo, por falta de caballos, el 13 del mes pasado volvimos a pasar el Uruguay y nos reunimos en este pueblo, quedando nuestras patrullas del otro lado del río a fin de dar parte de cualquier novedad en territorio enemigo. De este territorio se saquearon y fueron traídas a esta banda, más de cincuenta arrobas de plata, muchos y ricos ornamentos, muchas y buenas campanas, tres mil caballos, poco más o menos, igual número de yeguas, parte de 1 : 130\$000 porque se han rematado los animales que no se perdieron o se robaron, y los demás que constan de las relaciones que envié al Exmo. Señor Marqués, capitán general, quien decidirá lo que se debe repartir, cómo y en qué proporciones; y si ha de tocar solamente a los individuos que pasaron el Uruguay, y no han desertado, o si también ha de entrar en el mismo reparto la tropa que permaneció de este lado. El capitán correntino de milicias León Esquivel¹², me escribió, después que regresé a este pueblo, pidiéndome socorro de trescientos hombres. Le respondí diciéndole que me mandara dos mil caballos. Me volvió a escribir con muchos agradecimientos y vino después a hablarme aquí, dejando del otro lado cien

¹² Este León Esquivel era del partido del Director Pueyrredón, y por lo tanto enemigo de Artigas y aporuguesado.

correntinos que lo acompañaron con el capitán Francisco Antonio Fernández, y me participó que no había podido conducir los caballos que deseaba porque una partida artigueña se lo había impedido. Preguntóme lo que debía hacer en caso de ser atacado por los insurgentes y le respondí que debía defenderse con toda la gente de su distrito que pudiese reunir (distrito que dicen ser grande) y que en último extremo podía ganar los bosques del Paraná y pasarse a la otra banda si fuese necesario; de lo contrario quedaría sujeto, no sólo a las crueldades de los artigueños, sino a las hostilidades de nuestras partidas. Convino en todo y me pidió doscientos cartuchos que le hice dar para veinte armas de fuego que había en su partida, y me dejó trescientos sesenta y ocho caballos, que en seguida mandé juntar.

El mencionado capitán Fernández, me dio noticias de que en Lima ya no había virrey, y de que todas aquellas provincias se habían confederado con las de Buenos Aires; que a fines del año pasado se había instalado en la ciudad de Tucumán el nuevo congreso soberano peruano, teniendo como presidente al conde de Toro, chileno, congreso que había nombrado como supremo dictador de Buenos Aires al brigadier don Juan Martín de Pueyrredón, quien ejercía el poder ejecutivo de aquel congreso, por ser Buenos Aires la llave del Perú y hallarse allí la marina y el ejército¹³. Que después del ataque de Santa Ana, habían pasado a Buenos Aires don Miguel Barreiro y don José Durán para pedir en nombre de Artigas cuatro mil hombres de auxilio, a lo que respondió el sobredicho director supremo que Artigas y sus tropas jurasen primero y reconociesen al congreso peruano para que éste después tratase con la corte del Brasil sobre la presente guerra y que, en caso de continuar, se daría el socorro pedido. Que a esto respondió Barreiro que no estaba autorizado para sancionar tales condiciones, y entonces el supremo director había ordenado que Barreiro saliese de Buenos Aires en el término de tres horas.

13 Excusaría decir que estos informes son absurdos pero quizás se daban intencionalmente y por orden superior.

Juzgo haber cumplido la orden del Exmo. Señor Marqués, gobernador y capitán general, que me fue dirigida el 23 de diciembre por V. E., y la hubiera cumplido mucho mejor si la falta de caballos no me hubiese impedido continuar la persecución de Andrés Artigas, aparte de los estragos que me hubieran podido hacer, llegando hasta Corrientes.

Me dicen que en la Cruz vuelven a aparecer los rebeldes y que Andrés Artigas está reuniendo gente.

A vista de lo que acabo de exponer con respecto a los paraguayos, bien puede comprobar V. E. que no ha existido la menor razón para que el célebre capitán embustero Francisco Soares Leiria inventara la fabulosa noticia de que los paraguayos habían tomado muy a mal el saqueo y destrucción de los pueblos de los insurgentes en la margen occidental del Uruguay, noticia semejante a la que dio el mismo Leiria en carta al capitán Braga, diciendo que en la batalla del Catalán habían muerto diez y seis o diez y ocho oficiales nuestros, lo que es notoriamente falso. El referido Leiria, sabiendo que le conocía V. E., se ha retirado para la Cachoeira o Río Pardo. Dios guarde a V. Ex. – Ilmo. Señor Joaquín Xavier Curado. – (Firmado) FRANCISCO DAS CHAGAS SANTOS.

(Apéndice a la MEMORIA DA CAMPANHA DE 1816 por DIEGO AROUCHE DE MORAES LARA. “Revista trimestral de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro”. N. 27, outubro de 1845. Tomo VII. Río de Janeiro. [Hay reedición de 1931].

Capítulo segundo

Tal el texto completo de dos informes del brigadier Chagas Santos. Por esas contradicciones de la historia, este militar, comúnmente conocido por Chagas, que menciona las llagas de San Francisco de Asís –de allí su nombre que en castellano sería Francisco de las Llagas Santos–, resultó un feroz destructor, al que, al decir de Jorge Machón “la historia siempre lo recuerda como el Atila del Uruguay” (1996, p. 8).

Literatura militar

Es muy amplia la literatura militar, que incluye diversos géneros. Clásico y hermoso texto latino es el *De bello gallico*, en el que César relata su campaña y batallas en la conquista de la Galia, Germania y Gran Bretaña. Clásicas son entre nosotros las *Memorias* del general José María Paz, referidas principalmente a su actuación militar. O las ‘proclamas’ de San Martín explicando a los habitantes el sentido de su guerra.

Más modestos pero no menos importantes por la información que consignan son los ‘partes’, ‘detalles’, ‘diarios de marcha’, ‘oficios’, comunicaciones escritas que los jefes militares debían enviar rápidamente a sus superiores haciendo conocer sus actuaciones. La objetividad de la información es en ellos una necesidad básica, puesto que para la organización de la guerra se hace imprescindible conocer la situación y condiciones del enemigo, así como los éxitos o fracasos propios. Por otra parte, el contenido ideológico de esos informes está teñido de parcialidad, propia del enfrentamiento a muerte entre lo que se siente como obligado y correcto y la rechazada visión del adversario.

Estos ‘oficios’ de Chagas Santos no son partes de batalla, sino informes más amplios referidos a la orden recibida de “atacar a viva fuerza las poblaciones misioneras, arruinarlas y quemarlas”, como ya cité anteriormente. Abarcan lo actuado durante casi dos meses y son verídicos y contundentes. La orden de trasladar a la población al otro lado del río se disimula como si fuera voluntaria (“han pasado a nuestro territorio”, se escribe, cuando debería decir “hemos forzado el traslado a nuestro territorio”...), pero el robo de ganado, el saqueo y el incendio se narran con crudeza: se han cumplido las órdenes.

Se disimula el robo de numerosas imágenes religiosas no mencionándolas, y se habla de “cincuenta arrobas de plata”, como si fueran lingotes, cuando son atributos que adornan las imágenes y alto relieves y

adornos de los altares. Sí se mencionan con claridad los “muchos y ricos ornamentos” –o sea vestimentas de los santos y las santas, y sacerdotales— y “muchas y buenas campanas” que lo son, claro está, de las iglesias.

Extrañamiento y transtierro

Está todo dicho allí: saqueo y destrucción de los pueblos sobre el Uruguay; también de los intermedios San José, San Carlos y Apóstoles. Robo de sus iglesias, afectando los valores más entrañables de esos pueblos. Robo de todo el ganado de la región (se confiesan caballos, vacunos, mulares..., seguramente en cantidad menor a la verdadera). Y lo principal, extrañamiento de toda su población hacia la región portuguesa.

Paralelamente, Paraguay saquea los pueblos sobre el Paraná –Candelaria, Santa Ana, San Ignacio, Loreto y Corpus— y también traslada la población hacia la otra margen del río, asesinando a los soldados que caen en su poder.

La epopeya del pueblo misionero, forzado a trasladarse a zona considerada enemiga, constituye un verdadero hecho heroico. Se diferencia de otros episodios de significativa dimensión –como el Éxodo uruguayo, antes mencionado--, porque no es un traslado deseado, fruto de una decisión de dejarle tierra baldía al enemigo y al mismo tiempo de buscar un ámbito de libertad, un lugar “donde podamos ser libres”, en frase de Artigas. Aquí es una mudanza forzada, un ataque a la libertad de elección, una impuesta sustitución del suelo patrio por otro arbitrariamente elegido por el dominador.¹⁴

Un oficio de Chagas Santos al marqués de Alegrete con fecha 19 de mayo, comentando los mismos episodios aquí mencionados, dice así:

¹⁴ El destierro voluntario, el irse a “otra tierra” distante --tan vivido en la Argentina del XX--, aun en su dolor, es una elección para salvar la libertad y la vida. Aquí no existe este acto deliberado.

[...] À 17 do mes passado me puz em marcha para o povo de São Nicolao, onde enviei para o Rio Pardo pelo cabo de Milicia João Alves, 52 índios dos que passaram do territorio Espanhol para o nosso, e 3 Espanhois todos com suas familias, que fariam o numero de 200 almas. Para o povo de Santo Anjo remeti 268 almas e suas familias, viuvas, velhas e filhos de menor idade; 20 espanhois com suas familias, alguns escravos, viuvas e filhos de menor idade em numero de pouco mais de 200 almas ficaram pelas nossas Estancias com seus animais. Logo que cheguei ao dito povo, e v[e]i a maior parte da gente que dos povos Espanhois passaram ao nosso territorio, mandei apartar 62 índios que eram os mais capazes de trabalho, e com suas familias em numero de 219 almas enviei para o Rio Pardo pelo miliciano Antonio Nunes.

As viuvas, solteiras e fillos de menor idade em numero de 260 almas, foram repartidos pelos povos de São Luiz, São Lourenço São Miguel e São João, alem de muitas que ficaram em São Nicolas onde tambem haviam mais de 23 Espanhois, que com suas familias fariam o numero de 147 almas alem de 103 índios velhos e indias seus serventes, 3 destes Espanhois, e suas familias ja se acham no povo de São Luiz, e os mais foram avisados para se retirarem para o interior do Pais, logo que os seus animais se acharam guarnecidos. (MACHÓN 96, p. 25 – 26¹⁵).

Paralelamente se dio en los habitantes misioneros que lograron huir, un *transierral* forzado: quedaron dentro de la región guaraníca, en zonas de Corrientes, pero fueron allí escapando de la violencia y el rapto impuestos por portugueses y paraguayos. Permanecieron en la misma tierra¹⁶, pero dejaron sus hogares y sus bienes en un nuevo nacimiento necesariamente traumático, al que llegaron, como es el caso de los emigrados con Mbaibé, perseguidos de cerca por la tropa invasora.

Estas heroicas epopeyas son un sello propio de la configuración de nuestra Provincia de Misiones, característica peculiar diferente de otras vividas por jujeños o uruguayos.

15 La fuente que Machón indica es el Archivo Histórico de Rio Grande do Sul, Autoridades Militares, Lata 172, março 01, doc. 220 A.

16 De allí el neologismo *transierral* (transitar la misma tierra), creado por el filósofo español José Gaos, que exiliado en México se sentía dentro de su propio mundo hispánico.

Trágico es también el destino de Artigas hasta su lejana muerte, y del federalismo argentino por esos años. Portugueses y porteños lo consideraban enemigo principal, y esa lucha ocupa los dos o tres años siguientes, hasta que el gran caudillo se refugia en el Paraguay, donde vivirá 30 años y donde morirá.

Estos hechos históricos son parte del proceso mediante el cual los pueblos de las antiguas misiones guaraní pasaron a pertenecer a tres nacionalidades diferentes (Paraguay, Brasil y Argentina), cada una con sus características propias, que también fueron impregnando a sus poblaciones, y diferenciándolas, aunque mantuvieran un sello común. Pero que constituye la cultura compartida entre el Rio Grande do Sul, las tradiciones campesinas guaraníco-pampeanas argentinas –lo *gaúcho* y lo gaucho--, y la cultura guaraní del Paraguay, tan marcante hasta hoy. Características estas que son, si se quiere, regionales, pero que han tenido una importancia decisiva en la conformación nacional de los tres países.

En suma: diferencias fronterizas que han llevado hasta a una cruel guerra, pero que al mismo tiempo han establecido usos culturales compartidos y sentidos como propios en todas las partes involucradas.

Pero no terminan allí las desgracias... Andresito no baja la guardia, reordena su ejército, recorre la zona, recupera pueblos que están destruidos. Chagas Santos vuelve a invadir, y ocurre la Batalla de Apóstoles (2 de julio del 17), en la que triunfa el jefe guaraní. Y en marzo del 18 nuevamente Chagas Santos cruza el Uruguay y avanza sobre San Carlos, que es incendiado, y sobre Apóstoles, que también es destruido e incendiado. Completa así el *Atila del Uruguay* el incendio de dos pueblos que le faltaban a su campaña de aniquilación.

En abril del 19 Andresito intenta reunificar a los pueblos orientales con la Provincia de Misiones ¹⁷, y ataca con una tropa estimada entre

¹⁷ Por su ubicación oriental, Artigas consideraba los Siete Pueblos parte de su Banda o Provincia. Por recuerdos ancestrales e históricos, todas las misiones habían sido consideradas configurando una unidad geográfico-cultural.

1.600 y 2.000 combatientes. Toma San Nicolás y San Luis, pero en junio son derrotados tanto Andresito Artigas como Tiraparé, que muere en combate.

El 24 de junio del 19, intentando regresar al occidente, es apresado Andrés Artigas en el paso de San Lucas. Y se inicia la etapa final de su vida, preso hasta poco antes de su muerte, conducido en condiciones inhumanas a Rio de Janeiro.

Referencias Bibliográficas

BARRÁN, J. P.; NAHUM, B. **Bases económicas de la revolución artiguista**. Montevideo: Banda Oriental, 2007.

BUSANICHE, J. L. **História argentina**. Bueno Aires: Taurus, 2005.

BUSANICHE, J. L. Cómo fueron destruidos los pueblos de las Misiones occidentales del Uruguay em 1817. In: **Boletín de la Comisión Nacional de Museos y Monumentos Históricos**. Buenos Aires, Año IX, n.9, 1948.

CANTERO, O. D.; MACHÓN, J. F. **Andrés Guacurará y Artigas**. Posadas: Asociación Flor del Desierto, 2006.

FURLONG, G. **Misiones y sus pueblos de guaraníes**. Buenos Aires: s/c, 1962.

LOZA, Emílio. La guerra terrestre y la defensa de fronteiras. In: ACADEMIA NACIONAL DE LA HISTÓRIA. **Historia de la nación argentina**, v. VI, segunda sección. Buenos Aires: El Atenco, 1948.

MACHÓN, J. F. **La batalha de Apostoles y otros trabajos**. Jardín América: Junta de Estudios Históricos, Sociales y literários (folletos), 1996.

MANTILLA, Diego. **Memórias [de] Fermín Félix Pampín**. Corrientes: Moglia, 2004.

LA GOBERNABILIDAD DE LOS SISTEMAS METROPOLITANOS. UNA PROPUESTA DE INDICADORES

Mabel Causarano

Introducción

Los cambios experimentados en el modelo de desarrollo económico y en la articulación de las nuevas demandas sociales encuentran, en el Paraguay, barreras políticas e institucionales en las formas de organización territorial, pensadas en función a un modelo de división político – administrativa del Estado que no contempla las dinámicas socioeconómicas dominantes (VÁZQUEZ, 2006). Esta situación adquiere relevancia y visibilidad en las tres regiones metropolitanas que se han conformado en las últimas décadas, siendo particularmente aguda en la que tiene como centro a la capital del país (CAUSARANO, 2006).

En los sistemas metropolitanos vive actualmente cerca de la mitad de la población total y el 70% de la población urbana paraguaya. El desfase entre una institucionalidad que se abstrae de la realidad territorial y los flujos de oferta y demanda de empleo, bienes y servicios, que se expresan con intensidad creciente, no permite aprovechar las potencialidades y fomenta la ingobernabilidad de los sistemas metropolitanos. Estos presentan las mayores tasas de crecimiento demográfico, de cambio de uso y de densidad de ocupación del suelo, así como la mayor concentración de población joven y de la población económicamente activa, a la par que un progresivo aumento de la percepción de inseguridad, el deterioro de la calidad ambiental (contaminación del aire por fuentes fijas y móviles, degradación de los cursos de agua superficiales y subterráneas, aparición

y/o reaparición de enfermedades como el dengue, la fiebre amarilla, la rabia, la leishmaniosis, la meningitis) y formas variadas de fragmentación y exclusión social, que tienen sus correlatos espaciales en la menguada calidad de los espacios públicos.

En los conglomerados metropolitanos se van configurando actores y demandas sociales que adquieren expresiones políticas (colectivos urbanos organizados en torno a un variado espectro de reivindicaciones) y requieren innovaciones en las formas de gobierno. De ahí que la *governabilidad de las metrópolis* adquiera relevancia en el país y en el continente, en donde se vive un proceso de urbanización sostenido y expansivo, con realidades complejas que se ven profundamente afectadas por la mundialización tecnológica y financiera.

Al no disponerse en el Paraguay de un marco institucional que reconozca el fenómeno de la metropolización y le otorgue la respectiva forma de gobierno, los territorios metropolitanos se configuran como un conjunto de realidades municipales, a las que se atribuye engañosamente connotaciones “locales¹, que abarcan partes y sectores de la totalidad urbana, y que, para su análisis y gestión, acostumbran ser ordenadas según criterios estadísticos, electorales o funcionales, con prescindencia de las características morfológicas y de las dinámicas territoriales. En consecuencia, el área metropolitana es una ciudad que no aparece como objeto específico de gobierno, sino como parte de las atribuciones de las municipalidades y de las gobernaciones departamentales que la integran y/o de organismos del gobierno central (CAUSARANO, 2006).

La organización estatal que define el gobierno del territorio, establecida con la reforma constitucional de 1992, responde a un criterio

¹ Dicha connotación, aplicada a los municipios que integran un sistema metropolitano, no facilita la integración supramunicipal a nivel de políticas intermunicipales. En consecuencia, la integración funcional, que se da de hecho, no es acompañada por acciones coherentes con los flujos que despliegan e intensifican, abarcando ámbitos cada vez más extensos.

de reconocimiento jurídico de carácter **formal**, en función al cual se definen las unidades político – administrativas descentralizadas, como resultado de una decisión de la autoridad legislativa. Por tanto, la ciudad, en cuanto fenómeno **territorial – real**, no está reconocida como objeto de gobierno (PIREZ, 2001). Esta situación ensancha la brecha entre la oferta institucional gubernamental y la demanda social.

La gobernabilidad

Adentrarse en el concepto de gobernabilidad implica necesariamente remitirse a los estudios que, desde la década de los ‘70s, se vienen realizando en torno al mismo. Varios autores señalan que el origen del interés hacia la definición y los alcances de la gobernabilidad fue, en primera instancia, su opuesto, la “ingobernabilidad” de los sistemas políticos y sociales y sus efectos críticos en el ámbito del Estado, en el modelo democrático y en la racionalidad dominante. La ingobernabilidad sería así *“la suma del debilitamiento de la eficacia del gobierno simultánea al debilitamiento del consenso ciudadano, lo que también se ha definido como ‘democracia embotellada’, en donde ‘la demanda es fácil y la respuesta difícil’”*. (PICARDO, 1998)²

La gobernabilidad define Picardo (1998) como el:

[...] acatamiento voluntario y legitimado de las manifestaciones tangibles (acciones y políticas públicas) de la autoridad del Gobierno, por parte de la mayoría de la población y de los grupos sociales relevantes. Este acatamiento depende en gran medida de la capacidad de gestión gubernamental, de la aptitud y oportunidad del gobierno en atender las demandas básicas de la población, de la compatibilidad de las creencias y valores de la mayoría de la pobla-

2 Picardo se refiere al planteamiento de Gianfranco Pasquino, Xavier Arbós y Salvador Giner

ción con el proyecto socio-político de los gobernantes, y de la percepción de los individuos sobre lo que hace y no hace el gobierno y de cómo ella afecta a sus vidas...³.

El autor reproduce la definición de gobernabilidad propuesta por Arbós y Giner, entendida como,

[...] la cualidad propia de una comunidad política según la cual sus instituciones de gobierno actúan eficazmente dentro de su espacio de un modo considerado legítimo por la ciudadanía, permitiendo así el libre ejercicio de la voluntad política del poder ejecutivo mediante la obediencia cívica del pueblo. (PICARDO, 1998)

Finalmente, Picardo enuncia las cuatro claves de lectura de gobernabilidad: política (eficiencia del gobierno), económica (sustentación social), institucional (capacidad decisoria) y la que se expresa frente al reto de la globalización (adecuación de ajustes)⁴.

El Programa para el Desarrollo de las Naciones Unidas describe la gobernabilidad como “el ejercicio de autoridad económica, política y administrativa para manejar los asuntos de un país a todos los niveles, incluyendo los mecanismos, procesos e instituciones a través de las cuales se ejerce esta autoridad”. (PNUD, 2006)

Prats i Catalá, J. (2001) define la gobernabilidad democrática como la capacidad de un sistema social democrático para auto gobernarse y enfrentar positivamente los retos y oportunidades para satisfacer las expectativas y necesidades de sus miembros, conforme a un sistema de reglas y procedimientos formales e informales dentro del cual formulan sus expectativas y estrategias. Es – prosigue - el equilibrio entre las demandas sociales y la capacidad de respuesta de los gobiernos, expresada en la

³ El autor cita el estudio de Briones-Ramos, “Gobernabilidad en Centroamérica”.

⁴ Picardo extrae esta clasificación de la obra de Achard – Flores “Gobernabilidad: un reportaje de América Latina”.

formulación y aplicación de políticas públicas. La gobernabilidad sólo es democrática cuando se sustenta en el ejercicio de la democracia. Es decir, cuando estimula la práctica de la libertad política, potencia la pluralidad y la diversidad de la sociedad, busca la igualdad de oportunidades de todos los ciudadanos y promueve la acción cooperativa.

Rojas Bolaños (1995) sostiene que:

[...] la gobernabilidad democrática no es solo el producto de la capacidad de un gobierno para ser obedecido por sus propios atributos (transparencia, eficacia, accountability), sino de la capacidad de todos los actores políticos estratégicos para moverse dentro de determinadas reglas de juego - una especie de concertación-, sin amenazas constantes de ruptura que siembren la incertidumbre en el conjunto de la sociedad...”⁵

Por su pertinencia, cabe reportar la definición de Garófalo (sf):

La gobernabilidad es el equilibrio entre los requerimientos y las capacidades de un sistema político para autorregularse y retroalimentarse en su sistema y este mismo en otros más amplios a través de las instituciones, con el fin de reforzarse. El nivel de equilibrio alcanzado entre requerimientos y capacidades influirá sobre las reglas de juego (mientras éstas posean la calidad suficiente), apuntalándolas e incrementando la fuerza de las instituciones reflejada en el tipo de políticas públicas implementadas.

Al analizar la gobernabilidad metropolitana, el investigador encuentra un vacío: la falta de indicadores eficaces, como, en cambio, han sido propuestos y utilizados para evaluar la gobernabilidad a nivel nacional y a nivel local o municipal.

⁵ Citado en Filmus, D. (2005)

Este trabajo presenta una propuesta de indicadores de la gobernabilidad metropolitana, elaborados en el marco de un proyecto ejecutado por la Corporación REMA, con el apoyo del Fondo de Población de las Naciones Unidas (UNFPA), que fue aplicado, a través de entrevistas y de una encuesta, a la población que habita el sistema metropolitano de Encarnación, ubicado al sur del país, en la frontera con la Argentina.⁶

Los sistemas metropolitanos

La ciudad que se configura a partir de la metropolización abarca un conjunto de circunscripciones político – administrativas que cuenta, cada una, con su propio gobierno municipal, constituyendo la suma algebraica de instancias gubernamentales.

El fenómeno metropolitano impone redefiniciones conceptuales en diversos campos de la Ciencias del Territorio. Como ya se expresó, en dicho sistema no cabe identificar lo “local” con la esfera municipal. Es un territorio que se expande y cambia continuamente, fragmentado en diversos gobiernos locales, provinciales, estadales o departamentales y hasta entre países, como ocurre con los sistemas metropolitanos transfronterizos. Estos últimos ponen en entredicho el concepto de frontera,⁷ porque contradicen los principios políticos de la soberanía, que demanda que las sociedades estén contenidas dentro de un país y sub sociedades dentro de departamentos, distritos, municipios o unidades geográficas bien definidas. En consecuencia, las identidades territoriales también se fragmentan y, a la vez, se complejizan. Castells (2001) expresa que la forma

6 La Corporación REMA para el Desarrollo sostenible de la Región Metropolitana de Asunción, es una asociación civil sin fines de lucro que, durante el 2007, recibió apoyo del UNFPA para la ejecución de un proyecto que abarcó los tres sistemas metropolitanos paraguayos. La encuesta fue diseñada por el Econ. Óscar Carvallo y ejecutada por la empresa GEO. La dirección del proyecto estuvo a cargo de la autora de esta presentación.

7 Como en la conurbación trinacional de la llamada “Triple frontera” en la cual la integración socioeconómica – a través de las transacciones legales e ilegales – procede a una velocidad mucho mayor que la integración política. Lo mismo puede afirmarse de la conurbación Pedro Juan Caballero – Ponta Porá.

urbana metropolitana se caracteriza por “la difusión de las actividades y funciones en el espacio y la interpenetración de dichas actividades según una dinámica independiente de la contigüidad geográfica”.

Un error conceptual, que también induce errores metodológicos en el análisis del fenómeno territorial y en la gestión pública metropolitana, es la asimilación de la ciudad al municipio. Este último corresponde a una comunidad y un territorio con gobierno propio, que puede o no coincidir con el territorio y el gobierno de una ciudad. En la medida que la conurbación libere a la ciudad del ámbito municipal que le dio origen – como ocurre con todos los municipios que integran las conurbaciones y aglomeraciones urbanas –, la institucionalidad pública queda desfasada, al no tener correspondencia con la forma urbana que se va configurando ni con la unidad de los procesos que la caracterizan y definen. (PIREZ, 2001)

Los sistemas metropolitanos son territorios altamente dinámicos, cuyos flujos complejizan la gestión pública, al cruzar variables físicas (ambientales, de infraestructura y equipamientos), económicas, sociales, político –institucionales y culturales, proceso que evidencia la necesidad de nuevos enfoques de gobierno, nuevos instrumentos de gestión pública y de indicadores de gobernabilidad.

Pirez (2001) señala que un área metropolitana implica una gran *heterogeneidad y diferenciación de población y de actividades*. En ella habitan y trabajan grupos sociales diferenciados por sus definiciones socioeconómicas, culturales y étnicas. La metrópolis acoge una gran diversidad de actividades de producción, de consumo, de intercambio y de gestión y presenta una *distribución territorial diferencial de la diversidad o heterogeneidad de actividades y población*.

Se manifiesta - nos dice el citado autor - una *heterogeneidad global* en lo que atañe a las actividades y grupos sociales, a la vez que una *homogeneidad particular*, en cuanto a la localización de esas actividades

y población en territorios diferenciados, conformando unidades relativamente homogéneas (periferias, ciudades – dormitorio, territorios de residencia diferenciados por condiciones económicas, territorios destinados a actividades administrativas, comerciales o financieras, industriales, etc.)

A nivel económico, se configura un *mercado metropolitano*. La ausencia de un ámbito político territorial que se corresponda con ese ámbito de mercado, favorece el predominio de los actores económicos y, como consecuencia, la tendencia a una subordinación a niveles gubernamentales superiores – nacional, en el Paraguay -, que constituyen el referente del mercado metropolitano y de sus actores (PIREZ, 2001).

a. Participación de bajo impacto

La caracterización arriba citada induce a que, en los sistemas metropolitanos la participación ciudadana y sus instrumentos operativos reducen sensiblemente su impacto, ya que la calidad de la oferta de los servicios urbanos está condicionada por las dinámicas intermunicipales e interdepartamentales que la afectan, como el transporte público, el saneamiento básico, el manejo y disposición final de los residuos sólidos, entre otros.

Pirez (2001) resalta la contradicción entre el *ámbito territorial de las necesidades o los problemas* y el *ámbito territorial de la representación política*. Los ámbitos territoriales de las dinámicas metropolitanas no coinciden con los correspondientes a los de las representaciones políticas, organizadas, estas últimas, de acuerdo a los territorios formalmente definidos que, para el caso paraguayo, son los departamentos y municipios. En su condición de electora, dice el autor, la población metropolitana no coincide con la población metropolitana “usaria” del espacio y de los servicios urbanos. La contradicción se extiende al ámbito territorial de las necesidades, el ámbito territorial de los recursos y el ámbito de territorial de la representación política.

El proceso electoral se desdibuja, porque el ciudadano elige administradores y representantes de una parte del sistema total, sin incidir en las demás, a pesar de que sus actividades cotidianas se despliegan en un territorio regido por gobiernos distintos. Las más de las veces, el derecho al voto lo ejerce en el municipio en donde tiene su vivienda, es decir, en donde transcurre la menor parte del tiempo, y no tiene posibilidades de influir en el gobierno de aquéllos en donde trabaja, estudia y/ o transcurre el tiempo libre.

b. Profundización de las asimetrías

En las dos últimas décadas, se ha incentivado en el mercado inmobiliario metropolitano la oferta de urbanizaciones, llamadas “barrios cerrados”, de alto valor, baja densidad poblacional y de ocupación del suelo, dirigida a los sectores de ingresos medios o altos. Se favorece así la diferenciación entre los municipios metropolitanos en términos de recaudación y, en consecuencia, se genera otro factor de asimetría en lo referente a los ingresos y a los respectivos presupuestos.

Pirez (2001) resalta que la realidad metropolitana muestra la tendencia a concentrar las necesidades en ciertos territorios y los recursos en otros, dualidad que se ve fortalecida por los procesos de **polarización**: las necesidades se concentran donde los recursos son menores y los recursos donde las necesidades son menores.

Los indicadores socio demográficos muestran la profundización de los desequilibrios territoriales. Las asimetrías afectan a la dotación y calidad de la infraestructura, los equipamientos, el acceso a los bienes y servicios, en general. Algunos municipios enfrentan tasas explosivas de crecimiento demográfico, cercanas al 10% anual o que lo superan, mientras que otros registran disminución de su población; hay partes del territorio con dificultades en el acceso al agua potable, a la atención en salud y a la educación públicas, a la recolección domiciliaria y disposición final de los

residuos sólidos, así como son marcadas las diferencias en la capacidad de gestión municipal. (CAUSARANO, 2006)

La complejidad metropolitana, que combina factores sociales, económicos, políticos, institucionales y medioambientales, se acentúa en la medida que las actuaciones responden a enfoques sectoriales y fragmentados geográficamente. Se justifica, por tanto, la necesidad de ajustar el concepto de gobernabilidad a una realidad que no es la suma de realidades municipales, porque incluye procesos de alto dinamismo que permiten asimilarla a ámbitos regionales, en donde la gestión municipal va encarada y evaluada en su condición de componente o parte de una totalidad sistémica.

Como punto de partida (PICARDO, 1998), cabe plantearse entonces el tema de la “ingobernabilidad”; a tal efecto, se precisa definir las condiciones actuales del ámbito metropolitano, de manera a distinguir los factores que contribuyen a la ingobernabilidad.

4. Condiciones de la ingobernabilidad

En el Paraguay se han conformado tres sistemas metropolitanos que tienen como cabecera a tres ciudades fronterizas con la Argentina y el Brasil: el de Asunción, el de Ciudad del Este y el de Encarnación, caracterizados por condiciones que fomentan la ingobernabilidad, entre las que se destacan: a. la ausencia de enfoque sistémico del conjunto bi y tri nacional; b. la visión de corto plazo; c. la persistencia de acciones parciales y sectoriales, sin el soporte de una planificación integral; d. las deficiencias en materia de regulación y gestión del territorio metropolitano, en ausencia de un ente de gobierno ad hoc; e. el bajo desempeño de la cabecera metropolitana, que no ejerce el rol de ordenador del territorio; f. la incapacidad del subsistema urbano para crear sinergia a través de redes de cooperación y mancomunidad de esfuerzos.

Las relaciones políticas se desarrollan siguiendo múltiples articulaciones: a. entre los actores sociales locales y los gobiernos municipales que actúan en el territorio metropolitano; b. entre los actores locales y el gobierno departamental; c. entre los gobiernos municipales; d. entre los gobiernos municipales y el gobierno departamental; e. entre los actores sociales locales y las empresas de servicios urbanos, públicas y/o privadas; f. entre los gobiernos municipales y dichas empresas; g. entre los actores sociales locales y el gobierno central, en particular, las organizaciones que demandan tierra y vivienda.

a. Construcción de indicadores de gobernabilidad metropolitana

La *gobernabilidad* de las metrópolis se refiere a un tipo específico de gobierno cuyo ejercicio se dé en condiciones de legitimidad, eficiencia y apoyo ciudadano. La gobernabilidad metropolitana es la capacidad del gobierno de la metrópoli de orientar y conducir los procesos urbanos. Sin embargo, los territorios metropolitanos aparecen como ingobernables, al no estar contenidos dentro de límites definidos (BORJA, 2004).

Generalmente, nos encontramos con la inexistencia de un gobierno metropolitano y con una gran fragmentación de instancias estatales y municipales de planeación y gestión de problemas que no conocen límites administrativos. Los administradores públicos disponen de competencias sectoriales y localizadas, pero no cuentan con capacidades institucionales para gobernar el sistema que, como bien se sabe, es más que la suma de sus partes. La gobernabilidad de un municipio metropolitano – o sea, su gobernabilidad “local”- está fuertemente regulada por las condiciones del entorno urbano con el cual interactúa.

La gobernabilidad local “tiene una lógica y dinámica propias, caracterizadas por los conflictos muy puntuales y la instrumentación de políticas muy acotadas que incidan en la satisfacción de necesidades de

la comunidad”. En cuanto a las políticas que afectan a la gobernabilidad local, el autor Garófalo cita las que se desarrollan desde los niveles estatales, regionales o nacionales y las representadas “de manera indirecta por la lucha de poder constituida por los partidos políticos, desde el exterior o incluso directamente desde la municipalidad, que incurren en la vida pública o bien, las de índole totalmente local, como puede ser la autonomía local”. Estas variables dependientes de los diversos niveles de gobierno “subordinan aún más la vida social” municipal, en cuanto que la gobernabilidad local “sólo podrá hallar su propio equilibrio si, y sólo si, las políticas locales se formulan desde lo local”. (GARÓFALO, sf).

A nuestro entender, esta visión, que valida la autonomía local, entendida como la capacidad de formular y aplicar políticas de desarrollo propias, en el marco de las interrelaciones que la legislación establece para la organización y gobierno del territorio, puede volverse operativa en el sistema metropolitano en la medida que los municipios que lo integran reconozcan la interdependencia sistémica y definan la modalidad adecuada para gobernar el territorio compartido.

En esta perspectiva, recuperamos la propuesta del PNUD (2006) para evaluar la gobernabilidad local, que incluye: a. la participación ciudadana, como factor clave de la democracia y no como mero instrumento de legitimación gubernamental de sus políticas; b. los liderazgos diferentes; c. los nuevos espacios intermedios de participación democrática; y d. el desarrollo de capacidades de la comunidad para gestionar estos escenarios de forma calificada.

b. Buscando respuesta a un interrogante

A pesar de los efectos perniciosos de la ingobernabilidad metropolitana en la calidad de vida ciudadana, no ha avanzado la indagación sobre los instrumentos de medición, cuantitativos y cualitativos, de la gobernabilidad. Los procedimientos a través de los cuales se mide la gobernabilidad de

un país no son aplicables a espacios regionales funcionales, dinámicos y cambiantes en su configuración. Y, como se señaló, tampoco resultan operativos los criterios utilizados para medir la gobernabilidad local.

En el intento de cubrir dicho vacío, se diseñó una propuesta que combina la *Guía metodológica de Gobernabilidad Local del PNUD- Proyecto Regional* y los criterios de calidad urbana propuestos por Indovina (1992) expuestos en “El Libro verde para el ambiente urbano en la Europa de la CEE”. El análisis asume tres indicadores generales, los cuales, a su vez, están compuestos por un grupo de indicadores particulares, con sus respectivos atributos. A tal efecto, se utilizan como indicadores generales los criterios propuestos por Indovina y como indicadores particulares los utilizados por el PNUD.

Indovina (1992) define los tres elementos de la calidad urbana que actúan en forma interdependiente: a. la calidad del medio físico (el *genius loci*); b. la calidad del gobierno de la ciudad (el *genius rei publicae*); c. la calidad del sistema social (el *genius gentis*). Estos indicadores generales evalúan el componente físico – ambiental, el funcionamiento de la ciudad y de su gobierno y el comportamiento de los habitantes.

Para medir la gobernabilidad local, el PNUD recurre a las cinco condiciones que hacen posible la implementación de la estrategia de desarrollo local: 1) la visión de largo plazo; 2) la legitimidad y el liderazgo transformacional; 3) las relaciones constructivas entre actores; 4) las capacidades institucionales o buen gobierno; 5) la participación ciudadana.

El resultado de la combinación de estos elementos o factores de gobernabilidad se recoge en el esquema siguiente.

Francesco Indovina	PNUD
	Visión estratégica/Proyecto político
Calidad del gobierno	Liderazgo transformacional Capacidad institucional
Calidad de la ciudadanía	Relación propositiva entre actores Participación ciudadana
Calidad del territorio	Desarrollo humano Componentes del medio ambiente

La **Calidad de gobierno** tiene como indicadores particulares: la *Visión estratégica o Proyecto político*, el *Liderazgo transformacional* y la *Capacidad institucional*. Son indicadores de la **Calidad de la ciudadanía** la *Relación propositiva entre actores* y la *Participación ciudadana*, mientras que para la **Calidad del territorio** se asumen los criterios que definen *el Desarrollo Humano* y los *indicadores medioambientales*. Para cada indicador particular se establecen atributos, mediante los cuales se alcanza una caracterización más acotada al sistema analizado.

c. Descripción de los indicadores generales y particulares

El indicador general **Calidad del gobierno** de la ciudad es entendido como la contribución que el aparato público, en el ejercicio de sus funciones y en una vasta gama de prestaciones – desde el aseo urbano, a las regulaciones sobre el uso del suelo –, otorga a la calidad urbana (INDOVINA, 1992).

El indicador particular *Proyecto político o proyecto de gobierno* registra si la autoridad de gestión⁸ ha definido y explicitado un enfoque conceptual

⁸ Dado que no existe un gobierno metropolitano, la evaluación se realiza en los diferentes municipios que integran

que identifique la orientación de las políticas y programas de gobierno, la dirección hacia la cual apunta el territorio metropolitano (enfoque o paradigma, contenido, prioridades, etc.). El proyecto de gobierno hace referencia al conjunto de opciones de acción que un determinado “decisor” propone para materializar sus objetivos, a partir de las circunstancias en que se encuentra, de su ideología, de sus intereses y motivaciones. Según Carlos Matus (sf), el proyecto político “responde a una ideología, es un compromiso concreto, una propuesta de intercambio de problemas, tiene que resolver el conflicto de valores, tiene que ser viable, tiene que ser operacional y tiene que ser aceptable”.

La *Visión de largo plazo* surge de un acuerdo entre los múltiples actores territoriales, una vez valorados sus intereses e identificadas las potencialidades del territorio metropolitano en el contexto global, nacional y regional. Es una declaración concisa de lo que el gobierno y la sociedad desean y espera ser en el futuro. La visión señala el camino que permite establecer el rumbo para lograr el desarrollo esperado en el futuro.

El *Liderazgo transformacional* alude a la dirigencia metropolitana, a los actores estratégicos con capacidad para convocar, concertar y movilizar a otros actores en pro de un objetivo.⁹ Es un liderazgo basado en la legitimidad, la credibilidad y la confianza, que procede no de las cualidades personales del líder sino de la percepción de consistencia entre su discurso, sus acciones y los resultados. Un liderazgo transformacional puede provenir de actores políticos o económicos, sociales, culturales. Lo importante es su capacidad para generar respuestas positivas por parte de los actores locales y lograr cambios de comportamiento en los mismos (CARVALLO, 2007). El apoyo ciudadano expresa la correspondencia de los objetivos de la iniciativa con el interés general. “La emergencia de

el sistema, en un grupo seleccionado o, en su defecto, en la cabecera metropolitana.

⁹ Para los sistemas metropolitanos, en ausencia de una autoridad única de gobierno, este indicador registra la existencia de organizaciones intermunicipales departamentales o metropolitanas y los respectivos liderazgos.

los nuevos modelos mentales, percepciones o aprendizajes, el cambio de actitudes, la adquisición de nuevas competencias, son procesos que pueden darse más rápidamente y mejor cuando se dispone de liderazgo” (PRATS; CATALÁ, 2001).

La *Capacidad institucional* se refiere específicamente a la estructura y al funcionamiento del aparato de gobierno, en el marco de las reglas establecidas, y al cumplimiento de sus funciones orgánicas. Se valora la eficiencia, la eficacia y transparencia de las actuaciones públicas, la racionalidad organizativa, la accesibilidad, la rendición de cuentas, la competencia y calidad de los funcionarios. Examina las condiciones financieras y fiscales de las entidades territoriales y la sostenibilidad de una iniciativa. Da cuenta de las condiciones de la infraestructura y del equipamiento urbano, como el estado de la red vial y de los espacios públicos.

El indicador general **Calidad de la ciudadanía** se refiere al comportamiento de los actores sociales, económicos y políticos en cuanto “productores” y en cuanto “consumidores” de la ciudad. Recoge, en particular, las modificaciones en las conductas personales y colectivas causadas por las nuevas tecnologías de información y comunicación, el peso del poder económico en las transformaciones urbanas, tanto de orden físico como en los modos de uso y gestión de la ciudad.

La *Relación propositiva o de cooperación entre los actores* define una forma específica de relación entre actores estratégicos, aquella que permite mancomunar esfuerzos para el logro de objetivos estratégicos. La medición incluye a los actores públicos municipales, departamentales y nacionales, de las tres esferas del Estado – Poderes Ejecutivo, Legislativo y Judicial - así como a los actores sociales y económicos.

La *Participación ciudadana* es entendida como la capacidad social de influir, a través de los procedimientos formales y no formales, en las decisiones que afectan al futuro del grupo o sector e indica la calidad

democrática de la gobernabilidad. Una movilización en defensa de un espacio público o de un edificio histórico influyen directamente, y en forma positiva, en la calidad urbana, así como también influye, pero para causar un perjuicio, la movilización para impedir el cierre de un vertedero municipal que contamina el ambiente, cuyo objetivo es mantener las fuentes de trabajo de las personas que reciclan la basura en condiciones de insalubridad y con sensibles daños a la salud de las mismas.

El Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo define el *Desarrollo humano* (DH) como el proceso gracias al cual una sociedad mejora la calidad de vida de sus ciudadanos, mediante un incremento de los bienes con los que puede cubrir sus necesidades básicas y complementarias, y de la creación de un entorno en el que se respeten los derechos humanos. El DH se refiere a la cantidad de opciones que tiene un ser humano, en su propio medio, para ser o hacer lo que desea ser o hacer.

El Índice de Desarrollo Humano (IDH) mide los siguientes aspectos:

- *Vida larga y saludable* (medida según la esperanza de vida al nacer).
- *Educación* (medida por la tasa de alfabetización de adultos y la tasa bruta combinada de matriculación en educación primaria, secundaria y la superior, así como los años de duración de la educación obligatoria).
- *Nivel de vida digno* (medido por el PIB per cápita PPA en dólares).

Con el indicador general **Calidad de territorio** se mide el componente físico: las características geomorfológicas, las condiciones de los recursos hídricos superficiales y profundos, del aire, de la vegetación y la fauna, las características específicas de los ecosistemas urbanos, las tipologías arquitectónicas, edilicias y la organización del espacio, en general. Es, por tanto, un indicador compuesto, que releva tanto las variables cuyo valor puede medirse con precisión como aquellas que dependen de juicios de

valor, como pueden serlo los referentes a las características arquitectónicas de determinados edificios o espacios públicos (INDOVINA, 1992).

Los indicadores muestran el “engranaje” de la gobernabilidad territorial; una vez relevados y procesados, deben ser analizados en sus interacciones sistémicas. Un paso sucesivo es, pues, la integración matricial de las variables resultantes, para el análisis de las influencias y dependencias recíprocas y de sus respectivos flujos.

d. La Zona y la Región Metropolitana de Encarnación (ZOME y REME)

A manera experimental, el método propuesto se aplicó a la Zona metropolitana de Encarnación, capital del departamento de Itapúa, al sur del país. Para el efecto, se diseñó y aplicó una encuesta, se realizaron entrevistas estructuradas a informantes calificados, diversos relevamientos de campo, se analizó y procesó la información obtenida de fuentes secundarias, en particular, los datos del Censo de Población y Vivienda de 2002 y la Encuesta Integrada de Hogares, que se realiza con periodicidad anual.

La encuesta aplicada a la ZOME, que se realizó en setiembre de 2007, tomó como universo una muestra 522 habitantes de zonas urbanas y rurales de los municipios de Encarnación, Cambyretá y Capitán Miranda. El nivel de confianza fue del 95% y el margen de error del 4,2%

Dado el carácter “piloto” del proyecto, se eligió el sistema metropolitano que presenta, con relación a los otros dos, menores niveles de complejidad. Es el que tiene menor población total y también el menor número de municipios conurbados, una relativa menor heterogeneidad y también asimetrías menos marcadas.

Encarnación es una ciudad histórica que ocupa parte del territorio evangelizado por las Misiones jesuíticas en los siglos XVII y XVIII. Aun siendo un centro comercial importante, su economía es dependiente de Posadas, ciudad argentina ubicada en la margen izquierda del río Paraná.

Con Posadas conforman un eje metropolitano binacional, que tiene sus polos en ambas ciudades. El fenómeno del pendularismo se da en los dos sentidos, sea para el intercambio comercial – referido a una amplia variedad de productos – como en lo que atañe a las ofertas en materia de educación, salud y tiempo libre.

El impacto físico directo de la represa de Yacyreta, una vez alcanzada la cota de 83 m, incluye 165 mil hectáreas inundadas, de las cuales, el 80% se encuentra en territorio paraguayo, siendo uno de los más afectados el casco urbano de Encarnación, de cuya “zona baja” deberá desplazarse la actividad comercial.

La Zona Metropolitana (ZOME) ocupa un territorio de 731 km², en donde viven 129.972 habitantes. Reúne a *Encarnación*, *Cambyreta* y *Capitán Miranda*, mientras que la Región metropolitana incluye a *San Juan del Paraná*¹⁰ y *Carmen del Paraná*. La ZOME enfrenta una transición de las actividades agropecuarias hacia las comerciales. Capitan Miranda actúa como la interfaz con la zona más próspera, liderada por las cooperativas agrícolas que reúnen a los productores mecanizados (CAUSARANO, 2006).

En la conurbación encarnacena, que ocupa el 4% de la superficie de Itapúa, vive el 51% de la población urbana y el 29% de la población total departamental. *Encarnación*, polo central, tiene 93.497 habitantes, equivalentes al 20.60% del total departamental; el 72% vive en el área urbana y el 28% se encuentra en el área rural. *Cambyretá*, con 27.808 habitantes actúa como subpolo, habiendo registrado una tasa de crecimiento demográfico del 6.8%, de acuerdo con el Censo de Población y Vivienda de 2002; el 2% de su población vive en el área urbana y el 98% en la rural. Por último, *Cap. Miranda* cuenta con 8.667 habitantes, de los cuales, el 22% vive en el área urbana y el 78% en la rural.

10 En la época de la encuesta se incluyó este municipio, dado el sostenido avance del proceso de conurbación con Encarnación.

e. Resultados preliminares

El análisis corroboró las hipótesis asumidas en trabajos anteriores, que ponen en evidencia los efectos de los efectos de la ingobernabilidad de los sistemas metropolitanos paraguayos (CAUSARANO, 2006).

· Calidad del gobierno

Ninguno de los municipios que integran la ZOME ha definido su *Visión Estratégica*, ni posee planes integrales de desarrollo: algunos cuentan con proyectos puntuales o sectoriales.

Asumen en forma pasiva los efectos de la conurbación; no existen instancias de coordinación entre las municipalidades, ni entre éstas, en su carácter de entidades metropolitanas, con la gobernación departamental, con los organismos del Estado central ni con las entidades privadas, se trate de organizaciones sociales o empresariales. Cada municipalidad actúa en forma aislada de su contexto metropolitano.

La Municipalidad de Encarnación no asume el *liderazgo* que cabe a la cabecera metropolitana.

Bajos niveles de eficiencia enmarcan la gestión municipal y, hasta la fecha de las entrevistas con las autoridades locales, ninguna contaba con mecanismos de rendición de cuentas. La capacidad técnica es dispar, dado que los funcionarios encarnacenos poseen mayor nivel de capacitación que sus pares de los otros municipios. La disponibilidad de recursos se sustenta en los ingresos tributarios y en los royalties recibidos de la Entidad Binacional Yacyreta. No se relevaron iniciativas para la captación de recursos de otras fuentes, incluyendo los provenientes de la cooperación externa.

· Calidad de la ciudadanía

Las organizaciones vecinales y gremiales de la ZOME concentran su interés en el impacto que causará la represa en la configuración física y social del área, una vez que se alcance la cota máxima de inundación. Por

tanto, son las indemnizaciones y los proyectos de relocalización los temas focales en torno a los cuales se movilizan las organizaciones. Al no estar definido el objetivo estratégico de gobierno, no se desarrollan relaciones propositivas entre los actores metropolitanos y la participación social adquiere carácter preferentemente reactivo.

· Calidad del sitio

Las asimetrías entre los municipios de la ZOME se expresan también en el IDH (PNUD, 2006). Las condiciones medioambientales serán drásticamente alteradas una vez que se alcance la cota máxima de inundación, convirtiendo una parte importante del territorio encarnaceno en una isla circundada de aguas estancadas.

Conclusiones

La gobernabilidad de los sistemas metropolitanos paraguayos es un tema postergado a nivel político e institucional, no obstante el peso creciente de los mismos en el territorio nacional. Prima en los administradores públicos y en los legisladores una concepción de la autonomía municipal que no favorece la sinergia entre los gobiernos locales que integran la ciudad intermunicipal. En consecuencia, no se aprovechan las potencialidades sistémicas ni las oportunidades del entorno para encarar proyectos comunes que generen beneficios compartidos y mejoren la calidad de vida regional.

En el caso de la ZOME, resulta llamativo que la terminación de las obras complementarias de la represa de Yacyreta no haya despertado un interés colectivo hacia la ciudad ni hacia su región de influencia, ni haya transformado la tradicional actitud reactiva, encaminando a las organizaciones sociales, gremiales y políticas hacia un proceso proactivo que apunte a repensar las formas de gestión territorial. El *modus operandi* de las autoridades públicas refleja la inexistencia de un proyecto político;

las municipalidades, la Gobernación y Entidad Binacional Yacyreta (EBY) no coordinan sus acciones.

La EBY se ha convertido en un factor de distorsión en el proceso de metropolización. Invierte en obras e indemniza a los afectados sin atender a la complejidad de los impactos culturales, identitarios, en el tejido social, en las redes familiares y de vecindad, situación que aumenta la ingobernabilidad territorial. Una preocupación percibida en los entrevistados es el financiamiento y mantenimiento de las grandes obras de infraestructura urbana construidas por la EBY. Los presupuestos y recursos actuales son apenas suficientes para financiar los gastos corrientes. La estructura financiera actual y las coparticipaciones municipales son insuficientes.

En lugar de transformadores, los liderazgos políticos y sociales son transaccionales, lo cual refuerza la desconfianza entre los actores. La distribución de recursos a las municipalidades por parte de la Gobernación departamental no se ajusta a las demandas territoriales. Las organizaciones civiles o sociales tienen, en general, un carácter circunstancial, reivindicativo y de presión, ya que emergen para obtener concesiones ante los efectos de la inundación. La debilidad de las organizaciones civiles impide el desarrollo de sectores competitivos que apunten a desarrollar las ventajas comparativas regionales.

Las municipalidades se sienten superadas por los problemas urbanos. La calidad de municipios damnificados, a la espera de las inversiones solamente de la EBY, ha generado “pereza fiscal”. Los catastros están incompletos o desactualizados.

Los resultados numéricos del análisis confirman las hipótesis que la justificaron: prima en las municipalidades la visión de corto plazo y las acciones coyunturales, en ausencia de liderazgos transformadores y de capacidad de gestión articulada intermunicipal. Es comprensible la razón por la cual la evaluación de la gobernabilidad territorial de la ZOME se ubique por debajo del 40% (1,9 sobre 5).

Las metrópolis demandan políticas públicas y servicios, es decir, condiciones básicas de gobernabilidad. El sistema actual de descentralización no contempla el gobierno de la metrópolis. La concepción vigente de gestión pública descentralizada es la de esparcir competencias, sin atender la funcionalidad de los territorios afectados por dicha medida política, lo cual, más que distribuir el poder y aumentar la capacidad de gestión de los ámbitos descentralizados, induce niveles crecientes de ingobernabilidad.

Referencias Bibliograficas

ARAUJO, X. **Uma revisão básica sobre conceitos e teorias de governabilidade**. Geenseñanz, v. 9, n. 2, p. 203-212, 2004.

BORJA, J. **Los detechos em la globalización y El derecho a la ciudad**. Barcelona: Fundación Alternativas, 2004. ISBN: 84-96204-51-0.

BRASIL. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). **Desarrollo local com activos de cidadanía**: marco conceptual, 2006. Disponible en: <<http://www.pnud.org.co/documentos.shtml?x=3931>>.

CARVALHO, O. **Estudio de la gobernabilidad em la zona metropolitana de Asunción (ZONE)**. Assunción: Informe de consultoria(s), 2007.

CASTELLS, M. La ciudad de la nueva economía. La Factoría, n. 12. In: CONFERENCIA PRONUNCIADA EN EL SALÓN DE CIENTO DEL AYUNTAMIENTO DE BARCELONA, el 21 de febrero, 2000, Barcelona. **Acto de clausura del Máster “La ciudad: políticas proyectos y gestión”**. Organizado por la Universidad de Barcelona y dirigido por Jordi Borja. Disponible en: <<http://www.fbg.ub.es>>

CAUSARANO, M. **Dinámicas metropolitanas em Asunción**, Ciudad del Este y Encarnación. Assunción: Fondo de Población de las Naciones Unidas, 2006.

FILMUS, D. **Gobernabilidad democrática**: conceptualización. Aportes Andinos. Ecuador: Universidade Andina Simon Bolívar, n. 13, 2005.

GAROLFALO, N. R. **Propuesta de un modelo de intervención comunicativa que contribuya en los procesos de gobernabilidad y desarrollo municipales**. Cataluña, 2005. Tesis (Maestría en Gobernabilidad y Desarrollo Local). Universidad Abierta de Cataluña, 2005, p. 49-51.

GAROFALO, N. R. (sf). **Perspectiva general de la gobernabilidad**: gobernabilidad local, para la presentación del modelo M de intervención comunicativa. Disponible en: <<http://www.alaic.net/Boletn/enero-febrero/doctos/11%20Garofalo.pdf>>

INDOVINA, F. II consumo della qualità urbana. En: SOLZANO, EDOARDO, (Comp.) **La città sostenibile**. Roma: Edizioni delle Autonomie, 1992.

MATUS, C. (sf). **Escuela de gobierno**. Conferencia reproducida en Salud Colectiva. Buenos Aires, mayo-ago, 2007.

JOÃO, Oscar Picardo (sf). **Gobernabilidad**: aproximación al conceptos y perspectivas. Documentos sobre IV Seminário Internacional de Governabilidad em America Latina Auspiciados por la Fundaciones José Napoleón Duarte Konrad Adenauer. Disponible en: <www.insumisos.com/lecturasinsumisas/GOBERNABILIDAD.pdf>.

PIREZ, P. Cuestión metropolitana y gobernabilidad urbana en la Argentina. En: VÁZQUEZ BARQUERO, Antonio; MADOERY, Oscar (Comp.). **Transformaciones globales, instituciones y política de desarrollo local**. Edit. Homo Sapiens, 2001. Disponible en: <http://www.cedet.edu.ar/sitio/administracion/agenda/pirez_gobernabilidad.pdf>.

PIREZ, P. Instituciones políticas y gestión urbana en la area metropolitana de Buenos Aires. **Cadernos PROLAM /USP**. São Paulo, ano 3, v. 2, p. 73-87, 2004. Disponible en: <http://www.usp.br/prolam/downloads/2004_2_4.pdf>.

PRATIS, J. **Gobernabilidad democrática para el desarrollo humano**: marco conceptual y analítico, 2001. Formato de archivo: PDF/Adobe Acrobat – Version en HTML. Disponible en: <www.hegoa.chu.es/dosierra/gobernanza/3-Prats2001.pdf>.

PRATIS, J. **Gobernabilidad democrática para el desarrollo humano: marco conceptual y analítico**, 2001. Formato de archivo: PDF/Adobe Acrobat – Version en HTML. Disponible en: <www.hegoa.chu.es/dosierra/gobernanza/3-Prats2001.pdf>.

Dilemas e Diálogos Platinos: RELAÇÕES E PRÁTICA SOCIOCULTURAIS

VÁZQUEZ, F. **Território y población.** Asunción: Fondo de Población de las Naciones Unidas, 2006.

ILUSÕES, DURAS REALIDADES E ESPÍRITO DE INICIATIVA NA CONSTITUIÇÃO DO OESTE PLATINO

Paulo Marcos Esselin¹

Tito Carlos machado de Oliveira²

Introdução

Mato Grosso do Sul é o estado mais platino do Brasil. Mesopotaneamente cravado entre os rios platinos Paraguai (oeste) e Paraná (leste), foi separado do velho Mato Grosso há 32 anos e possui uma ligação histórica e geográfica com a América espanhola através de seus vizinhos (Paraguai e Bolívia) e com o estado de São Paulo mais do que com qualquer outro lugar.

Desde sua ocupação, sua composição histórica foi marcada por busca de metais, caça aos índios, criatório bovino e moderna agricultura, que se entrelaçaram em uma simbiose conjugada de otimismo, violência, ilusões e movimentos concretos de expansão das relações capitalistas em direção ao oeste platino brasileiro – como efeito, ao oeste do continente sul-americano. A história da colonização e conquista da bacia platina e das regiões do médio e alto Paraguai estão diretamente ligadas à busca das riquezas do Peru e a rivalidade luso-espanhola no século XVI.

O uso de objetos de prata entre os índios da região, obtidos através das relações econômicas que mantinham com as populações incaicas, despertou a cobiça entre os primeiros navegantes europeus que

¹ Historiador. Pós - Doutor em História pela Universidade de São Paulo.

Atuação em História da América, com ênfase em História Latina Americana. Professor Adjunto IV, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Pesquisador do Centro de Análise e Difusão do Espaço Fronteiriço (CADEF/UFMS).

² Geógrafo. Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Atuação em Geografia Humana, com ênfase em Geografia Econômica. Professor Titular da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Pesquisador e Coordenador do Centro de Análise e Difusão do Espaço Fronteiriço (CADEF/UFMS).

incursionavam por esses territórios. Assim como o terreno plano, as terras de qualidade a baixos valores e a proximidade com São Paulo (o centro dinâmico da economia brasileira), que moveram fluxos de capitais e correntes migratórias para o sul do velho Mato Grosso, a partir dos anos cinquenta do século XX, em quantidades sempre crescentes.

Estes movimentos moldaram a face produtiva, as demandas culturais e as relações políticas do jovem Mato Grosso meridional. Este texto tem a pretensão de discorrer sobre a importância da localização territorial para a dilatação do modo ocidental de agir e fazer história, no qual o nascimento do Mato Grosso do Sul como estado é, senão, apenas um exemplo.

Ilusões e duras realidades

As primeiras embarcações que navegaram sobre as águas do rio da Prata ocorreram ainda na primeira etapa dos descobrimentos e conquista da América.

No começo do século XVI, mais precisamente a partir de 1502, os espanhóis estavam empenhados na busca por um caminho marítimo que os conduzisse à Molucas, objetivo maior do comércio mercantilista. Foi essa busca que os trouxe ao estuário do rio da Prata.

A princípio o continente não despertou muito interesse entre os navegantes europeus, já que constituía um obstáculo aos que procuravam o monopólio das ricas especiarias orientais. À medida que as embarcações espanholas foram se aproximando da costa meridional atlântica da América do Sul, seus ocupantes passaram a explorá-la e manter contatos com os nativos, colhendo deles histórias e lendas sobre as supostas riquezas que existiam na terra, o que constituiu em poderoso incentivo para a exploração do continente americano.

Os indígenas faziam referência à existência de uma serra situada a longa distância do litoral, pertencente a um rei branco, cujo reino de

Paytiti continha um centro produtor de prata muito utilizada pelos nativos na costa de Santa Catarina.

Esses relatos exerceram considerável fascínio no imaginário dos conquistadores, que, sonhando com o enriquecimento fácil e rápido, passaram a acreditar que a quantidade de prata existente, segundo esse mito, fosse considerada como o equivalente ao volume de uma serra. Assim, o mito da Serra de Prata, pertencente a um rei branco, transformou-se gradativamente no principal objetivo da conquista européia. (NOVAIS, 2004, p. 36).

As divulgações na Corte portuguesa da possibilidade de riquezas provocaram a imediata reação da Coroa. Naturalmente se aguçaram as rivalidades entre lusos e espanhóis em torno da posse daquela área. Imediatamente, uma expedição deixou o porto de Lisboa sob o comando de Martim Afonso de Souza. Antes de retornar a Lisboa, Martim Afonso de Souza, contrariando determinações reais, fundou em 1532 São Vicente e Piratininga, que não se situavam na Costa do Pau Brasil.

Isto revela o prioritário interesse dos portugueses, ou seja, a busca por metais preciosos, já que o local escolhido para a fundação das vilas favorecia, mais que a Costa do Pau-Brasil, o acesso ao Paraguai e às minas do Peru.

Por outro lado, a preocupação dos espanhóis com as expedições portuguesas na região platina acabou por acelerar o processo de sua ocupação. Além disso, Francisco Pizarro, que havia se apoderado do império Inca em 1531, retornou à Espanha, levando grande tesouro do Peru.

O “quinto real” ficou exposto nas salas da Casa de Contratação por vários dias, impressionando a todos os visitantes. Desse modo, as lendas do Reino do Rei Branco, da Serra de Prata e outras, adquiriram maior veracidade e não era de se espantar que chovessem as propostas dos desejosos em repetir os feitos de Pizarro (GADELHA, 1980, p.70).

Havia também a preocupação da Coroa espanhola pelo fato de que Portugal não parecia disposto a aceitar os termos do Tratado de Tordesilhas e procurava incluir o rio da Prata na linha de demarcação. Esta situação provocou por parte dos espanhóis a imediata ocupação da região, visando não apenas o controle da área em torno da foz rio da Prata, mas também os caminhos que demandavam as lendárias riquezas do Peru.

Em fevereiro de 1535, os espanhóis aportaram à margem ocidental do rio da Prata, onde levantaram alguns pequenos fortes, aos quais deram o nome de Santa Maria de Buenos Aires.

Ao contrário de suas experiências anteriores, no México com os Astecas e no Peru e Bolívia com os Incas, onde encontraram uma fonte inesgotável de riquezas em ouro e prata, além de uma população indígena densa, aqui os índios não se submeteram. Tratavam-se de povos nômades, vivendo da caça, da pesca e da coleta, que ofereceram dura resistência aos espanhóis.

Em pouco tempo a nova colonização estava derrotada, tanto pela falta de alimentos como também pelos constantes ataques promovidos pelos indígenas. Buenos Aires, centro da conquista da Serra de Prata, teve que ser despovoada e praticamente todos os expedicionários da armada de Dom Pedro de Mendonza³ transferidos para Assunção.

Em Assunção os espanhóis encontraram condições mais favoráveis para o início da colonização. Nas margens do rio homônimo, no local denominado pelos indígenas de *Lambaré*, eles entraram em contato com os *cários*, índios agricultores e sedentários que estavam em condições de produzir os alimentos necessários para a subsistência dos espanhóis.

Muito cedo se desfez o sonho da conquista da Serra de Prata. Quando em 1548 os espanhóis radicados no Paraguai percorreram o mesmo caminho trilhado por Aleixo Garcia⁴ e chegaram ao território de

³ Nobre espanhol encarregado pelo rei Carlos I da Espanha para conquistar e povoar as terras e províncias do rio da Prata.

⁴ Náufrago português da expedição do navegador espanhol Juan Diaz de Solis, que partiu da Ilha de Santa Catarina à

Charcas, em terras peruanas, constataram que as mesmas já haviam sido ocupadas por patrícios seus, vindos da costa ocidental, que ali chegaram e já haviam organizado núcleos de povoamento e se apossado das riquezas. Dessa forma, desfez-se o sonho dos colonizadores de Assunção de se apossarem delas.

O fracasso das expedições ao Peru fez com que o colonizador direcionasse seus movimentos em direção a Guairá, Itatim e à Ilha de Santa Catarina, na tentativa de encontrar meios para desenvolver suas atividades de produção de maneira lucrativa e estabelecer contato com a metrópole – já que o Paraguai estava fora das rotas oficiais que colocavam a metrópole em contato com as suas colônias americanas.

O Itatim estava localizado na Planície Pantaneira, na região banhada pelo rio Mbotetey, na área compreendida atualmente pela bacia hidrográfica dos rios Miranda e Aquidauana, na parte não inundável do Pantanal Sul-Mato-Grossense.

Para os espanhóis radicados em Assunção, estabelecer-se no Itatim era muito importante, pois se tratava de região estratégica, a porta de entrada ao Peru, e o sonho acalentado pelos assuncenhos era participar do comércio na região mais próspera das colônias espanholas.

Outro fator importante estava relacionado à questão do trabalho, a questão das encomendas. A predominância da população guarani nessas áreas, além da facilidade do trato, assegurava a manutenção dos europeus. “A mão de obra indígena representava a única riqueza que podia o colono possuir, em território pobre de minério como o Paraguai e onde devido à relativa abundância, as terras não eram compradas e nem adquiridas e sim obtidas por real doação. Assim a riqueza e prestígio de um indivíduo eram medidos pelo número de encomendas por ele possuídas” (GADELHA, 1980, p. 77).

frente de uma expedição composta por índios guarani e que logrou atingir antes de Pizarro, o Império dos Incas, em plena região andina.

No ano de 1600 os espanhóis resolveram fundar uma pequena cidade em território do atual estado de Mato Grosso do Sul; o espaço selecionado localizava-se na região banhada pelo rio Mbotetey, na área compreendida atualmente pela bacia hidrográfica dos rios Miranda e Aquidauana. (MARTINS, 2002, p. 246). A cidade recebeu o nome de Santiago de Xerez.

Apesar de ser um povoado extremamente pobre, sem um produto que despertasse interesse nas demais colônias espanholas, o rebanho bovino e eqüino se desenvolveu muito bem. "Possuía vultosa gadaria, além de fartas lavouras" (TAUNAY, 1961, p. 62, T.I.). A ajuda vinda de Assunção parece que era freqüente não só em armamentos, mas também em gado bovino, o que permitiu a rápida estruturação desse rebanho em Santiago de Xerez.

A cidade, porém, enfrentou muitas dificuldades, pois mesmo sendo à época a via mais fácil e rápida para atingir os tesouros peruanos, a presença dos guaicurús e paiaguásés nas rotas impediam a livre circulação e o comércio regular. Afastada dos demais núcleos espanhóis, a cidade não conseguiu prosperar e seus habitantes sobreviveram enfrentando privações e os constantes ataques dos nativos.

A necessidade indispensável de mão-de-obra indígena domesticada para a economia agrícola colonial motivou a vinda de missionários jesuítas para a região. A catequese dos índios guaranis itatins, assentados no âmbito dos campos de Xerez, resultou na constituição da província jesuítica do Itatim ou do Pantanal Católico.

Os padres receberam amplos poderes para reunir os naturais em povoados e governarem-nos sem qualquer dependência das cidades e fortalezas vizinhas. O propósito dos jesuítas era fazer dos indígenas, cristãos.

A necessidade de mão-de-obra indígena domesticada também exerceu forte atração sobre os bandeirantes paulistas, que desde meados

do século XVI já excursionavam pela região e a partir de 1630 passaram a assediar os pólos castelhanos.

Desde 1632 até 1649, a província jesuítica do Itatim foi transformada em um grande palco, onde se encontraram jesuítas a serviço da Espanha, colonos espanhóis e os bandeirantes paulistas lutando pelo controle da mão-de-obra indígena. Estes últimos impuseram fragorosa derrota; as frentes de colonização espanhola assaltaram os aldeamentos, escravizaram os nativos e destruíram as reduções dos padres jesuítas.

À medida que as frentes de colonização dos espanhóis foram destruídas, deixaram de constituir empecilho à entrada dos portugueses na região. A contínua penetração dos bandeirantes em direção ao sul e ao oeste rumo às fronteiras castelhanas levou à descoberta de minas de ouro em Cuiabá, o que atraiu milhares de portugueses e seus escravos africanos para a região. No afã de preservar os sítios auríferos, as atenções da Coroa portuguesa se voltaram exclusivamente para o norte de Mato Grosso, onde foram sendo constituídos fortes e vilas na fronteira com a Bolívia.

Por outro lado, os espanhóis voltaram as suas atenções para o sul de Mato Grosso, onde os portugueses não tinham pontos de ocupação e fundaram então o forte de Vila Real da Conceição, acima da boca do rio Ipané, na margem esquerda do Paraguai.

Em resposta, os portugueses mandaram executar um minucioso levantamento das vias navegáveis da bacia do Paraguai, com o objetivo de implantar pontos estratégicos militares visando atender a expansão colonialista lusa e estancar o avanço de súditos espanhóis. A partir de 1775, foi fundado o forte de Coimbra, às margens do rio Paraguai; em 1776, a cidade de Albuquerque; e em 1778, Corumbá. Assim, asseguraram o domínio da margem direita do rio Paraguai, garantindo o controle da sua navegação.

Com a fundação de vilas, presídios e fortes na fronteira, era intenção também formar colônias com soldados e suas famílias e, quando possível, estimular a aproximação, amizade e o casamento – talvez, melhor dizendo,

“acasalamento” – com as nativas, com o objetivo de aumentar a população e, conseqüentemente, a ocupação territorial.

Os fortes construídos para a defesa da Capitania contra eventuais ataques do incômodo vizinho acabaram por agregar os indígenas. Tornaram-se esses fortes pólos atrativos, permitindo mais tarde a formação dos primeiros núcleos urbanos, como Corumbá, Miranda e Albuquerque.

Quando da emancipação das colônias espanholas e portuguesas com o surgimento de duas novas pátrias independentes, Bolívia e Paraguai, as tensões e as relações comerciais não só se mantiveram como foram ao longo do século XIX se ampliando com todas as suas contradições. Para o produtor sul-mato-grossense, até 1856⁵ era muito mais fácil e rápido comercializar nas praças do Paraguai e da Bolívia do que com São Paulo e Rio de Janeiro.

As autoridades do Império assistiram por muito tempo a província de Mato Grosso gravitar economicamente em torno dos círculos comerciais paraguaios, com tendência a se desligar da precária unidade monárquica e se juntar à República Paraguaia.

Essa facilidade de se chegar às terras do país vizinho permitiu que o contrabando de gado desempenhasse importante papel na economia sulina: o gado era vendido no país guarani. Na volta os criadores traziam sal, medicamentos, produtos alimentícios e outros produtos de difícil obtenção para os isolados fazendeiros sulistas.

O Brasil manifestava constante preocupação com a integridade de seus territórios a oeste, o que levou a manter conversações freqüentes com o governo paraguaio.

O segundo presidente republicano do Paraguai, Antonio Carlos Lopes, não se negava a abrir a navegação do rio homônimo para os navios

⁵ Em 1856 foi assinado um acordo de comércio e navegação entre o império do Brasil e a república do Paraguai, que liberou a navegação do rio Paraguai até o porto de Corumbá, ligando Mato Grosso ao Rio de Janeiro e ao comércio mundial via estuário do rio da Prata.

brasileiros, “desde que fosse a troca de um tratado que dessem fronteiras seguras ao país guarani”. (POMER, 1979, p. 70). As diplomacias do império do Brasil e da república do Paraguai foram incapazes de resolver as contendas entre os dois países e com isso a guerra foi deflagrada.

A Guerra do Paraguai interrompeu um período promissor de desenvolvimento econômico na região do Pantanal sul de Mato Grosso. Durante quase cinco anos, desapareceu a livre navegação no rio Paraguai, o que comprometeu a economia de toda a província, atingiu duramente o sul e se constituiu num verdadeiro desastre para a população pantaneira.

Após a guerra, as atenções do governo imperial se voltaram para Mato Grosso, sobretudo para a região do Pantanal sul, e medidas foram sendo tomadas para estimular a economia local. Como efeito, empresas nacionais e estrangeiras se estabeleceram e passaram a prestar serviços de navegação entre Corumbá e as cidades do Prata, com o estabelecimento de linhas de cargas e de passageiros.

A cidade de Corumbá passou a desempenhar o papel de capital do rio Paraguai. Era o entreposto entre os portos platinos e europeus e de toda a província, tornado-se a principal porta de embarque da exportação dos bens produzidos no Pantanal e da entrada da cultura platina, com todas as suas decorrências (Cf. ALVES, 1984; CORRÊA, 1999; ESSELIN, 2003).

Apesar de escassamente povoada, a província de Mato Grosso atraiu investimentos estrangeiros. A abertura do rio Paraguai para navegação constituiu-se importante fator para o desenvolvimento de diversas atividades econômicas.

Uma delas foi a exploração da erva-mate, na região em que hoje é Mato Grosso do Sul. Teve início em 1878, com vistas ao fornecimento para o mercado platino, através da formação da Companhia Matte Laranjeira. Esta tomou grande impulso em 1902, quando se associou a capitais argentinos e formou a Companhia Laranjeira, Mendes e Cia., com sede em Buenos Aires.

Um novo empreendimento importante para a economia estadual foi a concessão dada pelo Governo do Estado para a exploração dos minérios de ferro e manganês, a *Societé Anonyme d'Ougree Mariharye e à Societé Metallurgique d'Esperance Langdoz*, para a fabricação do aço, tendo iniciado aí o processo de aproveitamento industrial das jazidas de Corumbá com capital belga.

O período que se estendeu de 1870 a 1910 foi marcado pela lenta integração do Pantanal sul de Mato Grosso ao mercado nacional, quando foram sendo construídas as bases para o desenvolvimento da pecuária de corte.

Ao final do século XIX e princípio do XX, o estado de Mato Grosso e sobretudo a região sul recebeu grande impulso com a modernização do porto de Corumbá; a instalação da indústria da carne e siderúrgica; a compra de grandes extensões de terra por empresas estrangeiras e a construção da rede ferroviária federal. Tudo isso foi mudando as feições da região. Em 1912, a iluminação pública foi inaugurada em Corumbá e depois dela veio a rede de telefonia. (AMORIM, 1917). Em 1904, estava concluída a ligação telegráfica de praticamente todo o sul do Estado, com a inauguração da estação de Corumbá.

A melhora do preço do gado bovino e a absorção do excedente produzido no interior das fazendas pelo mercado aumentaram os rendimentos dos produtores rurais, os quais estreitaram relações com seus pares, sobretudo de Minas Gerais, e começaram a incorporar novas técnicas ao processo de produção, cresce a especialização da própria pecuária, com o contínuo aumento da produção. Com relação ao manejo, muito pouco mudou, mas a grande reavaliação foi o melhoramento do padrão racial do rebanho na busca do aumento do desfrute e da produtividade.

Desde o último quartel do século XIX, os produtores de Uberaba passaram a importar da Índia o gado reprodutor zebuino, cuja característica

era a rusticidade. Os animais se adaptavam muito bem ao clima tropical, podiam ser criados extensivamente, não dependiam de muitos cuidados e se revelaram extremamente precoces, fortes para o trabalho do campo e de rápida reprodução. “Onde os animais das chamadas ‘raças finas’ se extinguíram ele prosperava”. (VALVERDE, 1972, p. 116).

Ao lado da melhoria do padrão racial, no início dos anos trinta o arame farpado começou a aparecer nas propriedades do Pantanal como condição essencial para o ‘azebuamento’ do rebanho. As fazendas foram sendo cercadas e as pastagens divididas, propiciando a seleção dos animais. Com isso, o rebanho foi sendo direcionado e preparado para a produção de carne. “O rebanho regional era conhecido na época por sua inferior qualidade e, exatamente por dispor de exígua quantidade de carne, só poderia ter aproveitamento industrial lucrativo nos saladeiros e charqueadas” (ALVES, 1984.) Por isso, aos poucos substituído pelo gado graúdo de forma arredondada, muito andejo e com visível acúmulo de carne no posterior.

De todo modo, os elementos destacados, aludidos anteriormente, consolidaram uma paisagem produtiva muito diferenciada entre a parte norte da parte sul do velho Mato Grosso. O sul, com Campo Grande à frente, foi indelevelmente consolidando uma modernidade sensivelmente superior àquela existente na pecuária tradicional do norte.

Esta diferença se acelerou com muita intensidade a partir dos anos cinqüenta: a chegada de paulistas minimamente capitalizados (nos 50s) para as terras das vacarias de Dourados; dos gaúchos (nos 60s) já capitalizados, substituindo tradicionais ervais no cone sul; e de super-capitalizados no início dos anos 70. Todos ligados à moderna agricultura, consolidaram uma condição de desconforto institucional entre o sul e norte do velho Mato Grosso, como veremos a seguir.

O espírito de iniciativa e a moderna agricultura na compleição do Mato Grosso meridional

É praticamente impossível identificar qualquer setor da economia, na história recente do velho Mato Grosso e atual Mato Grosso do Sul, que tenha se desenvolvido independentemente ou se divorciado da moderna agricultura, mais especificamente a sojeicultura. O crescimento de indústrias – como frigoríficos, cimento, destilarias, moinhos de trigo, peças e equipamentos, calcário moído, etc.; e o crescimento populacional no setor urbano, com o nascimento de cidades, estão ligados direta ou indiretamente à modernização do setor rural. O que significa estarem ligados à sojeicultura.

Consolidada no estado há pouco mais de vinte anos, a soja movimentou a economia, modificou a política e criou uma nova história. Esse feijão, que hoje alimenta as máquinas esmagadoras locais, enriqueceu e empobreceu homens; destruiu mitos e realidades; moveu máquinas e capitais. Noutras palavras, impôs-se como símbolo de uma nova sociedade, símbolo do capitalismo e da *reprodução do espaço*.

O volume de terras com capacidade produtiva ociosa e seus preços, pelo menos dez vezes mais baixos que no Sul e Sudeste do país, atraíram para a região Centro-Oeste e especialmente para o sul de Mato Grosso os principais investimentos durante os anos setenta. Inicialmente, foram os pequenos arrendatários oriundos do Rio Grande do Sul e do Paraná que, no final da década de 1960, em conjuntura desfavorável aos ervateiros e pecuaristas, plantaram soja com sucesso no vale do Ivinhema.

Os resultados favoráveis de boa safra do feijão-soja e a própria conjuntura internacional da valorização do produto motivaram o grande capital do Sul e do Sudeste, sedento de lucros, a investir maciçamente na sojeicultura, modificando por inteiro a geografia sulina do velho Mato Grosso. A movimentação de capitais no extremo sul de Mato Grosso alterou por completo as relações produtivas vigentes até então.

A circulação de volumosos fluxos de mercadorias (humanas e não-humanas) adicionou estranhos artefatos à natureza local, engendrando uma destruição constante da economia natural desenvolvida há séculos. A penetração de capitais constantes como máquinas agrícolas, adubos, pesticidas, dentre outros, provocou a ascensão de novas relações entre os homens.

O movimento dado pelo avanço do cultivo monocultural da soja aumentou o volume e a importância dos fluxos, criando, como efeito, novas formas de consumo e inaugurando novas formas diferenciadas de vivência. Modificou a estrutura dos estabelecimentos agropecuários – em menos de cinco anos (70-74) houve uma redução significativa no seu número; triplicou áreas de lavouras temporárias – o percentual de proprietários e arrendatários sofreu uma redução de mais de 50% e 20%, respectivamente (IBGE, 1989).

A necessidade de movimentação cada vez mais acelerada de capitais constantes e circulantes ampliou o fluxo de investimentos, provocando a expansão para áreas produtivas ainda não ocupadas. Grandes grupos econômicos foram atraídos, carregando altos investimentos.

Em seguida, grandes levas de capitalistas promoveram o avanço dos limites do cone sul do Estado, chegando às áreas tradicionalmente pastoris de Campo Grande. Antes do terceiro quartel da década de setenta, invadiram os sertões de Camapuá, Cassilândia e Paranaíba. Os comerciantes locais capitalizados, que antes investiram no plantio de café, motivados pelo crédito fácil, pelos bons-ares do mercado internacional, e, principalmente, prejudicados pelas grandes perdas dos cafezais com as freqüentes geadas, juntaram-se aos bem-sucedidos sojeicultores, fazendo nascer São Gabriel do Oeste.

O afluxo de capitais ao Mato Grosso do Sul durante os anos setenta, orientado para a ampliação e manutenção da sojeicultura, criou um complexo sistema de intercâmbio inter-regional (entrada de mercadorias principalmente do Sudeste e Sul) e internacional (a cultura da soja no Mato

Grosso desde seus primórdios visava o mercado internacional). Também ampliou circuitos produtivos auxiliares (comércio urbano, produção agrícola para o consumo urbano, produção industrial de calcário moído) e promoveu, com efeito, a implantação de rígidos blocos estruturais fixos, como a modernização e construção de estradas e pontes.

Foram construídos silos e armazéns que caracterizavam um aumento de mais mil por cento em dez anos. Os aeroportos e campos de pouso tornaram-se comuns na paisagem do cerrado.

O crescimento da sojeicultura demandou novas necessidades de caráter científico-técnico: a eletrificação rural; a comunicação telefônica e a informatização. Organizou-se inclusive, um centro de pesquisa (Embrapa) voltada para as necessidades da produção, reunindo, em 1976, mais de 200 pesquisadores em trabalho efetivo na região.

A edificação dos arranjos espaciais fixos exigiu a co-participação do Estado (tanto em nível regional quanto nacional). Os investimentos do setor privado na construção e na manutenção da estrutura fixa do espaço permaneceram próximos de zero, corroborando com um padrão recorrente na História brasileira de utilizar os benefícios estatais para beneficiamento de interesses específicos.

Nesse quadro, a participação do Estado foi muito além da construção da chamada infra-estrutura e das linhas especiais de crédito. Em nome da “ajuda” aos pequenos proprietários, o estado (regional) investiu na organização de um aparato técnico constituído de tratores, adubos, colhedoras e técnicos, a serem utilizados por pequenos, médios e grandes agricultores, capitalizados ou não.

Essa atuação incrementou a ampliação do modo de cooperação capitalista na agricultura; promoveu a aceleração do processo de concentração fundiária e solidificou e ampliou o mercado interno, além de possibilitar a formação de uma consciência nova, anti-autonomista.

À medida que se expandiu a área de plantio, abriu-se um leque de investimentos que alcançaram número de setores cada vez mais expressivos. No campo, em regiões “impróprias” à sojeicultura – como Água Clara, Rio Pardo, Três Lagoas – grandes grupos empresariais (CICA, Reflorest Invest, Seiva, Faber Castel, Transparaná, etc.) investiram pesado na silvicultura (eucaliptos e pinus). Com a primeira febre do álcool, grandes canaviais foram plantados, e, com eles, modernas destilarias.

Culturas tradicionais tomaram novo impulso; cresceram as plantações de milho, arroz e feijão. O trigo, enquanto parceiro da soja em quase todo o país, logo conquistou a posição de terceira maior cultura do estado (ao lado do milho), atrás apenas da soja e do arroz. No setor urbano, o crescimento do volume e a velocidade de circulação das mercadorias atraíram contingentes populacionais do Sudeste, Sul e Nordeste, resultando na implantação de novos núcleos urbanos.

O Mato Grosso meridional cresceu 6,1% ao ano, um percentual muito superior à média nacional, em decorrência das atividades econômicas.

Foi uma derradeira época de ouro. Vendedores de toda espécie, engenheiros, trabalhadores volantes, médicos, aventureiros e lumpem-proletariado de toda ordem chegaram em busca de empregos ou de uma situação perdida em seus lugares de origem. Essa força de trabalho, produzindo, construiu monumentos que se volatizaram ou perpetuaram, “acotovelando-se” em múltiplas formas de viver e habitar.

Um caudaloso movimento de pessoas desaguou em brutal descontrole do uso do solo urbano e descontrolada especulação imobiliária. A rede urbana que nasceu desse movimento representou um entrelaçamento do complexo sistema de intercâmbio implantado na região.

Não restam dúvidas de que em Mato Grosso produzia-se mercadorias. Todavia, não podemos dizer que tais mercadorias eram produzidas dentro

de um modo de produção capitalista claramente delineado. Também não podemos afirmar que toda a produção ali existente era pré-capitalista. Na verdade, havia no antigo Mato Grosso uma conjugação de diferentes (e até antagônicos) modos de produção e circulação.

A situação começou a se alterar irreversivelmente a partir do final dos anos 50 e início de 1960. A migração de considerável volume de força de trabalho para a região localizada entre os rios Dourados e Naviraí deu origem a um processo de circulação de mercadorias diferenciado existente até então no extremo sul do velho Mato Grosso.

Empresas colonizadoras, como Viação São Paulo – Mato Grosso, Vera Cruz, Someco, entre outras, investiram na compra de grandes glebas de terras, dividindo-as em pequenos lotes (8 a 25ha.) e vendiam com preços reduzidos e parcelados a pequenos produtores despojados de suas terras na região Sul, principalmente, no Sudeste e no Nordeste. Incentivados pela “política de expansão dos cafezais”, esses sitiantes iniciaram suas culturas pelo plantio de café e extração de madeira (PÈBAYLE e KOECHLIN, 1981).

A implantação de serrarias, o nascimento de uma pequena produção mercantil e as necessidades de serviços urbanos (educação, saúde, comércio, etc.) fez nascer em 1963, no Planalto Mato-grossense, cinco municípios e oito vilas. Campo Grande foi o pólo de ligação entre essa região e os grandes centros produtores (São Paulo, sobretudo), além de constituir-se em tradicional centro de comércio de gado desde os anos vinte. Por conseqüência, gerou em seu útero uma pequena e dinâmica burguesia mercantil.

Todo o dinamismo alcançado pouco representou se o compararmos ao processo desencadeado pela chegada dos granjeiros⁶, a partir de 1968/69.

⁶ Pequenos proprietários de terras expropriados pelo processo de concentração fundiária no Rio Grande do Sul que se aventuraram a arrendar terras no sul de Mato Grosso.

Arrendando terras de pecuaristas e ervateiros, os primeiros granjeiros – como eram chamados, embora não trabalhassem com aves – chegaram ao cerrado mato-grossense em 1968, a tempo de preparar a terra para o plantio daquele ano.

Como estavam acostumados com a sojeicultura, com base mínima de capitalização, plantaram soja, resistindo, inclusive, a uma orientação técnica inicial que indicava o cultivo do algodão e, à revelia, alcançaram sucesso. Arrendatários de 1968/69 já eram proprietários de terras em 1970/71 e capitalizados para adquirir (ou arrendar) outras áreas. A notícia de boa colheita atraiu novos granjeiros e capitalistas para a região, além de levar fazendeiros locais a redimensionarem seus investimentos para a soja. O desdobrar do processo é conhecido.

A soja, ou seja, a moderna agricultura, promoveu uma verdadeira revolução no espaço; transfigurou completamente a paisagem e o modo de produção existente. Noutras palavras, permitiu a construção de uma nova história e, como efeito, suscitou o florescer de uma nova unidade federativa.

Com a intensificação do plantio da soja a partir de 1971, a agricultura passou a assumir progressivamente um caráter comercial. O antigo agricultor ou pecuarista foi, *pari passu*, cedendo lugar à empresa rural moderna. O modo capitalista de produção da soja suplantou as técnicas tradicionais da economia natural rotineira ali existente há séculos; os instrumentos primitivos de produção agrícola foram cedendo lugar a técnicas, instrumentos e máquinas cada vez mais aperfeiçoadas.

Noutros termos, a antiga forma imobilista de se produzir mercadoria foi vencida por procedimentos dinâmicos e modernos que impulsionaram o desenvolvimento das forças produtivas e do trabalho social.

A introdução e ampliação do cultivo da soja possibilitou a um grande número de trabalhadores produzissem a mesma espécie de mercadorias, isócrono e espacialmente, utilizando modernos instrumentos

e máquinas sob o comando único capitalista. Agrupou, conjuntamente, trabalhadores sem nenhuma especialização com trabalhadores altamente especializados. (tratoristas motoristas, técnicos agrícolas, agrimensores, mecânicos, aviadores, etc.). No mesmo processo, desencadeou a necessidade de recrutadores de mão-de-obra, contabilistas, escriturários, fiscais de produção e uma série de gerentes de produção.

A rapidez com que a soja se desenvolveu promoveu também, paralelamente, (i) a ampliação do caráter comercial nas diversas propriedades agrícolas; (ii) a expulsão e a expropriação de pequenos produtores, forçando-os a migrarem para regiões mais ao norte; a ampliação do mercado interno; (iii) a transformação gradativa de grandes latifundiários em empresários agrários e (iv) o enriquecimento precoce de comerciantes locais.

Por fim, dilatou o processo de prostrar rígidas barreiras arcaicas, aprofundou gigantescamente as contradições intra-relações humanas e intra-regiões e passou a substituir, *pari passu*, o *espírito estreito e provinciano* pelo *espírito de iniciativa*.

Todavia, é importante ressaltar o caráter não-uniforme da exploração. Apesar do avanço proveniente da sojeicultura, não se configurou qualquer uniformização do espaço. Relações atrasadas e pré-desenvolvidas continuaram a existir e ter função dentro do processo geral da acumulação capitalista.

Não temos dúvidas do fato de que, se não houvesse uma mudança substancial na estrutura produtiva da grande propriedade latifundiária pastoril não haveria acontecido o velho Mato Grosso.

Campo Grande há muito se constitui uma cidade de comerciantes. A presença política desse setor era sentida desde a criação da Associação Comercial, em 1926. Todavia, a partir dos anos 50, os comerciantes assumiram a administração municipal e não mais foram desalojados do poder. Evidentemente que, ao nos referirmos aos comerciantes, não estamos falando dos grandes latifundiários (também comerciantes). Referimo-nos

a uma pequena “burguesia” comerciante ligada ao centro dinâmico da economia brasileira, ativos no comércio de exportação de matérias-primas (gado em primeiro plano) e importação de produtos manufaturados do Sudeste (São Paulo, principalmente) para Mato Grosso.

Os grandes projetos de migração promovidos por grandes empresas que permitiram a ocupação do interior do Estado (direção Sul), no final da década de 1950 e sua intensificação durante anos da década de sessenta, suscitaram – como vimos – um vigoroso movimento de fluxo e refluxo de mercadorias. Os comerciantes constituíram-se nos principais beneficiados pelo processo, auferindo expressivos lucros.

As administrações dos governos após 1965 deixavam transparente o projeto político de um novo tempo. A construção de estradas para o transporte de mercadorias direcionava seus intentos (em menos de dois anos – 1966-68 – se construiu mais de 800 km em uma região que possuía pouco mais de 2.000 km). Implantou-se mais de 1.400km de estradas vicinais no sul do Mato Grosso.

Paralelamente à construção de estradas, os governos construíram outros grandes fixos, como hidrelétrica; expansão da rede de transmissão de energia; silos e armazéns; e principalmente escolas, praças e avenidas. Intensificou-se ainda mais a circulação de fluxos de capital e mercadorias.

Nota-se que tanto *Pedro* (Pedrossian) quanto os *Josés* (Fragelli e Garcia Neto) administraram “dois” estados. Observando os Relatórios de Governo dos três governadores percebe-se que: para todos os km de estrada construída no norte do Estado, mais de 15 km foram construídos no sul; para cada tijolo assentado no norte, mais de duzentos foram assentados no sul.

Com a força política concentrada majoritariamente no sul – onde também estavam 70% da população – foram sugados para a parte meridional do estado 80 a 90% dos investimentos da área federal. Esse fato deixava o norte desprovido de investimentos estruturais essenciais para o desenvolvimento da região.

Concluindo – o Mato Grosso do Sul

Tais atitudes minaram, por fora, a grande prioridade pastoril. Com o advento da moderna agricultura, a velha oligarquia terminou sendo minada “por dentro”. Como efeito, tradicionais pecuaristas foram obrigados a promover a modernização mais intensa nas formas de produção de suas propriedades. A emergência de um capitalismo rural foi inevitável no sul de Mato Grosso, e com ele a reorientação de toda uma mentalidade oligárquica.

Neste contexto, o sul se separava do norte de Mato Grosso em diversos níveis e formatos. Ambas as partes se viam amarradas em seus intentos desenvolvimentistas. Sem *ações pró* nem *reações contra*, em 1976 o então Presidente da República General Geisel solicitou ao seu ministro do interior, Rangel Reis, um estudo sobre a viabilidade da divisão de Mato Grosso.

Contudo, não podemos desconsiderar outro fato: a intenção geo-estratégia dos governos militares em “conquistar definitivamente a Amazônia”. Neste cenário, a posição territorial do velho Mato Grosso colocava-se como entrave burocrático (a capital distante da parte mais desenvolvida), político (força política ao sul e o poder ao norte), institucional (as instituições estavam manietando o movimento de ambas as partes), econômico (como relatado em parágrafos anteriores) e geográfico (a floresta do norte necessitava ser dominadas e não apenas domadas como no sul).

Não se pode considerar coincidência o fato de que o nascimento do novo Estado esteja dentro de uma década em que as estradas *Belém-Brasília*, *Porto Velho-Manaus* e *Cuiabá-Porto Velho* estavam sendo asfaltadas; as estradas *Cuiabá-Santarém* e *Transamazônica* estavam sendo construídas; os pólos agro-minerarias de *Trombetas*, *Serra Pelada*, *Carajás* e mais outros seis estavam em plena evolução; o projeto *Calha Norte* estava sendo

implementado; a usina de *Tucuruí* iniciava sua construção; o Território de *Rondônia* se transformava em Estado, entre vários outros que se perdem (ou se perderam) no verde da grande Hiléia.

Destarte, colhendo o resultado desta conformidade de elementos – novo modo de ser da história na economia-política regional e os interesses nacionais – engendrados, em especial, pelo frenesi da modernização do campo e suas intercessões, a constituição de Mato Grosso do Sul ocorreu de direito em 11.10.77 e de fato em 1º de Janeiro de 1979.

Referências Bibliográficas

ALVES, Gilberto Luiz. Mato Grosso e a história: 1870-1929 - ensaio sobre a transição do domínio da casa comercial para a hegemonia da capital financeira. In: **Boletim Paulista de Geografia**, n. 61. São Paulo: Gráfica da FFLCH/USP, 1984.

AMORIM, Anníbal. **Viagens pelo Brasil**. Rio de Janeiro: Garnier, 1917,

CORRÊA, Lúcia Salsa. **História e fronteira**: o sul do Mato Grosso – 1870-1920. Campo Grande: UCDB, 1999.

COSTA, Maria de Fátima. **História de um país inexistente**: o Pantanal entre os séculos XVI e XVIII. São Paulo: Estação da Liberdade, Kosmos, 1999.

ESSELIN, Paulo Marcos. **A Gênese de Corumbá**: confluência das frentes espanhola e portuguesa em Mato Grosso – 1536-1778. Campo Grande: UFMS, 2000.

ESSELIN, Paulo M. A pecuária bovina no processo de ocupação e desenvolvimento econômico do Pantanal sul mato grossense(1830 – 1910).Porto Alegre: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Tese de Doutorado, 2003.

GADELHA, Regina Maria. **As Missões jesuíticas do Itatim**: um estudo das estruturas sócio econômicas coloniais do Paraguai (séc. XVI e XVII). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **O extremo oeste**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Geografia do Brasil**: centro-oeste. v. I. Rio de Janeiro, 1989.

MARTIN, Gilson Rodolfo. **Santiago de Xerez**: Uma problemática para a arqueologia histórica. Separata de Historia Paraguaya. Anuário de la academia paraguaya de la Historia , v. XLII , 2002.

MARX, Karl. **O capital**. 2. Ed. Tradução de Régis Barbosa e Flavio R. Konder. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

NOVAIS, Sandra Nara. **Ruínas de Xerez**: marco histórico do colapso do projeto colonial castelhano em Mato Grosso: 1593-1632. Dourado, 2004. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, CEUD, 2004.

PÉBAYLER E KOECHILIN. As frentes pioneiras de Mato Grosso do Sul: abordagem geográfica e ecológica. **Espaço e Conjuntura**, n. 4, São Paulo, 1981.

POMER, Leon. **Os conflitos da bacia do Prata**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

ROCHA , Eunice Ajala. O processo de emancipação dos escravos na Vila de Santa Cruz de Corumbá: 1873-1888. In: **Revista Dimensão** (UEMT/CPC). Corumbá: UFMS/ CEUC, n. 5-7, p. 78-108, 1975/1977.

TAUNAY, Affonso. **História das bandeiras paulistas**, v. 1. São Paulo: Melhoramentos, 1961.

VALVERDE, Orlando. Fundamentos geográficos do planejamento rural do município de Corumbá. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, 1972.

DESARROLLO LOCAL, COTIDIANO Y PARTICIPACIÓN POPULAR: UNA PERSPECTIVA TERRITORIAL

Sérgio Ricardo Oliveira Martins

Introducción

La observación directa de las experiencias y de las iniciativas dirigidas para el desarrollo local ha demostrado que la concepción, realización y continuidad de cualquier proyecto, por mejor que sea, depende directamente de la calidad y continuidad del involucramiento de los segmentos sociales implicados. Por otra parte, la discontinuidad de estas iniciativas y acciones, especialmente cuando estas se originan fuera de la comunidad, producen un paradójico histórico: las buenas ideas tenidas sin éxito.

El esfuerzo por despertar en la gente la voluntad de participar activamente del desarrollo de su comunidad, como demuestran las experiencias observadas en la provincia de Mato Grosso del Sur, ha sido dificultado por un comportamiento sociopolítico marcado por una clara postura pasiva y aparentemente desinteresada en lo referente a las discusiones de problemas y soluciones.

Sin embargo, la participación sociopolítica es un hecho complejo, sobre todo porque tiene implicaciones multidimensionales y multiescalares (en términos del tiempo y espacio). A la participación se asocian tomas de decisión que nunca son estanques, aisladas o individuales. Esto implica considerarla un fenómeno con manifestaciones que solamente son comprensibles cuando verdaderamente analizadas como un conjunto de relaciones en que se mezclan factores sociopolíticos, económicos y espaciales concretamente situados en el cotidiano de la gente. En lo cotidiano observamos un verdadero obstáculo a la participación popular:

poca disponibilidad y disposición de la gente se envolver en acciones colectivas, donando parte de su tiempo o dejando de trabajar por sus intereses individuales o sectarios.

En la perspectiva asumida aquí, se entiende que la conquista de la participación activa se debe desarrollar en lo cotidiano, es decir, a partir de prácticas socio espaciales cotidianas y significativas. Teniendo en cuenta una de las más significativas experiencias observadas y participadas por el grupo de investigadores del programa de postgrado en desarrollo local, el más importante objetivo de este artículo es demostrar que el efectivo involucramiento social y político de cualquier persona en acciones colectivas depende básicamente de una conciencia que se desarrolla con la vivencia y enfrentamiento de problemas cotidianos, proceso en el cual operan variables como la percepción de valor, el sentimiento de pertenencia y la perspectiva de alcanzar resultados.

1. Cotidiano en una perspectiva territorial

Mirar lo cotidiano a través del territorio puede revelar mucho más que su materialidad, porque tal perspectiva requiere necesariamente el abordaje integrado y sistémico de sus elementos constitutivos. ¿Pero qué es lo cotidiano? ¿Qué significa tratarlo por una perspectiva territorial?

Para Kosik (1989), lo cotidiano es expresión de la propia existencia humana en el mundo. Se trata, por lo tanto, de la realización de las tareas diarias, repetición de las actividades vitales. En sus preocupaciones, la persona organiza su día a día, creando una red de relaciones que la influyen; la manera como vive (“la existencia”) expresa su cotidianidad. En las palabras de Kosik (1989, p. 69), “La vida cotidiana es, antes de todo, organización, día a día, de la vida individual; la repetición de sus acciones vitales está fijada en la repetición de cada día, en la distribución del tiempo en cada día”.

Lo cotidiano es la dimensión constituida por lo “vivido” y la vida cotidiana no ocurre sin el “uso” que se hace del espacio y del cuerpo, pero también de la repetición de las tareas diarias (SEABRA, 1996; SILVA, 1997). Tareas simples que son ejecutadas diariamente siempre de la misma manera, como “despertar”, “desayunar” o “leer el periódico”, componen el día y contienen las dimensiones de la existencia. Pero si lo cotidiano es “repetición” de tareas, también incluye el conflicto y lo imprevisible, algo como una “rebelión del uso”. En el medio de las actividades y tareas rutinarias, lo inesperado recupera la conciencia de la vida y sus desafíos, ejercita la creatividad, la imaginación y los sentimientos. En este contexto, el uso del territorio, que implica en relaciones (o prácticas) sociales y espaciales, es la esencia de la territorialidad, genera percepciones y constituye la base para la comprensión del mundo.

El espacio cotidiano surge como campo de posibilidades donde ocurre la “práctica social” que corresponde a una practica espacial. Sin omitir el mundo verdadero, la conciencia construye un espacio de “virtualidades”, un objeto de representaciones (LUFTI, 1996, p. 96-97).

Según Certeau (1999, p. 201), el espacio local es un campo de posibilidades para las personas. Del uso del lugar que subvierte su “geometría” surge el espacio (“... el espacio es un lugar practicado.”). En esta “fenomenología de la existencia en el mundo”, en el cotidiano, el lugar (lo material, el orden construido) y el espacio (la opinión, la representación, la subversión) se confrontan. De esta manera, el lugar sería el campo de lo “permitido” mientras el espacio sería el campo de lo “posible”. En la esencia de esta distinción hecha por Certeau, está su concepto de cotidiano, que se constituye de la práctica que sigue el orden establecido, pero sobretodo de la práctica que descumple este mismo orden y va más allá de lo permitido porque se orienta por lo posible.

Para Certeau, el espacio es construido por el ciudadano en un “teatro objetivo” y, de esta manera, el espacio sería producto de la percepción de

la gente con base en su vivencia. Una mirada más crítica de este concepto revela precisamente que el espacio no será más que un producto de la conciencia humana. En las palabras del autor, “existen tantos espacios cuántas experiencias espaciales distintas” (1999, p. 202). Tal concepto del espacio, que lo convierte en algo dependiente de la conciencia para existir (“espacio mental”), sirve poco a la comprensión de la realidad. Nuestra interpretación considera el espacio y la conciencia en interacción, es decir, en una dinámica recíproca de causa y efecto. El lugar mezcla la materialidad construida con el sentimiento y la emoción. La materialidad (configuración territorial) también trae en su interior la idea y las intenciones de quién la concibió en un plan antes de producirla. El orden construido es, no solamente orden preconcebido por la conciencia, sino que también condiciona el surgimiento de nuevas conciencias. Según la fenomenología de Husserl, “toda conciencia es conciencia de algo” (PENHA, 1986, p. 30).

Sin embargo, lo cotidiano es una importante categoría territorial, sobre todo porque está hecho de prácticas espaciales y resulta de la interacción entre las personas y las cosas: lo cotidiano es fundamentalmente situación de proximidad. Para Santos (1996a, p. 255-256), en un análisis del cotidiano, la proximidad cumple un importante papel en la socialización, generación de solidaridad y identidad.

La situación (y sensación) de proximidad con base en un “territorio compartido” es la dimensión espacial propia de lo cotidiano. De esta manera se puede aprehender la importancia del territorio en la comprensión de lo cotidiano (SANTOS, 1996a). En sus palabras,

A través del contenido geográfico de lo cotidiano, quizás nosotros podemos contribuir para el entendimiento necesario (y quizás teorizar) de la relación entre el espacio y los movimientos sociales, mirando en la materialidad lo que es un componente esencial del espacio geográfico y también una condición para la acción; una estructura para control, un límite a la acción; una invitación a la

acción. No se hace hada hoy sino a partir de los objetos a cerca de nosotros (p. 257).

En la interpretación de este estudio, lo cotidiano no consiste en una simple categoría sociológica, sino en una categoría socioespacial. El análisis de lo cotidiano es básico para la comprensión de la territorialidad, porque es en la cotidianidad, en el plan de la confrontación diaria de los problemas, de la búsqueda incesante de la satisfacción de sus necesidades, que la gente adquiere entendimiento de todo (percepción y comprensión). Por lo tanto, es en lo cotidiano que las condiciones de existencia de la gente son verificadas concretamente. Solamente en la escala humana las necesidades, expectativas, alegrías y frustraciones funcionan como variantes básicas en la constitución de los juicios del valor y en la pertenencia al lugar, que son factores determinantes de la disposición individual de involucramiento en acciones colectivas. Es con este sentido precisamente que camina el desarrollo local, una concepción del desarrollo que incorpora no solamente la perspectiva humanística de valorización del ser humano (como ciudadano activo) – como también toma el lugar como referencia territorial. Entendemos que el desarrollo local es mas que una estrategia, es una filosofía de desarrollo y tiene en lo cotidiano, en la real existencia de la gente, una dimensión básica de la comprensión y confrontación de los desafíos. Esto es lo que trataremos a seguir.

2. Desarrollo local y cotidiano: no solamente una cuestión de escala

Respecto a los conceptos de desarrollo, una transición es cada vez más evidente: de fundamentos exclusivamente económicos y de una gestión centralizada y ampliamente técnica, orientada por la creencia implícita en el progreso material e ilimitado, a la conciencia ecológica y a la comprensión de que creer en la gente, reconocer y valorar la ciudadanía

son indispensables. El sentido de esta transición es claro: la adopción de la perspectiva humanística, es decir, la valorización del ser humano con la intención de promover las condiciones para el ejercicio de una verdadera ciudadanía.

La discusión actual sobre el desarrollo, además de volverse para el ser humano, ha evidenciado cada vez más la importancia del territorio como totalidad multiescalar y multidimensional. Mucha importancia también se ha dado a la cultura, esta dimensión insistentemente descuidada por la teoría y práctica de desarrollo de la posguerra (“desarrollismo”). En gran parte esta profunda revisión teórico-metodológica tiene como punto de partida las reflexiones de los desastrosos impactos de la planificación tradicional fundamentada en una visión simplificadora y fragmentaria, causadora de desequilibrios sociales y ambientales (VERHELST, 1992).

Sin embargo, el territorio adquiere un destacado papel como condición y factor de desarrollo. No se trata todavía de mero palco de las acciones humanas, sino de un agente que puede favorecer o dificultar el desarrollo, según sus potencialidades y limitaciones (GONZÁLEZ, 1998). Ésta es la idea del territorio como medio interactivo con la capacidad humana de pensar, entender y actuar sobre los problemas, amenazas, oportunidades y desafíos.

Parece elemental que toda reflexión, investigación o acción a la escala humana se deben realizar a través de lo cotidiano sin perder de vista las múltiples determinaciones e interacciones con otras escalas. El lugar es, por lo tanto, el escenario interactivo de los acontecimientos, donde los fenómenos naturales y humanos suceden y producen sus efectos. Por eso el lugar no es solamente porción sino también síntesis de la totalidad socioespacial. Hay un “orden local” que está directamente asociado a lo cotidiano de las personas y cuyos parámetros son la co-presencia, proximidad, intimidad y cooperación. La escala humana se identifica por la relación directa e interdependiente entre la gente, ambiente e instituciones,

como también por la dialéctica entre cooperación y conflicto, necesidades y capacidad de satisfacerlas, deseos y posibilidades. Lo cotidiano es la dimensión de la existencia humana concreta (lo que es expreso por los límites impuestos a la posee de la materialidad y dominio de la técnica) y fluida (expresa en la capacidad de soñar y sobrepasar todos los límites).

La fuerza del lugar habita el territorio compartido e identificado por una conciencia socioespacial del entorno y su esencia es la propia historia vivida en común (SANTOS, 1996A, LE BOURLEGAT, 2000). El lugar se presenta a la gente a través de su materialidad, pero también por el aspecto familiar de los elementos que lo componen – casas, calles, campos, la vecindad, el clima habitual, etc. Así el enfoque socioespacial debe superar la representación del espacio y la simple ubicación de los hechos y aprehender el proceso donde estos mismos hechos adquieren significación social. Fuera del territorio la ciudadanía no pasa de ficción, pues el ciudadano no es simplemente todo aquél que tiene derechos y deberes asegurados por ley, sino aquél que tiene con eficacia condiciones para realizar sus derechos y deberes. En este sentido, Santos (1996b, p. 123) afirma que las condiciones del acceso a los recursos necesarios para la vida dependen, en gran parte, de cómo las personas están ubicadas en el lugar, concluyendo que “El ciudadano es el individuo en un lugar”. Esto significa decir que al implicar prácticas espaciales, en localizaciones distintas y en una sociedad de personas social y económicamente desiguales, la ciudadanía puede ser llena para unos y parcial (o mismo nula) para otros.

Actualmente las relaciones entre global y local adquieren gran importancia para el entendimiento de ambos. Local y global son dos órdenes imbricados, esencialmente contradictorios y seguramente dialécticos (BENKO, 1996, p. 65). El orden global es representante de los intereses extraños al lugar y a la comunidad. La noción de extrañeza, cada vez más evidente entre las acciones (ordenes, decisiones) y los lugares (en esto incluyendo la gente), se tornó esencial al análisis del mundo de

hoy. Otra vez es Santos (1996a, p. 65) que hace resaltar el hecho que, en nuestros días, se debe considerar que las “acciones” son cada vez más extrañas al lugar, a la gente, creando dos escalas: una de “realización” y otra de “comando”. Esta es la razón porque la sustentabilidad, que presupone una ética de compromiso y responsabilidad social, es necesariamente un desafío multiescalar.

El estudio del lugar (escenario interactivo de la cotidianeidad) requiere observarlo en los distintos niveles del análisis. En este entendimiento hay una clara cuestión de escala, siendo esta mejor entendida como “unidad de concepción” y no como unidad de medida limitada a un mero ejercicio matemático. Se entiende que el espacio local se define por un contenido ecológicamente dinámico y históricamente elaborado y vivido por la gente que lo habita (o habitará). En general, las personas consideradas por sus distintas posibilidades sociales y económicas, se relacionan con las condiciones de habitación y de vida en el lugar, con lo cual se identifican, del cual se apropian y en el cual se enraízan. Se insiste que ésta es la esencia del lugar, la clave para comprensión de su identidad. En la perspectiva de lo cotidiano, a la medida que el objetivo más importante es la conquista del bienestar, dimensionar el lugar solamente tiene algún sentido si es hecho en función de la amplitud y contigüidad espaciales de los intereses, de los problemas de la comunidad y de los recursos existentes.

La significación de la escala se asienta en su carácter cualitativo y no solamente cuantitativo. Distintas escalas no corresponden solamente a “diferencias cuantitativas”, sino igualmente a “diferencias cualitativas”. Fundamental es concienciarse de las limitaciones y posibilidades que se presentan al análisis a través de la escala (LACOSTE, 1988, p. 74-90). La realidad no será la misma si se cambia la escala, lo que es debido al hecho de ser una realidad multidimensional y multiescalar. Dicho de otra manera, ningún fenómeno sigue siendo el mismo en las distintas escalas en las que sea observado. La seriedad de la cuestión de la escala está necesariamente

en las distorsiones posibles (y las “ocultaciones”) que ella puede producir en la observación de la realidad. La elección de la escala es, por lo tanto, dependiente del problema o de la acción que se intenta practicar. Se debe observar que el número de variantes se eleva en la medida que el tamaño del espacio se reduce. Como dice Santos, “Cuanto más pequeño el lugar examinado, más grande es el número de niveles y determinaciones externas que lo afectan, lo que explica la complejidad del estudio de lo más pequeño” (1988, p. 3)

Aunque el desarrollo local sea referente a la micro escala, se entiende aquí, en conformidad con Souza (1996, p. 16), que es necesario adoptar una especie de “raciocinio multiescalar” para mejor percibir y alcanzar mayor capacidad de clarificación de la magnitud de los fenómenos. En lo cotidiano, la segregación socioespacial es un movimiento forzado de familias pobres para las áreas urbanas periféricas, poco valorizadas y ecológicamente frágiles. En esta escala, el problema de la segregación no es solamente de carácter socioeconómico o político, sino esencialmente ecológico. En la meso o macro escalas (niveles regionales y nacionales, por ejemplo), no se puede percibir la segregación. La opción por lo cotidiano como categoría fundamental para la comprensión de la realidad local no es únicamente una cuestión de escala, sino de reconocimiento de que solamente a través de esta dimensión es posible aprehender el sufrimiento, las angustias, frustraciones y expectativas de la gente.

Sin embargo, lo cotidiano es una categoría analítica integradora, socioespacial y potencialmente reveladora de la naturaleza sistémica de la existencia humana. En esta dimensión, especialmente, la capacidad de aprender y sobrepasar los problemas es desarrollada, construyéndose a partir de los medios y condiciones disponibles a la búsqueda de soluciones. Si, por una parte, la promoción de la ciudadanía es un vector básico del desarrollo local, por otra parte, este esfuerzo ha sido ineficaz, quizás por carecer de una visión más pragmática y de una praxis establecida en el cotidiano.

3. Territorio, ciudadanía y participación activa de la gente

La cara humana del desarrollo está básicamente en la valorización de las personas en su plenitud (TORRAS, 1995). Volverse hacia la gente y no los objetos es el principio básico del desarrollo a escala humana (MAX-NEEF et al, 1986; ELIZALDE, 2000). Todavía, tener en cuenta a la gente y proponer mejoras en sus condiciones materiales de vida no es suficiente para asegurar la continuidad del proceso de desarrollo. La diferencia del desarrollo local no se encuentra en sus objetivos, sino en sus principios, especialmente en la postura que promueve la participación activa de las personas y no solamente les asegura los beneficios del desarrollo. Sin embargo, el verdadero desarrollo local debe romper con cualquier tipo de asistencialismo.

El desarrollo local, por lo tanto, es básicamente un proceso de la expansión de la capacidad individual o colectiva de cooperar en favor de la realización material e inmaterial. Tratando precisamente de la expansión de capacidades, Sen (1993; 2000) evidencia los equívocos de los modelos del desarrollo que utilizan el aumento de la renta como criterio de éxito, y clarifica que el problema no está en la busca de prosperidad económica, sino en considerar el progreso material como objetivo más importante de la vida humana.

Como ya fue observado, la discusión alrededor del concepto del desarrollo incorpora los aspectos básicos de la transición de paradigmas, que implica la superación de la concepción cartesiano-mecanicista por la ecológico-humanista de la realidad. Para Capra (1982, p. 14), una comprensión “apropiada” del mundo actual, de sus problemas, no puede ser dado sin una “... nueva visión de la realidad, un cambio fundamental en nuestros pensamientos, percepciones y valores.”

En la esencia del desarrollo local, la participación popular es la fuerza motriz necesaria a su implantación y continuidad. Actualmente,

la participación es cada vez considerada más imprescindible en los planeamientos y ejecución de políticas públicas. Aunque, en muchos casos, la participación popular sea un factor de legitimación de las acciones y decisiones de los gobiernos, lo que se observa es la exigencia cada vez más grande de medios que viabilicen el diálogo con la sociedad civil. Por otra parte, la participación popular ha sido indispensable en los proyectos que buscan apoyo financiero de organismos internacionales.

En la perspectiva del desarrollo local, objetivase la conquista de la participación activa, que no está limitada a presencias esporádicas, eventuales y sin compromiso. La participación popular activa equivale a la ciudadanía real y puede definirse esencialmente como la capacidad de comprensión y transformación de la realidad en favor de intereses individuales y colectivos. La ciudadanía es mucho más que derechos y deberes previstos en leyes. Si la ciudadanía es considerada sin relación con las condiciones reales del ciudadano de ejercerla, ella no pasa de ficción. Para ser real, verdadera, la ciudadanía debe ser social, económica y territorialmente conquistada (DEMO, 1988; SANTOS, 1996b). Tan importante cuanto la persona tener derechos y deberes constitucionales, es ella tener condiciones para ejercerlos completamente, lo que implica calidad de vida y libertad.

Así, es indispensable visualizar la participación como resultado del proceso de construcción social, sujeta a factores históricos, culturales y espaciales. En este sentido, la participación parece mantener una relación directa con la capacidad individual o colectiva de interaccionar, cooperar, asociarse y confiar, es decir, con el capital social. Sin duda, el capital social evidencia la dimensión cultural y no solamente sociológica y espacial del desarrollo (KLIKSBERG, 1999).

Se entiende que la participación activa requiere esfuerzo personal en el aprendizaje de las reglas y los medios de hacerse escuchar, comprender y atender. La evaluación hecha por Fernández (1995) de los grupos locales de la iniciativa comunitaria Leader 1, en España, cuyos resultados indican una participación escasa de la población local, hace acreditar que

la participación activa de la gente es el desafío más grande de cualquier estrategia del desarrollo local.

Un obstáculo verdadero a la conquista de la participación popular activa ha sido la disponibilidad y la disposición pequeña (o nula) de la gente en formar parte de acciones colectivas y donar una parte de su tiempo o abdicar, aunque fuese mínimamente, de sus intereses individuales o grupales (de grupos pequeños, como la familia). Sin embargo, la disposición individual para participar activamente, cooperar, responsabilizarse y compartir los beneficios y problemas del desarrollo son indispensables para las acciones colectivas.

4. La experiencia de desarrollo local en Dois Irmãos do Buriti

Al exhibir aquí la experiencia de Dois Irmãos de Buriti, el objetivo es analizarla con los presupuestos teóricos discutidos en este trabajo, no para llegar a una conclusión a partir de criterios de éxito o fracaso, sino para ofrecer una evaluación crítica del proceso participativo.

4.1. Dois Irmãos do Buriti: el lugar y la gente

Dois Irmãos do Buriti está situado en la porción central de la provincia brasileña de Mato Grosso do Sul, distante 120 kilómetros de la capital, Campo Grande (figura 1). Tiene origen como colonia agrícola establecida por inmigrantes japoneses, en 1959. Su área de 2.351 km² está ocupada por un distrito (Palmas), tres asentamientos rurales (Marcos Freire, Pablo Freire y Santa Amélia), tres aldeas indígenas Terena (Aldea Buriti, Aldea Agua Azul y Aldea Recanto), dos pueblos rurales (Pueblo de Arrozal y Pueblo de Oro Verde) y la sede de la municipalidad, donde ocurre la única situación de residencia urbana propiamente. Tal división expresa las distintas comunidades, algunas en proceso de formación, como

en el caso de los asentamientos. En el proceso de formación y organización del Consejo Municipal de Desarrollo Rural (CMDR) y del Foro de Desarrollo Local, la integración de las comunidades, con el objetivo de romper las posturas sectarias y solamente reivindicativas, ha sido el desafío más grande, aunque muchas de las demandas de los distintos grupos son similares y hasta idénticas.

El territorio municipal se encuentra en la bacía hidrográfica del río Paraguay y las aguas son drenadas principalmente por los ríos Dois Irmãos y Aquidauana. El relieve no presenta variación altimétrica significativa, pero merece destacarse la localmente conocida “Sierra de Aquidauana”, en verdad una formación escarpada que se impone en el paisaje, una formación de cuevas de gran belleza escénica. La vegetación natural más observada es el cerrado (savana), pero en el paisaje local, ampliamente desmatada, los pastos predominan.

En la área urbana de Dois Irmãos de Buriti reside la mayoría de la población del municipio, cerca de 10.000 habitantes. Su evolución demográfica en la década pasada ha revelado dos tendencias tímidas: el crecimiento reducido de la población y la urbanización. De 1991 a 2000, de acuerdo con el Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE), la población tuvo el incremento de 574 habitantes, lo que corresponde a un crecimiento anual alrededor de 1,0%.

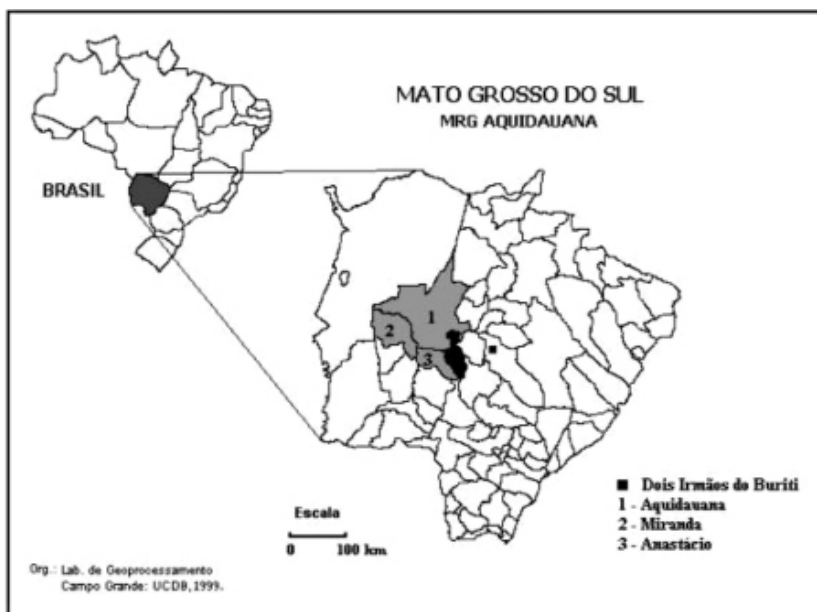


Figura 1 - Localización de Dois Irmãos do Buriti, Mato Grosso do Sul, Brasil.

La economía local está básicamente formada por las actividades agropecuarias que son responsables por cerca de 45% de la recaudación municipal de ICMS (Impuesto sobre la Circulación de Mercaderías y Servicios). Además de predominante en el paisaje, el ganado de corte se encuentra en grandes haciendas. En efecto, la realidad agraria de Dois Irmãos do Buriti, como en la parte más grande de la provincia de Mato Grosso do Sul, está marcada por una fuerte concentración de las tierras. Así las propiedades con 1000 ha o más representan 9.5% del número de establecimientos agrícolas y 67.5% de el área ocupada.

Dois Irmãos do Buriti es una municipalidad rural, donde predominan el paisaje y el aroma de la granja. Aún en el la pequeña área urbana, la ruralidad es significativa, lo que se observa en el comercio de

productos agropecuarios o dirigido a la atención de los negocios rurales. El aspecto pobre del lugar es una evidencia genérica, que pone en contraste la abundancia en el campo. Con el IDH en 0.686, la ciudad hace frente a las limitaciones socioeconómicas e infraestructurales. Un hecho común en las comunidades es la ociosidad de buena parte del potencial de trabajo de los jóvenes que son forzados a migrar en búsqueda de trabajo o continuación de los estudios.

La búsqueda local más importante del momento es por la generación de renta y trabajo, por la diversificación de las actividades productivas. Pero el desafío percibido es bien más grande que esto, cuando se entiende cada vez más que la solución no puede venir del exterior, de fuera, como una receta preparada previamente. La constitución reciente del Foro de Desarrollo Local ha revelado la necesidad urgente de movilizar y organizar las comunidades contra la pasividad, el individualismo y el utilitarismo en beneficio del colectivo.

4.2. De la sensibilización a la creación del Foro de Desarrollo Local

La creación de un órgano articulador y deliberativo, constituido de representantes de los varios segmentos sociales, es un paso fundamental de la organización de la sociedad civil para acciones colectivas. Según la metodología DLIS (Desarrollo Local, Integrado y Sostenible), las ciudades integrantes de este programa gubernamental (del gobierno federal), la formación del foro siguió los procedimientos estandarizados y dirigidos por SEBRAE (Servicio Brasileño de Apoyo a las Micro y Pequeñas Empresas). En el caso de Dois Irmãos, el principio de este proceso no siguió la metodología DLIS, sino del programa de posgrado en el Desarrollo Local de la Universidad Católica Don Bosco. Aunque los objetivos fuesen prácticamente los mismos, la distinción metodológica más significativa entre las dos metodologías era a respecto de la postura referente a la comunidad. Las acciones del programa de posgrado eran dirigidas a la

motivación y cooperación, pautadas en el principio de la “endogeneização” (o tornar algo endógeno), que propone romper con todas las modalidades del asistencialismo y clientelismo político.

La sensibilización, realizada a través de reuniones con los representantes y los miembros de las comunidades, tuvo el propósito de clarificar los principios y las bases del desarrollo local, como también de motivar a la gente para las acciones colectivas. El esfuerzo más grande fue dirigido, sobretodo, en el sentido de confrontar las posturas sectarias y utilitaristas y defender la necesidad de cooperar y dialogar sobre las diferencias. En general, las reuniones fueron realizadas con la presencia de pocas personas, casi las mismas, no obstante el esfuerzo en las invocaciones y las invitaciones a la población.

Con el objetivo a realizar un diagnóstico participativo, elaborar el plan y la agenda de desarrollo local, así como coordinar la ejecución de ambos, el Foro de DLIS de Dois Irmãos de Buriti fue integrado por 22 miembros activos, representantes de los varios segmentos sociales y comunidades locales relacionados para seguir:

- 1 representante del alcalde (agente municipal de desarrollo local);
- 2 representantes de Palmeiras (Distrito)
- 1 representante de la Asociación de Jóvenes
- 2 representantes del sindicato de los maestros
- 1 representante de los evangélicos
- 2 representantes del servicio pastoral de los niños
- 1 representante del programa bolsa-escuela (un programa del gobierno federal de donación de recursos a las familias con niños en escuelas)
- 1 representante del Consejo Tutelar
- 2 representantes de los Agentes Comunitarios de Salud
- 2 representantes de la Vigilancia Sanitaria

- 2 representantes del Conjunto Habitacional Jandira Moura
- 2 representantes de la escuela de la provincia
- 2 representantes de la escuela municipal
- 1 representante de la comunidad Oro Verde

Hay en esta composición una presencia fuerte del grupo del sector educativo, lo que se traduce en la participación de 8 maestros. De cierta manera, el Foro contiene en su composición las características del proceso que lo creó, o sea, las personas que lo integran son en general las que habían participado más de las reuniones o, como parece en el caso de los maestros, las que tenían poca dificultad para entender la terminología y los procedimientos que implica el Foro. Aunque no exclusivamente, el Foro de Dois Irmãos ha reproducido una distorsión importante: el predominio de las representaciones de segmentos sociales y sectores económicos sobre las representaciones comunitarias. Además de requerir un número más grande de representantes, tal composición sectorizada hace más difícil la formación de una conciencia de la totalidad y percepción de la interrelación y interdependencia.

En la elaboración del plan de desarrollo local, el Foro de DLIS buscó oír la gente que representa, pero tuvo mucha dificultad para movilizar y comprometer a sus propios miembros. Se verifica que la urgencia de sus tareas no confiere ritmo al proceso, sobretodo porque los resultados dependen de la participación popular, de la motivación y del involucramiento de las comunidades. Tratándose de la participación popular en la perspectiva del desarrollo local, la preferencia por (o valorización de) la cantidad, como factor de legitimización, en efecto, no satisface la necesidad de confrontar una cultura política marcada por el paternalismo asistencialista de los gobiernos, que suscita y mantiene la pasividad política de la gente.

4.3. La participación popular en el ámbito del Foro de Desarrollo Local

El Foro de Desarrollo Local, como instrumento de gestión participativa, constituye un órgano imprescindible para la impulsión y articulación del poder público local y demás segmentos sociales, instituciones aliadas y comunidades existentes en la ciudad; también constituye el espacio del ejercicio democrático y llano privilegiado de observación y conocimiento de los problemas y las potencialidades locales.

Las reuniones del Foro ocurrieron siempre en la sede urbana del municipio, donde la mayoría de los miembros habitaban y había mejor infraestructura. La presencia de los miembros que habitaban en los otros espacios estaba garantizado con el pago de los costos de transporte por la alcaldía. Como se observa en las actas, la presencia media de los miembros en las reuniones del Foro (participación presencial) ha sido del 40 al 60%. De hecho, la distancia representa un onus más grande para participación de los miembros residentes en la área rural, incluyendo los representantes indígenas. Estos, que presenciaron el inicio, pronto dejaron de participar de las reuniones. De acuerdo con la coordinación del Foro, los indios solamente comparecían a los eventos más importantes y solamente cuando el pago de los gastos estaba garantizado. Este comportamiento político, quizás asociado al descrédito en lo gobierno local, muy presente en las acciones del Foro, continúa mereciendo un análisis refinado.

Fue observado que la distancia y las condiciones del acceso no constituyen impedimento a la participación, aunque pesan en las motivaciones individuales. De modo general, en Dois Irmãos do Buriti, las comunidades no están muy distantes de las jefaturas, ni el acceso es dificultoso en los caminos no pavimentados, excepto durante los períodos más lluviosos (cuadro 1).

COMUNIDADES	DISTANCIA DEL SITIO URBANO (Km)
Distrito de Palmeiras	40
Arrozal	25
Oro Verde	11
Asentamiento Marcos Freire	30
Asentamiento Santa Amélia	06
Asentamiento Paulo Freire	04
Aldea Buriti	33
Aldea Água Azul	35
Aldea Recanto	37

Cuadro 1 - Distancia de las comunidades y localidades existentes de la área urbana en Dois Irmãos do Buriti/ Mato Grosso do Sul, Brasil.

Todavía fue verificado que la distancia más grande no solamente representa mayor dificultad relativa para la presencia en las reuniones, como también, cuando sobrepasada, se vuelve factor de motivación, asociándose a un perfil más crítico y comprometido con la colectividad representada. Está claro que la participación es una práctica sociopolítica que se realiza territorialmente y constituye el cerne de la ciudadanía (SANTOS, 1996b).

Sea por el contenido de las actas, sea por la observación simple de las reuniones, la participación en el ámbito del Foro de DLIS de Dois Irmãos do Buriti fue fuertemente reivindicativa, es decir, pautada en la afirmación de necesidades y indicaciones de carencias. Las demandas eran siempre dirigidas al gobierno y con frecuencia eran referentes a promesas de campañas electorales. Es necesario considerar que la mayor parte de las demandas expresaba carencias reales y urgentes de las comunidades o de los segmentos y sectores organizados. Todavía, si está dirigida solamente para las demandas, la participación tiende a agotarse en las necesidades y cobranzas, además de consolidar posiciones corporativas y poco conciliatorias con

un ambiente cooperativo. Realizar esto requiere mirar la participación como proceso verdadero de construcción social, de organización socio comunitaria (ROZAS, 1998). En todo caso, la disposición (individual o colectiva) de reivindicar es energía social y política que puede (y debe) ser canalizada contra la pasividad de los “que esperan solamente para suceder” y se han acostumbrado a hacer responsable el gobierno por todo.

Retomase en este punto el comentario hecho sobre la composición del Foro, en el cuál se señaló el predominio de las representaciones sectoriales sobre las comunitarias. Tal estructura es típica de consejos en una democracia representativa. En la perspectiva del desarrollo local, sin embargo, tal estructura desfavorece las acciones integradas en la búsqueda de soluciones para problemas comunes, además de presentar limitaciones en la propia representatividad. La verdad es que la participación no se puede delegar, sino solamente la presencia.

En la determinación de lo qué realmente lleva la gente a participar (no para atender solamente a las convocatorias, sino verdaderamente comprometerse con el proceso), resaltan el interés, la satisfacción y el optimismo, lo que es un proceso intrínsecamente racional. En esta racionalidad juegan el entendimiento y percepción de la gente referente a lo que acontece a su alrededor. De hecho, la percepción es un fenómeno racional e intuitivo, sensorial y fundamentalmente cultural, que expresa la manera como comprendemos la realidad y como en ella estamos insertos. Así, débese considerar que el involucramiento efectivo pasa por esta racionalidad acostumbrada al inmediatismo y al utilitarismo. Es, por lo tanto, indispensable que la persona tenga en cuenta lo que desea para sí y su familia. Esto es el parámetro básico para evaluar las alternativas y caminos, incluso las condiciones para establecer una relación saludable y productiva con los agentes externos.

La participación activa en un proyecto colectivo como el desarrollo local está asociada a la claridad de los resultados positivos (los beneficios esperados) que sucedieron de la participación. Para comprometerse con

una acción colectiva, la persona debe convencerse de que sus intereses (en favor de sí mismo, de su familia o comunidad) pueden ser mejor o más rápidamente alcanzados colectivamente que individualmente (OLSON, 1999). Ésta es la racionalidad de cualquier individuo común.

En Brasil, y no solamente en Dois Irmão do Buriti, la participación popular en la administración pública es, generalmente, escaso. Por varias razones, la gente no atiende las convocatorias y, tampoco llegan a estar implicados en las peleas o toma de decisiones. Los que comparten la idea de que la gente es desinteresada o acomodada no son pocos. Hay los que consideran (estos también no son pocos) que los individuos, especialmente la gente más simple, es incapaz de comprender los problemas y de contribuir a la búsqueda de soluciones. Los primeros pecan por generalización, reduccionismo y superficialidad. Los segundos, por tecnicismo y la postura egocéntrica. Ambos casos no se confirman en la realidad de Dois Irmãos do Buriti, pero están muy lejos de constituir ejemplos solamente de ignorancia o entendimientos desinteresados. La construcción de una conciencia social proactiva requiere una formación educativa que desarrolle en la gente la capacidad de observar, entender y interactuar en la realidad a su alrededor (ÁVILA, 2000). Sin embargo, la participación depende menos del grado de instrucción o información que la capacidad de racionalizar sacrificios y beneficios en relación a las decisiones e acciones emprendidas en favor de la satisfacción de sus necesidades.

5. Consideraciones finales

Aunque el desarrollo local sea muchas veces entendido como una reacción a los efectos de la explotación económica externa, la movilización y organización de las comunidades formadas o en formación, debe todavía crear las condiciones para generar competencias para la gestión de los recursos, establecer cooperaciones internas e externas y promover la satisfacción prioritaria y sostenible de las demandas y necesidades de

producción y consumo locales. Es cada vez más evidente la fuerza que representa una comunidad organizada y movilizadora, sobre todo cuando está consciente de sus limitaciones, objetivos y posibilidades.

Parece que la “redescubierta del territorio” muestra la unidad dialéctica entre la sociedad humana y la naturaleza, y se vincula a la búsqueda de estrategias para satisfacer sosteniblemente las necesidades humanas fundamentales. En este sentido, los crecientes desafíos para satisfacer las necesidades y reducir las desigualdades socioeconómicas han forzado a los municipios brasileños a buscar alternativas que permitan la gestión local y la participación activa de la población.

En Dois Irmãos do Buriti el proceso de desarrollo local ha avanzado poco, pero ha sido importante la participación popular, una mezcla de participación simbólica, pasiva o presencial con la participación activa de carácter reivindicativo. La movilización, que siempre exige un gran esfuerzo de la coordinación del Foro de Desarrollo Local, enfrenta la poca eficacia de los medios formales de difusión y comunicación, especialmente cuando dirigidas a la gente más carente y poco escolarizada.

Teniendo en cuenta la realidad local, donde lo cotidiano está predominantemente marcado por las relaciones sociales primarias (en Dois Irmãos, casi todos se conocen), la movilización popular puede llevarse a cabo a través de un proceso de convencimiento personal o familiar y por los medios de invitaciones tradicionales. Solamente así se puede aprovechar, valorizar y fortalecer la vecindad y la pertenencia al lugar.

Referencias Bibliográficas

ÁVILA, V. F. Pressupostos para formação educacional em desenvolvimento local. **Interações** – **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, año 1, n. 1, p. 63-76, sept. 2000.

BENKO, G. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. Tradução Antônio de Pádua Danesi. San Pablo: Hucitec, 1996.

CAPRA, F. **O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente**. San Pablo: Cultrix, 1982.

CARPIO, J. Los retos por una sociedad a escala humana: el desarrollo local. En: Souza, M. A. et al (Org.). **Metrópole e globalização**: conhecendo a cidade de São Paulo. San Pablo: EDESP, 1999. p. 169-177.

CARPIO, J.; LE BOURLEGAT, C.; MARTINS, S. R. Los retos del Mato Grosso do Sul: entre la globalización y el desarrollo local. En: MARQUEZ, D. **Territorio y cooperación**. Sevilla: AGEAL/Universidad de Sevilla, 1999. p. 56-67.

CASTRO, I. E. O problema da escala. En: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 117-140.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: 1 – artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1999.

DEMO, P. **Participação é conquista**. San Pablo: Cortez, 1988.

ELIZALDE, A. Desarrollo a escala humana: conceptos y experiencias. **Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, ano 1, n. 1, sept. 2000, p. 51-62.

FERNANDÉZ, C. B. Evaluación y resultados de la iniciativa comunitaria Leader 1. **Cuadernos de Aguilar**, Conferencias, S.1, 1995, p. 26-47.

GONZÁLEZ, R. R. La escala local del desarrollo: definición de aspectos teóricos. **Revista de Desenvolvimento Econômico**. ano 1, n.1, nov. 1998, p. 22-39.

KLIKSBERG, B. Capital social y cultura, claves esenciales del desarrollo. **Revista de la CEPAL**, n. 69, dic. 1999.

KOSIK, K. **A dialética do concreto**. San Pablo: Paz e Terra, 1989.

LACOSTE, Y. **A geografia**: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas: Papirus, 1988.

LE BOURLEGAT, C. Ordem local como força interna de desenvolvimento. **Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, ano 1, n. 1, p. 13-20, sept. 2000.

LUTFI, E. As representações e o possível. En: MARTINS, J. S. **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. San Pablo: Hucitec, 1996. p. 87-97.

OLSON, M. **A lógica da ação coletiva**. San Pablo: Edusp, 1999.

MAX-NEEF, M.; ELIZALDE, A.; HOPENHAYN, M. **Desarrollo a escala humana**: una opción para el futuro. Londres: CEPAAUR, 1986.

PENHA, J. **O que é existencialismo**. San Pablo: Brasiliense, 1986.

ROZAS, G. Pobreza y desarrollo local. **Excerpta**, n.7, Documento de Trabajo n.2, 1998.

SANTOS, M. **Espaço e método**. San Pablo: Nobel, 1988.

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. San Pablo: Hucitec, 1996a.

_____. **O espaço do cidadão**. San Pablo: Nobel, 1996b.

SEABRA, O. C. A insurreição do uso. En: MARTINS, J. S. **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. San Pablo: Hucitec, 1996. p. 71-86.

SEN, A. O desenvolvimento como expansão de capacidades. **Lua Nova - Revista de Cultura e Política**, n.28/ 29, p. 313-333, 1993.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. San Pablo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, A. C. O cotidiano na perspectiva dos ritmos. **Revista Geosp**, n.2, 1997, p. 31-34.

SOUZA, M. L. A teoria sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma “teoria aberta” do desenvolvimento socioespacial. **Revista Território**, año 1, n.1, p. 5-22, jul./dic. 1996.

TORRAS, M. **La participación de los pueblos en su desarrollo**. Barcelona: Interpón, 1995.

VERHELST, T. G. **O direito à diferença**. Petrópolis: Vozes, 1992.

CAMPO GRANDE NA ROTA DA “MARCHA PARA OESTE”

Carlos Martins Junior¹

Carlos Alexandre Barros Trubiliano²

As últimas décadas do século XIX e as primeiras do séc. XX foram marcadas por esforços, por parte do Estado brasileiro, em definir bem como nacionalizar as suas fronteiras, integrando regiões limítrofes como Mato Grosso ao corpo da pátria (MAGNOLI, 1997).

Em trinta e um de dezembro de 1937, durante a saudação de fim de ano ao povo brasileiro, o presidente Getúlio Vargas anunciou o programa de colonização denominado “Marcha para Oeste”. Em mensagem radiofônica transmitida para todo o território nacional, o chefe de governo conclamava os brasileiros a rumarem para o Oeste em busca das oportunidades de descoberta de um novo Brasil que, anteriormente explorado pelos bandeirantes, encontrava-se agora esquecido. Para ele:

O verdadeiro sentido da brasilidade é a Marcha para Oeste. No século XVIII de lá jorrou a caudal de ouro que transbordou na Europa e fez da América o continente das cobiças e tentativas aventurosas. E lá teremos de ir buscar: os vales férteis e vastos, o produto das culturas variadas e fartas; das estradas de terra, o metal com que forjara os instrumentos da nossa defesa e de nosso progresso industrial. (VARGAS, 1938, p. 124)

Da perspectiva do governo Vargas, um dos caminhos para o progresso nacional estaria na efetiva ocupação e integração (territorial, racial, moral,

1 Professor Titular em Teoria da História do Departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Aquidauana.

2 Mestre em História pela Universidade Federal da Grande Dourados, professor da rede pública de ensino de Campo Grande.

cultural e política) das várias regiões do interior do país, bem como na exploração de suas riquezas. Nas palavras de Alcir Lenharo,

a construção da Marcha atina para a imagem da nação em movimento à procura de si mesma, de sua integração e acabamento. O movimento é de conquista, de expansão; visa estimular a sensação de participação de todos na política, na qual, por sinal, os canais institucionais de participação coletiva se encontram vedados (LENHARO, 1986, p. 15).

Através de uma série de representações, geradas no bojo da campanha da Marcha para Oeste, surgiu uma imagem homogênea da nação e do Estado como elemento de superação dos conflitos sociais (GUILLEN, 1991, p. 72-98), permitindo que o Estado Novo falasse pelos outros, ou seja, pelo “conjunto dos brasileiros, de quem precisava interpretar corretamente seu pensamento e para quem precisava encaminhar diretrizes políticas, que todos, supostamente, desejam e aprovam” (LENHARO, 1986, p. 53). Foi nesse contexto que Vargas lançou o lema da campanha: “O verdadeiro sentido da brasilidade é a Marcha para o Oeste”.

Retomando Alcir Lenharo, a Marcha para Oeste representou um projeto para fazer frente à crise econômica e política na qual o Brasil estava envolvido, devido aos efeitos do *crack* da bolsa de valores de Nova York, em 1929, os quais percorreram toda a década de 1930, período conhecido como a Grande Depressão. Contribuindo para tornar mais complexo e instável o cenário internacional tal conjuntura fez com que crescesse, perigosamente, o descrédito quanto à possibilidade de políticas de orientação democrático-liberal em resolver questões como o desemprego e a falta de moradia (LENHARO, 1986, p. 53).

No plano nacional, a crise que se abateu sobre a produção do café foi acompanhada pelo êxodo rural, provocando uma pressão populacional sobre as grandes cidades do país, as quais, sob a perspectiva das autoridades públicas, não ofereceriam condições de subsistência para os novos contingentes chegados do campo.

Uma das conseqüências do rápido crescimento populacional dos centros urbanos do país foi o acúmulo de pessoas sem ocupações fixas ou mal “remuneradas”. Eram ladrões, prostitutas, lavadeiras, capoeiras, costureiras, dançarinas, malandros, desertores do exército, ciganos, ambulantes, trapeiros, criados, serventes de repartições públicas, engraxates, carroceiros, floristas, bicheiros, jogadores, receptadores e pivetes, entre tantos outros. Classificados pelas autoridades públicas como “indesejáveis”, tais pessoas, pertencentes às chamadas “classes perigosas”, eram as que mais compareciam nas estatísticas criminais da época, especialmente aquelas referentes às contravenções do tipo desordem, vadiagem, embriaguez e jogo.

Transformados nos antípodas do escopo do “novo-homem” idealizado pelo Estado Novo, tornava-se necessária a demarcação dos limites que os separavam do trabalhador ordeiro, forte e saudável, ou seja, o “cidadão-trabalhador”, símbolo do crescimento e do progresso econômico da nação.

Anote-se ainda, em relação ao impacto do rápido crescimento populacional sobre as condições de vida, o agravamento quantitativo e qualitativo, de muitos problemas de habitação e abastecimento de água, de saneamento e de higiene que, a exemplo do ocorrido no início do século XX, poderiam agravar os surtos de epidemias (CARVALHO, 1987, p. 18-19).

Diante dessa gama de problemas, iniciou-se, por parte do Estado, uma política de colonização centralizada e nacionalista, marcada pela conquista e ocupação dos “espaços vazios” ou “sertões” do interior do país e sua definitiva integração espacial ao restante da nação.

Vale destacar que, para os ideólogos da Marcha para Oeste, os “sertões” do interior do Brasil eram apontados como “espaços vazios” porque careciam “da proteção e das vistas dos governos, dos meios de comunicação e do elemento homem para povoamento conveniente do solo e cultura dos seus campos” (SILVA, 2003, p. 183).

Dessa forma, sua efetiva integração ao corpo da nação ocorreria, inicialmente, com o provimento de “estradas e caminhos”, após o que “passaria a zona a receber os demais benefícios”, como a vinda do “homem do Nordeste e do europeu, a quem necessariamente se dariam os elementos de primeira instalação e terras para o trabalho”. Para tanto, era imprescindível que não se mantivessem, sobretudo na fronteira, os latifúndios “que prejudicavam o povoamento do solo” (SILVA, 2003, p. 191).

Assim, a partir de 1938, regiões do Brasil Central, e mais especificamente o Mato Grosso, tornaram-se objeto das atenções estatais. Referindo-se a elas como “espaços vazios”, a propaganda da “Marcha” ocultava que a área estava ocupada por complexas relações de poder (LENHARO, 1985, p. 60).

Noutros termos, contrastando com a imagem propagada de vazio populacional, o território mato-grossense – em especial as terras da região sul do estado – estava ocupado por grandes propriedades de companhias agropecuárias estrangeiras, como *The Miranda Estância Company Limited*, detentora de 219.506 hectares, ou a *Brazil Land Cattle & Packing Company*, empresa franco-britânica que possuía fazendas de gado no sul do Pantanal (BENEVIDES e LEONZO, 1999, p. 8). Socialmente, a região comportava várias etnias indígenas, migrantes, camponeses e sertanejos, os quais, em sua maioria, constituíam um grande contingente de trabalhadores “sem-terra”³.

Como mencionado, na retórica dos ideólogos da Marcha para Oeste tornava-se necessário desarticular o latifúndio na região sul de Mato Grosso, uma vez que este era tido como fator que emperrava o desenvolvimento

3 Para uma visão de quem era essa “gente do sertão”, consultar: SEREJO, H. *Ciclo da erva-mate em Mato Grosso do Sul – 1883/1947*. Campo Grande: Instituto Euvaldo Lodi, 1986; SODRÉ, N. W. *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1941; ARRUDA, G. *Frutos da terra*. Os trabalhadores da Companhia Matte Larangeira. Londrina: Editora UEL, 1997.

da agricultura, ao mesmo tempo em que impedia a extensão ao campo das conquistas sociais já alcançadas nas cidades (BENEVIDES e LEONZO, 1999, p. 8).

Nessa medida, a ocupação deveria ser ancorada na pequena propriedade e no corporativismo agrícola, a exemplo do que ocorreria na Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), criada em 1943, para a qual se dirigiram migrantes de inúmeras partes do país.

Com efeito, atraídos pelos baixos preços das terras, pelo incremento da agricultura e das atividades comerciais a ela vinculadas, migrantes paulistas, catarinenses, nordestinos, paranaenses e sobretudo gaúchos (GRESSLER e SWENSSON, 1994, p. 105), promoveriam uma lenta modificação estrutural no estado de Mato Grosso, em geral, e na região sul, em particular.

Além de contribuírem para a composição do contingente populacional, e de introduzirem na região novos elementos culturais e sociais (cosmovisões, hábitos e costumes, além de novas relações, normas de conduta e de integração com o meio), esses novos agentes pressionaram reformulações na esfera política, que se refletiam na maior presença do poder federal na região.

No que se refere ao processo de provimento de “estradas e caminhos”, considerado elemento fundamental para a efetiva integração da região ao corpo da nação, em 1938 o governo federal retomou as obras da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB), dando início à construção de seu prolongamento até Corumbá e de um ramal dirigido a Ponta Porã, nas fronteiras com as Repúblicas da Bolívia e do Paraguai, respectivamente (QUEIROZ, 1997).

Tais medidas representavam simultaneamente ações de caráter estratégico e ideológico. Estratégico porque, desde o início da República, as ferrovias enquanto empresas foram significativas no jogo político, fazendo parte de compromissos e alianças oligárquicas. Por outro lado, diante da

polarização ideológica e do aumento da demanda de segmentos sociais urbanos divergentes, os quais desembocaram nos movimentos tenentistas da década de 1920 e nos chamados movimentos revolucionários da década de 1930, tais empresas assumiriam caráter político-estratégico vinculado à idéia de Segurança Nacional.

Explicitamente, num país marcado pela grande diversidade social e que, apesar das enormes dimensões geográficas, ainda apresentava deficiências de vias de comunicação, as ferrovias assumiram o caráter estratégico de levar a presença física do Estado às regiões mais remotas do interior (POSSAS, 2002, p. 39).

O caráter ideológico se deu na medida em que a ferrovia – consolidada institucionalmente a partir da segunda metade do século XIX no bojo do movimento de idéias que fomentava a crença de que a técnica, materializada nas máquinas, pudesse construir um novo mundo – foi defendida também como uma das exigências primordiais frente à Revolução Técnica e Científica. Agora, transmutada em “monumento móvel”, sendo portadora de uma sólida dimensão cultural entranhada nas relações sociais que construiu.

A respeito do efeito “mágico” da ferrovia no imaginário popular durante o século XIX, destacou E. J. Hobsbawm:

Nenhuma outra inovação da revolução industrial incendiou tanto a imaginação quanto a ferrovia, como testemunha o fato de ter sido o único produto da industrialização do século XIX totalmente absorvido pela imagística da poesia erudita e popular. Mal tinham as ferrovias provado ser tecnicamente viáveis e lucrativas na Inglaterra (por volta de 1825-1830) e planos para a sua construção já eram feitos na maioria dos países do mundo ocidental, embora sua execução fosse geralmente retardada. (...) Indubitavelmente, a razão é que nenhuma outra invenção revelava para o leigo de forma tão cabal o poder e a velocidade da nova era; (...) (Velocidades de até 60 milhas-96 quilômetros- por hora, por exemplo, eram perfeitamente praticáveis na década de 1830, e não foram substancialmente melhoradas pelas posteriores ferrovias a vapor.) A

Estrada de Ferro, arrastando sua enorme serpente emplumada de fumaça, à velocidade do vento, através de países e continentes, com suas obras de engenharia, estações e pontes formando um conjunto de construções que fazia as pirâmides do Egito e os aquedutos romanos e até mesmo a Grande Muralha da China empalidecer de provincianismo, era o próprio símbolo do triunfo do homem pela tecnologia (1982, p. 61).

Frente ao exposto, a referida ampliação do ramal ferroviário da NOB pode ser associada à idéia de modernidade que, paulatinamente, tomava conta do cotidiano e do imaginário coletivo das pessoas no sul de Mato Grosso. Apesar de todas as contradições e conflitos sociais que gerou, tanto pelas novas formas de dominação e exclusão quanto pela repressão que proporcionou, “o apito do trem trazia a reconfortante sensação para as pessoas - por mais distantes que estivessem - de estarem ligadas ao mundo, de serem civilizadas, de serem contemporâneas” (ARRUDA, 1995, p. 38-39).

Portanto, a conclusão e ampliação da estrada de ferro foram implementos significativos à consolidação do projeto colonizador do Estado Novo em Mato Grosso, uma vez que ela teve por objetivo desbravar a sua porção sul e abrir novas possibilidades de contatos e comunicações com outros Estados, bem como com as repúblicas vizinhas, além de proporcionar um maior controle da região. Tais benefícios, propagados por Vargas, vinculavam-se a questões de estratégia políticas e econômicas, bem como de ocupação e de nacionalização das fronteiras. Dessa forma, a NOB foi um dos meios que possibilitaram entrelaçar as fronteiras políticas às fronteiras econômicas (OLIVEIRA, 2002, p. 22).

De fato, a construção da Ferrovia Noroeste do Brasil pode ser destacada como fator decisivo da consolidação econômica e demográfica do sul de Mato Grosso. Articulando essa região com São Paulo, a NOB impulsionou fortemente o fluxo migratório, permitindo a implantação de

um importante pólo agropecuário e de industrialização de seus derivados, assim como o surgimento de vários municípios ao longo de seu traçado e o aumento gradativo da importância econômica de Campo Grande, tendo como impactos mais visíveis desse processo de transformações a consolidação desta cidade como área de atração de investimentos e de contingentes populacionais provenientes das mais diversas regiões do Brasil, bem como de países vizinhos.

Hoje, capital do Estado de Mato Grosso do Sul, com cerca de 800 mil habitantes, Campo Grande tem suas origens remetidas ao ano de 1872 quando, vindo de Minas Gerais, José Antônio Pereira e sua comitiva acamparam em terras da região central do planalto da Serra de Maracaju, mais precisamente na confluência dos atuais córregos Prosa e Segredo.⁴

Nascido como pouso de boiadeiros, o Arraial de Santo Antonio de Campo Grande, fundado em 1872, cresceu rapidamente. Em 1889, a Lei Estadual nº 792 transformou o lugarejo no Distrito de Paz de Campo Grande, pertencente à Comarca de Nioaque. Emancipando de Nioaque, em 26 de agosto de 1899 foi elevado à categoria de cidade pela Lei nº 772, de 16 de julho de 1918 (Campo Grande: 100 anos de construção, 1999, p. 274).

Com cerca de 2.000 habitantes e aproximadamente 200 casas no início do século XX, em 1912 o novo município já somava “5.000 almas” (Álbum Gráfico de Mato Grosso, 1914, p. 412). Em 1920 essa população subiu para 21.000 habitantes, saltando para 40.000 habitantes em 1933 (Folha da Serra, 1933) e para 49.629 sete anos mais tarde (IBGE, 1996). Entre 1920 e 1940 a população da zona urbana cresceu de 6.000 para 24.479 habitantes, praticamente igualando à população rural (IBGE, 1996).

⁴ Durante a guerra com o Paraguai ficou conhecida como *campo grande* a encruzilhada do Nioaque, na região central do planalto da Serra de Maracaju, onde hoje se localiza o distrito de Indubrasil. Ver a respeito em: OLIVEIRA NETO, Antonio Firmino de. *Ruas e calçadas de Campo Grande – MS: uma contribuição ao estudo dos espaços públicos urbanos*. São Paulo, 1997. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade de São Paulo, 1997, p. 18.

Entre os fatores capazes de explicar esse rápido crescimento populacional, pode ser arrolada a intensa migração decorrente da chegada, em maio de 1914, dos trilhos da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, que facilitou a vinda de um grande contingente de migrantes do Sul e do Sudeste; de imigrantes japoneses, alemães, russos e búlgaros, os quais se instalaram em terras do atual município de Terenos, passando a constituir importante pólo de desenvolvimento agrícola (Campo Grande: 100 anos de construção, 1999, p. 278).

Por outro lado, atrelando o município aos pólos mais dinâmicos do capitalismo do Sudeste, a Noroeste do Brasil também teria contribuído com a transferência do foco comercial de Corumbá para Campo Grande, atraindo para essa cidade as comunidades libanesa, síria, armênia e turca, que se destacariam na ampliação do comércio local (MACHADO, 1991, p. 106).

Na medida em que Campo Grande configurava-se como um novo cenário urbano, havia no imaginário de suas elites o perigo da “invasão”, circulação e “mistura” dos antigos habitantes da cidade com a nova leva de migrantes “de toda casta” (O Estado de Mato Grosso, 01 jun.1914, p. 1), que acompanhariam a chegada do progresso trazido pelos trilhos de ferro, ou seja, “estranhos” que, devido às suas origens, poderiam significar um verdadeiro flagelo para a sociedade [e] a tranqüilidade pública. Em razão disso, desde o início do século XX as elites locais passaram a elaborar mecanismos voltados para o ordenamento e o controle do espaço da cidade e sua população.

Nos 12 capítulos e 54 artigos presentes no primeiro Código de Posturas da Vila de Santo Antonio de Campo Grande, aprovado em 1905, nota-se que as idéias de higienização urbana vinham acompanhadas de uma concepção política, de divisão social e fiscalização sobre os membros das camadas subalternas da sociedade, considerados perigosos.

É imprescindível ressaltar que a ordenação do espaço, neste contexto, tem para com a formação do homem uma relação de simbiose, em que

homem e espaço físico se influenciam mutuamente. Portanto, ordenar o espaço tem um aspecto político muito mais relevante do que propriamente geográfico. Essa ordenação é de cunho pedagógico já que, dentre outros intuítos, visa ensinar o homem a se comportar na nova sociedade, que estava se constituindo em sintonia com o ideário republicano.

Exemplo nesse sentido reside no fato de que, além de regulamentarem a “economia e o asseio dos açougues”, de modo a evitar que o mau cheiro e os miasmas contaminassem o ar da cidade – contribuindo assim para a disseminação de doenças – as autoridades públicas não deixavam de manifestar o temor pela concentração de pessoas nas tavernas, pelo risco de propagação de doenças e de “idéias indesejáveis”, proibindo, em razão disso, “consentir-se, nas tavernas ou casas de bebidas, ajuntamento de pessoas que não estejam comprando” e também “conservar-se abertas as casas de negócio depois do toque de silêncio” (ARRUDA, 1995, p. 42).

Paralelamente, no anseio de incorporar Campo Grande ao mundo moderno, suas elites procuraram remodelar a cidade, através da introdução na tradicional paisagem de “povoado de uma rua só” de elementos urbanísticos convencionalmente chamados, na época, de operações de embelezamento e saneamento, os quais, utilizados pelas maiores cidades do mundo, formulavam outras relações no espaço urbano pela criação de uma nova simbologia.

Em 1909, chegou à cidade o engenheiro Nilo Javari Barém com o intuito de elaborar uma planta de Campo Grande, de acordo com os interesses da ferrovia - um dos símbolos maiores da modernidade à época. Conforme o seu projeto, as ruas foram traçadas em direção aos pontos cardiais e ortogonais entre si, ficando as quadras em formato de xadrez.

O objetivo era colocar a cidade no universo da vida civilizada, que contivesse elementos da racionalidade urbanística, materializada na construção de ruas largas e de uma ampla avenida central ajardinada, pressupondo o sentido do fluxo intenso, bem como na edificação de

uma praça central que se apresentaria como núcleo da vida em sociedade (GARDIN, 1997, p. 37-38).

Com base nesses pressupostos urbanísticos, o novo Código de Posturas, lançado em 1921, teve como principais preocupações o arruamento, a delimitação dos terrenos e o tipo das construções do centro da cidade. Caberia a Arlindo de Andrade Gomes, como Intendente da cidade a partir de 1921, não somente o papel de “decorá-la” (conforme Paulo Coelho Machado, “foi ele quem arborizou as ruas e cuidou das praças e jardins e também de seu arruamento”. MACHADO, 1988, p. 47), mas de reformá-la, uma vez que as construções de taipa na área urbana central foram demolidas, cumprindo as condições de salubridade e de higiene impostas pelo Código de Posturas de 1921, que obrigava a demolição de imóveis de taipa e sua substituição por outro de alvenaria de tijolos (ARRUDA, 2003).

Como observou Gilmar Arruda, “a urbanização, ou melhor, o arruamento como foi chamado em Campo Grande, significava delimitar espaços de circulação e moradia entre os habitantes” (ARRUDA, 1995, p. 43). Ainda para esse autor, a lógica que presidiria as diversas regulamentações de “higienização” e ordenamento da cidade

era a de manter os ambientes arejados e iluminados. [...] A intenção era a de construir um novo tipo de moradia para um novo tipo de morador. As casas de taipa, por exemplo, não poderiam ser mais reformadas e as fachadas de zinco ou tábuas deveriam ser trocadas por tijolos. Os mais atingidos, conseqüentemente seriam os mais pobres, cujas casas não poderiam seguir as especificações dos Códigos de Posturas. Mais um resultado do ‘drama do progresso’ (ARRUDA, 1995, p. 43).

“Drama do progresso” que permaneceria pelas décadas seguintes. De passagem pelo sul de Mato Grosso em 1939, Rezende Rubim, um entusiasta do Estado Novo e do programa de colonização varguista Marcha para Oeste, teceu o seguinte comentário sobre a cidade:

Campo Grande já é uma cidade importante, núcleo de convergência de diversos municípios próximos. A cidade é bem traçada em ruas largas, sendo algumas calçadas em Mac Adam. Possui um jardim muito gracioso e residências de primeira ordem. Nada fica a dever às cidades paulistas do ciclo do café. Sendo Campo Grande a sede da Região Militar e lá estando localizados alguns milheiros de soldados, o elemento de farda avulta dentro da população civil. [...] A localização em Campo Grande da Região Militar trouxe grandes benefícios ao lugar. Derrama-se assim, mensalmente, uma soma respeitável de dinheiro no comércio local. [...] a cidade já possui elementos bastantes para esperar do futuro uma situação invejável. As cercanias com todas as fazendas e a localização de algumas colônias de japoneses têm concorrido para melhorar o padrão de vida dos habitantes, até bem pouco tempo dependentes do produto paulista. A região campo-grandense, aliás como toda essa parte do sul do Estado, é cosmopolita. Quase todo o contingente humano é nascido em outras plagas. Para tanto, concorre a facilidade de acesso por intermédio de São Paulo [...]. Além disso, as fronteiras próximas, principalmente a do Paraguaí, contribuem muito para que o sul do Estado seja, como é, uma região onde o elemento de fora esteja sempre em maioria (RUBIM, 1939, pp. 126-127).

Das observações de Rezende Rubim emerge um dado novo para a compreensão do desenvolvimento de Campo Grande: a presença do grande contingente militar, em razão da localização, na cidade, da 9ª Região Militar.⁵ Se, do ponto de vista econômico, esse dado podia ser considerado positivo, sob a perspectiva política, embora a presença dos militares fosse valorizada pelas elites locais como elemento de garantia da ordem e segurança aos que quisessem investir e se fixar na cidade, o mesmo poderia apresentar-se como desvantajoso, uma vez que, segundo Rubim, “nem todos os chefes militares têm sabido guardar a posição a cavaleiro das rixas políticas locais, abrindo espaço para que as forças federais concorressem”.

5 Esse aumento do contingente militar começaria a ocorrer com a chegada e a fixação definitiva na cidade, em 8 de março de 1914, do 5º Regimento de Artilharia Montada, vindo de Aquidauana. Em 1922, instalou-se a Circunscrição Militar que se transformaria na 8ª Região Militar, à qual, a partir de 1932, ficou subordinado o 2º Regimento de Aviação. *Campo Grande - 100 Anos de Construção*. Op. cit., p. 390-393.

Para amparar o espírito separatista de alguns políticos sem escrúpulos, criando destarte sérios embaraços à administração do Estado (RUBIM, 1939, p. 125-126), ressaltou o autor que:

[...] só o fato de permanecer em Campo Grande a sede da Região Militar, faz com que os habitantes de lá se julguem com direitos que as outras partes do Estado, no seu entender, não possuem. A força federal influi em tal estado de coisas à maneira de ação catalítica ou ação de presença, pois nem sempre o elemento militar participa diretamente para a situação do espírito de regionalismo dominante no lugar.

Outros dados de transformações em Campo Grande ocorreram com a chegada da luz elétrica e da rede de água urbana, ambos na década de 1920, gerando, segundo o arquiteto Ângelo Arruda, “mudanças de hábitos e, portanto, de organização no espaço da casa campo-grandense” (ARRUDA, 2003). As obras de encanamento tubulado da água começaram na administração de Arlindo Gomes, sendo concluídas, ao menos no perímetro urbano de Campo Grande, em 1926, durante o mandato de Arnaldo Figueiredo. Neste período chegaram à cidade as primeiras torneiras e registros importados da Inglaterra ou dos Estados Unidos. Deste modo, segundo Ângelo Arruda (2003):

O *layout* da casa muda: antes, a latrina era externa (já que a atividade de tomar banho podia ser exercida dentro do quarto, com latões de água), nos quintais e com a chegada desse serviço muito caro pela importação do material, forçou que banheiro e cozinha ficassem próximos para economizar na tubulação. Com essa modernidade foi erguida a primeira casa de Campo Grande com banheiro tubulado e interno: a residência do próprio Intendente da época das benfeitorias, Arnaldo Figueiredo, projetada pelo engenheiro Camillo Boni em 1922.

Outra transformação ocorrida em Campo Grande diz respeito à instalação da Companhia Mato-grossense de Eletricidade (CME), na

década de 1920, substituindo o ciclomóvel⁶ - gerador a vapor de potência desconhecida, que supria as necessidades de energia elétrica no perímetro urbano de Campo Grande. A CME construiu, em 1924, na região do Inferninho, próximo à fazenda do Dr. Vespasiano Martins, a Usina do Ceroula, com turbinas Pelton Voigt/ Siemens e um sistema de “11,4 kV, com cerca de 15 quilômetros. A transmissão e distribuição era feita a partir de um prédio em uma empresa à Rua General Rondon, esquina da Avenida Calógeras, de onde derivavam os alimentadores pioneiros e se situavam as balanças de série da iluminação pública em 2,2 kV” (Campo Grande: 100 anos de construção, 1999, p. 274).

Com a instalação da usina e a ampliação da potência elétrica, os habitantes de Campo Grande viram a chegada de novos aparelhos de caráter doméstico, como a vitrola e os refrigeradores (vale a pena frisar que houve a possibilidade de uso desses aparelhos e não a sua popularização) e os de caráter mais público, como o cinema, com tecnologia sonora e visual, que promoveram enormes transformações sociais e arquitetônicas na cidade.

Com efeito, por um breve período durante a chamada Revolução Constitucionalista de 1932, Campo Grande transformou-se em capital do Mato Grosso Civil, com as forças revolucionárias nomeando o prefeito Vespasiano Martins, governador do estado. Contudo, as intenções separatistas do sul ou, no mínimo, o desejo de transformar Campo Grande na capital de Mato Grosso foram frustrados com a vitória das forças legalistas, durando apenas 82 dias (Correio do Estado, 23 ago.1997).

Por essa época, a cidade contava com cerca de 50 estabelecimentos comerciais, com destaque para as lojas especializadas na venda de carros

6 A respeito do ciclomóvel sabe-se que era um gerador de energia elétrica instalado pelo Sr. Antônio Veronese, na rua 26 de Agosto, em Campo Grande. Durou até 1924, quando foi substituído pela *Usina do Ceroula*. O que não se sabe é quando o ciclomóvel começou a entrar em funcionamento. *Campo Grande: 100 anos de construção*. Campo Grande: Matriz Editora, 1999.p.149.

e autopeças, vestuário, materiais de construção, alimentos, jóias; além de aproximadamente 73 oficinas e indústrias de bebidas, calçados, chapéus, derivados de leite, torrefação e moagem de café, artefatos de couro, conservas, ladrilhos e mosaicos, fogões, vinagre, “especialidades farmacêuticas” e “artefatos e tecidos”, entre outras que davam a conotação do forte crescimento econômico de Campo Grande durante a década de 1930 (Folha da Serra, 1933).

Segundo consta, no final da década de 1930 a cidade de Campo Grande gerava mais renda do que as demais cidades do estado. Em 1937, por exemplo, a receita arrecadada foi de 1.192:406\$, ao mesmo tempo em que a de Cuiabá, capital do Estado, atingia a cifra de 682:726\$. No ano seguinte, enquanto a arrecadação de Campo Grande cresceu 387:478\$ em relação a 1937, a renda da capital caiu para 585:529\$ (Álbum de Campo Grande, 1939, p. 95).

A tentativa de veicular uma imagem positiva de Campo Grande como centro urbano econômico, político e culturalmente dinâmico, moderno e “civilizado” aparece de forma nítida no *Álbum de Campo Grande*. Editado em 1939, durante as comemorações dos 40 anos de emancipação do município, pode-se afirmar que, em linhas gerais, essa obra seguia critérios e intenções semelhantes aos do *Álbum Gráfico de Mato Grosso*. Porém, ao contrário de seu congênere, publicado em 1914 – uma alentada obra de quinhentas e duas páginas em tamanho 30 x 40 cm, e pesando 4,5 kg, por isso mesmo considerada de difícil manuseio – o *Álbum de Campo Grande* parecia pretender, para si, a praticidade de um guia geral da cidade, breve e sucinto, de modo a ser apreciado e lido no decorrer de uma viagem.⁷

Nem por isso essa publicação era menos pobre em imagens fotográficas, as quais estavam dispostas, de maneira geral, nos seguintes

⁷ Um estudo pormenorizado do *Álbum Gráfico de Mato Grosso* pode ser encontrado em: ZORZATO, Osvaldo. *Conciliação e identidade: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso – 1904/1983*. São Paulo, 1998. Tese (Doutorado em História Social), Universidade de São Paulo, 1998, p. 38-60.

eixos temáticos básicos: paisagens naturais, remetendo às áreas do entorno da cidade; construções, com destaques para a edificação de novos prédios, casas, pontes; atividades econômicas, ressaltando a pecuária, a agricultura, o comércio e a indústria local; vias de comunicação e meios de transportes, evidenciando a modernização das ruas, a presença do transporte individual e coletivo; vida social e cultural, com ênfase para cenas de família, bailes, clubes, cinemas, escolas, ambientes de trabalho, esportes, piqueniques, etc.; personalidades, enfocando indivíduos dos mais diversos segmentos sociais, mas com especial reverência às autoridades civis e militares, empresários e personagens ligados aos segmentos sociais emergentes, como funcionários públicos e profissionais liberais, advogados, médicos, engenheiros, entre outros.

Os progressos materiais da cidade apareciam assinalados nas imagens relativas às atividades econômicas e nas referentes às vias de comunicação e meios de transportes. Nas primeiras, além do registro das inúmeras casas comerciais, a exemplo da Casa Mansour, definida como “o maior e mais bem sortido estabelecimento comercial de Mato Grosso” (*Álbum de Campo Grande*, 1939, p. 71), o *Álbum* também destacava, enquanto marca da modernização econômica do município, a maquinaria utilizada em indústrias como a Fábrica Mandetta de bebidas, a Panificadora Esperança, única em Mato Grosso a possuir “os afamados fornos contínuos Pensotti”, e “oficinas” como a da Tipografia O Progressista, onde o próprio *Álbum* fora impresso (*Álbum de Campo Grande*, 1939, p. 71).

Paralelamente, a obra dava grande destaque às ações da “numerosa e hoje unida classe dos fazendeiros da parte meridional do Estado”, sublinhado a incorporação, por parte dos pecuaristas, de novas raças e de técnicas modernas de criação, observando, além disso, a prosperidade da lavoura de café - produto introduzido no município em 1911 pelo imigrante sírio Antonio Abdo, proprietário da fazenda Mateira, definida como “a maior organização agrícola” do Estado. Conforme aparece anotado no *Álbum de Campo Grande* (1939, p. 30-31):

O cafezal vinga e aumenta de muitos milhares de pés, acrescidos todos os anos. Em 1930, contava a Mateira com 140.000 pés de café, fora plantações de cana e mandioca, excelentes pastos e criação de gado bovino e suíno e galináceo. [...] Digno de nota, juntamente com o cafezal, é o canavial, que ocupa uma área de 10 hectares, fora o belíssimo pomar de laranjeiras, abacateiros, ameixeiras, limoeiros e outras árvores frutíferas. Tem a Mateira modernos maquinismos de descascar café, com produção diária de 40 sacos, de beneficiamento de arroz, limpando 25 sacos, e de cana, moendo oito carros por dia da mesma plantação. Este ano (1939) calcula-se a safra do café da Mateira em 2.500 sacos de 60 quilos cada um.

Essa dinâmica econômica refletia-se, segundo pretendia atestar o *Álbum*, na modernização do equipamento urbano de Campo Grande, materializada na ampliação de ruas e avenidas como a 13 de Maio, a Barão do Rio Branco e a Avenida Mato Grosso, ao longo das quais podiam ser vistas “modernas casas recentemente construídas” (*Álbum de Campo Grande*, 1939, p. 94 e 117).

Outros reflexos estavam na expansão da própria área urbana, expressa na oferta de venda de lotes em bairros como a Vila Planalto, cuja aquisição era apontada como “o melhor emprego de capital”, e o bairro Amambáí, “sentinela avançada de Campo Grande”, onde estavam localizados os projetos de construção da Igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e da residência dos padres redentoristas (*Álbum de Campo Grande*, 1939, p. 46), bem como na implantação de novos meios de comunicação e transportes, a exemplo da instalação da primeira linha telefônica (*Álbum de Campo Grande*, 1939, p. 139), da presença do auto-ônibus que circulava em alguns bairros “de quatro em quatro horas durante o dia e parte da noite” (*Álbum de Campo Grande*, 1939, p. 46), dos caminhões que passavam a trafegar as rodovias, da própria ferrovia, e até mesmo do avião (*Álbum de Campo Grande*, 1939, p. 138).

Não obstante esses traços do progresso, o *Álbum* também dava destaque para algumas “tradições que não morrem”, enfatizando a

freqüência nas estradas “velhas” do sul de Mato Grosso, dos carros de boi mineiros, dos quais nem mesmo os caminhões da marca “Internacional” conseguiam tirar a “realeza” (*Álbum de Campo Grande*, 1939, p. 110). Nesse sentido, sugeria-se que progresso e tradição constituíam faces da mesma moeda, a partir da qual se configurava a identidade regional, o passado e o futuro que deveriam irmanar todos os mato-grossenses, filhos da terra ou não.

De todo modo, em decorrência das transformações econômicas e urbanas, a própria vida social e cultural da cidade se vitalizava. Para atender às expectativas de lazer e cultura que uma cidade moderna deveria possuir, foram surgindo em Campo Grande praças; sorveterias; bares como o “Para Todos” e o Parque Balneário, com regras estabelecidas para os horários de banhos de piscina para homens e mulheres; o Rádio Clube, local de encontro e de bailes freqüentados pelas elites campo-grandenses, além dos cines-teatro como o Santa Helena e, em especial, o Alhambra, criado em 1937 e definido como palácio encantado das mil maravilhas do som e da luz”. De acordo com o *Álbum de Campo Grande* (1939, p. 76):

A não ser São Paulo, Rio e outras capitais dos estados, nenhuma cidade do interior tem uma casa de espetáculos, no gênero, tão luxuosa e grandiosa. Rara é a noite em que o Cine Teatro Alhambra, nas suas duplas sessões, não se enche da fina flor de Campo Grande. A par do mais refinado bom gosto e da comodidade que oferece o amplo salão com as suas muitas centenas de cadeiras, as fitas que são passadas no ECRAN são das mais afamadas marcas do mundo e maior retumbância em aplausos na atualidade. A “Metro Goldwyn Mayer”, a “Paramount Films”, a “RKO Radio Pictures”, a Warner Bros First”, a “Columbia Pictures”, etc., nomes célebres em produção, todas as semanas exibem no Alhambra os filmes de maior notoriedade. Os aparelhos, tanto de som, Western Electric, como o de graduação de luzes multicores, Traynon, este o único usado na América do Sul, são a última palavra nas técnicas cinematográficas.

Contudo, o *Álbum* advertia que, diferente das grandes cidades do país, Campo Grande não era só “a urbes que impressiona o forasteiro pela harmonia retilínea de suas ruas, elegância de seus prédios, febricidade de seu comércio e operosidade crescente de seus habitantes”; tinha também “a graciosidade sempre primaveril dos seus arrabaldes, povoados de poéticas chácaras e convidativos sítios, que são remansos de gozo para a luta diurna cidadina” (*Álbum de Campo Grande*, 1939, p. 17).

Novamente aqui o embricamento entre o progresso e a tradição: antes de se constituir um espaço marcado pela natureza selvagem, os arredores de Campo Grande eram representados como lugares de convivência, refletindo, por outro lado, o que o meio ambiente poderia oferecer em termos de exploração econômica.

É assim que, em muitas fotografias, famílias inteiras são retratadas em piqueniques à beira de rios como o Aquidauana e o Taquari, com destaque para o potencial de suas quedas d'águas e para as possibilidades do garimpo, especialmente em Rochedo. Representações dessa natureza há muito praticamente domada pela gente mato-grossense também se faziam presentes nas imagens de animais selvagens, como as onças, tidos como de estimação.

Dado fundamental nesse processo de domesticação da natureza é a presença sempre marcante nas fotografias das mulheres em primeiro plano. Nesse quadro, insinua-se a interação entre a mãe natureza e a mulher mãe, ao mesmo tempo civilizada e civilizadora, e a cidade de Campo Grande como a grande mãe acolhedora, no sul de Mato Grosso, de indivíduos vindos dos mais diversos lugares do país e do mundo e das mais diferentes classes sociais.

Assim, embora o *Álbum* procurasse destacar as figuras mais relevantes da sociedade local, não deixava, contudo, de mencionar a presença de indivíduos marginalizados como engraxates e mendigos:

A nossa cidade, não podendo fugir a regra geral, também tem seus tipos populares [...] figuras anônimas, sofredoras, que ora nos arrancam gargalhadas com seu grotesco, como nos compungem o coração com a sua desdita erradia. [...] Campo Grande é a terra favorita dos pequeninos engraxates e dos grandes pedintes, todos eles ganham a vida, porque o povo campo-grandense é bom e generoso (Álbum de Campo Grande, 1939, p. 65)

Surgido num momento de transição, em que Mato Grosso deixava de ser representado pelo “estigma da barbárie”⁸ para se incorporar à nacionalidade como “reserva de brasilidade”, o *Álbum de Campo Grande*, produzido com o objetivo explícito de ser “verdadeiro o espelho das atividades de seus filhos, tanto os nativos como os adotivos, nos diversos labores humanos” (Álbum de Campo Grande, 1939, p. 30), elaborava, por outro lado, sutilmente, um objetivo implícito: o de edificar um quadro indentitário que colocava os habitantes do sul de Mato Grosso, em particular os campo-grandenses, como elementos plenamente incorporados à nacionalidade, porém como brasileiros distintos.

Referências Bibliográficas

Álbum Gráfico de Mato Grosso. Corumbá/ Hamburgo: Ayala e Simon Editores, 1914.

ARRUDA, Ângelo. A casa em Campo Grande: Mato Grosso do Sul – 1950/ 2000. **Revista Arquitextos.** Campo Grande, n. 36, maio 2003.

ARRUDA, Gilmar. A Ferrovia Noroeste do Brasil: o último trem para o sertão. *Caderno de Estudos Urbanos.* Campo Grande: Conselho Regional de Construtores de Imóveis, n. 3, p. 30- 48, 1995.

⁸ Para uma análise das representações de Mato Grosso através do estigma da barbárie, ver: GALETTI, Lylia da Silva Guedes. *Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre o Mato Grosso.* São Paulo, 2000. Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, 2.000.

_____. **Frutos da terra:** os trabalhadores da companhia Matte Larangeira. Londrina: UEL, 1997.

BENEVIDES Cezar; LEONZO Nanci. **Miranda estância:** ingleses, peões e caçadores no Pantanal mato-grossense. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

BITTAR, Marisa. **Mato Grosso do Sul:** do estado sonhado ao estado construído – 1892/1997. São Paulo, 1997. Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, 1997.

Campo Grande: 100 Anos de Construção. Campo Grande: Matriz, 1999.

CARVALHO, José de. **Os bestializados:** o Rio de Janeiro e a república que não foi. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

Correio do Estado. Campo Grande, 23 ago. 1997.

GALETTI, Lylia. **Nos confins da civilização:** sertão, fronteira e identidade nas representações sobre o Mato Grosso. São Paulo, 2000. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, 2.000.

GARDIN, Cleonice. **Campo Grande entre o sagrado e o profano.** Campo Grande: UFMS, 1999.

GRESSLER, Lori Alice, SWENSSON, Lauro Joppert. **Aspectos históricos do povoamento e da colonização do estado de Mato Grosso do Sul.** Campo Grande: UFMS, 1994.

GUILLEN, Isabel Cristina. **O imaginário do sertão:** lutas e resistência ao domínio da Companhia Mate Laranjeira (Mato Grosso – 1890/1945). Campinas, 1991. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Campinas, 1991.

HOBBSAWM, Eric J. **A era das revoluções:** 1789-1848. Tradução Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Evolução demográfica dos municípios de Mato Grosso do Sul segundo os censos demográficos realizados e a contagem.** IBGE, 1996.

LENHARO, Alcir. **Colonização e trabalho no Brasil:** amazônia, nordeste e centro-oeste. Campinas: Unicamp, 1985.

_____. **Sacralização da política.** Campinas: Papirus/Unicamp, 1986.

MACHADO, Paulo Coelho. **A Rua Barão.** Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1991.

_____. **Arlindo de Andrade:** primeiro juiz de Direito de Campo Grande. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1988.

MAGNOLI, Demétrio. **O corpo da pátria:** imaginação geográfica e política externa no Brasil – 1808/1912. São Paulo: UNESP, 1997.

OLIVEIRA NETO, Antonio Firmino. **Ruas e calçadas de Campo Grande – MS:** uma contribuição ao estudo dos espaços públicos urbanos. São Paulo, 1997. Dissertação (Mestrado), Universidade de São Paulo, 1997.

OLIVEIRA, Benícia Couto. O Estado Novo e a nacionalização das fronteiras: a ocupação estratégica do Sul de Mato Grosso. **Revista Fronteiras.** Campo Grande: UFMS, v.6, n. 12, 2002.

Os trilhos da Noroeste chegam a Campo Grande. **O Estado de Mato Grosso.** Campo Grande, 01 jun. 1914.

POSSAS, Lúcia Maria. Ferrovia: fontes de memória. Arquivos ferroviários: uma reflexão crítica e ação Preservativa. In: VI SEMINÁRIO NACIONAL DE PRESERVAÇÃO E REVITALIZAÇÃO FERROVIÁRIA, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 17 a 20 de julho, 2002.

QUEIROZ, Paulo Cimó. **As curvas do trem e os meandros do poder:** o nascimento da estrada de ferro Noroeste do Brasil – 1904/1908. Campo Grande: UFMS, 1997.

Revista Folha da Serra. Campo Grande, 1933.

Dilemas e Diálogos Platinos: RELAÇÕES E PRÁTICA SOCIOCULTURAIS

RUBIM, Rezende. **Reservas de brasilidade**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1939.

SEREJO, Hélio. **Ciclo da erva-mate em Mato Grosso do Sul: 1883-1947**. Campo Grande: Instituto Euvaldo Lodi, 1986.

SILVA, José de Melo e. **Fronteiras guaranis**. 2. ed. Campo Grande: IHGMS. 2003.

SODRÉ, N. W. **Oeste**: ensaio sobre a grande propriedade pastoril. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941.

VARGAS, Getúlio. **A nova política do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio., 1938, v. 5.

ZORZATO, Osvaldo. **Conciliação e identidade**: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso – 1904/1983. São Paulo, 1998. Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, 1998.

II SEMINÁRIO INTERNACIONAL
AMÉRICA PLATINA :
“DIALOGO REGIONAL E DILEMAS
CONTEMPORÂNEOS”

Campo Grande, 5 a 8 de novembro de 2008

Uma avaliação

Organizado pelo Prof. Tito Carlos Machado de Oliveira, o II Seminário Internacional América Platina realizou-se na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, em Campo Grande, entre os dias 5 e 8 de novembro de 2008.

A organização material do evento foi perfeita. O acolhimento aos participantes foi eficiente e simpático e os transportes entre os hotéis e o *campus* da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, rápidos. Para divertir os participantes, os *Trovadores do Tempo* ofereceram um concerto de música latinoamericana na tarde do dia 5 de novembro.

O interesse do evento resultou de duas características principais: ele foi pluridisciplinar e internacional. Pluridisciplinar, pois geógrafos, historiadores, sociólogos, etnólogos, economistas e linguistas realizaram comunicações. Uma parte dos participantes foi brasileira – Mato Grosso, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul. Participaram também muitos argentinos e paraguaios, assim como alguns uruguaios, bolivianos, chilenos, mexicanos e europeus.

A idéia de organizar seminários sobre os problemas da América Platina é excelente por variadas razões: 1- É uma parte do continente dividida entre cinco países, mas 2- Unida pelas facilidades de navegação sobre os rios Paraná, Paraguai e Uruguai. 3- Esses rios oferecem também possibilidades de irrigação, um recurso muito importante hoje – o Paraná e seus afluentes produzem muita energia hidrelétrica. 4- A presença

indígena permaneceu forte, mas desigual, numa parte da América Platina (Angel Núñez). 5- O Mercosul introduziu uma dinâmica de aproximação depois de meio século de políticas de nacionalismos econômicos, que haviam afastado os estados platinos.

Os dilemas contemporâneos resultam da configuração natural dessa área (uma zona de planícies e planaltos, no limite do mundo tropical ao Norte e do mundo temperado ao Sul, com áreas chuvosas na parte oriental e uma zona árida na parte ocidental, além de uma rede fluvial imensa), das heranças históricas (fronteira entre o Império Espanhol e o Império Português; a forte presença indígena; dois séculos de histórias nacionais; de guerras no século XIX), de liberalismo econômico (entre os anos 1870 e 1930, e depois os anos 1980) e de nacionalismos econômicos (entre 1930 e 1980). Esses dilemas traduzem também a mobilidade mais forte na escala local, que aproxima as populações das zonas fronteiriças, e a dinâmica geral da globalização, com relações mais direitas e mais fáceis com as realidades mundiais.

Muitas foram as apresentações fascinantes: a dinâmica das regiões transfronteiriças, com o exemplo das cidades gêmeas de Rivera e Sant’Ana do Livramento (Gladys Bentancor); a transformação do Chaco Paraguai e de sua rede urbana no tempo da globalização, graças aos Menonites (Fabricio Vásquez); a rede das “mercociudades” (Nahuel Oddone); a dinâmica das regiões metropolitanas e sua governabilidade (Mabel Causarano).

O interesse de um seminário transdisciplinar é integrar em uma problemática fundamentalmente geográfica e histórica perspectivas culturais sobre as territorialidades (Francisco Ther Rios), as identidades, o papel das línguas na sua construção, a gênese de dialetos nas zonas de fronteiras – como o *portunhol* da fronteira entre Uruguai e Brasil, que resultou de dois séculos de troca e de miscigenação (Gladys Bentancor).

As literaturas regionais oferecem perspectivas interessantes para entender a percepção que os grupos tinham, e têm, de suas posições

geográficas e de suas especificidades culturais (Biagio d'Angelo).

Numa zona de fronteira, os problemas da economia, do conhecimento e da aprendizagem aparecem como fundamentais (Arlindo Villaschi; Reinaldo Fleuri). A análise das políticas de integração também é fascinante (Jose Luis Rhi-Sausi; Maria Medianeira Padoin).

O balanço do II Seminário Internacional América Platina me parece excelente: uma temática interessante e muitos participantes jovens e entusiasmados.

Paul Claval
Professeur émérite
Université de Paris-Sorbonne